

OBRAS COMPLETAS DO
P.^o LEONEL FRANCA S.J.

VII

O
PROTESTANTISMO
NO BRASIL

3.^a EDIÇÃO



AGIR

PODE-SE REIMPRIMIR

Pe. JOSÉ DA FROTA GENTIL, S. J.

Ex-commissione Emmi. Cardinalis Archiepiscopi

Rio de Janeiro, 16 de Julho de 1952.

Editoria AGIR Editora

Rio de Janeiro — Rua México, 98-B — Caixa Postal 3291
São Paulo — Rua Bráulio Gomes, 125, loja 2 — Caixa Postal 6040
Belo Horizonte — Avenida Afonso Pena, 919 — Caixa Postal 733

ENDEREÇO TELEGRÁFICO "AGIRSA"

PREFACIO

Dois trabalhos de polémica protestante, escritos em bocas diversas, vêm à luz reunidos neste volume.

O primeiro encerra uma resposta a uma série de opúsculos, publicados em São Paulo, no ano de 1933, sob o pseudônimo de Frederico Hansen, pelo Prof. Otoniel Mota.

O outro analisa o primeiro volume de "Protestantismo e Romanismo", tirado a lume no Rio de Janeiro em 1936. O seu autor, o Sr. Lisânias Cerqueira Leite, nele visa dar uma "Resposta ao pé da letra à obra de Leonel Franca, S. J. — a Igreja, a Reforma e a Civilização". Sem o dizer tão explicitamente, os estudos avulsos do Prof. Otoniel miram o mesmo alvo: criticar o meu modesto trabalho impresso em 1923.

Nosso intuito foi exclusivamente esclarecer alguns pontos da doutrina e não prolongar discussões quase sempre irritantes e desagradáveis. Se pela terceira ou quarta vez voltamos à carga foi porque a isto nos sentimos obrigados pela dedicação absoluta às exigências superiores da verdade.

Aos leitores que acompanharam as fases antecedentes deste debate pedimos nos leiam com paciência e serenidade. Católicos, espero, hão de confirmar-se mais sólidamente numa fé que não pode ser combatida senão com armas menos leais; protestantes, ainda uma vez, poderão verificar os processos insinceros e apaixonados com que os seus apologistas impugnam o catolicismo. A uns e outros, desejamos a paz profunda e serena que só a posse da verdade sinceramente investigada e seguida é capaz de infundir nas almas.

Rio de Janeiro, 15 de julho de 1937.

P. Leonel Franca, S. J.

EDICION DE OBRAS REUNIDAS

PODE-SE REIMPRIMIR

Po. JOSÉ DA FROTA GENTIL, S. J.

Ex-commissione Emmi. Cardinalis Archiepiscopi

Rio de Janeiro, 16 de Julho de 1952.

Editoria AGIR Edições

Rio de Janeiro — Rua México, 98-B — Caixa Postal 3291

São Paulo — Rua Bráulio Gomes, 125, loja 2 — Caixa Postal 6040

Belo Horizonte — Avenida Afonso Pena, 919 — Caixa Postal 733

ENDEREÇO TELEGRÁFICO "AGIRSA"

PREFACIO

Dois trabalhos de polémica protestante, escritos em bocas diversas, vêm à luz reunidos neste volume.

O primeiro encerra uma resposta a uma série de opúsculos, publicados em São Paulo, no ano de 1933, sob o pseudônimo de Frederico Hansen, pelo Prof. Otoniel Mota.

O outro analisa o primeiro volume de "Protestantismo e Romanismo", tirado a lume no Rio de Janeiro em 1936. O seu autor, o Sr. Lisâneas Cerqueira Leite, nele visa dar uma "Resposta ao pé da letra à obra de Leonel Franca, S. J. — a Igreja, a Reforma e a Civilização". Sem o dizer tão explicitamente, os estudos avulsos do Prof. Otoniel miram o mesmo alvo: criticar o meu modesto trabalho impresso em 1923.

Nosso intuito foi exclusivamente esclarecer alguns pontos de doutrina e não prolongar discussões quase sempre irritantes e desagradáveis. Se pela terceira ou quarta vez voltamos à carga foi porque a isto nos sentimos obrigados pela dedicação absoluta às exigências superiores da verdade.

Aos leitores que acompanharam as fases antecedentes deste debate pedimos nos leiam com paciência e serenidade. Católicos, espero, hão de confirmar-se mais solidamente numa fé que não pode ser combatida senão com armas menos leais; protestantes, ainda uma vez, poderão verificar os processos insinceros e apaixonados com que os seus apologistas impugnam o catolicismo. A uns e outros, desejamos a paz profunda e serena que só a posse da verdade sinceramente investigada e seguida é capaz de infundir nas almas.

Rio de Janeiro, 15 de julho de 1937.

P. Leonel Franca, S. J.

SIGLAS E ABREVIACÕES

Para abreviar as citações dos trabalhos de que se ocupam estas páginas servimo-nos das siglas seguintes:

- I — FREDERICO HANSEN, *Lutero e o Padre Leonel Franca*, S. Paulo, 1933.
- II — FREDERICO HANSEN, *A defesa do Padre Leonel Franca*, S. Paulo, 1933.
- III — FREDERICO HANSEN, *Lutero, A Bíblia e o Padre Leonel Franca*, S. Paulo, 1933.
- IV — FREDERICO HANSEN, *O Papado e o Padre Leonel Franca*, S. Paulo, 1933.
- IRC. — P. LEONEL FRANCA, S. J., *A Igreja, a Reforma e a Civilização*, Rio, 1934.
- CP. — P. LEONEL FRANCA, *Catolicismo e protestantismo*, Rio, 1931.
- PH. — P. LEONEL FRANCA, *Lutero e o Sr. Frederico Hansen*, Rio, 1933.
- RP. — P. LEONEL FRANCA, *Relíquias de uma polêmica*, Rio, 1926.
- ML. — MIGNE, *Patrologia latina*.
- MG. — MIGNE, *Patrologia grega*.

I PARTE

POLÊMICA SINCERA ?

INTRODUÇÃO

1. Quando se escrever, objetiva e pormenorizada, a história religiosa do Brasil, a propaganda protestante, entre nós, aparecerá como um das suas páginas mais tristes e vergonhosas. Para ilaquear a boa fé do nosso povo não há recurso, por mais indigno, nem processo polémico, por mais desleal, de que não tenham lançado mão, sem escrúpulos nem medida, os seus predicantes e pastores.

Quem se der à mortificação de percorrer as páginas dos jornaizinhos "evangélicos" que não saem à luz da grande publicidade mas circulam na roda íntima dos "crentes", mal poderá sofrer um sentimento de revolta diante de tanta indignidade. Do Papa e da Igreja não se fala senão em estilo de tarimba (1); as calúnias mais inverossímeis são inventadas ou acolhidas com a melhor avença; exploram-se com avidez insaciável as inevitáveis fragilidades humanas ou os escândalos pessoais; caricaturam-se grosseiramente as atitudes mais nobres; falseia-se, malsina-se, comenta-se com visível malevolência tudo quanto se refere ao catolicismo, a sua

(1) "Oh! madre do inferno!" exclama, falando da Igreja católica um evangélico escritor no *Jornal Batista*, 2-IV-1931. Os teus papas "são, como mostra a história, os piores diabos, um bando de assassinos e imorais de primeira ordem... os teus mosteiros, sedes gerais de imoralidades... o teu fundamento é o inferno, a tua doutrina é a mentira! és filha legítima do teu pai príncipe das trevas!... Roma! Roma, tu és o maldito adversário de Deus, tu és o substituto de Satanaz na terra... o teu fim está próximo, a tua miséria há de ser revelada em breve, quando à vista da tua nudez serão envergonhados os povos que te adoraram!" — E esta miserável retórica de energúmeno continua satisfeita de si a vaticinar o fim iminente do catolicismo!!

organização e à sua história (2). A atmosfera espiritual que se respira nesta imprensa de 17.^a categoria é a do despeito e da acrimônia, da má fé e do ódio. Assim é que o protestantismo trabalha para “evangelizar” o Brasil e cimentar os fundamentos da unidade e concórdia nacional.

Mas infelizmente não é só o jornalismo, mais ou menos clandestino e irresponsável, que não escrupuliza no emprêgo de meios quando se trata de hostilizar a fé e a Igreja de nossos pais. A polêmica protestante, ainda quando manejada pelos seus escritores de mais tomo, não consegue alçar-se ao nível superior das discussões serenas, leais e desapaixonadas. Se o estilo já não é o de mangas arregaçadas, mas se enfeita de colarinho e gravata, os processos polêmicos continuam substancialmente idênticos: repetição de velharias mil vezes refutadas, exploração da ignorância religiosa do nosso meio, insinceridade acabrunhadora.

Em 1920 saiu o “*Problema religioso da América Latina*” do Sr. EDUARDO CARLOS PEREIRA. Saudaram-no como uma obra-prima. Fêz-se-lhe depois a crítica e o livro, inçado de erros palmares, é hoje, pelos próprios protestantes, julgado desfavoravelmente (cf. C.P. Prefácio II).

Em 1931, dez anos depois, o Sr. ERNESTO LUÍS DE OLIVEIRA, com um alentado volume, “*Roma, a Igreja e o Anticristo*” acudiu em defesa do seu predecessor. Mas o valor não correspondia à mole do livro. Enormidades históricas, exegeses inverossímeis, acusações pueris ou malévolas, resumem-lhe o mal digerido conteúdo. Mas há ainda mais. Calando-lhe o caráter anticlerical, enviaram um exemplar desse trabalho à biblioteca vaticana. Sem lhe examinar o assunto

(2) “Quereis saber o que são os jesuítas de que ‘o Brasil infelizmente está ficando abarrotado?’ ‘Urubus sinistros.’ ‘E o povo passa indiferente ao perigo que representa o acolhimento dessas víboras em seu seio.’ *Jornal Batista*, 16 de fev. 1933, p. 10 — Os jornais informam que o Presidente Roosevelt recebeu o grau de

— o que é naturalmente impossível em milhares de volumes que lhe chegam de todo o mundo — Roma respondeu em termos delicados, agradecendo a gentileza da oferta e abençoando o Autor. Crêem os leitores? Para insinuar-se mais facilmente nos meios católicos, foram impressas as respostas do Vaticano e distribuídas no intuito de propaganda de um livro em que o Autor pretende provar que o Papa é o Anticristo! Que elegância moral!

O último escritor que saiu à estacada em defesa do protestantismo preferiu calar o próprio nome e firmou com o criptônimo de FREDERICO HANSEN uns dois ou três opúsculos, saídos à luz em S. Paulo em 1933. Quando soubemos que sob este nome se ocultava a figura ilustre e venerável do Prof. OTONIEL MOTA, tão benemérito dos estudos da nossa língua, folgamos sinceramente. A polêmica iria entrar em outra fase, mais elevada e, por isso, mais profícua e decisiva. Ainda uma vez, decepção amarga! A forma, em comparação com a do Sr. ERNESTO LUÍS DE OLIVEIRA, ganhou imenso. O Prof. OTONIEL escreve com uma perfeição irrepreensível de gramático e uma leveza de estilo que se deixa ler com interesse, e sem fastio. Mas, a substância! O progresso aqui foi nulo ou pouco menos que isto. As questões por ele tratadas ficam todas no mesmo pé em que se achavam antes. Repetem-se as mesmas objeções, com um descaço soberano por tudo o que já havia sido exposto acerca do assunto. Aos seus opúsculos poderíamos responder com a simples transcrição do que já tivemos ensejo de imprimir. Não é querer perpetuar discussões estéreis?

Doutor honorário na Universidade Católica de Washington. — E que o Presidente dos Estados Unidos, comenta superiormente o *Jornal Batista*, 10-8-1933, “como os políticos em geral, é mais ou menos cabotino.” Com esta elevação de critérios, com esta fidalguia de sentimentos, com esta distinção de frases é que se trabalha ativamente para converter o Brasil ao “puro Evangelho”.

A impressão que nos fica, invencível, da leitura desses trabalhos é a de uma polêmica insincera. Não julgamos, já se vê, as intenções; afirmamos *o que se depreende objetivamente do exame dos fatos*. Os leitores, à vista dos autos, pronunciarão, com o conhecimento de causa, a sentença que lhes parecer verdadeira e justa.

Os processos polêmicos do Sr. F. H. podem reduzir-se facilmente a três:

1.º reafirmar serenamente o afirmado sem se inquietar com os argumentos contrários que haviam invalidado as primeiras afirmações;

2.º) dividir a argumentação do adversário, focalizando uma ou outra prova que julga poder impugnar e envolvendo todas as outras na omissão de um silêncio incompreensível em quem busca desassombradamente a verdade;

3.º) opor a uma demonstração interna e imediata a opinião de algum autor contemporâneo que lhe favorece as posições escolhidas. E como nunca faltam citações em abono de qualquer opinião, o descaso sistemático do exame direto das fontes é o segredo de perpetuar indefinidamente as discussões.

Ponhamos em luz a verdade destas asserções.

CAPÍTULO I

LUTERO

2. O primeiro opúsculo do Sr. F. H. visava escoimar a personalidade de LUTERO das acusações, a seu ver, infundadas que lhe havíamos assacado. Respondemos pouco depois justificando mais amplamente as posições tomadas. O Sr. F. H. treplicou o breve trecho. Em que ficaram as questões depois da sua trépica? É fácil verificar.

A primeira versava sobre a sanção dada por LUTERO, em documento por ele firmado, à bigamia do landgrave de Hesse. O Sr. F. H. concedeu que nos achávamos diante de "uma página dolorosa na história da Reforma" (I, 6) para a qual, porém, havia atenuantes e, entre elas, o exemplo do catolicismo medieval. "A atitude dos reformadores não era mais do que restos de batina" (I, 8). Pedimos ao Sr. HANSEN que nos indicasse "com palavras textuais e referências exatas que permitissem a verificação imediata, onde e como "o ensino e a prática do catolicismo medieval" justificaram a poligamia pela aplicação do aludido princípio [da dispensatio in foro interno tantum]". L. F. H., p. 16. O nosso pedido, — voz lançada no deserto, — ficou sem resposta. A afirmação gratuita, sem textos nem provas, ficou ainda a bailar no ar como nuvem sem consistência.

Pouco adiante, era acusado o Cardeal CAJETANO de haver caído no mesmo pecado que LUTERO. Retruquei: 1.º pedindo as citações de CAJETANO em confirmação da doutrina que se lhe adjudicava; 2.º alegando explicitamente os textos

em que o Cardeal dominicano afirma, sem ambages, não ser lícita entre cristãos a poligamia (L F H, p. 16 (3)).

Que faz o Sr. F. H.? Ainda uma vez não aduz as provas pedidas e desculpa-se dizendo haver êle assim afirmado por que o afirmara também BOEHMER, e BOEHMER... é infalível (cfr. II, p. 2-8) (4). — O caso é típico. O polemista protestante de S. Paulo adianta contra um autor católico uma acusação grave de que não tinha certeza, só por que a viu em outro escritor protestante. Retruca-se-lhe mostrando a sem-razão do asserto e da cópia; citam-se-lhe, textuais, as palavras em que o autor incriminado assevera precisamente o contrário do que se lhe averbara. Que fazer nesta altura da discussão? Duas vias abriam-se espontaneamente ao

(3) CAJETANO, como já o dissemos, discutiu, teoricamente, se a poligamia era ou não proibida pela lei natural, ou condenada explicitamente pela Escritura. Não afirmou nunca ser ela permitida entre cristãos. As suas expressões são inequívocas. Um primeiro casamento constitui impedimento que não só torna *ilícita* mas ainda *inválida* qualquer tentativa de segundas núpcias. Tentar novo matrimônio em vida do outro cônjuge fôra, além de pecado, ato radicalmente nulo. Citemos-lhe textualmente as palavras: "Alligata enim persona alteri conjugii per verba de praesenti, non potest contrahere cum persona alia; et si contrahat et consummet etiam matrimonium secundum, nihil valet, etiamsi primum non sit consummatum sed oportet stare in primo". *Summula de peccatis*, Lugduni, 1567, p. 421. E na página seguinte ao terminar: "Haec sunt impedimenta quae et impediunt matrimonium contrahendum et dirimunt illud si de facto contractum fuerit etsi fuerit consummatum et inde geniti filii et filiae. Hoc est primum caput ex quo contingit peccare in contrahendo matrimonium". Os protestantes esclarecidos já reconhecem a diferença enorme que vai entre Lutero e Cajetano. "Ao Cardeal Cajetano escreve W. KÖHLER, nunca lhe cruzou pelo espírito desconhecer a lei eclesiástica que, do modo mais severo, proíbe a poligamia". *Historische Zeitschrift*, t. 94 (1905), p. 409.

(4) Para abonar a infalibilidade do autor predileto faz o Sr. F. H. a seguinte ponderação. "Boehmer, metido dentro do fogo da polêmica na Europa, não fez nem faria uma asserção dessa natureza sem absoluta certeza do que dizia. E a prova está em que ninguém que me conste, o refutou; ninguém lhe pediu o texto comprobatório

Sr. F. H.: 1.^a) confessar com lealdade que acusara infundadamente, copiando o que não sabia nem pudera verificar, ou 2.^a) continuar afrontando a evidência, e mantendo uma inverdade manifesta só porque outro correligionário o fizera antes dêle. O Sr. F. H. optou pelo segundo termo da alternativa!! Polêmica sincera?

Continua o Sr. F. H.: "Não afirmei — não poderia fazê-lo — que o douto Cardeal CAJETANO advogasse *em principio* a bigamia. LUTERO também jamais a advogou", p. 8. — Advogou-a, preclaro senhor, advogou-a *em principio*. No começo, o que o deteve não foi a questão de principio, foi a responsabilidade de introduzir a prática da poligamia entre cristãos *educados pelo catolicismo* na mais estrita monogamia. Mais tarde venceu êstes escrúpulos e sancionou também, não só o divórcio, mas ainda a bigamia franca. "Confesso, escrevia êle em 1524, que não posso proibir tenha alguém muitas espôsas; não repugna às Escrituras; não

do seu asserto. Grisar, cujo livro por mim citado saiu após o de Boehmer — e que manifestamente o tem em mira — não o contradisse" II, 8. — Que considerações pueris! Fosse só puerilidade! O que mais estranha é o desempenho com que se adiantam sem hesitar três ou quatro afirmações falsas, uma depois da outra! Sabentemos apenas a última. GRISAR estuda muito de propósito a opinião de Cajetano, *sublinhando a diferença* que o distingue de Lutero e *queixando-se explicitamente* da falta de fundamento científico com que autores protestantes identificam coisas tão diversas. Por onde se vê, conclui êle, que não foi pela sua estreita dependência da doutrina medieval do matrimônio, *como do lado protestante se tem afirmado*, que Lutero chegou à sua própria teoria acerca da poligamia". *Luther*, t. II, p. 215. — Na nossa réplica, precisamente sobre este mesmo ponto, concluíamos: "Ainda não encontramos um protestante no Brasil que não fôsse colhido em flagrante de falsificar doutrinas de autores católicos. Decididamente é preciso pôr um termo à indignidade de semelhantes processos polémicos". LFH, p. 16. — A resposta que nos dá o Sr. F. H. é submissar-nos mais um espécimen para a rica e pouco honrosa coleção!!

quisera porém ser o *primeiro* (5) a introduzir este exemplo entre cristãos” (DE WETTE, II. 259). No ano anterior: “Não é proibido a um homem ter mais de uma mulher”. E assim em 1528, nas suas teses latinas; em 1531 na sua carta a ROBERTO BARNES; em 1539 e em 1542. *Em princípio*, a poligamia não é proibida, nem contrária à Escritura — tal é a doutrina de LUTERO. — O Sr. F. H. devia ter lido pelo menos algumas destas citações já por mim aduzidas — mas... não obstante, julgou poder escrever o que escreveu. Polêmica sincera?

No seu primeiro opúsculo, depois do exemplo de CAJETANO, tão a despropósito lembrado, acrescentava o Sr. F. H.: “ao enviado de Henrique VIII que fôra conferenciar com o Papa, acêrca da anulação do matrimônio, o pontífice sugeriu exatamente a bigamia como solução para o caso do monarca”. I. 8. — O caso do rei inglês e de Clemente VII pareceu-me historicamente tão líquido que julguei não valia a pena ocupar-me com êle. Não o houvesse jamais feito! O Sr. F. H. toma umas atitudes patéticas, esconjura todos os elementos e exclama seráficamente escandalizado: “Céu, terra e mar, ouvi-me! Orbês que girais no infinito, pasmai!” O Sr. P. L. F. “não defendeu o Papa, não contestou o alegado.” — E depois vai incomodar até o Cardeal D. Sebastião Leme que me deu o *Imprimatur*!! Aí estão, remata por fim triunfante, aí estão “dois ideais mentores da consciência bra-

(5) “Não quisera ser o *primeiro*”. Lutero não encontra nenhum arrimo no passado; hesita em introduzir no cristianismo uma prática unanimemente condenada por uma tradição 15 vezes secular. S. Agostinho, Pedro Lombardo, S. Tomás de Aquino e S. Boaventura são unânimes na condenação explícita da poligamia. Ainda não muito antes de Lutero, Pedro Paludano, cognominado Doctor Errans, ecoando a tradição universal da Igreja, escrevia: “Na lei evangélica [a poligamia] nunca foi nem será permitida”. In IV, *Sent.*, dist. 38, q. 1, a 1. — Onde estava a ciência ou a consciência de Sr. F. H. quando escreveu: “A atitude dos reformadores não era mais do que ‘restos de batina’”? I. 8.

sileira”. II. 10. — Que fanfarronada quixotesca! Sr. F. H., não é necessário perturbar a harmonia das esferas celestes que não costumam pasmar ante semelhantes infantilidades. O caso é muito simples. Em 1530 parece que os enviados de Henrique VIII falaram ao papa na possibilidade de um duplo matrimônio. GREGÓRIO CASALE, testemunha pouco autorizada, escreveu atribuindo a iniciativa do projeto a Clemente VII. Em carta de 27 de outubro, o embaixador WILLIAM BENNET conta o que se passou. CLEMENTE, de fato, falara de maneira dúbia na solução da bigamia; a BENNET pareceu-lhe isto um artifício para ganhar tempo ou para obter do rei inglês um reconhecimento de sua faculdade de dispensar. E BENNET prosseguiu textualmente: “perguntei a Clemente VII se estava certo da liceidade de semelhante dispensa e ele respondeu que não; acrescentou todavia que um teólogo eminente lhe havia dito ser sua opinião que, naquele caso, o papa podia dispensar para evitar um mal maior, mas que ainda pretendia tratar o assunto com os seus conselheiros. E agora mesmo o papa acaba de comunicar-me que o seu conselho lhe declarou *abertamente que não o pode fazer*” (6). Aí está tudo. A crermos esta relação, CLEMENTE VII, movido pela opinião de um teólogo, hesitou um instante sobre um caso que podia trazer para a Igreja consequências tão trágicas, consultou, informou-se melhor, e verificou que segundo a doutrina católica não lhe era possível dispensar neste ponto e... não dispensou. Henrique VIII separou-se, por isto, da Igreja, arrastando no cisma toda a Inglaterra.

Quando o Sr. F. H. conseguir apontar-nos um breve do Papa, autorizando a bigamia do rei inglês e mostrar-nos seu segundo casamento celebrado com a bênção de um sacerdote católico para este fim autorizado pelo Papa — como nós citamos o parecer assinado por LUTERO, em que o reformador

(6) Cfr. PAULUS, in *Historischpolitisch. Blättern*, t. CXXXV (1905), p. 90.

sanciona a bigamia do landgrave Filipe, que se casou em 2.^a edição na presença de um ministro protestante, — então, sim, poderemos falar da possibilidade de paralelo. Antes, enquanto não vierem estas provas, pode divertir-se em apostrofar ondas e embasbacar estrélas, que é maneira inócua de discutir ideias! (7).

* * *

3. O segundo ponto versava sobre a moralidade de LUTERO. Aqui a resposta do Sr. F. H. é de uma pobreza extrema e de uma brevidade realmente incompreensível. Reuni alguns dos muitos textos contemporâneos que se poderiam citar sobre o assunto. O patriarca da Reforma, em confidências a amigos íntimos, confessa repetidas vezes e precisamente no momento em que se afastava da Igreja, que havia esfriado na piedade, que já não orava, que se achava exposto às mais violentas tentações da carne, etc., etc. (cfr. LFH 22-30).

Em face de todos estes documentos qual a atitude do Sr. F. H.? "Reedita, diz êle, referindo-se a mim, reedita os [textos] que Grisar explicou como simples galhofa e depois me pergunta — em vez de pergunta-lo a Grisar — se não é "galhofa de mau gosto num reformador evangélico" II p. 18.

(7) Mas a aprovação que de balde Henrique VIII solicitou do Papa, obteve sem a menor dificuldade dos chefes reformadores. No seu Aviso de 3 de setembro de 1531 LUTERO diz textualmente: "Antes que consentir em tal divórcio permitiria de preferência ao rei casar-se com uma segunda rainha e, seguindo o exemplo dos antigos reis e patriarcas, ter duas esposas ou rainhas". ENDERS, *Luthers Briefwechsel*, IX, p. 93. MELANCHOTON é ainda mais explícito: "No caso presente, pela grande utilidade do reino e talvez também pela consciência do rei, pode êle ficar tranqüilo em consciência (*tutissimum est regi*) se tomar uma segunda esposa, conservando a primeira, porque é certo que a poligamia não é proibida por direito divino". *Corpus Reformatorum*, II, 526. — E os orbes sidéreos do firmamento protestante não pasmaram!

Como se pode falsificar de olhos abertos a verdade! O trecho a que GRISAR julga não se dever uma interpretação literal, mas lançar à conta do temperamento folgazão e exagerado de LUTERO, é o de uma carta a SPALATINO em que diz: "*famosus sum amator qui toties de conjugio scribo et miscer feminis... Tres simul uxores habui*". Ora, depois de reproduzir estas palavras continuei: "Seja embora! Galhofa de muito mau gosto, num reformador evangélico... mas quem poderia determinar a porção de verdade subjacente a estas chalaças de bordel? Mas vamos a outras cartas, onde a evasiva de chocarrice é manifestamente descabida". L F H. p. 25. E passei a alegar outros documentos que projetam sobre a vida íntima de LUTERO as mais sombrias perspectivas. Documentos estes citados também por GRISAR, e alguns deles com a admiração do silêncio sistemático em que o envolvem os autores protestantes. "Causa surpresa, diz GRISAR, averiguar como os biógrafos protestantes de LUTERO, ainda os mais instruídos, concordam em envolver no silêncio estes testemunhos."

Estas frases e estes trechos achavam-se debaixo dos olhos do Sr. F. H. e êle serenamente escreve que me limito a reeditar os textos que Grisar desprezou e conclui facilmente triunfante: "O que rebati, o que esmaguei com Grisar foi a calúnia tão somente. Não vou acompanhá-lo na sua nova e inútil arremetida". II. 18.

Pasmai, estrélas! Orbes que girais no infinito, ouvi!!! O Sr. F. H. toma da pena, levado pelo motivo explícito de lhe "ser sumamente repugnante ter como cabeça do movimento de sagrada rebelião da consciência acorrentada a um homem provadamente imoral". I. 3. Alegam-se provas, citam-se testemunhos dos mais graves e mais indubitáveis e mais comprometedores. Que faz o advogado da grande causa cujo patrocínio tão abertamente assumira? "Não vou acompanhá-lo na sua nova e inútil arremetida. Seria um nunca findar". II, 18.

E assim se rematou vitoriosamente a defesa do grande herói libertador das modernas consciências!

4. Da *intemperança* do reformador ocupava-se o terceiro capítulo do processo. Também aqui para defender o seu cliente apadrinhou-se o Sr. F. H. com a autoridade de GRISAR. Repliquei que a invocara sem fundamento. O célebre crítico jesuíta repelia apenas como historicamente inexata a opinião que fazia de LUTERO um beberrão vulgar que passasse os dias nas tascas. Semelhantes excessos de alcoolismo seriam incompatíveis com a imensa produção literária e o desenvolvimento de uma atividade maravilhosa. Tal era o sentido das expressões de GRISAR alegadas por F. H. Para comprovar o exato da minha interpretação, reconstitui todo o trecho de GRISAR, do qual o advogado paulista de LUTERO *havia cuidadosamente omitido os períodos comprometedores*, que estabeleciam todo o equilíbrio das opiniões discutidas. A seguir, para não deixar nenhuma sombra de dúvida, esclareci GRISAR com GRISAR, completando o que êle diz na vida resumida de LUTERO, recentemente traduzida para o francês, com o que expõe largamente na sua obra fundamental em 3 volumes. Aí consagra êle 20 páginas ao estudo minucioso e à crítica objetiva das fontes e conclui com uma síntese que citei em LFH, p. 36. Ficava assim com evidência demonstrado que o Sr. F. H. se havia indevidamente encostado à autoridade do grande historiador alemão, torcendo-lhe as opiniões em benefício da própria causa.

Resposta do Sr. F. H.: “Cumpre-me explicar aos leitores que há dois Grisares: um antigo e outro moderno. O antigo escreveu uma série de estudos acerca de LUTERO e enfiou-os em três volumes. São estudos esparsos, sem unidade, que não formam, como disse BOEHMER, propriamente um livro. O moderno, reconhecendo a justeza desta crítica

— e basta ler-lhe o prefácio — tratou de fazer coisa mais sólida, mais perfeita. Este é o GRISAR que eu cito. Pois bem, o Padre Franca respiga alguns farrapos do GRISAR antigo e arremessa-os contra o bloco maciço, inconfundível, do GRISAR moderno”. II. 19-20.

Em abono da distinção dos dois Grisares, eixo em torno do qual gravita tôda a defesa ou evasiva do Sr. F. H., bem direito teriam os leitores de ver, pelo menos, um esboço ou tentativa de prova. Em vez de prova, afirmações “maciças e inconfundíveis”. Mas a prova não vem porque não podia vir: a distinção é tôda cerebrina, como passamos a mostrar.

A última vez que tive o prazer de conversar com GRISAR foi em 1923. Estava êle então *simultaneamente* imprimindo a 2.^a edição do grande “LUTHER” e preparando o trabalho resumido que os franceses traduziram há pouco. A finalidade d'êste trabalho de síntese, disse-me então GRISAR, era vulgarizar o resultado dos seus prolongados estudos sobre LUTERO. A obra grande, em 3 alentados tomos de mais de 1.000 páginas, era, por sua extensão e preço, reservada ao pequenino escol dos eruditos. A síntese, num só, tornaria acessível a um círculo maior de leitores as suas *principais conclusões*. Tal era a razão de ser e o objetivo do novo trabalho, *impresso ao mesmo tempo em que se reimprimia a nova edição do trabalho anterior*.

Mas não quero, numa polémica, basear-me em depoimentos pessoais que não possam ser verificados pelo adversário e pelos leitores. Abramos o prefácio para o qual o Sr. F. H. tem o arrôjo de nos remeter. “Nos nossos 3 vols. sobre LUTERO, publicados em 1911 e 1912, procuramos, do melhor modo que nos foi possível, descrever o Reformador e sua obra, em conformidade com as fontes autênticas e os documentos incontestáveis. Fomos então obrigados a colher informações de todos os lados; tivemos outrossim — o que não deixava de apresentar algumas dificuldades — de afas-

tar certos testemunhos ou resumi-los muito brevemente. Este trabalho necessário e a obrigação de discutir algumas opiniões insustentáveis não permitiam fazer dos três volumes uma biografia seguida e de todo ponto ordenada. Por isso alimentamos sempre o desejo de dar, num trabalho de menos extensão, um como resumo de nossos estudos precedentes e uma verdadeira vida de LUTERO. Ter-se-ia assim o resultado de nossas investigações completadas pelas que, sobre a questão, com tanto ardor foram empreendidas, principalmente depois do jubileu de LUTERO em 1917." Preface, p. VII. Aí está traçada pelo próprio autor a índole do novo trabalho e as suas relações com os antecedentes. É um "resumo" das investigações anteriores, aliviado das longas citações ou discussões indispensáveis numa obra de largo fôlego, os três volumes de 1911 continuam a ser o seu fundamento; nêles o autor descreveu, "do melhor modo que lhe foi possível, o Reformador e a sua obra". Quanto à retratação ou correção de conclusões já estabelecidas, nem vislumbre! É o mesmo GRISAR que escreve em 1911, que se resume em 1925 e que, *neste mesmo ano*, publica *simultaneamente* a vida resumida e a reedição da obra grande. O Grisar antigo e o Grisar moderno — um em oposição ao outro — imaginosa invenção de F. H...

Há mais ainda. Desçamos à *questão concreta* que nos ocupa: a temperança de Lutero. Na vida resumida, o que se lhe refere é sintetizado por GRISAR em pouco *mais de meia página*. Ora, neste breve trecho, *não menos de 3 vezes*, GRISAR expressamente, nas notas 71, 72, 73, *reenvia o leitor à obra grande*. Foi o que fiz, obedeci ao GRISAR "moderno", que em 3 notas remissivas me mandava consultar o GRISAR "antigo" para melhor entendê-lo. E o Sr. F. H. que tinha sob os olhos todas estas indicações sai-me pela proa acusando-me de respigar "alguns farrapos do Grisar antigo" para

"arremessá-los contra o bloco maciço, inconfundível do Grisar moderno" (8). Polêmica sincera?

Sim! há dois Grisares: um real, vivo, objetivo, íntegro; foi o que consultei e ofereci aos leitores; outro, mutilado e feito em postas para servir aos interesses da causa protestante, desesperada na sua faina inglória e impossível de fazer de LUTERO "uma contextura moral rija de monje".

Aí está em que se resume a tréplica do Sr. F. H. Nem um argumento novo! Nem um documento discutido diretamente! Afirmações sobre afirmações, em contraste desafiado com a objetividade dos documentos e das provas.

CAJETANO, contra as suas expressas declarações, afirma a liceidade da bigamia, porque o disse... BOEHMER, o infalível.

LUTERO não afirmou *em principio* a pluralidade licita das espôsas, — porque assim o quer o Sr. F. H. contra os inumeráveis textos do Reformador que dizem o contrário...

O monge fedifrago foi uma bela estampa de reformador cristão porque... há dois Grisares: um que o afirma, outro que nega: e o que afirma é o maciçamente inconfundível.

Mas continuemos a pôr à luz do meio-dia estes processos de discussão. Vamos ao opúsculo mais volumoso intitulado: "O Papado e o Padre Leone Franca".

(8) Em seguida a estas palavras continua delicadamente o Sr. F. H.: "E depois conclui que eu falseei o pensamento de Grisar, pensamento que anda aí pelas livrarias, à mão de toda a gente! Não entendo — nem quero julgar — a psicologia de um homem culto que se contenta com desorientar o público, tendo embora consciência de que, assim fazendo, se suicida". II. 20. É sempre assim: a polêmica tende a ganhar em violência de agressões pessoais o que perde em serenidade de argumentos objetivos!

CAPÍTULO II

O PAPADO

5. O Papado, diz em resumo o Sr. F. H., é uma instituição humana, nascida muito depois das origens do cristianismo. Nem o Evangelho lhe subministra um fundamento bíblico, que lhe fizesse remontar a Cristo a sua primeira instituição, nem o conheceram os primitivos padres e escritores cristãos. O que se pode reconhecer a S. Pedro e à sede romana é apenas uma *preeminência de honra*, não um *primado de jurisdição*.

Desabaladamente afirmado. Estarão as provas à altura destas promessas? A ver.

1. “O único fundamento escriturístico do Papado, alegado pelo romanismo”, IV, 5, é o texto de S. MATEUS. — É o que já havia dito CARLOS PEREIRA (pp. 214, 215). Respondemo examinand os outros textos de S. João e de S. LUCAS em I. R. C., pp. 29-34, e C. P. 20-26. O Sr. F. H., preferiu não tomar conhecimento desses trabalhos e repetiu impavidamente em 1933 o que se dissera em 1920, como se no intervalo nada se escrevera sobre o assunto! Maneira econômica de polemizar!

Sobre o texto clássico de S. Mateus (XIV-16): “tu és Pedro”, diz-nos o Sr. F. H. que nada demonstra porque “foi interpretado de três modos diferentes”. Por pedra, entendem alguns a Pedro, outros a confissão de Pedro, outros ainda a Cristo”. IV. 5. Já havíamos respondido a esta objeção em 1923 na IRC, p. 35 e sgs. O Sr. ERNESTO DE OLIVEIRA repe-

tiu-a em 1930. Fomos de novo constrangidos a voltar sobre o assunto, CP, p. 28 e sgs.; 9-110. O Sr. F. H. ainda uma vez prefere não tomar conhecimento de todo este passado e retilha despreocupadamente a mesma objeção!! Amanhã surgirá um quarto defensor do protestantismo brasileiro e com a mesma valentia dirá, em livro intitulado “O Papado e o Pe. Leonel Franca”, que da palavra *pedra* alguns Santos Padres deram uma interpretação diferente e que portanto o texto nada prova porque onde há diversidade de exegese todas as exegeses são falsas (9).

Mas o trecho de S. MATEUS não encerra só o v. 16, tu és Pedro. Logo a seguir Cristo diz a Pedro: “Dar-te-ei as chaves do reino dos céus, tudo o que ligares na terra será ligado nos céus, tudo o que desligares na terra será desligado nos céus”. Ao apóstolo promete o Senhor sancionar no céu *tudo* o que ele ligar ou desligar na terra, no desempenho da missão, que lhe acaba de confiar, de pedra fundamental da Igreja e de clavigero do reino dos céus. — O Sr. F. H., com uma discrição admirável, julgou mais oportuno passar em silêncio inviolável os dois versículos de S. MATEUS como no mesmo inviolável silêncio envolvera os textos de S. João e de S. LUCAS.

E aí está quanto ao novo adversário pareceu suficiente para estabelecer que os Evangelhos nada nos transmitiram acerca da instituição divina do Papado. Sua crítica cifra-se em: 1.º) duas repetições sedicidas. 2.º) duas omissões

(9) O que aí escrevamos era profecia. Já surgiu o defensor previsto. Em 1936, como verá adiante o leitor, publicou o Sr. LISÂNIAS CERQUEIRA LEITE um volume de crítica ao meu trabalho, e... repetiu a mesmíssima coisa. A afirmação do Sr. F. H.: O texto de S. Pedro é “o único fundamento escriturístico do Papado alegado pelo romanismo”, é falsa, materialmente falsa, provadamente falsa, mas, na genealogia dos advogados do protestantismo vai passando de pais a filhos *como uma tradição inviolável*. Com esta obstinação impenitente e incorrigível em repisar o que é conhecido como erro, é possível discutir com proveito?

menos leais. Ao estudo da momentosa questão — exegese dos textos evangélicos, solução das objeções protestantes — havia a IRC consagrado mais de 50 páginas (6-59) e quase outras tantas o CP (pp. 5-53). Para repisar e omitir, ao Sr. F. H. cinco páginas pareceram demasiadas.

* * *

6. Depois de se haver assim com tanto brio desembaraçado do argumento escriturístico, passa o Sr. F. H. a examinar os testemunhos da Igreja primitiva em favor do primado de S. Pedro e de seus sucessores.

O primeiro é o de S. CLEMENTE. Já o conhecem os leitores. Lá pelo ano 96, vivo ainda o apóstolo S. João, S. CLEMENTE, bispo de Roma, escreve à afastada igreja de Corinto, agitada por discórdias e indisciplinas internas, uma carta memorável, um dos documentos mais antigos e mais preciosos do cristianismo primitivo. A linguagem de S. CLEMENTE é a inspirada pela consciência de uma autoridade indiscutida. Aos perturbadores da ordem intima-lhes a submissão aos superiores hierárquicos sob pena de, não obedecendo, incorrerem em falta. Juntamente com a carta envia o papa legados seus para facilitar o trabalho de pacificação. O resultado coroou a eficácia da intervenção do bispo de Roma: com a disciplina restaurada, voltou Corinto à paz dos seus melhores dias e conservou sempre a maior gratidão a CLEMENTE, cuja epístola, no dizer de DIONÍSIO, bispo de Corinto em 170, se lia todos os domingos nas assembléias dos fiéis.

Qual a crítica movida pelo Sr. F. H. contra documento tão importante? — Começa omitindo-lhe tôdas as citações para subtrair ao exame direto dos leitores as expressões em que, de modo tão inequívoco, transpira a autoridade com que a Igreja de Roma, ainda nos tempos apostólicos, falava às igrejas mais distantes, a uma igreja fundada por S. PAULO. Afirma em seguida que nada se pode concluir em favor do

primado do papa porque da epístola não se pode saber nem que foi S. CLEMENTE o seu autor nem que era êle então bispo de Roma. “CLEMENTE não se menciona nem poderia fazê-lo na epístola e apenas fala em nome da igreja de Roma. A carta é endereçada pela igreja de Roma à igreja de Corinto”. IV. 10.

Novidade na crítica? Leiam-se os artigos do Sr. ORTICICA publicados em 1926: “a autoria de Clemente é duvidosa pois nem êle assinou a carta, nem falou em seu nome; a carta é enviada da igreja de Roma à de Corinto”. R. P. p. 166. Abra-se o livro do Sr. ERNESTO DE OLIVEIRA, saído a lume em 1930. Clemente “longe de fazê-lo em seu nome; o faz em nome da Igreja de Roma: é a Igreja de Roma que aconselha à Igreja irmã”, p. 95. Quer dizer que duas vezes já se havia resolvido a dificuldade: R P pp. 166-167; C P 61-64.

Pela terceira vez, como se nada se houvera respondido, em 1933 o Sr. F. H. vem referver a mesma infusão insulsa. E que já se havia respondido?

Não trazer a epístola o nome de CLEMENTE, nada prova contra a sua autenticidade. Em época de perseguição era da prudência mais elementar omitir o nome do bispo de Roma. Ainda em tempos muito posteriores, na perseguição de DÉCIO, CIPRIANO fala-nos de epístolas recebidas da mesma proveniência sem nome explícito nem do autor nem do destinatário. Os legados que, ao mesmo tempo, CLEMENTE enviara a Corinto explicariam de viva voz o que não era conveniente dizer por escrito. Mas que a epístola é de CLEMENTE, e que CLEMENTE era então bispo de Roma, é um fato histórico indubitável. Afirmam-no contestes tôdas as fontes históricas mais antigas, DIONÍSIO, HEGESIPO, IRINEU, TERTULIANO, EUSÉBIO, S. JERÔNIMO... Sobre este ponto a ciência moderna não conhece hesitações. O último editor crítico das obras dos Padres apostólicos escreve serenamente: “A longa epístola, que corre sob o nome de CLEMENTE de Roma, é o primeiro escrito entre as obras dos Padres apos-

tólicos, cujas condições de origem são positivamente conhecidas e *sobre cuja autenticidade nenhuma dúvida existe, an deren Echtheit kein Zweifel obwalten kann* (10). O que, por motivos óbvios, não se conhece diretamente da carta de CLEMENTE sabe-se *por outras fontes não menos fidedignas*. Querem porventura os protestantes arvorar em cânon da história que sobre um fato passado todos os nossos conhecimentos não se podem haurir senão de uma só fonte?

Concluindo: 1.º) a carta é certamente de CLEMENTE que então era bispo de Roma; 2.º) a carta denota indiscutivelmente a consciência de uma autoridade que sabe mandar e quer ser obedecida. É ler-lhe o conteúdo. Os críticos protestantes mais autorizados reconhecem-no lealmente. LIGHTFOOT: "O primeiro passo para o domínio dos papas". SOHM: "O acidente mais considerável em tôda a história da Igreja". HARNACK: "Este escrito prova que já no fim do 1.º século a comunidade romana possuía uma robusta organização interior, zelava com solicitude materna pelas comunidades *distantes* e entendia falar uma linguagem que fôsse simultaneamente expressão de dever, de amor e de *autoridade*" (11).

(10) BIHLMAYER, *Die Apostolischen Väter*, Tübingen 1924, t. I, p. XXIV. A existência discutível em Roma de um colégio de presbíteros ou de outros bispos nada embaraça a certeza das nossas conclusões. Ainda hoje em várias dioceses do Oriente e do Ocidente há uma autoridade colegial ou uma multiplicidade de bispos com funções diferentes. Só em Paris há 3 ou 4 bispos. Cfr. D'HERBIGNY, *De Ecclesia*², t. II, pp. 276-277.

(11) LIGHTFOOT, *S. Clement of Rome*, London 1890, I, p. 70; SOHM, *Kirchenrecht*, 1892, p. 160; HARNACK, *Dogmengeschichte*, I^a, p. 444. — BATIFFOL, católico, tão competente quanto moderado saúda na epístola clementina, "a epifania do primado romano". *L'Eglise naissante et le catholicisme*, p. 146. — O Sr. F. H. ao invés, escreve: "Se há um documento contra o papado, quando a analisamos serenamente, é aquele". IV. p. 9. Desta vez, se me não engano, o Sr. F. H. conseguiu ser original.

As dificuldades do Sr. F. H. resumem-se: 1.º) numa lamentável *omissão* de textos originais; 2.º) numa *reedição* de velharias gastas. Polêmica sincera?

* * *

7. Discípulo dos apóstolos, como S. CLEMENTE, foi S. INÁCIO, bispo de Antioquia e mártir. Dêle possuímos também um testemunho magnífico sobre a primazia da Igreja de Roma. Ao ser levado prisioneiro para a capital do império, escreveu o santo várias epístolas a diferentes comunidades cristãs. Dirigida à igreja romana, há entre elas uma que, pelo tom e pela qualidade dos elogios, contrasta vivamente com as outras. Roma é a igreja "que *preside* na região dos romanos", "que *preside* à comunhão dos fiéis vinculada pelo amor".

Ao examinar este documento sucedeu ao Sr. F. H. uma aventura curiosa, freqüente nestas erudições que, na frase de RUI BARBOSA, cheiram ainda ao candeeiro da noite precedente. Não encontrando imediatamente no texto grego o que correspondesse "à comunhão universal dos fiéis", ou, na tradução latina, a "*universo caritatis coetui*", julgou haver descoberto uma fraude escandalosa (12). O tradutor

(12) A propósito da tradução latina, por mim citada na íntegra, IRC. 108, comenta maldosamente o Sr. F. H.: "a que cargas d'água vem surgindo aí esse latim *sibilino*, quando é certo que Inácio escreveu em grego? Com igual razão poder-se-ia citar em japonês o bispo de Antioquia. Por que refugou o padre o texto grego original, que êle muito bem conhece?" IV. 13. — Esse "latim *sibilino*", senhor, é o de uma tradução *antiga e clássica* das epístolas inacianas, feita antes da Reforma e publicada geralmente nas edições dos padres apostólicos. Citá-la era mais um argumento em favor do significado do texto grego; assim o haviam interpretado antigos tradutores antes dos interesses polêmicos despertados pelo advento do protestantismo. Mais. Todos os que estudaram o aparato crítico para a edição das epístolas de S. Inácio são unânimes em atribuir à velha tradução latina um valor pelo menos igual ao do original grego que não chegou até nós senão através de um

latino interpolara o texto e o jesuíta brasileiro aprovara e utilizara a interpolação. Que escândalo! O Sr. F. H. embocou logo a tuba sonora e belicosa, pediu ao tipógrafo os negritos ou normandos mais carregados de sua caixa e em caracteres ultra-salientes imprimiu que “aquêlê adorável *universo coetui* do texto latino ERA UMA INTERPOLAÇÃO”. IV. 13. E descansou sôbre os lourós de tão gloriosa vitória. Volvidos alguns dias, caiu-lhe nas mãos um livro e esse o informou que, entre outros, o douto beneditino D. CHAPMAN havia dado ao inciso de S. INÁCIO a mesma significação que o obscuro jesuíta brasileiro. Remordeu-lhe a consciência e emendou a mão num apêndice: “fui por demais severo na crítica. Com tôda a lealdade retiro em tempo a expressão [interpolação], deixando a crítica sômente pela metade”, p. 61. — Louvamos e aplaudimos a lealdade, mas deploramos profundamente que se entre a discutir assim

manuscrito único e defeituoso do século XI. Quem o há de dizer é a autoridade protestante de LIGHTFOOT, um *oxfordman* especializado na edição crítica dos padres apostólicos. Por falta de correção do original grego “no estabelecer as lições, as autoridades secundárias são da mais alta importância. Entre estas a *versão latina*, por ser extremamente literal, ocupa o primeiro lugar... Dá-nos uma forma muito mais pura do texto, por ser isenta de várias corrupções e algumas interpolações e omissões que desfiguram o grego”. *The Apostolic Fathers*, London, 1926, p. 99. BARDENHEWER, na Alemanha, não fala de outro modo: “A velha versão latina da coleção mista pode rivalizar de importância com o manuscrito grego da mesma coleção; dir-se-ia um decalque servil do texto grego; daí o seu alto valor para a crítica do texto original”. *Les Pères de l’Eglise*, tr. fr. de Godet-Verschaffel, Paris, 1905, t. I, p. 81. O atilado senso crítico do professor de S. Paulo vislumbra a mesma importância numa tradução japonesa!! — Quanto ao “refugar o texto grego” — é simplesmente mais uma destas acusações falsas a que o açoitamento do nosso adversário, a cada instante, lamentavelmente o arrasta. Abra CP e a pp. 58-59 encontrará a exegese crítica do texto inaciano feita imediatamente sôbre o original grego. — Por que tentar com semelhantes processos insinuar no ânimo dos leitores dúvidas sôbre a honestidade intelectual de um autor? Não é digno.

um assunto tão grave, sem conhecer sequer o estado atual da questão. Se o improvisado polemista de S. Paulo continuar as suas leituras verificará que, não sômente D. CHAPMAN, mas inumeráveis outros críticos de nomeada européia, como FUNK, D’HERBIGNY, DUCHESNE, OTTIGER, VAN-LAAK, DE GROOT, CAYRÉ, TIXERONT, etc., etc., assim traduzem e interpretam o trecho célebre de S. INÁCIO. Assim também o haviam entendido os antigos tradutores. As outras interpretações, essas, sim, é que são tendenciosas; nasceram da necessidade em que se viu o protestantismo, de eliminar, para viver, tudo o que pudesse depor em favor de Roma e da organização eclesiástica nos primórdios do cristianismo. Daí a sua ogeriza contra as epístolas de S. INÁCIO e nomeadamente contra a dirigida aos romanos. Mas a ciência vai passando por cima dos preconceitos de seita e a verdade acaba triunfando.

Que o Sr. F. H. desconhecesse por completo o estado em que se achava o debate entre os críticos é de lamentar mas enfim entende-se. O que se não entende é que havendo eu estabelecido a interpretação — que êle chamou de interpolada! — sôbre a *análise imediata do texto original*, não dissesse o adversário *uma palavra sôbre este ponto*. Vêzo antigo de evitar a discussão científica e imediata do ponto controvertido para ficar com o campo aberto à reiteração infatigável das mesmas afirmações gratuitas!

S. INÁCIO chama a igreja de Roma “a que preside” *προκάθηται*, de modo absoluto e sem nenhuma restrição. O inciso que se lhe segue: “no lugar da região dos romanos” não lhe restringe o espaço; porque o verbo grego *exige em genitivo* o lugar onde se exerce o poder. Aliás, semelhante interpretação são se emoldura no contexto. Enquanto das outras igrejas diz o mártir que “estão neste ou naquele lugar (a que está *ὄσθη* em Éfeso”, etc.), de Roma afirma simplesmente “a que preside” *Ecclesia praesidens*;

como nós dizemos, sem aditamentos, do chefe de uma coletividade: é o presidente.

Seguem-se vários epítetos laudativos, depois dos quais, o autor volta a insistir sobre a idéia de primado: *προκαθημένη της ἀγάπης*. Roma é a igreja que “preside ao amor”, isto é, a comunhão dos fiéis vinculada pela caridade. Arbitraria interpretação? De modo algum; impõe-na a análise semântica do texto. A palavra *ágape* encontra-se na primitiva literatura cristã com o significado de *igreja ou assembleias dos fiéis*. Talvez S. PAULO já a emprega neste sentido. S. INÁCIO certamente (cfr. *Phil.* XI, 2; *Smyr.* XII, I; *Trall.* XIII, I, *Rom.* IX, 3). Aqui neste contexto não se lhe adapta outro sentido. O verbo “presidir”, de origem militar e implicando jurisdição, constrói-se ou absolutamente, ou com um complemento em genitivo que indica o lugar em que, ou a coletividade a que se preside. Quando LIGHTFOOT aventou a idéia de traduzir o texto “sobressair pela caridade” esqueceu que o verbo *presidir* não comporta este significado. *προκαθεσθαι*, no grego clássico, é sinônimo de governar (*ARIST. Polit.* VI, 8, 17; *PLATÃO, De Legibus*, 758). Entre os autores cristãos ou se emprega na mesma acepção de governo profano (S. CRISÓSTOMO, *in Math.* hom. 7, c 7; S. GREGÓRIO NAZIANZENO, *Or.* 43, c. 14) ou no de jurisdição eclesiástica do bispo ou do presbítero. Neste sentido de governo episcopal emprega o termo S. INÁCIO na carta aos *Magnésios*, C. 6. O que se segue, na epístola aos romanos, acaba de dissipar qualquer dúvida que ainda possa pairar no espírito. No cap. III, diz o Santo: “*Ensinastes os outros ἐδιδάξατε*: quero que fiquem firmes as cousas que, nos vossos ensinamentos, *prescrevestes, ἐντέλλεσθε*”.

Roma, portanto, já exerceu uma autoridade de *magistério* e de *jurisdição*: a outras igrejas *ensinara* e *mandara*. Refere-se porventura S. INÁCIO à intervenção de CLEMENTE em Corinto ou a outros fatos que nos são desconhecidos? Não o sabemos; o que é certo é que no Oriente ao bispo de

Antioquia já era conhecido o exercício do poder de Roma, no domínio da fé e da disciplina. Termina o grandê mártir confiando a Roma a sua longínqua igreja de Antioquia, para que a governasse com *autoridade episcopal*, *ἐπισκοπήσει* (IX, L).

O Sr. F. H. para fazer crer aos seus leitores que se tratava quando muito de “uma presidência de *honra*, não de *jure*”, teve a especial habilidade de *eliminar da discussão estes últimos textos já por nós citados e analisados*. CP. 59-60.

Resumindo-lhe a crítica em três palavras: 1.º) um falso alarme pueril de interpolação a indicar um desconhecimento deplorável do estado do debate; 2.º) uma recusa obstinada de discutir a questão sobre os textos originais para repisar eternamente as mesmas afirmações; 3.º) uma omissão inexplicável de textos decisivos no estudo do assunto e já conhecidos pelo Sr. F. H. Polêmica sincera?

* * *

8. Em INÁCIO falava o longínquo Oriente em favor do primado de Roma, a igreja “que preside”. S. IRINEU vem trazer-nos o testemunho das Gálias. Investiga o santo bispo de Lião a *regra da fé* ou o modo de chegar ao conhecimento seguro da verdade revelada. O primeiro meio é-nos dado pela tradição universal da Igreja católica (nada de livre exame exercido individualmente sobre a Escritura). A verdadeira doutrina receberam-na os apóstolos de Cristo: a pregação apostólica transmissora da fé genuína é conservada diligentemente pela Igreja “in universum mundum disseminata”. *Ad. haeres.* I, 10, 2. Percorrer portanto as diferentes igrejas é chegar ao conhecimento desta “tradição apostólica manifestada em todo o mundo” (*Adv. haer.* III, 3, I). Aí estão os bispos instituídos pelos apóstolos e os seus sucessores como guardas vigilantes da ortodoxia. A tradição universal da Igreja conservada pela sucessão dos bispos, que nos ligam aos apóstolos e por eles a Cristo, eis a primei-

ra norma segura de fé, capaz de distinguir os hereges dos fiéis.

Não haverá, porém, outra norma não menos segura, porém mais rápida? Há, responde IRINEU, há uma igreja, a maior de todas (máxima), antiqüíssima e de todos conhecida, fundada em Roma pelos apóstolos Pedro e Paulo, que nos permite confundir imediatamente quantos por vanglória ou por cegueira se desviam do verdadeiro caminho. "Pois com esta igreja, por causa de uma preeminência de poder, é necessário que concordem todas as igrejas, isto é, os fiéis de toda a terra; nela é que os fiéis disseminados por todo o mundo conservam a tradição que vem dos apóstolos" (13).

Este magnífico trecho que sobre o primado da Igreja romana na função de conservar a fé nos deixou o bispo de Lião, formado na escola dos discípulos imediatos dos apóstolos, tem sido o martírio dos exegetas protestantes. Não há tortura a que o não tenham submetido para obter que não diga o que manifestamente diz a quem quer que o leia sem preconceitos. A multiplicidade de interpretações que, desde NEANDER até GIESELER e LANGEN, se vão sucedendo ininterruptamente, prova, de um lado, a insuficiência de cada uma delas que, de regra, só satisfaz ao que a inventou; de outro, a tenacidade irredutível de um preconceito que se não quer dobrar à objetividade dos fatos. TURMEL recolheu em obra recente quase todas estas objeções gastas e a grande originalidade do Sr. F. H. consistiu em copiar três ou quatro páginas de TURMEL (14).

(13) "Ad hanc enim Ecclesiam propter potentiorum (Cod. Claromont.: potiorum) principalem necesse est omnem convenire Ecclesiam, hoc est, eos qui sunt undique fideles, in qua semper ab his, qui sunt undique, conservata est ea quae est ab apostolis traditio". *Adv. haers.* III, 32.

(14) É bom que o leitor conheça de perto as autoridades em que se arrima a polêmica protestante da nossa terra. TURMEL é atualmente um padre suspenso de ordens e excluído do seio da Igreja, por se haver envolvido nas mais tristes aventuras. Em 1906

Necesse est omnem convenire ecclesiam. *Convenire*, dizem os críticos protestantes, significa, neste passo, não concordar, mas *concorrer*; *necesse est*, implica uma simples *necessidade física*, não uma obrigação moral. O texto de IRINEU *viria*, portanto, a dizer o seguinte: "Os fiéis do mundo inteiro se encontram em Roma aonde são *necessariamente* chamados pela importância excepcional da cidade; ou, se o

e 1907 apareceram na *Revue d'histoire et de littérature religieuse* dois artigos mais ou menos escandalosos sobre o dogma trinitário e o culto de Maria, um assinado por A. DUPIN, outro por G. HERZOG. Os católicos impressionaram-se vivamente e procuraram identificar os autores. SALTET, professor em Tolosa e PORTALIÉ, em Paris, aplicando os princípios científicos da crítica interna, conseguiram estabelecer uma dependência estreita entre os dois autores e os livros de TURMEL. O padre indigitado negou e desculpou-se dizendo não ser responsável pelo erro que dos seus livros ou *manuscritos* podiam fazer outros escritores. Era uma situação pouco definida. Continuaram, porém, os estudos e as investigações: o resultado a que finalmente se chegou foi que DUPIN e HERZOG eram apenas dois nomes postiços de um só TURMEL verdadeiro. E estes dois nomes desapareceram inesperadamente da cena literária. Mas os livros e artigos contra a Igreja e os dogmas católicos foram-se multiplicando prodigiosamente: era um esquadrão de historiadores das doutrinas cristãs que descia à liça contra o catolicismo: GALLERAND escrevia sobre a Redenção, A. VAURECK, A. LAGARDE, A. MICHEL sobre a penitência. O leitor já terá adivinhado. Sob todos estes pseudônimos escondia-se o infatigável TURMEL que continuava ainda a negar as suas responsabilidades, a vestir batina e celebrar missa!! Quando L. COUCHOUX iniciou há pouco uma biblioteca contra o cristianismo, entre os seus colaboradores apareceram L. COULANGE e H. DELAFOSSE: mais dois criptônimos de TURMEL!! Só finalmente em 1930 um processo em regra apurou todas estas responsabilidades deste padre indigno que durante 25 anos não se conservara na Igreja senão para atraí-la. TURMEL foi então suspenso *a divinis*. 25 anos de mentiras, de falsificações, de duplicidade, de traições, de um pseudonimato multiforme a encobrir toda uma literatura de guerra subdola e desleal!! Pois é este homem, animado deste ódio contra o cristianismo, que o Sr. F. H. foi escolher para mentor: TURMEL é o seu quinto evangelho. A propósito de S. CLEMENTE, de S. INÁCIO, de S. IRINEU aparecem as suas críticas como "a expressão da ver-

quiserem, Roma é o confluente de tôdas as igrejas. Esse concurso dos fiéis de todo o mundo à cidade imperial serve para manter na igreja desta cidade a pureza da fé; porque o ensino eclesiástico de Roma, estando confrontado, sem cessar, com a sagrada tradição de diversas igrejas, é inacessível ao erro". IV. 22.

— Respondamos. *Convenire* pode significar a concorrência física dos corpos num mesmo lugar ou a concórdia espiritual das almas numa mesma doutrina (15). Qual o sentido que aqui se lhe deve atribuir? O contexto exclui o primeiro e impõe absolutamente o segundo. Suponhamos por um instante que *convenire* significasse concorrência física dos enviados de tôdas as igrejas. A que se reduziria então o argumento de IRINEU? Querendo demonstrar que não era necessário percorrer tôdas as igrejas para mostrar a unidade da fé católica, mas bastaria para isto interrogar o ensino da Igreja de Roma, acabaria, em última aná-

dade". IV, 10. — Enquanto o protestantismo brasileiro vai assim renovar as suas "fontes" de discussão no "Papado" de TURMEL, eis como a crítica racionalista e insuspeita de GUIGNEBERT julga a sua *História dos dogmas* (de que *La papauté* é o 3.º vol.): O autor "desconsidera-se a si mesmo pelo método todo subjetivo segundo o qual aproxima textos truncados, datados e retalhados ao sabor de suas hipóteses pessoais... Encher-se-iam páginas e páginas com as singularidades, ridiculárias e extravagâncias que se encontram ao correr da leitura deste grande volume... Em verdade, encontra-se também nestas 450 páginas uma ciência patristica em si admirável... Mas tudo isto não compensa o resto. O livro procede de um espírito falseado pelo abuso do sistema e por um subjetivismo descabelado". *Revue historique*, t. CLXXI, 1933, p. 569. TURMEL tem sido nestes últimos tempos o companheiro de cabeceira inseparável do Sr. F. H. Há sempre na escolha das autoridades em que um se arrima a revelação de uma psicologia muito instrutiva.

(15) Na acepção de "concordar" emprega o mesmo tradutor latino de IRINEU no Liv. IV, 21, 3 (MIGNE, VII, 1045). A preposição *ad* é a versão literal de *ὄης* que se constrói com os verbos *συμφωνεῖν* ou *συμβαλεῖν* empregados pelo Santo.

lise, não provando cousa alguma, mas afirmando puerilmente o que devera demonstrar: os peregrinos de tôdas as igrejas, em chegando a Roma, verificavam maravilhados que todos professavam a mesma fé. Mas então onde está o argumento novo? Onde está a *principalitas potentior*, a autoridade superior da Igreja de Roma (16), desta Igreja "maxima et omnibus cognita"? E se porventura não houvesse concórdia, onde estaria a verdadeira fé? qual seria o critério da ortodoxia? A simples presença ou reunião física dos fiéis de outras igrejas não traria nenhuma resposta precisamente ao problema pôsto por IRINEU: como distinguir a verdadeira doutrina apostólica das adulterações introduzidas pela heresia. E era esta com efeito a situação histórica, real. A Roma confluíam não só os fiéis senão também os *semeadores do erro*. Quando IRINEU escrevia já lá tinham ido TEÓDOTO, CORIÁRIO, VALENTINO, CERDÃO, MARCIÃO, PRAXEIS e outros. Por que se conservou então a unidade da fé, senão porque Roma, isto é, os bispos de Roma, condenaram estas heresias e as outras igrejas concordaram com os seus ensinamentos? Para o bispo de Lião — é preciso não o ter lido nunca para o ignorar — a verdadeira doutrina conserva-se *pela sucessão dos bispos*, depositários da ortodoxia, nunca pela confluência fortuita de peregrinos. Continuemos a lê-lo neste mes-

(16) *Principalitas*, na linguagem comum de S. IRINEU equivale a direito de mandar — *ius principandi*, — autoridade. Cfr. II, 1, 2; I, 30, 8; 31, 1; 26, 1. De Deus diz: *principalitas*, quae est super omnia. — Note-se ainda que IRINEU atribui a *principalitas potentior*, não à Roma, capital do império, sede da autoridade civil, mas à igreja de Roma: *antiquissima, maxima, omnibus cognita*, fundada pelos gloriosos apóstolos S. Pedro e S. Paulo. Nunca, nos escritos da igreja primitiva, nem em S. IRINEU, como nem em S. INÁCIO ou S. CLEMENTE se une ou relaciona a autoridade *potentior* da igreja de Roma com a situação civil da capital do Império. Roma imperial, metrópole do paganismo perseguidor dos cristãos, nenhuma autoridade podia conferir, aos olhos da consciência religiosa dos primeiros fiéis, à igreja de Roma, sempre a primeira vítima, e a mais provada, dos editos imperiais de perseguição.

mo capítulo e o seu pensamento brilhará em toda a sua lucidez. Depois de enumerar a série dos bispos de Roma que sucederam aos apóstolos, LINO, ANACLETO, CLEMENTE; depois de lembrar, como aplicação concreta da doutrina geral que enuncia, a intervenção eficaz de CLEMENTE junto aos fiéis de Corinto, aos quais enviou *postentissimas litteras ad pacem eos congregans et reparans fidem eorum*, conclui nestes termos: “Por meio desta ordenação e sucessão, a tradição dos apóstolos e a pregação da verdade chegou até nós. E esta demonstração é pleníssima a mostrar-nos que só há uma fé vivificadora e que na Igreja se conserva e transmite, em verdade, desde os apóstolos até os nossos dias” (17). Aí está o princípio fundamental e a norma verdadeira da ortodoxia. Não se apura a sinceridade da doutrina evangélica pela convergência casual de cristãos que se encontram nesta ou naquela metrópole mais freqüentada e aí conferem as suas opiniões, como num moderno parlamento democrático. É a tradição da Igreja, confiada aos pastores, que transmite a integridade dos ensinamentos apostólicos; “por esta ordenação” é que a verdade chega até nós.

Por aí já se vê a significação do *necesse est* do texto de IRINEU. “Na sua pena, diz F. H., a obrigação moral é expressa por *dei* e o termo *anagkê* (ou *anagkaion*) designa simplesmente a necessidade física, o resultado inevitável”. IV, 21. — O mentor do Sr. F. H. não o informou bem. *Anagkê*, tanto no grego clássico como, em particular, nos escritos de S. IRINEU, significa uma e outra coisa, tanto a necessidade física quanto a obrigação moral (18). O contexto decide,

(17) “Hac igitur ordinattione et successione, ea quae est ab Apostolis traditio et veritatis praeconatio pervenit usque ad nos. Et est plenissima haec ostensio, unam et eandem vivificatricem fidem esse, quae in Ecclesia ab apostolis, usque nunc sit conservata et tradita in veritate”. *Adv. Haeres*, III, 33.

(18) Cfr. por exemplo S. IRINEU *Adv. Haeres*, I, 6, 2; III, 12, 14; IV, 1, 2; IV, 33, 9.

em última análise, da espécie de determinação de que se trata. No caso presente, como acabamos de ver, trata-se de uma necessidade *lógica*, proveniente da natureza das cousas, implicando ao mesmo tempo e como consequência uma obrigação *moral*. Porque a igreja romana possui uma “autoridade superior”, é o centro de unidade da fé, é natural que todas as igrejas fiéis à tradição apostólica com ela concordes, como cada igreja tem o dever de com ela convir se não quiser desgarrar da verdade mas conservar “quae est ab apostolis traditio”. Só assim as palavras de IRINEU se podem interpretar de modo coerente; só assim a sua argumentação se torna inteligível. Fora daí são contorsões e violências que se não explicam, senão por um partidarismo apaixonado. “Intolerável”, com razão chamou HARNACK ao antigo subterfúgio dos seus correligionários, *ist nicht ertraeglich* (*Dogmengeschichte I*, 446).

— Antes de terminar o estudo sobre o testemunho de S. IRINEU, quero chamar a atenção dos leitores sobre as 3 observações com que inicia a sua crítica o Sr. F. H.

“Observarei: a) que o texto latino está incompleto na citação”. IV p. 14.

— Incompleto, isto é, truncado ou mutilado, não; incompleto, isto é, não citei em latim *toda a página ou capítulo inteiro* de IRINEU, é exato. Nem era mister; dei apenas o texto latino do tópico mais importante que constituía a base da argumentação. Que mal há nisso? Toda citação não está nestas condições?

“b) que a tradução do padre é feita sobre texto mais amplo, mas sem o cabeçalho que é de suma importância”. IV. 14. — A tradução reproduz fielmente não só o inciso em que se afirma “a potentior principalitas”, mas todo o longo período em que se enquadra, para que o leitor tivesse diante

dos olhos o seu contexto imediato. Há porventura neste proceder alguma quebra de lealdade científica? Não citei “o cabeçalho que é de suma importância”. Não há cabeçalho algum; há os períodos anteriores que constituem o contexto mediato; não os citei porque estava obrigado a resumir matéria muito ampla; a S. IRINEU consagrei apenas 6 linhas de texto e uma nota. IRC. p. 108. Mas este contexto é “realmente de suma importância”; ele é que determina o objetivo e a força do argumento do bispo de Lião; ele é, como o leitor já viu, que exclui peremptoriamente qualquer das evasivas multiplicadas debalde pelos exegetas protestantes. Agradeço pois ao Sr. F. H. a oportunidade de o aduzir no debate. Mas por que insinuar que eu havia omitido uma peça do processo contrária à interpretação genuína de S. IRINEU?

c) “Que à sua tradução se ajuntam três comentários de DUCHESNE, cuja tradução, no entanto, o padre repudiou”, IV, 15. — Magnífico! Nova regra de crítica! Não se podem citar os comentários de um autor sem lhe seguir também a tradução (19). Mas qual é a tradução de DUCHESNE? *Potentior principalitas* verteu ele por preeminência superior”. Para melhor acentuar a superioridade primacial da Igreja

(19) Em matéria de tradução o Sr. F. H. é incontentável. Porque ao verter uma carta de MELANCTON acompanhei de perto o texto e duas notas de DENIFLE, citado explicitamente entre as fontes consultadas (I R C p. 209), o professor paulista armou a escândalo. A fim de produzir nos leitores ingênuos a impressão de que eu falsificara ou mutilara o texto, reproduziu em *cliché* a página de DENIFLE!! Agora, irrita-se porque não seguiu, letra por letra, a versão de DUCHESNE!! É preciso, a todo custo, incutir no ânimo dos correligionários protestantes que a minha polêmica é feita de deslealdades científicas e reticências criminosas. No dia em que um adversário sincero me demonstrar, não uma falsificação voluntária, que essa não se encontra, mas algum engano inconsciente nos meus escritos, serei o primeiro a agradecer-lhe e retificar o que a verdade exigir. Mas estas encenações que visam armar a efeito só fazem mal a quem as inventa. Houvera argumentos sérios!

de Roma, o grande historiador serviu-se até de uma expressão pleonástica. Quem diz preeminência diz “superioridade, primazia” (Cândido de Figueiredo); à idéia já contida no substantivo, acrescentou DUCHESNE o adjetivo “superior”, para excluir qualquer ambigüidade. Em relação às outras, a igreja romana é *preeminente, é superior*. Foi esta mesmíssima idéia que eu traduzi com outros termos: “em razão de sua primazia de poder (poder = *principalitas*; primazia = *potentior*). O comentário de DUCHESNE frisa ainda melhor o alcance do texto. Dificilmente, diz ele, poderia encontrar-se uma expressão mais nítida... 2.º) da “importância soberana, única da Igreja romana, como testemunha, guarda e órgão da tradição apostólica; 3.º) da sua preeminência superior no conjunto das cristandades” (IRC. 109) (20). Aí está: como órgão e guarda da fé, a Igreja romana tem uma *importância única e soberana*; na harmonia universal das igrejas, ela salienta-se com a superioridade de sua *preeminência*. Eis o que dizia no II século S. IRINEU. Eis o que diz DUCHESNE, interpretando-o; eis o que havíamos dito também nós; eis o que obstinadamente não quer ver o daltonismo protestante.

O leitor que percorresse rapidamente as três observações do Sr. F. H. seria levado a crer que mutilamos o texto clássico de IRINEU e falseamos DUCHESNE atribuindo-lhe opiniões por ele repudiadas na sua tradução. Não é digno.

* * *

(20) A seguir o Sr. F. H. cita a intervenção de S. IRINEU junto ao papa VÍTOR, a fim de que, por uma questão meramente *disciplinar* (celebração da Páscoa), não rompesse com as igrejas da Ásia Menor. Era ainda uma vez reconhecer ao Bispo de Roma o poder de separar outras igrejas da comunhão católica. O fato histórico e sua interpretação já o havíamos estudado em outro trabalho. R. P. 176-178. Como de costume, o Sr. F. H. repetiu a objeção sem se incomodar com a resposta. E a polêmica a eternizar-se!

9. Numa defesa do protestantismo uma alusão a S. CIPRIANO é número obrigado de programa. Todos sabem que na controvérsia batismal o grande bispo de Cartago desgarrou da tradição católica, arrastando no seu êrro muitos colegas da África. Advertido pelo papa S. ESTEVÃO, o seu temperamento ardente encandeceu-se, e, nestes momentos de exaltação apaixonada, escreveu ao bispo de Roma algumas cartas em contraste aberto com tudo o que ensinara e praticara nos bons dias serenos em que se costuma ver e dizer a verdade na plenitude de sua pureza. Nestes documentos de origem turva foi a apologética protestante pescar os seus textos contra o papado. A crítica moderna, serena e imparcial, também neste ponto vai ultimando o seu trabalho de justiça vitoriosa. As afirmações ditadas no ardor das discussões têm o valor que já lhes dava DE MAISTRE, quando a propósito desta mesma questão formulava o princípio geral de bom senso: “o testemunho de um homem, por maior seja o seu merecimento, não pode ser recebido; tôdas as vêzes que podemos suspeitá-lo sob a influência de alguma paixão capaz de o enganar”. *Du pape*, 1. I. c. 8. O CIPRIANO anterior à controvérsia batismal, tranqüilo e sem ressentimentos pessoais, porta-voz desapaixonado da grande tradição católica, êsse, não obstante as deficiências e lacunas de sua eclesiologia, depõe em favor do primado de S. Pedro e dos seus sucessores (21). Procuramos resumir êstes resultados a que chegaram os críticos mais recentes e autorizados

(21) Os próprios críticos protestantes e racionalistas reconhecem as incoerências entre o CIPRIANO da controvérsia e o CIPRIANO anterior. “Quando CIPRIANO... tenta ainda conservar a unidade da Igreja, falta-lhe o solo sob os pés e as suas afirmações vacilam no ar. Consoante a sua noção da Igreja, a unidade deveria logicamente achar-se onde se acha o bispo de Roma”. O. RITSCHL, *Cyprian von Karthago*, Göttingen, 1885, p. 140. “Indubitavelmente no conflito com ESTEVÃO pôs-se CIPRIANO em contradição com as suas opiniões anteriores sobre a importância da cátedra romana na Igreja”. A. HARNACK, *Dogmengeschichte*, Freib. i. B. I, 421 — É cousa líquida

em IRC, 109 e posteriormente em RP — 183-195. Citamos mais de 20 textos em que o bispo de Cartago afirma:

1.º) que S. Pedro é o fundamento sobre o qual Cristo construiu a sua igreja, *super quem posuit et fundavit Ecclesiam*;

2.º) que esta função não é pessoal mas inerente à sé de Roma, onde os sucessores de S. Pedro continuam a desempenhar a missão de sustentar e unificar o edifício da cristandade. A sé de Roma é “*locus Petri et gradus cathedrae sacerdotalis*”, é “a matriz e a raiz da Igreja católica”. Estar em comunhão com o Papa é comungar “com a unidade da Igreja católica”. A S. CORNELLO escreve o bispo africano, pedindo deponha MARCIANO, bispo de Arles, nas Gálias, que aderira ao cisma do NOVACIANO e comunique logo o nome do seu substituto para que os irmãos da África soubessem a quem se deveriam dirigir. Bispo deposto pelo Papa é bispo separado da comunhão católica; bispo substituído pelo Papa é bispo com quem devem comungar os fiéis de tôdas as igrejas.

Que responde a tudo isto o Sr. F. H.? Cita-nos dois ou três retalhos de cartas escritas durante os estos da controvérsia sobre o valor do batismo conferido pelos hereges. E depois lembra o texto em que S. CIPRIANO se refere à cátedra de Pedro como “à igreja *principal* de onde se origina o sacerdócio”. Principal, comenta apaixonadamente, “também aqui se poderia admitir com o seu sentido usual sem que daí resulte a referida jurisdição”. IV, 25. E pouco adiante, abordando-se em TURMEL: Roma é a igreja “principal”, isto é, a primeira do ponto de vista cronológico”. Como se S. CIPRIANO não soubesse que a Igreja de Jerusalém

para quem tem olhos de ver. Mas a polémica protestante da nossa terra continuará eternamente a citar êstes trechos apaixonados como reflexos do verdadeiro e genuíno sentir do grande bispo de Cartago! Sem estas infusões mil vêzes refervidas de que poderia ela viver?

ou de Antioquia foram fundadas “cronologicamente” antes da de Roma! Mas a causa protestante exige esta interpretação... E aqui termina a crítica do Sr. F. H. sobre o testemunho de S. CIPRIANO. Todos os outros passos por nós alegados — mais de 20!! — que esclarecem definitivamente a opinião do bispo de Cartago, ficam para os seus leitores envolvidos nas sombras de um silêncio que não nos é possível chamar de leal.

* * *

10. Com o peso singular de sua erudição e a independência de seu caráter, S. JERÔNIMO é mais um testemunho valioso em favor do primado de Roma. MELÉCIO, VITAL e PAULINO pleiteavam a sede de Antioquia e semeavam a discórdia e o cisma. S. JERÔNIMO apela para Roma, ovelha para o seu pastor, a *pastore praesidium ovis flagito*. “Para seguir a Cristo, quer seguir o papa na certeza de estar assim em comunhão com a cátedra de Pedro. Sobre esta pedra sabe que foi edificada a Igreja. Quem comer o cordeiro fora desta casa é profano; quem não se achar nesta arca, perecerá. Quem não recolhe com o papa, dissipa... Que Damaso decida: e ele não hesitará em afirmar três hipóteses” (22).

(22) “Ego nullum primum, nisi Christum sequens, Beatitudinis tuae, id est, Cathedrae Petri, communionem consocior. Super illam Petram aedificatam Ecclesiam scio. Quicumque extra hanc domum agnum comederit profanus est. Si quis in arca Noe non fuerit, peribit regnante diluvio... quicumque tecum non colligit, spargit... Decernite, obsecro, si placet, et non timebo tres hypostases dicere”. *Epist.* XV, 2, 4; ML, XXII, 355, 357. O Sr. F. H., conforme o seu louvável costume, tantas vezes salientado, cala todas as expressões do trecho e diante do leitor incapaz de julgar, por subtração dos autos, afirma desabalmente: “Todas as palavras elogiosas de JERÔNIMO, pisadas em um gral, não dariam uma pálida essência da jurisdição exercida pelo bispo de Roma sobre seus colegas”. IV, 30. *Audaces fortuna iuvat!*

Não se poderia desejar depoimento mais explícito nem mais vigoroso.

Mas ao Sr. F. H. não falta a habilidade de salvatérios em todos os apertos. Está lembrado o leitor? Há dois Grisares... Assim também há dois Jerônimos. O que escreveu a carta acima é o JERÔNIMO “jovem que andava a cortejar o bispo de Roma”. IV. 30. “*Mais tarde*, desgostoso de Roma, o fogoso africano” é de pensar bem diverso.

Não pedirei ao leitor que arquite esta descoberta biográfica. S. JERÔNIMO, “africano”!! A polêmica protestante da terra já nos habituou a estas enormidades históricas proferidas com a serenidade olímpica da mais perfeita inocência. Pediremos apenas ao Sr. F. H. a prova desta mudança de pensamento. A prova, encontrou-a ele em GORE, que cita a epíst. 146 do Santo. Desastradamente, o documento não vem ao caso. A um anônimo descabelado (yecors) ouvira S. JERÔNIMO afirmar que os diáconos precediam aos presbíteros. Em apoio desta extravagância citava-se o exemplo de Roma, onde os diáconos, por acompanharem de perto ao Papa, eram tidos em grande consideração. O Santo retruca que em matérias disciplinares, como esta, os costumes particulares de Roma não têm mais autoridade que o de outras igrejas. Nada mais exato. E continua textualmente: “Onde quer que haja um bispo, em Roma ou em Argubium, em Constantinopla ou em Regio, em Alexandria ou em Tanis, tem ele o mesmo mérito e o mesmo sacerdócio”. *Epist.* 146. Ortodoxia perfeita. No poder *de ordem* (ejusdem meriti, ejusdem sacerdotii) todos os bispos são iguais; a plenitude do sacerdócio possui-a tanto o que pastoreia a igreja de Roma como o que preside à mais humilde diocese da África. O primado do Papa afirma-se no domínio da *jurisdição*, não no da *ordem*. E de *ordem* exclusivamente fala S. JERÔNIMO. Todo o contexto o indica. Pouco antes, lêem-se estas palavras: “Exceto a ordenação, que faz o bispo que também não faça o sacerdote”? palavras que não seriam verdadeiras nem inteligíveis se se não tratasse somente do poder de ordem.

O depoimento alegado, portanto, não faz ao caso. Mas apertemos a argumentação e interroguemos, não a GORE, polemizando contra Roma, mas a JERÔNIMO maduro e velho para vermos se, em algum ponto, retratou êle os seus ensinamentos acêrca do primado de Pedro e dos seus sucessores.

A carta que citamos é de 376; o santo orçava então pelos seus 30 anos. Em 393, 17 anos mais tarde, na porta dos 50, escrevia êle no tratado *Contra Jovinianum*: "Entre os Doze, um é o escolhido para que a *constituição de um chefe* cortasse a ocasião dos cismas" (23). S. Pedro é, portanto, o *chefe do Colégio apostólico, instituído por Cristo* para defender e conservar a unidade de sua Igreja. E como o perigo das discórdias, das heresias e dos cismas é contínuo, permanente será também a função da autoridade unificadora. Os sucessores de Pedro continuarão através das gerações a desempenhar a missão de pedra fundamental da Igreja. Estar em comunhão com a sede de Roma é seguro penhor de ortodoxia; separar-se dela é arriscar-se ao naufrágio, fora da arca da salvação. Assim escrevia êle em 376 ao papa Dâmaso; assim volta a inculcar a Demetriadem em 414. O que ensinara aos 30 anos *volta a confirmar* aos 67, pouco antes de morrer. Depois de lembrar à sua correspondente como, sendo ela ainda menina, o papa ANASTÁCIO reprimira enêrgicamente algumas heresias vindas do Oriente, aconselha-lhe, que, se repularem os germes nocivos, se mantenha firme na fé de S. INOCÊNCIO, sucessor do precedente, na cátedra apostólica, nem se deixe levar por nenhuma doutrina estranha (24). Alguns anos antes, em 400, referindo-se precisamente à fé romana, dizia enêrgicamente a PAMMACHIO: "velho, não me afastarei da fé em que fui

(23) "Tamen propterea inter duodecim unus eligitur ut capite constituto schismatis tollatur occasio". *Adv. Jov.*, I, 26; ML, XXIII, 247.

(24) "Et quia vereor, imo rumore cognovi, in quibusdam adhuc vivere et pullulare venenata plantaria, illud te pio caritatis affectu

batizado: illam senex tenebo fidem in qua puer renatus sum, (25)". Eis a doutrina de JERÔNIMO, una, constante, coerente, do princípio ao termo de sua vida. Pedro foi por Cristo constituído chefe, *caput*, dos Doze; sua missão é defender a unidade da Igreja e a integridade e pureza da fé. E' o que escrevia e ensinava invariavelmente aos 30, aos 50, aos 70 anos; é o que dizia ao papa DÂMASO como a RUFINO, a PAMMACHIO, a JOVINIANO ou a DEMETRIADE, amigos ou adversários, superiores ou discípulos (26). Quando o Sr. F. H. nos insinua uma manobra desleal do santo para "cortejar o bispo de Roma", ainda uma vez falsifica miseravelmente a história e elimina a integridade dos documentos em benefício de um interesse partidário. Triste causa que se não defende senão com expedientes desta ordem!

* * *

11. S. JERÔNIMO foi assim impiedosamente maltratado porque depõe contra o protestantismo; o martírio de S. AGOSTINHO foi ainda mais cruel. E' mais um espécimen típico do feitio polemista do Sr. F. H. Siga-nos o leitor.

"O padre cita por exemplo, à p. 94 do seu último livro, o texto de Agostinho: "por aí podes ver quanto vale a autoridade da Igreja católica que se firma na sucessão ininterrupta dos bispos até às sedes fundamentais dos apósto-

praemonendum puto, ut sancti Innocentii, qui apostolicae cathedrae, et supradicti viri successor et fillus est, teneas fidem; nec peregrinam quamvis tibi prudens callidaque videaris doctrinam recipias". *Epist.* CXXX, 16; ML, IV, 1120.

(25) *Epist.* LXXXIV, 8 ad Pammachium, ML, IV, 750.

(26) S. JERÔNIMO a dizer: velho, cconservo a fé romana de minha juventude. O Sr. F. H. a emendar a mão: há dois Jerônimos, o moço e o velho, o segundo desdisse o que afirma o primeiro. Por quê? Porque assim o ensina GORE. As doutrinas autênticas do grande Doutor não as encerram os seus escritos; a fonte pura, cristalina, incontaminada é um polemista protestante do século XX!!

los!" IV, 33. E depois comenta: "No trecho acima, o padre faz Agostinho empregar a expressão *Igreja católica* como sinônimo da *Igreja romana*, pois outra idéia qualquer não serviria ao padre de maneira alguma. Violência manifesta. Achar essa concepção em Agostinho seria tão possível como encontrar bananeiras na Groenlândia. O texto é, mesmo, dos mais condenatórios das pretensões papais. Por estas simples razões: 1.º — A Igreja de que ele fala é a *católica*, não a *romana*; 2.º — A sua autoridade se firma nos *bispos* (teoria de Cipriano e da Igreja da África) e não no *bispo* de Roma; 3.º — Esta autoridade decorre não da *sede apostólica* de Roma, tão-somente, mas das *sedes* apostólicas, que eram várias. Este plural é-lhe tão importuno ao Sr. Padre que ele não recua de o torturar logo adiante à página 98, onde, resumindo a seu modo o pensamento do grande bispo, o faz do seguinte modo: "pela sucessão dos seus bispos ela (a Igreja Católica) remonta a *sedes apostolica*". Como se vê no adjetivo *apostolica*, o plural agostiniano passou a ser singular *francano*. E' mais uma "lisura" de lontra do erudito jesuíta brasileiro". IV, 33-34.

— Não levemos em conta estas amabilidades de linguagem; já fazem parte integrante do estilo protestante em nossa terra. Cinjamo-nos às idéias. Dificilmente poderiam acumular-se em tão poucas linhas tantas inverdades, tantas mutilações, tantas assacadilhas de polêmica insincera. As provas.

O Sr. ERNESTO LUÍS DE OLIVEIRA, mais de uma vez, chamou a S. AGOSTINHO "o grande protestante do século V". A refutar-lhe sumariamente tão descompassada afirmação consagrei em CP um *excursus* de cerca de 10 páginas, (pp. 91-100) onde, percorrendo os pontos principais de divergências entre católicos e protestantes evidenciei a distância imensa que separa o bispo de Hipona dos reformadores do século XVI. Comecei, como era de razão, com a questão fundamental da regra ou critério da fé. O protestantismo

ensina o mais radical individualismo. Uma bíblia e diante dela o cristão armado de livre exame; eis, sem nenhum outro intermediário, o caminho que leva as almas a Cristo e a Deus. S. AGOSTINHO, não. Para chegarmos a Cristo, *a grande via é a Igreja católica*. Em confirmação deste asserto enunciado com estas mesmas palavras (CP. p. 94) aduzi, entre outros trechos, o destacado pelo Sr. F. H.: "Por aí podes ver", etc. Onde fiz eu, pois, a S. AGOSTINHO "empregar a expressão Igreja católica como sinônimo da Igreja romana", se nem uma só vez, nesta e na página seguinte, falo eu de Igreja romana? — "Outra idéia não serviria ao Padre". Mas por quê? Se precisamente o que estava demonstrando era que "para chegarmos a Cristo a grande via é a Igreja católica"? (p. 94) — "Violência manifesta", clama o Sr. F. H. Mas manifestamente o adversário perdeu o contato com a realidade das cousas!! Está no mundo dos sonhos!

Na Igreja católica, porém, constituída pela comunhão de toda a cristandade ortodoxa, há uma hierarquia, uma organização jurídica, uma sede episcopal, cujo bispo exerça sobre os outros um primado de jurisdição? Eis a questão da Sede Romana e das suas relações com as outras sedes; tratei-a, *não na pág. 94* donde o Sr. F. H. extraiu desastrosamente o trecho por mim aduzido para *provar outra verdade*, mas à pág. 98, onde o leitor poderá ler o seguinte: "O centro da unidade católica é a sé de Pedro, é Roma. Pedro recebeu o primado, "propter primatum quem in discipulis habuit" (*Enarr. in Ps. CVIII, 1; cfr. Sermo XLVI, 30; CCXCV, 2*). Por isto a Igreja Romana, a sé de Pedro, "a quem o Senhor depois da ressurreição confiou as suas ovelhas" (*Contra. Epist. Fund. 5*) é a Igreja "in qua semper apostolicae cathedrae viguit principatus" (*Epist. XLIII, 7*). Estar em comunhão com ela é estar em comunhão com os apóstolos, é estar na verdadeira Igreja (*Epist. XLIII, 7; 2; Contra Epist. Fund. 5*). Pela sucessão dos seus bispos ela remonta a *sedes apostolica*; sua autoridade é a mais alta: culmen auctoritatis

obtinuit”; “resistir-lhe é suma impiedade e arrogância ruinosa”. (*De utilit. cred.* 35) — CP. 98.

Aí está com que evidência e quantas vezes S. AGOSTINHO afirma o primado de Pedro e de seus sucessores. O Sr. F. H. leu esta página... e creê o leitor? não citou *um só* destes trechos em que tão claramente se encerra a confissão explícita do primado de Roma!! O Sr. F. H. leu esta página e adiantou desabaladamente que afirmar houvesse S. AGOSTINHO aceitado a jurisdição de Roma “é gracejar com a boa fé dos leitores”. Como assim? Onde estava a atenção do Sr. F. H. quando lhe caíram sob os olhos as palavras em que S. AGOSTINHO diz que a Igreja de Roma *culmen auctoritatis obtinuit?* onde estava com a memória da qual tão fulminantemente se lhe varreu a frase incisiva do bispo de Hipona: “Não lhe reconhecer o primado é sinal de rematada impiedade ou arrogância ruinosa”? (27) Por que toscanejou distraidamente quando lhe desfilaram ante as pupilas adormentadas a asserção agostiniana de que na igreja romana “semper apostolicae cathedrae viguit principatus?” Como! O Sr. F. H. leu isto e escreveu aquilo? Francamente não sabemos explicar.

(27) “Cui nolle primas dare vel summae profecto impletatis est, vel praecipitis arrogantiae”. *De util. cred.* c. 17, n. 35 ML, 49-91. Impiedade, por não reconhecer a instituição divina da constituição da Igreja; arrogância ou soberba, por se lhe não querer submeter. É preciso realmente ou nunca ter aberto um livro de AGOSTINHO ou cerrar os olhos à evidência para negar que o Santo não houvesse reconhecido o primado de Pedro. Alguns textos mais: “Cujus Ecclesiae Petrus apostolus, propter apostolatus sui primatum, gerebat figurata generalitate personam” *In Jan.* tr. 124, n. 5; ML., XXXV, 1973. “Cujus (Ecclesiae) ille agnoscitur in figura gestasse personam propter primatum, quem in discipulis habuit”. *In Ps.* 108, n. 1; ML., XXXVII, 1432. “Petrus a petra cognominatur beatus, Ecclesiae figuram portans, apostolatus principatum tenens” etc. *Serm.* 76, n. 3. ML., XXXVIII, 480).

Mais. O Sr. F. H. acusa-me de haver fraudulentamente substituído um singular pelo plural, as sedes apostólicas de que fala o Santo, por uma Sede Apostólica que me fazia jeito, “torturando” assim o texto agostiniano e dando mais uma prova da “lisura de lontra”. — Mas este homem conhece tanto S. AGOSTINHO como a Groenlândia. Sé Apostólica, no singular, aplicada por antonomásia à sé romana é expressão que ocorre frequentíssimamente nos escritos do grande doutor. Aí vão exemplos. Na causa pelagiana, num texto por mim citado (C. P. 99) e pelo Sr. F. H. lido: “Duo concilia missa sunt ad Apostolicam Sedem”. No singular Sr. F. H.!! Dos pelagianos ainda afirma que discutem “contra sententiam Domini... et contra Apostolicae Sedis auctoritatem... Cedant Sedi Apostolicae vel potius ipsi magistro et Domino Apostolorum” (ML. 33,826). Aqui, Sr. F. H., duas vezes, no singular, fala-se da Sé Apostólica, da sua autoridade, a quem devem ceder os transviados como à sentença do Senhor, ao próprio Mestre e Senhor dos Apóstolos. Esta sede é a mesma cátedra de Pedro, o apóstolo “a quem o Senhor depois da sua ressurreição confiou as suas ovelhas”; que recebeu de Cristo o primado sobre os outros discípulos “propter primatum quem in discipulis habuit”: “ab ipso Petro usque ad Anastasium qui nunc eandem cathedram sedit”. *Epist.* 53, 1. ML. 33, 196. Entre os motivos que o levaram a aderir ao catolicismo enumera o Santo a série dos bispos de Roma que ascendem à sede do apóstolo Pedro a quem o Senhor confiou as suas ovelhas: tenet ab ipsa sede Petri apostoli, cui pascendas oves suas post resurrectionem suam Dominus commendavit, usque ad praesentem episcopatum successio sacerdotum (*Contra epist. Fund.* 4). — Informando ao bispo de Nola, S. Paulino, acerca da controvérsia pelagiana, comunica-lhe que as *relationes* dos concílios africanos de Cartago e de Milévio foram enviadas à sede apostólica e de lá veio a resposta que não podia deixar de ser dada pelo

bispo da *Sé Apostólica*: ad omnia nobis ille rescripsit eo modo quo fas erat atque oportebat *apostolicae Sedis antistitem*. (*Epist.* 186, 3). Ainda uma vez no singular!!

Aí estão os textos de S. AGOSTINHO. Com um mau gosto que está a pedir meças à inexatidão histórica, o Sr. F. H. escreve numa serenidade inconsciente: “como se vê no adjetivo *apostólica*, o plural agostiniano passou a ser uma singular *francano*. E’ mais uma lisura de lontra.” IV. 34. O singular, preclaro senhor, é de S. AGOSTINHO, uma, duas, cem vezes!!! A lisura... dirá o leitor de quem é (28).

Mais ainda. Afirma o Sr. F. H. que, na doutrina de S. AGOSTINHO, a autoridade da Igreja “se firma nos bispos” segundo a *teoria de CIPRIANO* e da Igreja da África, e o bispo de Hipona era “*herdeiro de CIPRIANO* cujas idéias fundamentais acêrca da autonomia das igrejas da África jamais repudiou”. IV. 33.

Só neste período duas vezes pisa em falso o ilustre professor: a propósito da “teoria da Igreja da África” e de S. AGOSTINHO que a teria seguido.

(28) Pouco depois, citando a Doellinger, diz ainda o Sr. F. H.: “Também êsse papa (Pelagio I) (555-560) ignora que a igreja romana possuia algum privilégio em pontos de doutrina; porquanto o que apenas indica é que, nos casos de dúvida supervenientes em assuntos de fé, o dever de cada um consiste em conformar com o ensinamento das *igrejas apostólicas*, isto é, tanto com a de Roma, como com as de Alexandria, Antioquia e Jerusalém”. *O papa e o concílio*, p. 411; IV, 34. Transcrever estas afirmações depois do que nos diz a história acêrca das intervenções e declarações explícitas de S. CALIXTO, S. ESTÊVÃO, JÚLIO I, S. SIRÍCIO, INOCÊNCIO I, ZÓZIMO, BONIFÁCIO I, S. CELESTINO, S. LEÃO, S. AGATÃO, HORMISDAS, etc. etc. (Cfr. I. R. C. 105-107; 170-173) é simplesmente abusar da boa fé dos leitores. Uma parte pelo menos dos inúmeros fatos que depõem incontestavelmente contra as asserções do libelista apaixonado contra o Concílio Vaticano já era conhecida ao polemista protestante de S. Paulo. Mas, que importam os fatos e a serenidade da história? JANUS disse? F. H. copia com o servilismo de uma docilidade que nem sequer sabe duvidar ou verificar. Polêmica sincera?

Entre S. CIPRIANO e S. AGOSTINHO oferece-nos a história na pessoa de S. OPTATO, bispo de Milévio, na Numídia, um representante autorizado do sentir da igreja africana. Escrevendo contra PARMENTANO, um dos chefes donatistas, procura o santo bispo determinar os caracteres que distinguem a verdadeira igreja de Cristo. Ela é antes de tudo *católica*, isto é, disseminada por todo o orbe: *ubique diffusa*. Um cisma, ou uma divisão particular e regional traz, no seu particularismo, a própria condenação. Outro distintivo, porém, da verdadeira igreja é a *Cátedra*, a *Cátedra* única e singular, em que se sentou o chefe dos apóstolos, PEDRO, e em que se sentaram todos os seus sucessores até o atual bispo de Roma. Apellando para esta evidência incontestável diz o Santo num texto célebre: “Não podes negar o que bem sabes: na cidade de Roma, a cátedra episcopal foi dada primeiro a PEDRO; nela primeiro se sentou Pedro, o chefe dos apóstolos, donde o seu nome de CEPHAS, a fim de que nesta cátedra única conservassem todos a unidade; e nenhum dos outros apóstolos elevasse a sua cátedra particular, desde então já era cismático e pecador quem elevasse a sua cátedra contra esta cátedra singular” (29). A afirmação é magnífica: Cristo para conservar a unidade da sua Igreja fez de Pedro o príncipe dos apóstolos e da sua cátedra em Roma o centro de união universal. Elevar uma cátedra particular contra a “única e singular de Roma” é pecar e dividir, com o cisma, a igreja do Senhor. Esta cátedra subsiste sempre; e OPTATO aqui enumera todos os bispos de Roma

(29) “Negare non potes scire te in urbe Roma Petro primo cathedram episcopalem esse collatam, in qua sederit omnium apostolorum caput Petrus, unde et Cephas est appellatus, in qua una cathedra unitas ab omnibus servaretur ne ceteri apostoli singulas sibi quisque defenderent, ut jam schismaticus et peccator esset qui contra singularem cathedram alteram collocaret”. *De schismate Donatistarum*, II, 2 (MIGNE, XI, 947). O ilustre professor de S. Paulo já devia conhecer êste texto por nós citado (IRC, p. 529). Preferiu calá-lo, para citar JANUS!...

desde LINO, CLEMENTE e ANACLETO até SIRÍCIO, seu contemporâneo. Ainda hoje com o bispo de Roma se acha em união toda a catolicidade por meio de cartas de comunhão na devida forma “cum quo totus orbis commercio formatarum in una communionis societate concordat”. A *cathedra Petri*; eis, pois, por divina instituição, a condição de unidade da Igreja. Os outros dotes característicos da verdadeira Espôsa de Cristo são um corolário natural da comunhão com esta cátedra singular; onde ela está, aí se acham todos eles, aí se acha a verdadeira santa Igreja Católica (30). Dificilmente se poderia enunciar com mais clareza a importância de Roma na conservação da unidade católica e a necessidade essencial de dela não se separarem os fiéis. Eis, Sr. Professor, a doutrina da igreja da África, antes de S. AGOSTINHO.

Passemos agora ao grande doutor. O santo não só não segue ao CIPRIANO da controvérsia com S. ESTÊVÃO, mas expressamente lhe censura a atitude em face da autoridade romana. Ouçamos as suas palavras: “não me atemoriza a autoridade de CIPRIANO... Reconhecemos os grandes merecimentos de CIPRIANO, bispo e mártir, mas são porventura maiores que os de PEDRO apóstolo e mártir? Do qual o mesmo CIPRIANO... Quem ignora que o principado do seu aposto-

(30) “Probatum est nos esse in Ecclesia Sancta, catholica, apud quos et symbolum Trinitatis est, et per cathedram Petri quae nostra est, per ipsam et ceteras dotes apud nos esse” II, 9. S. AGOSTINHO perfilha o mesmo argumento de Optato. Também êle apela para a sé de Pedro, que se perpetua nos seus sucessores; também êle vê na dinastia dos bispos romanos que remontam ao apóstolo, a pedra invencível da Igreja, contra a qual debalde se mobilizam as portas do Inferno. Comparem-se, com o texto de OPTATO, êstes versos de AGOSTINHO, extraídos do *Psalmus contra partem Donati*.

Numeratê sacerdotes vel ab ipsa Petri sede,

Et in ordine illo patrum quis cui successit videte:

Ipsa est petra quam non vincunt superbae inferiorum portae.

lado deve ser preferido a qualquer episcopado?” (31) A autoridade de CIPRIANO é grande; a do papa é maior, é a autoridade do príncipe dos apóstolos, superior a de qualquer episcopado. — Ainda uma vez não acabamos de entender o desempenho das afirmações mais inverossímeis do Sr. F. H.

Depois destas magníficas proezas o Sr. F. H. exime-se a qualquer ulterior discussão e remata triunfante: “Êle [o P. Franca] é tão franco, tão desabalado nos seus malabarismos quanto aos textos; que esmiuçado um dêles, como acabo de fazer com o presente (!!), desmoralizam-se completamente os outros que se lhe associam. Só o vulgo ainda se deixará embair por estas escamoteações, e meu escopo não visa ao vulgo, mas aos homens cultos que, embora o sejam, não têm tempo de verificar as lisuras do padre Franca. E perante êle que vou descarnar-lhe as citações. Não defendo com isto senão a verdade histórica e o *nosso meio ludibriado*.” IV 35. — Decididamente, a cultura brasileira está vingada!

Mas failemos também nós em nome da cultura do Brasil. Há tantas situações equívocas e indecorosas nestas duas ou três páginas que o bom nome do Sr. F. H. e a consciência dos seus leitores reclamam imperiosamente que êle nos explique:

1.º) por que escolheu um texto de S. AGOSTINHO, por mim citado, para prova, não o primado de Roma, mas a necessidade da Igreja para irmos a Cristo, e assacou-me haver eu substituído o significado de católico pelo de romano, como se foram sinônimos?

(31) “Non me terret auctoritas Cypriani quia refecit humilitas Cypriani. Magnum quidem meritum novimus Cypriani, episc. et mart.; sed numquid majus quam Petri apost. et martyris? De quo idem Cyprianus... Quis enim nescit illum apostolatus principatum cuilibet episcopatu praefendum”. *De bapt. c. Donat.* II, 1, 2; ML, 43, 126). Como a caridade de S. AGOSTINHO procurou atenuantes para diminuir a gravidade do procedimento repreensível de CIPRIANO pode ver o leitor em RP. 193-194.

2.º) por que subtraiu aos leitores e omitiu nas suas críticas *todos os textos em que S. AGOSTINHO afirma a primazia de Roma, objeto preciso e exclusivo do debate?*

3.º) por que, depois de haver assim privado os juizes de *todas as peças autênticas do processo*, adianta sem provas afirmações em oposição diametral com as asserções categóricas de S. AGOSTINHO? Eis umas explicações que o "nosso meio ludibriado" exige inadiavelmente, Sr. F. H.

— O tempo e o espaço que minguaram ao Sr. F. H. para transcrever os trechos de S. AGOSTINHO, decisivos no debate, sobraram-lhe para copiar umas linhas d' "*O Papa e o Concílio*". — Parece incrível!! Fazer polémica em 1933 com "*O Papa e o Concílio*"!! Tôda a gente sabe que êste livro virulento foi escrito nas efervescências da luta movida pelo governo alemão contra o concílio do Vaticano. Redigiram-no dois eclesiásticos, ambiciosos, estimulados pelos poderes civis e acobertados pelo pseudônimo de Janus. Traduziu-o para português, num dos momentos de fraqueza de sua juventude, o nosso grande Rui que não consentiu se reeditasse mais durante a sua vida. Após a sua morte elementos interessados na propaganda anti-católica tiraram a lume uma nova edição do trabalho vertido por encomenda do grão-mestre da Maçonaria, SALDANHA MARINHO, mediante promessa não mantida de lhe adquirir mil exemplares. Hoje, não há na Europa um crítico que não se envergonhasse de citar JANUS; há mais de meio século desapareceu o livro na torrente saneadora que levou de roldão tôda esta literatura inspirada pela irritação de paixões em luta. Aqui, no Brasil, é ainda a fonte em que se vão abeberar os polemistas protestantes, sem excluir o Sr. F. H. de quem tínhamos direito de esperar mais sisudez e bom senso. Agora é JANUS o seu mentor; há pouco, era TURMEL, sacerdote indigno, que se

conservou dissimuladamente no seio da Igreja, durante mais de 25 anos, para melhor atraí-la dissimulando-se sucessivamente sob 6 ou 7 nomes de guerra! E' sempre esta literatura de origens turvas, nascida de paixões baixas, de ressentimentos e de ódios pessoais e ignôbilmente encoberta com um anonimato desleal. Pode chamar-se êste um trabalho desinteressado de ciência? São estas as fontes em que possa haurir informações uma alma que procura sinceramente a verdade?

Voltemos a S. AGOSTINHO. O grande luminar da Igreja da África não só ensinou mas ainda viveu a doutrina católica. Sôbre a constituição jerárquica da Igreja e o primado da sé romana, ao lado de ensinamentos claros, deixou-nos exemplos memoráveis e decisivos.

Na questão pelagiana, depois de haverem falado os bispos da Afirca e dois concílios regionais, o debate é levado por S. AGOSTINHO a Roma. O papa INOCÊNCIO I profere a sentença definitiva, anunciada, como tal, pelo bispo de Hipona aos fiéis africanos: *causa finita est*.

Sôbre êste fato, cujas circunstâncias mais importantes são cuidadosamente ocultadas aos leitores, diz o Sr. F. H., com uma evasiva pueril: "Agostinho não disse que *em todas as questões* quem fala por último, tribunal sem apelação, é Roma... O que êle disse é que *naquela questão* não havia mais que fazer, uma vez que, além das duas decisões conciliares, ainda havia a confirmação da sede romana". IV, 31, 32. Se o Sr. F. H., em vez de obstinadamente fiel ao seu sistema de citar JANUS ou GORE, houvesse consultado os textos autênticos sôbre os quais se deve cientificamente esclarecer a verdade histórica, veria quão insubsistentes e ridículas são as suas escapatórias.

Dois concílios africanos, um de Cartago, outro de Milévio, já haviam condenado a PELÁGIO. Estas sentenças são enviadas à sé de Roma, *tribunal*, portanto, *superior* aos concílios provinciais, constituídos pelos numerosos bispos da

Africa, 69 em Cartago, 61 na Numídia. Estas atas são acompanhadas das *cartas sinodais* e ainda de outra epístola assinada por AGOSTINHO e alguns colegas. *Bispos e concílios apelam para Roma*. Para quê? A fim de que, diz a sinodal de Cartago, se ajuntasse a *autoridade da sé apostólica* (leia bem Sr. F. H.: a autoridade da sé apostólica) ao que por eles já havia sido estatuído: *ut statutis nostrae mediocritatis etiam apostolicae sedis adhibeatur auctoritas;*” *Epist. CLXXV*, 2. A fim de que, acrescenta por sua vez a sinodal do concílio de Milévio, com probabilidade redigida pelo próprio S. AGOSTINHO, facilmente cedam os extraviados “à autoridade de sua santidade, decorrente da autoridade das Escrituras, *“auctoritate sanctitatis tuae, de sanctarum Scripturarum auctoritate depromptae facilius... esse cessuros?*” *Epist. CLXXVI*. — Feche JANUS e INGE e leia bem, Sr. F. H., leia bem: a autoridade do papa é mais alta, os rebeldes mais facilmente lhe hão de obtemperar, porque firmada na *autoridade das Escrituras*. E’ só “*naquela questão*” que a autoridade de Roma é firmada nas Escrituras?

Na epístola assinada por S. AGOSTINHO e mais três colegas, ALÍPIO, EVÓDIO e POSSÍDIO, os bispos signatários pedem que o papa aprove com a sua autoridade o que já haviam feito em defesa da fé: *hoc a te probari volumus* — *Epist. CLXXVII*, 19. — Nesta mesma época, escreve o santo a CLASSICIANO sobre outras dúvidas disciplinares que haviam surgido: “com a graça do Senhor, trataremos do assunto no nosso concílio e, se fôr mister, escreveremos à Sé apostólica para que se firme, com a autoridade concorde de todos, o que devemos seguir em semelhantes causas” (32). Atentou bem o Sr. F. H.; nesta ou naquela questão, quando se

(32) “Adjuvante Domino, et in concilio nostro agere cupio, et si opus fuerit ad sedem apostolicam scribere, ut in his causis quid sequi debeamus concordi omnium auctoritate constituatur atque firmetur”. *Epist. CCL*, apend.

quer saber o que se deve sêguir escreve-se não a Jerusalém ou a Cartago mas à *Sé Apostólica*. E’ S. AGOSTINHO quem o diz! E Sé apostólica está no singular!

Como acolhe INOCÊNCIO I a iniciativa dos bispos da África numa causa de tamanha importância? Como uma novidade singular? Como uma deferência de amigos? De modo algum: com a consciência serena de sua autoridade; como o cumprimento fiel, por parte do episcopado africano, de um dever firmado *pelos exemplos antigos da tradição cristã e da disciplina eclesiástica: antiquae traditionis exempla servantes et ecclesiasticae memores disciplinae*. O que eles fizeram na África devia ser levado ao juízo do papa, *ad referendum*, conforme o que se deve à sede apostólica: *ad nostrum referendum approbastis esse iudicium, scientes quid apostolicae sedi... debeat*. Pertence-lhe de fato, por direito divino, decidir *em última instância* tudo o que se trata na Igreja, ainda nas suas províncias mais remotas: *patrum instituta... non humana sed divina decrevere sententia, ut quidquid quamvis in disjunctis remotisque provinciis ageretur, non prius ducerent finiendum nisi ad hujus sedis notitiam perveniret*. *Epist. CLXXXI*, 1, 2. Aí está uma solene, explícita e insofismável declaração dos direitos de Roma. Roma é o centro da unidade católica; a ela afluem, em todos os negócios de importância, sobretudo quando a fé está em perigo, consultas de todas as províncias do orbe cristão, *per totum mundum, per omnes provincias*. E a Sé Apostólica responde, como tribunal superior, de última instância, *responsa emanant*. E este não é um caso excepcional, é o que se faz sempre na Igreja, *semper*; e não é uma *inovação recente*, é um *direito antigo antiquae regulae formam secuti*, firmado pelos nossos pais na fé, submissos assim não a uma convenção humana, mas a uma *instituição divina: non humana sed divina decrevere sententia*. Depois dêste magnífico tratado da primazia romana, o papa profere a sua sentença na questão: Pelágio é separado da comunhão

católica “*apostolici vigoris auctoritate*; excomungados igualmente os que lhe defenderam os erros: *simul praecipimus etc... haec maneat fixa sententia*; e os seus efeitos se estendem a todo o mundo: *in quovis terrarum loco*. Cfr. *Epist.* CLXXXII, CLXXXIII.

Assim fala Roma na consciência plena e calma de sua autoridade soberana. E África? Porventura contesta-lhe os direitos? recusa-lhe obediência? denuncia usurpações recentes? Nada disto. Recebida a resposta, o bispo de Hipona, pregando em Cartago, a 23 de setembro de 417, assim anuncia aos fiéis o êxito definitivo do longo e importante processo: Acêrca desta causa foram enviados à sé apostólica (no singular, prof. F. H.!!) dois concílios; de lá veio a resposta; a causa está terminada: oxalá acabe também o êrro, *de hac causa duo concilia missa sunt ad sedem apostolicam, inde etiam rescripta venerunt. Causa finita est: utinam aliquando finiatur et error. Sermo CXXXI, 10.* Note o leitor a expressão *rescripta*, termo técnico da linguagem jurídica do tempo, para designar a resposta da autoridade soberana, paralelo aos termos *referre, relatio*, empregados para designar o recurso dos inferiores à instância competente. A expressão não podia ser mais clara: Roma falou, já não há possibilidade de dúvida nem de apelação para outros bispos, ou para concílios: *causa finita est*. O que ela condenou não pode deixar de ser contra a verdade: *finiatur et error*. A conclusão de S. AGOSTINHO emana tôda, como vê o leitor, de *princípios gerais*, explicitamente enunciados em todo êste processo, implicitamente supostos em todo o seu andamento, outras vezes inequivocamente ensinados pelo Santo doutor. Na Igreja de Roma “*sempre vigorou o principado da cátedra apostólica*”, sua autoridade é *suprema* “*culmen auctoritatis obtinuit*”; “*não lhe reconhecer esta primazia é suma impiedade ou ruínosa arrogância*”.

Quando, portanto, o Sr. F. H. *calando todos êstes textos e escondendo aos leitores tôdas as circunstâncias da causa*

pelagiana quer reduzir a atitude de S. AGOSTINHO a uma incoerência de fato sem fundamento nos princípios, ainda uma vez tortura a história e trunca de falso os documentos para servir à obstinação irredutível de um preconceito.

Em resumo: nas 4 páginas consagradas a S. AGOSTINHO, condensam-se, como em miniatura instrutiva, os processos habituais da polémica do Sr. F. H.: 1.º) omissão de tôdas as fontes: S. AGOSTINHO não é citado uma só vez!! (33); 2.º) Citação de autores modernos, alegados porque favorecem a posição *escolhida*: JANUS é aqui invocado três vezes!; 3.º) *repetição* de falsidades outras vezes confutadas com reticência voluntária de tôdas as provas anteriormente aduzidas! Polêmica sincera?

* * *

(33) O Sr. F. H. tem um horror instintivo às fontes. Estuda-se a vida interior de LUTERO? Fecha-lhe imediatamente tôda a correspondência. Analisa-se um texto de IRINEU? TURMEL é o autor consultado. Investiga-se qual a doutrina de S. AGOSTINHO? Não se abre um livro do santo: JANUS é decisivo! Já em outra ocasião havíamos notado esta lacuna. O Sr. F. H. desculpou-se com a impossibilidade entre nós de ir às fontes. “Ir às fontes, no Brasil! Nem eu, nem... a Margarida da canção”. II. 5. Arquivemos a confissão preciosa. O Sr. F. H. repete os autores que escolhe e de antemão concordam com o seu pensar: — TURMEL, JANUS & Cia. — *sem poder averiguar a sua fidelidade aos documentos originaes*. Discute AGOSTINHO, IRINEU ou CIPRIANO, sem nunca os haver lido. E digam-me se semelhante atitude não é a negação mesma do método científico e o meio infalível de perpetuar discussões estereis! — Mas, a evasiva tem ao menos um fundamento real? Nem isto. Em qualquer dos grandes centros do Brasil, no Rio ou em São Paulo, há bibliotecas que poderiam pôr à disposição do gramático paulista *as obras completas de tôdos os S.S. Padres e escritores da Igreja primitiva*. Leia-os, professor, leia-os nos textos originaes; não veja S. AGOSTINHO com os óculos esfumaçados de JANUS, nem IRINEU através das lentes deformadoras de TURMEL. Vá às fontes... senão expõe-se a esta triste figura...

12. E por aqui ficou a crítica do Sr. F. H. (34). Nos nossos estudos anteriores, havíamos citado 32 *nomes de Santos Padres*, doutores e escritores antigos que atestavam o primado de S. Pedro e dos seus sucessores; a este número respeitável adicionamos a confirmação recente que a doutrina católica, neste ponto, vieram acrescentar as descobertas de uma ciência relativamente nova — a arqueologia cristã. Os testemunhos isolados receberam outrossim poderoso reforço do atestado coletivo da fé das antigas gerações cristãs, cristalizado nas liturgias, das quais citamos a grega, a siríaca e a eslavo-russa, precisamente as mais afastadas de Roma. (Cfr. IRC. 35-39: 529-532; CP., 27-28). Toda esta nuvem de testemunhos não só se impõe pela sua multidão, mas pela convergência de seus depoimentos que assim reciprocamente se confirmam, se esclarecem e se coagumentam num todo maciço de solidez inabalável.

Dêstes numerosos argumentos o Sr. F. H. isolou 6, apenas 6 (S. CLEMENTE, S. INÁCIO, S. IRINEU, S. CIPRIANO, S. JERÔNIMO e S. AGOSTINHO); criticou-os com a superficialidade inoperante que o leitor acaba de verificar e com esta economia de provas, realmente de pasmarr, julgou-se desempenhado do compromisso assumido com o público de *demonstrar* que “o papado não é de instituição divina; que não se encontra na idade apostólica e subapostólica, nem nos padres primitivos; que os santos padres não o viram no *tu és Pedro* e que só tarde é que o texto de S. MATEUS se tornou o argumento indispensável invocado pelo catolicismo como origem do papado”. IV, 3. — Ou o Sr. F. H. não sabe o que é “*demonstrar*” ou supõe que o não sabem quantos o lêem.

(34) A seguir há ainda uma tentativa de afastar os papas da presidência dos concílios, com uma crítica de GELÁSIO e de SÓCRATES. O leitor por si poderá ver-lhes a inconsistência. Mas de santos padres e doutores antigos é só: S. AGOSTINHO é o último.

De *demonstração* da tese proposta não há sequer uma aparência. Afirmações sim, afirmações pisadas e repisadas, moídas e remoídas, até à saciedade, contra os argumentos tantas vezes citados, conhecidos pelo Sr. F. H. mas por êle tratados com o processo tão fácil quanto inoperoso da preterição sistemática.

Polêmica sincera?

CAPÍTULO III

A LEITURA DA BÍBLIA

13. Há ainda um opúsculo do Sr. F. H. que não tivemos oportunidade de examinar; versa sobre as relações do catolicismo e do protestantismo com a Bíblia. Varia o assunto; os processos polêmicos permanecem na identidade monótona de sua radical insuficiência. Não queremos cansar o leitor com repetições enfadonhas, mas não nos é possível omitir uma demonstração positiva do que acabamos de afirmar. Escolheremos, entre muitos, dois ou três casos típicos.

— A primeira parte do opúsculo trata do *cânon ou lista autêntica dos livros inspirados*. Foi o concílio tridentino, diz o Sr. F. H., que pela primeira vez mandou introduzir os dêutero-canônicos na lista dos escritores do Velho Testamento. “Antes do Concílio de Trento, afirma desabadamente o nosso protestante, *nenhum concílio se pronunciara acerca dos livros canônicos do Velho e Novo Testamento.*” III, 7.

Deveras? Abra o Sr. F. H. as atas do Concílio de Florença, XVII ecumênico (1438-1445), e consulte o *Decretum pro Jacobitis*. É uma fórmula de fé proposta a êsses orientais separados, que nessa ocasião voltaram à unidade católica.

Ao chegar às Sagradas Escrituras ensina a fórmula “que um só e o mesmo Deus é o autor do Antigo e do Novo Testamento, porque foi sob a inspiração do mesmo Espírito Santo que falaram os santos de um e outro Testamento, cujos livros ela [a Igreja] recebe e venera. São êles os contidos nos títulos seguintes”: e segue-se a mesma e idêntica

lista que se encontrará mais tarde definida no Concílio de Trento (35).

O concílio de Florença que assim se pronunciava sobre o Cânon precedeu de cerca de um século a assembléa tridentina. Remontemos agora não já uma centúria mas um milênio. Estamos no concílio africano em Cartago no ano de 397. Relativamente ao ponto em debate assim se pronunciou a assembléa: “Afora as escrituras canônicas nada se leia na igreja com o nome de divina escritura. As escrituras canônicas são: Gênese, Êxodo”, etc. e segue-se a enumeração de todos os livros indicados acima, sem exceção de um só, do Gênese ao Apocalipse, tal qual se encontra hoje na nossa Bíblia católica, tal qual definiu Trento em 1546. E êste concílio não é único na África; o cânon a que nos referimos já se encontra promulgado no Concílio de Hipona de 393, e mais tarde será ainda repetido pelo Concílio de Cartago de 419 (36).

(35) “Unum atque eundem Deum Veteris et Novi Testamenti hoc est, Legis et Prophetarum atque Evangelii profitetur auctorem: quoniam eodem Spiritu Sancto inspirante utriusque Testamenti Sancti locuti sunt: quorum libros suscipit et veneratur, qui titulis sequentibus continentur: Quinque Moyses, id est, Genesi, Exodo, Levitico, Numeris, Deuteronomico, Josue, Judicum, Ruth, IV Regnum, II Paralipomenon, Esdra, Nehemia, Tobia, Judith, Hesther, Job, Psalmis, David, Parabolis, Ecclesiaste, Canticis Canticorum, Sapientia, Ecclesiastico, Isaias, Jeremia, Baruch, Ezechiele, Daniele, XII Prophetis minoribus, id est, Osea, Joele, Amos, Abdia, Jona, Michaea, Nehum, Habacuc, Sophonia, Aggae, Malachia, II Machabaeorum — IV Evangelis Matthaei, Marci, Lucas, Joannis, XIV epistolis Pauli ad Romanos, II ad Corinthios, ad Galatas, ad Ephesios, ad Philippenses, ad Colossenses, II ad Thessalonicenses, II ad Timotheum, ad Titum, ad Philemonem, ad Hebreos, Petri II, III Joannis, I Jacobi, I Judae, Actibus Apostolorum et Apocalypsi Joannis”. MANSI, *Collectio Conciliorum*, t. XXXI, col. 1736.

(36) “Praeter scripturas canonicas nihil in ecclesia legatur sub nomine divinarum scripturarum. Sunt autem canonicae scripturae: Genesis, Exodus” etc. MANSI, III, 924. Para os outros concílios cfr. III, 839; IV, 430.

O cânon do concílio africano terminava com estas palavras: *de confirmando isto canone transmarina Ecclesia consulatur*: consulte-se Roma para obter a confirmação deste cânon. Note de passagem o leitor esta atitude do concílio africano: em matéria que tão de perto interessa a fé é mister consultar a Roma e pedir-lhe confirme o estatuído. — Foi só naquela ocasião, Sr. F. H.?

Roma, pouco depois, consultada pela *Igreja das Gálias*, envia um documento oficial que ainda hoje possuímos. É a resposta do papa INOCÊNCIO I, enviada em fevereiro de 405 à consulta de S. EXUPERIO, bispo de Tolosa. Com uma *brevis imperatoria* e decisiva diz o papa: “quais os livros recebidos no cânon, mostra o breve anexo... Moisés, 5 livros”, etc. (37) e a lista oficial enviada pelo papa é integralmente idêntica à dos concílios africanos, à do concílio florentino, à do Concílio de Trento. A Igreja fala em 1546 como em 405!

O leitor, sem que eu o diga, já adivinhou que tudo isto já havia sido indicado anteriormente (CP, XI-XII). O Sr. F. H. fechou os olhos e continuou a afirmar impertérrito que “antes do concílio de Trento nenhum concílio se pronunciara acerca dos livros canônicos do Velho e Novo Testamento”.

Depois destas palavras acrescenta: “Já CALVINO desafiava, sem resposta, os seus adversários a que lhe apontassem o decreto de um concílio que fixasse em 39 os livros do Velho Testamento e os do Novo em 27”. Pudera não! Com estes processos podem passar-se os séculos dos séculos e todos os desafios ficarão sem resposta. Basta fechar obstinadamente os olhos e tapar herméticamente os ouvidos: tôdas as respostas serão inexistentes.

(37) Qui vero libri recipiantur in canone, brevis annexus ostendit. Haec sunt, quae desiderata moneri voce voluisti; Moysi libri V, id est Genesis”, etc., etc. MIGNE, *Patrologia latina*, t. XX, 501-502.

E dêste feitio são as poucas páginas que o Sr. F. H. consagrou à história e formação do cânon bíblico. Não há uma em que não pudéramos, se nos permitissem o tempo e o espaço, salientar inexatidões palmares, omissões incompreensíveis, interpretações tendenciosas.

* * *

14. A segunda parte do opusculo trata da *leitura da Bíblia entre os católicos*. O seu objetivo é provar que a Igreja fechou a Bíblia ao povo e a Reforma veio reabrir-lha. A prova do asserto é feita à custa de uma larga transcrição de 6 páginas do *Catholicism and Christianity* de CHÉRI. JOHN CADOUX que o Sr. F. H., com generosa e compreensível benevolência, qualifica de “obra magistral”. A citação afigura-se-lhe “longa e fastidiosa, mas definitiva” (III. 13).

Ora, que nos traz esta citação definitiva da obra magistral? As proibições dos concílios de Tolosa (1229), Tarragona (1234), Beziers (1246), as que se seguiram à difusão das heresias de Wiclef na Inglaterra e de Lutero na Alemanha, algumas medidas eclesiásticas contra a propaganda das sociedades bíblicas, e uma série de depoimentos individuais, alguns anônimos, formulados neste estilo: “em 1853 escrevia um católico”, “em 1894 contava-se o caso de um padre que abertamente confessava”... “em 1889 escrevia um padre católico”; “em 1921 foi admitido...” (III pp. 13-23). Aí está; parece incrível! mas é realidade pura. A obra magistral transporta-nos às histórias da carochinha: era uma vez...

O assunto porventura ainda não tinha sido tratado? Sim, o Sr. ERNESTO DE OLIVEIRA havia feito a mesma acusação. Respondemos, consagrando 12 páginas a examinar-lhe os fundamentos (CP. 177-189). Todo o castelo de cartas levantado pela “obra magistral” de CADOUX cairia desfeito a quem as lesse com um tudo-nada de atenção sincera. De fato aí demonstramos:

1.º — Que antes da Reforma protestante as medidas restritivas na leitura da Bíblia emanaram de concílios *particulares*, foram *transitórias* e justificadas por *motivos da maior importância*. Todas elas relacionam-se com a heresia dos albigenses difundida nos princípios do século XIII, no sul da França e no norte da Espanha, e mais tarde com os erros de WICLEF na Inglaterra. Os albigenses constituíram talvez na Idade Média a maior ameaça à civilização cristã. A doutrina que pregavam era de um radicalismo bolchevista: negação da família, da propriedade, das autoridades civis e eclesiásticas; uma tentativa de subversão completa da ordem social vigente. E tudo isto era ensinado *com a Bíblia em punho*, com traduções em vulgar postas nas mãos do povo ingênuo que assim se deixava fanatizar e arrastar aos mais condenáveis excessos. As proibições salutares e oportunas da Igreja não eram contra a Bíblia *que há doze séculos circulava nas mãos dos fiéis sem a menor restrição*, mas *contra os abusos que dela faziam os hereges*.

2.º — *Depois da Reforma*, o concílio tridentino promulgou restrições de *caráter geral*, não, porém, absolutas; proibiu-se a leitura da Bíblia em vernáculo, quando feita *“por todos e sem discriminação, passim et sine discrimine,”* ao juízo dos párocos ou do bispo deixava-se facultar a licença oportuna. Estas disposições foram-se modificando sensivelmente até à disciplina atualmente em vigor que permite a todos os fiéis a leitura da Bíblia na própria língua, contanto que se trate de edição aprovada pelas autoridades eclesiásticas e acompanhada, nos pontos mais difíceis, de notas e esclarecimentos. A razão óbvia desta atitude da Igreja entra pelos olhos de quem os não quer conservar apaixonadamente fechados. O protestantismo, logo ao nascer, pretendeu justificar, *“com a Bíblia na mão”*, todos os erros e todos os vícios. Era a dissolução doutrinária e a dissolução moral do cristianismo. Já em 1525 deplorava LUTERO a anarquia dogmática oriunda do seu princípio. *“Este não quer o batismo, aquê*

nega os sacramentos; quem admite outro mundo entre este e o juízo final, quem ensina que Cristo não é Deus; uns dizem isto, outros aquilo, em breve serão tantas as seitas e tantas as religiões quantas as cabeças” (DE WETTE, III, 61). Em carta a ZUÍNGLIO: *“Se o mundo durar mais tempo, será mister receber de novo os decretos dos concílios a fim de conservar a unidade da fé contra as diversas interpretações da Escritura que por aí correm”*. O mal se foi agravando com o tempo. No livro inspirado foi cada qual procurar os seus dogmas e nêle encontrou cada qual os dogmas seus, como num dístico célebre escreveu o protestante SAMUEL WERENFELS (m. 1740).

*Hic liber est, in quo quaerit sua dogmata quisque.
Invenit et pariter dogmata quisque sua.*

Ao esfacelamento dogmático que se foi acelerando continuamente na evolução do protestantismo, acresceu a desordem dos costumes. Desde a poligamia que LUTERO justificava com a Bíblia em punho, não houve desmando moral que algum indivíduo ou alguma seita não tentasse legitimar com a autoridade de um texto sagrado. O quadro da decadência dos costumes, provocada pela Reforma, o leitor poderá vê-lo bosquejado *pelos próprios reformadores, em IRC. 419-459*. Que muito de estranhar, pois, procurasse a Igreja proteger os seus filhos contra semelhantes abusos da palavra de Deus? (38)

(38) Contra esta realidade maciça e indiscutível, sublinhada por GRISAR, opõe, apriorista e dogmático, o Sr. F. H.: Não, não pode ser; *“todos os livros bons, quando bem traduzidos, dão bons resultados.* (III, 29) São boas as epístolas de S. Paulo, Sr. F. H.? Não é mil vezes melhor o texto original do que qualquer tradução por mais aprimorada? Pois bem, do original das epístolas paulinas diz a *Bíblia infalível*: nelas *“há algumas cousas difíceis de entender, que os indoutos e inconstantes depravam, como também as outras Escrituras, para a própria perdição”*. II Petr III, 16. Foi o que Fl-

O mal, porém, com o protestantismo atingiu gravidade muito maior! Não foi só o abuso das interpretações bíblicas que abriu a porta a todos os excessos doutrinários e morais; foi o próprio texto sagrado que os reformadores com mão sacrílega desrespeitaram na sua integridade divinamente inviolável. As traduções dos primeiros chefes do movimento protestante já vieram eivadas de *erros tendenciosos* (39). ZUÍNGLIO e LUTERO trataram o texto divino com uma liberdade que a mais benévola indulgência não poderá nunca justificar (ver CP. 186-188). E ainda hoje as bíblias disseminadas pelas Sociedades protestantes vêm (ao menos as que pude examinar) mutiladas na sua integridade. Enquanto no Novo Testamento de regra se incluem os livros proto e dêutero-canônicos, os dêutero-canônicos do antigo Testamento são sistematicamente cortados. Debalde procura o leitor os livros de Judite, Tobias, o da Sabedoria, o Eclesiástico e os dois dos Macabeus, incluídos como já vimos no cânon dos concílios de Hipona, de Cartago, de Inocêncio I, do concílio de Florença e de Trento.

Agora qualquer homem sensato está em condições de entender as medidas restritivas da Igreja. Não as inspirou uma oposição à leitura da Bíblia mas o zelo de sua pureza

zeram os protestantes que do livro divino tiraram a justificação de todos os erros e desregramentos; foi o que visaram prevenir as sábias disposições da Igreja: defender a palavra de Deus da perversão dos homens.

(39) Chamo “tendenciosos” os erros de tradução cometidos deliberadamente para pôr o texto sagrado a serviço de um sistema doutrinário preconcebido. É o falseamento intencional da palavra de Deus. Com estes erros não se devem nem se podem confundir as imperfeições inerentes a todo trabalho humano. Não há tradução da Bíblia que não as tenha; os progressos da filologia, da crítica textual vão permitindo diminuir-las pouco a pouco: chegaremos um dia a uma tradução irrepreensível? Como quer que seja, uma coisa é uma versão imperfeita, outra, uma versão falseada. A primeira é um tributo involuntário pago à imperfeição humana; a outra, uma adulteração criminosa da palavra divina.

integral e o respeito ao seu caráter sagrado. O que elas miram não é afastar das mãos dos fiéis o livro divino; é assegurar-lhes a sua integridade. Na sua solicitude materna não quer a Igreja que nas mãos dos seus filhos sejam as Escrituras “depravadas para a perdição de suas almas”, como advertia S. PEDRO. Todas as vezes que as circunstâncias afastam este perigo, não só é permitida, mas *desejada, aconselhada, inculcada* a lição da Bíblia. A luz destas explicações — que são fatos históricos — quem ousará ainda maliciar as medidas restritivas tomadas pelas autoridades eclesiásticas no concílio de Tolosa ou no de Trento? — Pois já havíamos dado estas explicações, mas o Sr. F. H. preferiu não tomar conhecimento delas. Copiou a “obra magistral” do Sr. Cadoux, sem sequer atender à existência de uma resposta e reeditou intatos os mesmos requisitórios infundados.

No nosso estudo fomos adiante; não nos restringimos à parte negativa, — simples justificação da atitude da Igreja nas suas prudentes e salutares restrições. Mostramos positivamente como, em todos os tempos, e de modo particular antes da Reforma — precisamente o período em que se acusava o catolicismo de fechar a Bíblia aos povos — a Igreja procurou sempre difundir entre os fiéis a leitura dos livros santos.

Os fatos podem resumir-se em duas palavras.

1.º) *Antes da invenção da imprensa*, a Igreja procurou multiplicar, quanto possível, os *manuscritos* da Bíblia inteira ou dos livros mais interessantes para a vida religiosa dos fiéis. GREGORY já enumerava 4.105 *códices gregos* do Novo Testamento, escritos entre o século IV e o XV; von SODEN acrescentou muitos outros e o seu número avulta de dia para dia. Da *Vulgata Latina* já se contam mais de 30.000 *códices* e o seu recenseamento está bem longe de ser completo. Se se refletir no número elevado de manuscritos perdidos nas frequentes vicissitudes históricas de tantos séculos — guerras, incêndios, etc., — ou devorados pela ação corro-

siva do tempo, far-se-á uma idéia justa do esforço imenso feito pela Igreja, em tempos ingratos, para multiplicar as cópias dos livros sagrados tanto na língua grega quanto na latina vulgarmente entendida por quase todos. *E' um fato.*

2.º) Apenas *inventada a imprensa*, a nova arte destinada a facilitar e disseminar extraordinariamente a instrução, foi logo posta a serviço da difusão das Sagradas Escrituras. O primeiro livro de certa importância que saiu do prelo de Gutenberg foi uma Bíblia; 6 anos levou ela a ser impressa: de 1450 a 1456. Era um sinal da consideração em que a tinham e da facilidade com que seria vendida. Foi também um estímulo e um exemplo. As edições dos livros santos daí por diante *multiplicaram-se com uma rapidez* tanto mais para maravilhar-nos quanto sabemos as dificuldades e deficiências dos primeiros prelos, bem longe da perfeição das nossas modernas tipografias. Os estudos recentes sobre os *incunábulo*s, ou livros impressos entre 1450 e 1500, permitem-nos avaliar com bastante precisão o número de edições da Bíblia, no primeiro meio século de existência da arte tipográfica. Com o concurso dos sábios de todo o mundo publica-se em Viena um catálogo geral dos *incunábulo*s, o *Gesamt-Katalog der Wiegendrucke*. Em 1930 saiu o 4.º volume em que se encontra o artigo *Bíblia*. Dê-se deprende que até 1500 se publicaram pelo menos **122 edições da Bíblia**, das quais 94 em latim (língua então conhecida de quase todos) e 28 em vulgar (40). 122 edições da Bíblia nos primeiros 50 anos da existência da tipografia! em média mais de 2 edições por ano. *E' um fato!*

(40) A resultados pouco diferentes havia já chegado para as bíblias latinas. A. COPINGER, *Incunabula biblica of the first half Century of the latin Bible between 1450 and 1500*, London, 1892. Só a biblioteca nacional de Paris possui 74 edições diferentes da Bíblia latina, anteriores a 1500. Cfr. DELISLE, *Journal des Savants*, 1893, p. 216.

FALK, erudito investigador das coisas medievais, em livro especialmente consagrado ao conhecimento e à difusão da Bíblia nos fins da Idade Média, dá-nos outra estatística que se estende até a ruptura de LUTERO com a Igreja. Nestes 70 anos que vão de 1450 a 1520 imprimiram-se não menos de 156 edições da Bíblia em latim e 43 em vulgar, das quais 17 em alemão, 11 em italiano, 10 em francês, 2 em boêmio, 1 em russo, etc., etc. Se a estas acrescentarmos ainda 6 em hebraico, chegaremos ao total de **205 edições completas da Bíblia**, antes do protestantismo (41). *E' um fato!*

3.º) Para facilitar melhor o acesso imediato de todos os fiéis ao Livro por excelência, desde os primórdios de sua existência providenciou sempre a Igreja para que existissem *versões* da Bíblia na língua vulgar dos diferentes povos. No primeiro milênio da história do cristianismo foi assim a Bíblia traduzida em latim, siríaco, copta, armênio, georgiano, etiópico, gótico, eslavo, persa e árabe. Em algumas destas línguas possuímos até duas ou três versões diferentes. No segundo milênio começaram a formar-se pouco a pouco as línguas da nossa moderna civilização ocidental. Em tôdas elas, *muito antes do advento do protestantismo*, foi a Bíblia traduzida. LUTERO ainda não era nascido e já se podia ler a Escritura em francês, espanhol, catalão, valenciano, português, inglês, holandês, polonês, magiar, italiano, baixo e alto-alemão. Algumas destas traduções eram feitas da Vulgata latina, outras das línguas originais, grego e hebraico. De 1450 a 1500 publicaram-se na Alemanha 15 edições da Bíblia em vernáculo, sendo 12 em alto-alemão e 3 em baixo-alemão (42). *E' um fato.*

(41) F. FALK, *Die Bibel am Ausgange des Mittelalters, ihre Kenntnis und Verbreitung*, Köln, 1905, pp. 24,91 e sgs.

(42) Os estudos comparativos mais recentes mostram que LUTERO se serviu, ao fazer a sua tradução, de uma ou de várias destas versões medievais e principalmente da que foi publicada em Augsburgo, em 1474, com os tipos de Zainer. — W. WALTER que fez

E no entanto, quem tal o crera? a “citação definitiva” da “obra magistral” de CADOUX ignora tôdas estas realidades maciças da história (43).

Por aí se vê a importância singular que desempenhava a Bíblia na vida cristã da Idade Média. Quem estudou mais profundamente este período anterior à Reforma poderá verificar ainda como a Bíblia era a inspiradora da pregação e da arte medieval, das suas canções populares, dos seus trabalhos científicos, teológicos e exegeticos. A desenvolver estes pontos encheríamos um volume. As investigações recentes projetam aqui torrentes de luz. H. VOLLMER iniciou, em 1912, uma publicação de “Materiais para a história da Bíblia e da religião popular na Idade Média”; em 1931 saiu

até agora o estudo mais profundo sobre estas versões alemãs anteriores ao reformador, examinando mais de 200 manuscritos, chegou a apurar 10, 14 e para os Salmos, até 24 redações ou versões diferentes. Tal era o esforço de aperfeiçoamento progressivo das traduções e tão intensa a atividade desenvolvida em torno do Livro sagrado.

(43) O Sr. F. H. por sua conta resume tudo neste período: “Sem dúvida, quando LUTERO surgiu, já haviam sido impressas algumas Bíblias, em alemão, como a edição da casa Mintel de Estrasburgo, 1466; mas nem se lhe sabe o nome do tradutor, e só Deus conhece as razões desse anonimato”. III, 26. — Não eram “algumas” Bíblias, senhor, em 50 anos foram 15 edições; em média, cada triênio uma! Quanto à insinuação é ela filha de uma ignorância injustificável e de uma malevolência que irrita! Quem não sabe quão frequente era na Idade Média o anonimato! Não é só de uma ou outra tradução da Bíblia, é de um sem-número de tratados filosóficos e teológicos que ignoramos os autores. As razões do anonimato não as conhece “só Deus”; conhece-as também quem quer que não seja de todo profano em estudos medievais. Mas se de algumas traduções desconhecemos os autores, de muitas outras os conhecemos. E o que nos é conhecido torna a insinuação do Sr. F. H. imperdoavelmente maldosa. A Bíblia foi traduzida em catalão pelo dominicano ROMEU DE SABURGUERA, prof. de Teologia da Univ. de Paris e provincial da sua ordem; em magiar, por um eremita da ordem de S. Paulo, da família dos príncipes de TRANSILVÂNIA; em

o 5.º volume (44). Neste mesmo ano e ainda por sua iniciativa fundava-se em Hamburgo um “Arquivo bíblico alemão”, com o fim de recolher o material imenso indispensável para avaliar, em toda a sua amplitude, a influência da Bíblia na literatura e na vida do povo alemão, de 1200 a M. LUTERO. E’ como diz o próprio manifesto “um posto central para o estudo no grande domínio da germanização da Bíblia” (45).

O resultado de tôdas estas pacientes e escrupulosas investigações feitas pelos próprios protestantes mais competentes foi pôr na luz de uma evidência mais fulgurante, de um lado, a atitude verdadeira da Igreja católica em relação à Bíblia, de outro a má fé apaixonada das acusações de LUTERO e dos seus primeiros discípulos, seguidos ainda hoje, pelos que não sabem senão repisar velharias obsoletas. Já em 1904, acompanhando o progresso dos estudos escrevia KROPATSCHEK: “O resultado complexo dos trabalhos feitos já nos não permite dizer no sentido dos polemistas antigos que a Bíblia era para teólogos e leigos um livro desconhe-

alemão, entre os primeiros trabalhos de tradução, encontramos o de NOTKER LABES (séc. XI), monge de S. Gall, e de VILLIRAM, abade de Ebersberg; em dialeto valenciano por BONIFÁCIO FERRER, geral da ordem dos Cartuxos e irmão de S. VICENTE FERRER, e assim por diante. Quanto à própria Bíblia alemã já de há muito se inclinam os críticos a ver nela a tradução do dominicano J. Rellach. “Die gedruckte vorlutherische Bibelübersetzung ist das Werk von Meister Johann Rellach”, escreveu FRANZ JOSTES na *Hist. Jahrbuch*, 1844, p. 771 e sgs. A Bíblia era traduzida por homens da Igreja, sacerdotes e religiosos. O Sr. F. H. sabia tudo isto (cfr. C. P. 179-182); como ousou fazer uma insinuação tão falsa quanto venenosa? Sinceramente não o compreendemos.

(44) H. WOLLMER, *Materialien zur Bibelgeschichte und religiösen Volkskunde des Mittelalters*, 5 vols., Berlin, 1912-1931.

(45) “Eine Zentralstelle für die Forschung auf dem grossen Gebiet der Bibelverdeutschung”. O título do manifesto é *Das Deutsche Bibet-Archiv in Hamburg*, a data é de 15 de dezembro de 1931.

cido. Quanto mais nos ocupamos com a Idade Média, mais se dissipa esta *lenda*" (46). E as investigações continuaram. "De maneira maravilhosamente mais ativa do que até agora se sabia, conclui com a sua superior autoridade o protestante W. WALTHER, trabalhou a Idade Média na tradução da Bíblia" (47). Mais vigorosas ainda e não menos autorizadas são as expressões de DOBSCHUETZ, prof. na Universidade de Halle e chefe da Comissão internacional germano-anglo-americana para a nova edição crítica do Novo Testamento: "Devemos confessar que a Idade Média possuía da Bíblia um conhecimento de fazer pasmar, um conhecimento altamente apreciável, que, sob muitos aspectos, poderia envergonhar o nosso tempo" (48). — O Sr. F. H. possui outras "*obras magistrais*", donde sabe copiar "*citações definitivas*".

O que fez a Igreja nos 1.500 anos de sua existência anterior à Reforma — pôr a Bíblia ao alcance dos fiéis e aconselhar-lhes a leitura — continuou a praticar fielmente depois do advento do protestantismo. Se a multiplicação de Bíblias falsificadas e de interpretações apaixonadamente tendenciosas a obrigou, em benefício das almas e em homenagem de veneração à própria Bíblia, a impor sábias medidas restritivas, tôdas as vezes que se afastavam êstes perigos, permitiu e inculcou insistentemente aos seus filhos a lição

(46) KROPATSCHEK, *Das Schriftprinzip der lutherischen Kirche*, 1904, t. I, p. 163.

(47) "Ungemein viel häufiger als man bisher wusste, ist im Mittelalter an der Uebersetzung der Bibel gearbeitet worden". W. WALTHER, *Die deutsche Bibeluebersetzung des Mittelalters*, Brunschwig, 1889.

(48) "Das Mittelalter besass eine überraschend grosse, höchst achtungswerte Bibelerkenntnis, die unserer Zeit in vieler Hinsicht beschamen konnte" E. VON DOBSCHUETZ, em *Deutsche Rundschau*, 1900, p. 73. — E pouco adiante à p. 104: "Devemos conceder que atualmente a Bíblia já não constitui o fundamento de todo o nosso saber e de toda a nossa civilização, como na Idade Média".

dos livros santos (49). Prová-lo documentadamente fôra encher volumes. Lembremos apenas um ou outro fato altamente significativo.

Não há hoje uma só nação católica em que se não tenham maravilhosamente multiplicado as traduções da Bíblia: reimpressões de versões antigas; novas versões feitas sobre os textos originais; edições completas; edições parciais do Antigo, do Novo Testamento ou de alguns dos seus livros. Uma destas traduções mais recentes, feita sobre os textos originais, é a italiana, iniciada há alguns anos pelo *Pontificio Instituto Bíblico* de Roma.

Todo êste trabalho tendente a vulgarizar mais e mais a leitura da Bíblia entre os fiéis é feito *sob o patrocínio e o estímulo das mais altas autoridades eclesiásticas*. Quando o P. MARTINI, mais tarde arcebispo de Florença, empreendeu a tradução italiana da Bíblia, posteriormente tantas vezes reeditada, Pio VI, escreveu-lhe um Breve (1778) congratulando-se com o autor pela feliz iniciativa que vinha "*oportuna-*

(49) A pág. 19, o Sr. F. H., transcrevendo CADOUX, cita entre as conhecidíssimas proposições de QUESNEL, condenadas por CLEMENTE XI, algumas (da 79.^a a 85.^a) que se referem à lição das Escrituras e triunfa contra o P. Leonel Franca, "apanhado de surpresa"!! (p. 20). Infelizmente as proposições são inteiramente torcidas no seu sentido genuíno. O que nelas condena o Papa não é a leitura da Escritura mas as afirmações explícitas ou capciosamente implícitas do princípio protestante de que "*a Bíblia é a única regra de fé*" ou da *necessidade* da sua leitura *para todos*. Afirmar de fato esta *necessidade universal* é fechar o céu a quantos não sabem ler ou, por qualquer circunstância, não puderam na vida estudar toda a Bíblia. Causa tão simples e tão conhecida e tantas vezes explicada que não sei quem possa ficar aí surpreendido! As proposições condenadas de QUESNEL andam por aí em qualquer *Enchiridion* que circula pelas mãos de seminaristas novos. Mas é próprio do autodidata convencer-se de que todos os conhecimentos que êle acaba de adquirir são completamente ignorados pelos outros como até aí o haviam sido por êle. Daí estas atitudes de herói de Cervantes!

mente pôr as letras divinas ao alcance de todos". Quando D'ALLIOLI publicou na Alemanha a sua tradução da Bíblia, reimpressa depois em numerosas edições, recebeu a aprovação da S. Sé e as recomendações explícitas de quase todo o episcopado alemão.

Quando em 1852 a "Edição da Empresa da Livraria Popular e Histórica" quis reeditar a tradução portuguesa do P. ANTÔNIO PEREIRA DE FIGUEIREDO, o Cardeal Patriarca de Lisboa concedeu a permissão, não só, mas tomou as providências para que o trabalho saísse "com perfeição e exatidão", e o franciscano por ele nomeado para Revisor, Fr. LUIS D'ASCENÇÃO COSTA, aceitou o convite "não só por coadjuvar os mesmos senhores numa empresa de utilidade pública, como por fazer um serviço à santa religião católica romana".

Quando 12 anos depois se pensou em fazer uma edição brasileira da mesma versão lusitana, o Arcebispo da Bahia, D. MANUEL, aprovou este desejo de reimprimir a Bíblia "com o louvável fim de proporcionar a todos os católicos deste império a lição das Sagradas Escrituras" (mandamento de 6 de junho de 1863). E saiu em 1864 uma edição magnífica da Bíblia em 2 vols, com as notas explicativas de DELAUNAY e as gravuras em aço reproduzindo obras-primas de RAFAEL, LEONARDO DA VINCI, TICIANO, MURILLO, etc. Poucos anos depois, em 1881, a Livraria Garnier dava nova edição deste magnífico trabalho (50).

Quando os franciscanos da Bíblia meteram ombros à empresa de facilitar a leitura da Bíblia em vernáculo, publicando-lhe uma nova tradução, iniciaram-na com a aprova-

(50) A tradução do P. ANTÔNIO PEREIRA DE FIGUEIREDO utilizaram-na também os protestantes para a edição das suas bíblias, mas submetendo-a antes a uma cirurgia que não lhes honra muito a lealdade. Suprimiram todos os dêutero-canônicos do Antigo Testamento (Judite, Tobias, Eclesiástico, etc.) vertidos pelo P. FIGUEIREDO como os outros livros da Escritura e cortaram-lhe o amplo prefácio em que o tradutor reinvidica explicitamente para esses livros o caráter de inspirados. E a esta Bíblia amputada de seu prefácio,

ção do Arcebispo Primaz da Bahia e a animação e apoio de todos os bispos brasileiros representados no 1.º congresso católico.

Quando em 1932, o P. MATTOS SOARES empreende uma nova tradução portuguesa da Bíblia, o Papa Pio XI, "comprazendo-se com tão útil trabalho... envia-lhe de coração, como prova de paternal benevolência, a bênção apostólica".

Aí está uma ou outra prova — seriam incontáveis, a citá-las tôdas — de como incentivam as autoridades eclesásticas a tradução, em vernáculo, das escrituras sagradas. Que reis ouvir como aconselham aos fiéis a sua leitura assídua? A 29 de junho de 1904, o arcebispo do Rio de Janeiro, o futuro Cardeal ARCOVERDE, escrevia: "tôdas as famílias católicas tenham em seu lar o livro dos Santos Evangelhos, leiam-no em comum e o meditem. Tôdas as almas piedosas tomem a seu cargo essa missão santa e regeneradora... propagar em tôdas as classes da sociedade a leitura dos Santos Evangelhos". Em 1926, numa exortação dirigida pelos bispos suíços a todos os católicos, lêem-se estas palavras: "Nenhuma leitura pode fortalecer mais o coração que a do Evangelho. Conscientes das necessidades atuais do povo cristão, pedimos com instância aos fiéis que o leiam, se possível, todos os dias... a leitura e a meditação cotidiana do Evangelho os impregnará do Espírito d'Aquêlle que é, ao mesmo tempo, o seu inspirador e seu herói".

O Cardeal MERCIER, nos seus atos pastorais, não cessa de inculcar a leitura da Bíblia e sobretudo do Novo Testamento "que deveria ser o livro de cabeceira de todo o cristão que sabe ler" (*Oeuvres Pastorales*, IV, 200).

mutilada no seu texto, contra a vontade expressa do tradutor português espargem os honestos protestantes como a "Bíblia sagrada... traduzida... pelo P. Antônio Pereira de Figueiredo". Não é isto ilaquear, da maneira mais indigna, a boa fé dos leitores? Não é isto faltar à lealdade mais comezinha e o respeito mais elementar aos direitos de um Autor ou Tradutor? E queixam-se depois os protestantes quando chamamos de falsificadas as suas Bíblias!

Com mais alta autoridade, BENTO XV, que fôra Presidente da Sociedade de S. Jerônimo para a difusão dos Evangelhos, escrevia em 1914 ao Cardeal CASSETTA, seu sucessor na Presidência da Sociedade: “Muito desejamos que, graças ao vosso zêlo, não só os Evangelhos sejam largamente espalhados, mas ainda — e é um dos votos que nos são mais caros — as famílias cristãs se habituem a ler e meditar cada dia êstes santos livros”. E na Encíclica *Spiritus Paraclitus*, de 15 de setembro de 1920, dirigida a todos os bispos do mundo: “Tanto quanto nos é possível não deixaremos de recomendar a todos os fiéis que leiam, cada dia, antes de tudo, os Evangelhos, os Atos e as Epístolas, e delas se impregnem profundamente. Pensamos com alegria na Sociedade chamada de S. Jerônimo, de que fomos um dos fundadores. Registramos com prazer os seus progressos. Sabeis, Veneráveis Irmãos, que o seu programa é difundir o mais possível os Evangelhos e os Atos de modo que toda a família católica os possua e possa lê-los e meditá-los cada dia” (51).

Admirável o senso crítico de CADOUX! pasmosa a sua erudição esquadrihadora! Êste homem sabe o que “em 1853 escrevia um católico”, conhece o que “em 1899 escrevia um padre católico”, lembra-se do caso que “em 1854 se contava de um padre”... e esquece e ignora e cala os atos oficiais da Igreja, a linguagem dos bispos e dos papas no exercício oficial e solene do seu ministério pastoral!! E a um trecho dêstes, o Sr. F. H. tem a bravura de chamar “citação definitiva”; e uma salgalhada de fatos incompreendidos,

(51) Há, infelizmente, muitos católicos que não lêem os Evangelhos e muitas vezes lamentam esta negligência em pregações ou escritos. Os protestantes recolhem estas advertências para demonstrar que a Igreja católica é hostil à difusão das Escrituras. Com os mesmos processos demonstrativos poderiam provar que a Igreja proíbe a oração dos fiéis, porque muitas vezes lhes recrimina a negligência no cumprimento dêsse dever. Uma cousa é que por preguiça ou descuido muitos católicos não leiam os Evangelhos, outra que o não façam por uma interdição da autoridade religiosa.

de informações reunidas sem crítica e com uma parcialidade escandalosa, afigura-se-lhe uma “obra magistral”!!

Será mister sintetizar ainda uma vez os processos polémicos do Sr. F. H.? Não terá verificado, por si, o leitor que também neste ponto, como nos demais até aqui estudados, a sua resposta é de uma indignação desalentadora? A propósito da leitura da Bíblia na Igreja Católica que faz o advogado do protestantismo? 1.º) *Não tomar conhecimento* de tudo o que já foi dito sobre a questão; 2.º) *calar* aos seus leitores todos os fatos positivos já alegados, que poderiam habilitá-los a julgar imparcialmente; 3.º) *copiar* uma citação de autor escolhido adrede e em que se repisam, com monotonia obstinada, as mesmas objeções já mil vezes respondidas. Copia-se aqui CADOUX como antes se copiara BOEHMER, JANUS ou TURMEL, contra a *evidência dos fatos* já aduzidos. Polêmica sincera?

CONCLUSÃO

E' mister concluir. O leitor já deverá estar fatigado desta longa excursão desinteressante e pouco variada. Impunha-se-nos, porém, o dever de demonstrar as afirmações iniciais. Escolhemos, por isso, um número de exemplos, suficiente para fundamentar uma convicção pessoal dos leitores. Nas poucas páginas escolhidas para a crítica relevamos *mais de 25 casos* em que manifestamente o adversário infringiu as regras mais elementares de uma polêmica sincera. Muitos outros haveria que respigar num restolho abundante. Colhê-los todos fôra ensanchar matéria para um volume: uma asserção gratuita faz-se em três linhas, a sua refutação documentada exige talvez trinta páginas.

O que aí fica evidencia à saciedade o que tem sido a controvérsia protestante em nossa terra: insistência em repetir as mesmas acusações falsas, obstinação em não levar sinceramente em conta os fatos e argumentos já versados no debate. Com semelhantes processos, eternizam-se as discussões estêreis. A polêmica, em geral, mas principalmente uma polêmica assim, não tem nem pode ter para nós grandes atrativos. Se várias vezes temos voltado à carga, foi em cumprimento do dever superior de respeito e de amor a uma verdade que está muito acima das nossas preferências pessoais. Uma ausência de resposta poderia parecer da nossa parte uma traição ou uma covardia de quem deserta. Cumpre, porém, pôr termo a este esgrimir inútil. Estabelecemos, portanto, aqui as condições justas, positivas e concretas do debate.

Para isto escolhemos três pontos sôbre os quais desejamos uma elucidação definitiva antes de passar a outros.

1. Em IV, 5, escreve o Sr. F. H.: "Meu intento por agora é apenas mostrar que o *único* fundamento escriturístico do papado, alegado pelo romanismo, foi interpretado de três modos diferentes".

O único fundamento a que se refere é o v. 18 do c. XVI de S. MATEUS: *tu es Petrus, etc.* Ora, é certo que, além deste versículo, citamos e comentamos outros passos evangélicos em favor do primado de Pedro: S. MAT. XVI, 19 (IRC. 22-29; CP., 13-20); S. LUCAS XXII, 31 (IRC. 30; 183, onde se acentua o poder de magistério, CP., 20-21, onde se sublinha o paralelismo com a perícopé de S. MATEUS); S. JOÃO XXI, 15-17 (IRC., 30-34; CP., 22-26). Não discutamos agora as doutrinas; não queremos indagar se os protestantes não concordam com a exegese católica destes textos, como não aceitamos a do *Tu es Petrus*. Queremos apenas a explicação de um fato. Desejamos se nos diga por que motivo o Sr. F. H. afirma aos seus leitores que os católicos alegam um *único* fundamento escriturístico do papado, quando o Sr. F. H. não ignora nem pode ignorar que os *católicos alegam outros passos da Escritura em favor de sua tese*. Folgaremos ainda em saber por que um polemista protestante, todo zêlo pela Bíblia, se descarta da discussão de textos bíblicos com um expediente deste jaez.

2. Em IV, 34, escreve o Sr. F. H.: "Este plural (sedes apostólicas) é-lhe tão importuno ao Sr. Padre que ele não recua de o torturar logo adiante à pág. 98 (C. P.), onde, resumindo a seu modo o pensamento do grande bispo, o faz do seguinte modo: "Pela sucessão dos seus bispos ela (a Igreja católica) remonta a *sedes apostolica*". Como se vê no adjetivo *apostolica* o plural agostiniano passou a ser um singular *francano*. E' mais uma "lisura" de lontra do erudito jesuíta brasileiro".

— Três linhas antes destas minhas palavras destacadas pelo Sr. F. H. eu havia citado um texto de S. AGOSTINHO em que, referindo-se a Roma, dizia o S. Doutor ser ela a Igreja

“na qual sempre vigorou o principado da *cathedra apostolica*, in qua semper apostolica cathedræ viguit principatus”. CP. p. 98. Em inúmeros outros lugares emprega o grande bispo de Hipona, falando de Roma, a expressão “sede, sé apostólica” no singular (ver trechos às pp. 45-46 desse livro). Pedimos, portanto, ao Sr. F. H. a gentileza de nos *demonstrar* onde e como “torturamos” o pensamento de S. AGOSTINHO substituindo um plural que é *dêle*, por um singular que *não é dêle*.

3. Em IV, 8, escreve o Sr. F. H.: “Quando se reúne o Concílio de Jerusalém, quem a *êle* preside é Tiago. Todo o malabarismo de uma certa exegese, para dar-lhe como presidente a Pedro, caiu em completo descrédito dentro do próprio catolicismo culto. O melhor comentário moderno aos Atos dos Apóstolos é, talvez, o do católico Jacquier. E lá se encontra esta singela e edificante confissão: “parece que Tiago fala como presidente da Assembléia”. Compare-se isto com as acrobacias desrespeitosas com que se tem torturado o texto de S. Lucas”.

— De fato, lá se encontra, em JACQUIER, a frase citada mas... num contexto em que o autor resume *opiniões alheias* (no caso, de um protestante) *diferentes da sua*. Citamos integralmente. Depois de propor a própria interpretação do v. 1º do c. XV dos Atos, continua JACQUIER: “Esta restrição do papel de Tiago não é completamente admitida por todos os exegetas. S. CRISÓSTOMO diz que Tiago pronunciou um juízo próprio. Segundo KNOWLING, κρίνω significa: meu julgamento é. Tiago parece falar como presidente da Assembléia. Segundo WEISS, κρίνω pode exprimir mais que a opinião de um membro da assembléia”. E. JACQUIER, *Les Actes des Apôtres*², Paris, 1926, p. 455. Aí está. Nada mais claro. O grande exegeta católico não faz, nesta passagem, senão resumir as opiniões de *outros comentadores* (Crisóstomo, Knowling, Weiss) que divergem da sua, no significado a dar ao verbo κρίνω. Qual, porém, o seu sentir acêrca

da presidência do Concílio? Lá está, explícito e insofismável, algumas páginas antes, ao iniciar o comentário de toda a pericope. Falam os judaizantes; responde-lhes provavelmente Paulo. “Pedro, então, comenta JACQUIER, na qualidade de *presidente da assembléia*, toma por primeiro a palavra; resume os debates e os encerra”. Para revelar o “completo descrédito dentro do próprio catolicismo culto”, da exegese que havíamos proposto; mais, para sublinhar “as acrobacias desrespeitosas com que se tem torturado o texto de S. Lucas”, o Sr. F. H. abre “talvez o melhor comentário moderno aos Atos”, oferece aos seus leitores uma “confissão singela e edificante”, colhida entre *as opiniões explicitamente rejeitadas pelo autor, calando-lhes a afirmação clara e categórica em que *êle* exprime, sem hesitações, o seu sentir pessoal*. Desejamos esclarecimento de equívoco tão lamentável.

Pedimos que, ao responder-nos, queira o Sr. F. H. transcrever na íntegra cada uma das perguntas (52).

Está, portanto, o debate circunscrito e definido. Ou o Sr. F. H. nos dá as respostas tão justamente pedidas e poderemos continuar serenamente a discussão numa atmosfera de cordialidade superior; ou estas respostas não vêm, e não perderemos tempo num trabalho reconhecidamente inútil.

(52) Já sabe o leitor quanto o Sr. F. H. é amigo de *copiar* e inimigo de *ir às fontes*. “Ir às fontes no Brasil! Nem eu nem... a Margarida da canção. E’ milagre que só foi dado a um...” II, 5 — Já observamos, porém, que muitas bibliotecas deste imenso Brasil lhe poderiam pôr à disposição pelo menos uma patrologia completa, grega e latina, o que lhe evitaria o desar literário de discutir S. IRINEU com TURMEL e S. AGOSTINHO com JANUS! Por isso, os pontos que escolhemos são destes que podem ser tratados de primeira mão. A exigência não é portanto descabida. Margarida vai à fonte... Vamos ver se o professor paulista se decide também a ir!!

II PARTE

RESPOSTA AO PE' DA LETRA?

INTRODUÇÃO

Há cerca de dois anos ultimamos o esboço de resposta ao Sr. Frederico Hansen publicado na primeira parte deste livro. Motivos de força maior obrigaram-nos a adiar-lhe a impressão até o presente. Foi providencial. Neste interim veio ou começou a vir a lume outro trabalho de crítica ao meu livro sobre a *Igreja, a Reforma e a Civilização*. Intitula-se *Protestantismo e Romanismo*; LISÂNIAS DE CERQUEIRA LEITE é o seu autor. No subtítulo promete: "Resposta, ao pé da letra, à obra de Leonel Franca S. J., — A Igreja, a Reforma e a Civilização" — Volume 1.º — Resposta ao Livro I — A Igreja Católica (págs. 1 a 22)". — É esta a terceira tentativa de réplica que, ao meu modesto trabalho, ensaia o protestantismo indígena no curto intervalo de cinco anos. ERNESTO LUÍS DE OLIVEIRA, em 1931, com seu pesado volume de 370 páginas em 8.º; OTONIEL MOTA, com seus opúsculos volantes, em 1933; LISÂNIAS DE CERQUEIRA LEITE com o 1.º volume de uma publicação que promete, em massa, ir muito mais longe que a de seus predecessores. A continuar na escala seguida, achamo-nos na expectativa de uma verdadeira biblioteca de vários milhares de páginas em grande formato. Os prelos protestantes em terras de Santa Cruz estão ameaçados de gemer por séculos.

Cada novo autor que desce à arena, ao rufo de tambores dos correligionários, começa por confessar mais ou menos veladamente a ineficiência bélica dos que o precederam. Prefaciando a obra de E. L. DE OLIVEIRA, *Roma, a Igreja e o Anticristo*, o Sr. E. W. KERR confessa do livro do Sr. E. C. PEREIRA que se ressentia "de uns poucos saltos violentos na urdidura e seqüência da matéria... a documentação escas-

sa, além de protestante quase tóda e sem pormenores quanto às fontes; finalmente... a pressa latina”, pág. 7. Sem tantos eufemismos: obra atabalhoada, unilateral, sem documentação e sem ordem. Da própria obra que prefaciava o Sr. KERR não se manifesta com grandes entusiasmos. Apesar das conveniências de turbar o autor, em quem aceita paraninfar-lhe a obra, conclui chochamente o seu prefácio: “um livro tão simples, que apenas acena para o passado, talvez não vise merecer o título de resposta oficial e definitiva à obra de Leonel Franca”.

Em 1933 OTONIEL MOTA começa a publicação de seus opúsculos. Por quê? Porque “o protestantismo brasileiro guardou silêncio — cousa estranha — e deixou o grande reformador coberto com a lama que o jesuíta lhe atirara” (*Lutero é o Padre Leonel Franca*, pág. 3).

O livro do Sr. ERNESTO L. DE OLIVEIRA, que tanto se empenhara em defender o patriarca da Reforma (pág. 316 e segs.), era como se não houvera sido!! O livro “colossal” (E. KERR), “de argumentação fulminante” (*Expositor cristão*), “estupendo” (HENRIQUE L. DE CARVAHO), “obra monumental” (OTÁVIO R. DE SOUSA), não adiantara um passo na defesa de Lutero. “Deixara vibrando, em desafio, os dardos inflamados do libelo” (pág. 4).

Surge o Sr. LISÂNIAS. O seu prefaciador refere-se naturalmente com elogios aos que combateram antes dêle, mas não vê em seus esforços mais que “guerrilhas, contra-ataques de flancos... espécie de caramuças bem urdidas e vitoriosas” (pág. VIII). A batalha campal, decisiva, é agora que se vai travar.

“Le soleil s’est levé, retirez-vous, étoiles”.

Mas infelizmente, se as dimensões progridem e avultam, os processos polêmicos permanecem estacionários. E’ realmente para desalentar. A mesma incompreensão das dou-

trinas católicas que se criticam, a desfiguração sistemática do pensamento adversário, a ausência de citações precisas e honestas, a contorsão violenta e a omissão inexplicável de certos trechos bíblicos, a teimosia incorrigível em repetir os mesmos argumentos, as mesmas objeções mil vezes respondidas, — tóda esta bagagem de expedientes menos honestos e recursos menos dignos que já tivemos múltiplo ensejo de denunciar nas publicações protestantes anteriores reaparece aqui, idêntica, senão agravada em tódas as suas manifestações viciosas. Não houve nenhum progresso. Neste ponto, o livro do Sr. Lisânias é apenas o número 3 da série.

Se alguma diferença se pode apontar é, apenas, a da espetaculosidade ruidosa com que estreia o novo número. ERNESTO LUIS DE OLIVEIRA pedira a um correligionário lhe fizesse ao livro, num prefácio amigo, todos os elogios que não toariam bem, por convenções sociais, nos lábios do próprio autor. LISÂNIAS DE CERQUEIRA LEITE seguiu o modesto exemplo do seu predecessor. E o Sr. GALDINO MOREIRA, o paraninfo escolhido, desempenhou-se a primor da grata incumbência. Embocou “a tuba sonora e belicosa” e conclamou aos quatro pontos cardeais que o Sr. LISÂNIAS era um prodígio. Não lhe falta nenhuma das qualidades para “empresas de alto porte”. O seu trabalho é uma “jóia de doutrina e de verdade”. Não há um só argumento do padre jesuíta que não sofra o corte mortal da pena incansável do Autor” (53).

Mas parece que o autor não ficou satisfeito com o fervoroso panegírico. Fêz questão de dizer pessoalmente a alta estima em que tinha a própria obra, a convicção profunda de que trabalhava para a magnitude das empresas

(53) Não se contentando com apresentar em estilo ditirâmico o livro do seu paraninfado, o Sr. Galdino Moreira quis trazer sua pedrinha à discussão e denunciar mais uma fraude do jesuíta insincero. -- No verso da fôlha de rosto da 1.ª edição do meu livro, lêem-se: 1.º) a autorização do meu superior religioso datada de

imortais. Sai à estacada como velho guerreiro atreito ao uso das armas vitoriosas. “Minha clava será a Bíblia”. O triunfo, certo. “Muita gente culta” vai sair do “engano ledado e cego” em que jazia “vendo por terra e com fragor o castelo de sofismas tão bem erguido pela *sui-generis* lógica *leonelina*” (XX). Mas não é só um modesto combatente que cairá para sempre jugulado aos pés do novo triunfador. A sua obra repercutirá na amplidão da história. Numa visão apocalíptica o valente lidador contempla a Roma de

Roma, 1.º de outubro de 1922; 2.º a seguir, o *imprimatur* do Arcebispo do Rio, com a data de 1 de dezembro de 1920 (erro visível de imprensa, em vez de 1922); 3.º o enderêço da tipografia, precedida de lugar e ano, Roma 1923. Mais adiante, o Prefácio vem também êle com a fecha expressa: Roma — 1922. Tôda a gente que tem dois olhos na frente, enxerga logo que a data de 1920 do *Imprimatur*, foi um erro tipográfico, em vez de 1922. E melhor do que ninguém o Sr. GALDINO MOREIRA. E' êle quem nos informa que o livro do Sr. EDUARDO CARLOS PEREIRA traz o prefácio “datado de 9 de julho de 1920” mas “só viera a público semanas mais tarde”. Ora daí a dezembro vão apenas poucas semanas e em poucas semanas: 1.º escrever um livro de quase 600 páginas; 2.º enviá-lo a Roma para que aí *fôsse lido* e recebesse o *imprimatur* a 1.º de outubro; 3.º remetê-lo novamente ao Rio de modo que pudesse obter nesta cidade o *imprimatur* em *dezembro de 1920 — é materialmente impossível*. Chega a vê-lo até uma criança de 10 anos. Mas o Sr. GALDINO MOREIRA, pelo prazer de denunciar alguma nova astúcia do jesuíta, não resistiu à tentação de afrontar assim a verdade brutal dos fatos. Foi adiante; afirmou que só esta datazinha de 1920 fêz surgir “na alma protestante terrível suspeição” (VI). — Aqui peço-vênia ao Sr. Pastor para não prestar fé a esta afirmativa. Tenho o prazer de conhecer pessoalmente numerosos protestantes. Acreditar em semelhante efeito fôra supor que, entre êles, a inteligência e o senso crítico ainda não passaram do estádio infantil ou ainda que a fobia da fraude grassa nos seus arraiais como uma epidemia contagiosa, o que não seria sintoma de bom agouro. Não estou disposto a admitir nenhuma das duas hipóteses. Para ferir a torto e a direito o adversário, o Sr. GALDINO não mediu o alcance do que dizia. E' melhor ser mais simples e mais sincero.

vinte séculos, a Roma católica como que a vacilar sobre os seus fundamentos, abalados pela sua formidanda clava. “Estou certo de que vibrarei mais um golpe no prestígio da Roma Papal” (XXI).

Por vêzes, esta consciência do próprio valor reveste-se comovedoramente de reminiscências bíblicas. O zeloso pastor do Brasil compara-se com o jovem pastor da Palestina: êle é o novo David, saindo a campo contra o arrogante filisteu que insultava as hostes do povo eleito: “ao choque do primeiro seixo da funda agreste vêr-se-á que o novo Golias não ficará de pé” (XXI) (54).

Guindado pela própria estima à eminência de tão remontadas alturas, não é de maravilhar que, em perspectiva longinqua, tudo lhe pareça pequenino, insignificante, indigno “do valor mais alto que se alevanta”. “Leonel França não é homem para terçar armas com os protestantes” (XXI). “E' consumado sofista e inescrupuloso polemista. Como filósofo... um desastre! como teólogo... um fracasso! como exegeta... um Papias! Resta o estilista e... nada mais! Pésames à Igreja Romana” (XX).

Não negamos ao Sr. LISÂNIAS a liberdade de exaltar os esplendores das suas vitórias antecipadas, proclamando o desvalor do antagonista vencido antes do combate. Aniquilar uma nulidade, não é uma grande áfrica? Desejáramos, porém, que, numa discussão sobre assuntos graves e elevados ao menos se respeitassem as regras elementares da boa cortesia. Mas o nosso desejo não foi satisfeito. Além de desapreciar intelectualmente o adversário, o Sr. LISÂNIAS,

(54) A comparação já granjeou entre protestantes foros de lugar-comum. Antes do Sr. LISÂNIAS, o Sr. KERR e o Sr. E. DE OLIVEIRA e outros dela se haviam servido. Todos êstes escritores comparam-se com visível modéstia no símile bíblico. Os próprios escritos ou os dos seus correligionários produzem o efeito fulminante da pedrinha de David: deixam para sempre prostrado o filisteu arrogante.

esquecido da categoria de leitores a que se dirigia, baixou o nível da discussão ao calão dos trivios. Aqui se nos fala da "audácia insólita, da matreirice ultramontana" (pág. 54), pouco adiante da "matreirice jesuítica" (pág. 71) e assim frequentemente. O azedume destila-lhe da pena espontaneamente, como o fel da vesícula de um atrabiliário. Não é esta a melhor das disposições psicológicas para investigar a verdade. Por vezes, não lhe bastando as expressões próprias, lança mão das metáforas pitorescas. O seu adversário é "um gato ruivo", pág. 12; "sua lisura é de lontra e porco-espinho", pág. 71; "a rapôsa ultramontana... regouga injúrias", pág. 73. Gato, rapôsa, lontra, porco-espinho... É um jardim zoológico em regra. O zeloso pastor mobiliza-lhe todos os inquilinos em defesa do protestantismo. Mas também este gesto de levar para o campo da fauna a dignidade de uma controvérsia religiosa não é dos mais elegantes.

Ao apaixonado pastor não lhe havemos de querer mal por isto; as suas amabilidades, agradecemos-las, não as retribuimos. Da sua pessoa, sempre respeitada, só nos lembraremos nós nossas orações; aqui não teremos em vista senão os seus argumentos. Serão estes que havemos de analisar; as nossas expressões hão de somente qualificar processos polêmicos sem magoar nem agredir personalidades.

Pedimos ao leitor queira acompanhar-nos nesta penosa excursão com paciência. O fruto deste esforço, esperamo-lo, será a convicção de que a tentativa de dar-nos uma "resposta ao pé da letra" não só não acompanha "ao pé da letra" o trabalho impugnado, mas não chega sequer a ser uma *resposta* (55).

(55) Pedimos encarecidamente ao leitor tenha ao alcance de mãos os meus trabalhos anteriores: *A Igreja, a Reforma e a Civilização* (I R C) e o *Catolicismo e Protestantismo* (C P), a fim de poder averiguar pessoalmente todas as nossas referências.

juarez avorade

LIVRO I

A IGREJA

CAPÍTULO I

ACUSAÇÕES GERAIS

1. O trabalho do Sr. Lisânias pode dividir-se facilmente em duas partes, correspondentes aos seus dois capítulos: a primeira ocupa-se de noções gerais sobre a Igreja; a segunda, do primado de S. Pedro. Seguiremos a mesma ordem, detendo-nos com mais vagar no estudo sobre o primado do Príncipe dos Apóstolos, onde se concentra também o maior esforço do Sr. Pastor.

2. O fim do primeiro capítulo, no trabalho do Sr. L., é percorrer as notas ou sinais característicos que distinguem a verdadeira Igreja de Cristo e mostrar que eles não se verificam na Igreja Católica existente há vinte séculos mas neste aglomerado informe e heterogêneo, conhecido desde o século XVI sob o nome elástico de protestantismo.

Rompe o pastor o assalto com uma carga cerrada de acusações contra a Igreja. Dificilmente se poderia reunir em tão poucas páginas acervo tão denso de recriminações inflamadas. Colhido como de surpresa, o leitor vê desfilar:

ante os seus olhos, com a variedade e rapidez de imagens caleidoscópicas, toda a doutrina e toda a história de 20 séculos cristãos. Presença real e transubstanciação, culto dos santos e leitura da Bíblia, sacrifício da missa e celibato eclesiástico, dispensa de impedimentos matrimoniais e catálogo de festas e dias santificados, infalibilidade do papa, tarifa de espórtulas de batismo, e mais Inquisição e Cruzadas, e Leão X e Gregório VII e Joana d'Arc e Henrique IV!! Como chave de ouro, uma objurgatória veemente à "Babilônia apocalíptica, despótica, dominadora da consciência (que) não poderá fugir aos efeitos das suas mistificações", pág. 17. Os acontecimentos do México e da Espanha são os pródromos da catástrofe final! E' ainda uma vez o sestro incorrigível de vaticinar o fim iminente do Papado! Desde Lutero que, todos os dias, estamos ouvindo serenamente os fúnebres presságios destes profetas sem patente (56).

Esta congestão retórica de criminações violentas tem suas vantagens polémicas. Impressiona os leitores ingênuos, dispersa o campo da discussão e torna sobremaneira difícil a tarefa da resposta. Já lá dizia o nosso Rui: "Em quatro palavras se poderá encartar uma calúnia. Mas pode ser que a demonstração da falsidade não caiba toda num discurso" (57). Em uma linha há lugar para meia dúzia de disparates que talvez reclamarão seis volumes para ser corrigidos. Assim, por exemplo, o Sr. L. repete, uma e muitas vezes, que o papa Libério "assinou o credo ariano", p. 19. Um estudo sereno da questão reclamaria o exame crítico dos documentos, autênticos ou apócrifos, que se lhe atribuem e em seguida uma análise teológica do seu conteúdo. O resultado a que se chegará, após um trabalho científico, profun-

(56) Sobre a genealogia de semelhantes Cassandras de mau agouro, ver I R C, 188; C P, V.

(57) RUI BARBOSA, *A Imprensa e o dever da verdade*, Bahia, 1920, p. 10.

do e objetivo, é precisamente o contrário da afirmação do pastor (58).

Ao lado, porém, das vantagens, o método tem também os seus percalços. Se os leitores simples podem ficar ofuscados pelo deslumbramento, quem ainda conservou um grãozinho de senso crítico sofre uma decepção amarga. O que talvez se afigurara polémica séria tomba logo ao nível dos libelos acusatórios. Já se não tem confiança num homem que procura amontoar acusações sem se preocupar com prová-las. Qualquer leitor, não de todo primário, sabe como cada um destes pontos, históricos ou doutrinários, encerra questões muito complexas e delicadas, que se não deixam resumir em tão breve tempo e em espaço tão apertado. Comprimi-las em poucas páginas, lardeadas com imprecisões retóricas de mau gosto, é expor-se, de proposito deliberado, a deturpar os fatos, falsear as perspectivas, mutilar os documentos, contorcer violentamente os textos, desfigu-

(58) Pediríamos ao Sr. LISÂNIAS que, em vez repisar tantas vezes a mesma acusação, nos citasse à letra o trecho assinado pelo papa Libério, acompanhado de duas pequeninas demonstrações históricas: 1.º) o texto encontra-se entre os escritos autênticos do pontífice; 2.º) o texto encerra a profissão do arianismo. Enquanto não vierem estas provas os leitores poderão ver como a respeito da questão se exprime a crítica mais recente. Depois de consagrar mais de 70 páginas à exposição documentada do assunto, assim termina BATTIFOL as suas investigações: "Les sentiments de Libère, tels qu'ils nous sont connus par ses lettres authentiques, justifient pleinement cet hommage (prestada pelo papa Anastácio, 33 anos após a morte de Libério). Il a manqué à Libère de tenir le langage éclatant d'Hilaire ou d'Athanase. Dans les années critiques, entre 358 et 361, il a manqué à Libère d'être en situation d'élever la voix: ou moins Rimini ne l'a pas vu souscrire à sa défaillance et pas davantage Constantinople. Mais le langage du pape Anastase serait une éageure insoutenable, si Libère avait sacrifié la foi de Nicée en 357". "Quand Occidentaux et Orientaux découvrirent qu'ils avaient été joué par la politique sans scrupule du "prince chrétien", ils durent s'aviser, mais trop tard, qu'il leur avait manqué dans ce grand dé-

rar a doutrina, numa palavra trair as exigências supremas da verdade em benefício dos interesses subalternos da paixão.

Foi o que aconteceu e não podia deixar de acontecer ao Sr. L., que em má hora e logo deabalada embetesgou por tão perigoso caminho. O leitor sensato não poderá esperar de mim uma análise miúda destas páginas; fôra tentar escrever quase toda a história eclesiástica e, quase inteiro, um tratado de teologia; fôra sobretudo desviar a polêmica da sua orientação inicial, tornando impossível liquidá-la definitivamente. Mas, por outro lado, não costumamos adiantar afirmação alguma sem anexar-lhe a demonstração respectiva. Limitar-nos-emos, por isso, a alguns poucos exemplos que bastem para dar idéia do gênero e comprovar o que dissemos.

* * *

3. *Infalibilidade da Igreja.* Entre outras provas da falibilidade da Igreja afirma-se que “incinera JOANA D’ARC, como feiticeira em 1431, para declará-la santa depois, em 1920, como inspirada derramadora de sangue;... que decreta hoje a santificação de dias que amanhã transforma em dias comuns e de trabalho”, pág. 16. Nenhum destes pontos interessa o dogma da infalibilidade que só se estende, como toda a gente sabe, às definições ex-cathedra em questões de fé e de costumes. Mas, insiste o pastor: “E quando arguida, responde pelos seus corifeus que não falou *ex-cathedra*... que não *definiu dogmas*, que não *se dirigiu aos fiéis como doutora nas coisas atinentes à fé*... que simples-

sarrol de tourner les regards vers le siège de Saint Pierre et de se régler sur lui pour ne pas faillir”. PIERRE BATIFFOL, *La Paix Constantinienne et le Catholicisme*, 4.º edit. Paris, 1929, 518, 529. Pelo equilíbrio das conclusões, e pela modéstia da frase já terão os leitores reconhecido o verdadeiro *scholar*, o homem de ciência, sério e objetivo. Estamos a grande distância da afirmação maciça de que o papa Liberio “assinou o credo ariano”. E’ a distância que separa a crítica serena da precipitação apaixonada, a ciência, da diatribe.

mente deu pareceres em assuntos *disciplinares*... que errou como erram os homens em questões de fato... e que sua infalibilidade só existe quando doutrina oficialmente...”, pág. 17.

— O ilustrado pastor é livre de adotar para o seu uso pessoal o método confuso. Poderá baralhar dogma e disciplina, doutrinas e fatos, atos particulares do homem e atos oficiais da função, uma carta íntima de família com a promulgação de uma lei. Poderá irritar-se contra quem costuma distinguir azeite e vinagre e se esforça para pôr um pouco de clareza nas suas idéias. O que, porém, não lhe é permitido é falsear o pensamento alheio, é atribuir a outrem uma doutrina que expressamente não ensina. Se deseja pôr em ridículo ou demonstrar falsa a infalibilidade que *de* afirma a Igreja Católica, é mister começar por saber *qual* *esta infalibilidade* que se há de impugnar. Sair daí e arremeter de lança feita contra monstros imaginários é façanha de poderia tentar o herói dos moinhos de ventos; como o curso bélico na luta das idéias é de uma ineficiência total, não sei se o Sr. LISÂNIAS percebeu toda a solenidade do ridículo a que se expôs, alegando contra a infalibilidade da Igreja a alteração no catálogo dos dias santos!! Mas estou certo que ainda perceberá a inconveniência grave de assacar a uma instituição uma doutrina ou caricatura de doutrina, por ela expressamente repudiada. “Não dirás falso testemunho”. Ex. XX, 16.

* * *

4. *Intercessão dos Santos.* “A Igreja diz: ‘há tantos mediadores quantos são os santos e os anjos’ em oposição ao ensino apostólico: ‘Só há um Deus e só há um mediador entre Deus e os homens’. I *Tim.* II: 5”, pág. 15. — Como se a intercessão dos santos fôsse independente da única e necessária mediação de Cristo! Como se eles concorressem com Ele em pé de igualdade! Como se toda a santidade e todo o valimento dos servos de Deus não fôsse a mais

bela glorificação de Cristo Jesus, da graça que só Ele a todos mereceu com o seu sacrifício redentor! Por que, ainda uma vez, desfigurar os ensinamentos claros e expressos da Igreja? S. PAULO recomenda-se, a cada passo, à oração dos fiéis. Aos Romanos: "exorto-vos, irmãos, por N. S. J. C. e pela caridade do Espírito, a combater comigo, com as orações a Deus, para que eu escape aos rebeldes da Judéia", XV, 30. Aos Efésios: "rogai por todos os santos e por mim a fim de que me seja dado abrir os lábios e pregar livremente o mistério do Evangelho", VI, 19. Aos Colossenses: "Perseverai em oração... orando ao mesmo tempo também por nós para que Deus nos abra a porta da palavra", IV, 2-3. Ver ainda I ad Thess. V, 25; ad Hebr. XIII, 18, 19. S. PAULO, recomendando-se às orações dos santos da terra, recorrendo à mediação de suas preces, estava porventura "em oposição ao ensino apostólico?" Pois é o que faz a Igreja católica. Certa da solidariedade sobrenatural e da comunhão admirável que, uns aos outros, une todos os membros do corpo místico de Cristo, aos santos da terra, como aos santos do céu, ela repete o de S. PAULO: orai por nós.

* * *

5. *Culto das imagens.* "Igreja que contra o ensino apostólico: 'filhinhos, guardai-vos dos ídolos'. I João, V, 20 encheu seus templos de imagens para *culto religioso*, em desobediência formal ao expresso mandamento divino: '... não as adorarás, nem lhes darás culto' (Ex. XX, 5)" pág. 15.

— Réu de idolatria, na acepção ampla da palavra, é quem tributa a uma criatura o culto que só a Deus é devido. Crê sinceramente o Sr. LISÂNIAS que as imagens são para nós ídolos? que as adoramos como os filhos de Israel adoraram o bezerro de ouro no deserto? Por que, pois, de-formar a verdade que vem tão claramente ensinada pela Igreja? Numa polêmica já antiga, contra um pastor protes-

tante, escrevia serena e vitoriosamente CARLOS DE LAET: "Em verdade, desde que a doutrina católica, tanto nos seus graves livros de teologia como nos catecismos que andam por tôdas as mãos, explícita e formalmente declara que não adoramos os santos, mas que os honramos como amigos que são do Senhor, e nossos intercessores perante a divina Majestade, — razão não há por que se obstinem os protestantes em imputar-nos o que não professamos, em confundir o que é tão claro" (59). Razão, não há; mas eles se obstinam.

O texto do Êxodo não é *ad rem*; encerra, apenas, uma proibição local e temporária, que cessou de vigorar, como todos os preceitos positivos da Antiga Aliança quando foi proclamada a Nova. Saídos recentemente do Egito, terra de gentios, cercados, na Palestina, de povos idólatras, os israelitas estavam continuamente expostos ao pecado de idolatria e politeísmo. Para diminuir este perigo proibiu-lhes Deus a fabricação e o culto das imagens: proibição que caiu, como as outras positivas que se lhe seguem, em número inumerável, no Êxodo, no Deuteronômio e no Levítico. Excetuando o que era de lei natural, tôdas as prescrições e proibições positivas do Antigo Testamento, terminada a sua função preparatória e pedagógica, foram abrogadas com a celebração do Novo e Eterno Testamento de Cristo. Continuemos a ler o livro sagrado que o pastor fechou tão depressa aos seus leitores. Três ou quatro versetos adiante está escrito: "Lembra-te do dia do sábado para o santificar... não farás nenhuma obra nem tu nem teu filho..." (Ex. XX, 8-10). Abstêm-se, porventura, os protestantes de qualquer trabalho no sábado? Adiante: "Farás um altar de terra e sobre ele sacrificarás os teus holocaustos e as tuas ofertas pacíficas". Ex. X, 24. Existem talvez nos templos evangélicos estes altares e oferecem-se estes holocaustos? Mais um passo. "Seis anos semearás tua terra e recolherás os seus

(59) CARLOS DE LAET, *Heresia Protestante*, S. Paulo (1907), pp. 11-12.

frutos, mas ao sétimo as soltarás e deixarás descansar". Ex. XXIII, 10. Costumam os proprietários protestantes, cada septênio, deixar de pousio as suas terras? etc., etc. Amigo leitor, um conselho: não te faças protestante, não vês como está o protestantismo "em desobediência formal ao expresso mandamento divino"?

A Bíblia é preciso lê-la; mas lê-la toda, lê-la sem preconceitos, lê-la com discernimento e sinceridade. Do contrário não haverá monstruosidade que se não possa acobertar sob algum textinho, recortado com tesoura. Seita protestante houve que não só suprimiu dos seus templos as imagens, senão ainda que varreu até os púlpitos. Os pastores empoleiravam-se nos telhados para de lá pregar a palavra evangélica "em obediência formal ao expresso mandamento divino": "pregai sobre os telhados". Mat. X. 27!!

* * *

6. *Presença real na Eucaristia.* A Igreja "celebra nos primeiros tempos a Eucaristia como símbolo e memorial daquele que disse: 'Fazei isto em memória de mim' (Luc. XXII:19) e de cuja ausência corporal escreveu S. PAULO: 'anunciareis a morte do Senhor até que ele venha' (I Cor. XI:26) para transformá-la depois na complexa inovação que é a missa com a doutrina inacessível e blasfema d'atransubstanciação", p. 16.

— Custamos a acreditar; foi mister ler duas vezes para nos convenceremos que "o até que venha" era alegado contra a presença real de Cristo na Eucaristia!! Toda a gente, não de todo leiga nestes assuntos, vê nesta expressão clássica e de significado preciso (Mt. X, 23, 1 Cor. IV, 5) uma referência ao segundo advento visível de Cristo, à parusia final. Com a oblação sacrificial, que Cristo acabara de fazer na última Ceia e preceituara aos seus apóstolos renovassem em sua memória, havia de anunciar-se a paixão e morte do Senhor até o fim dos tempos, quando Ele há de vir como

Juiz supremo da humanidade. Que tem que ver isto com a presença real de Cristo na Eucaristia? — Desta presença falou S. PAULO, *ex-professo*, em textos decisivos que emolduram o versículo, em má hora, aduzido pelo Sr. Pastor, mas, por êle, não sabemos por que razão, cuidadosamente subtraídos aos olhos dos leitores. Continuemos a ler a Bíblia, tão depressa fechada pelo Sr. LISANTAS: "Eu recebi do Senhor o que também vos ensinei: que o Senhor Jesus, na noite em que foi traído, tomou o pão, e, tendo dado graças, o partiu e disse: tomai e comei: isto é o meu corpo, que é partido por vós: fazei isto em memória de mim. Do mesmo modo, depois de haver ceado, tomou o cálice dizendo: Este cálice é o Novo Testamento no meu sangue: fazei isto todas as vezes que beberdes em memória de mim. Porque todas as vezes que comerdes este pão e beberdes este cálice anunciais a morte do Senhor, até que venha. Portanto qualquer que comer este pão ou beber o cálice do Senhor indignamente, será culpado do corpo e do sangue do Senhor. Examine-se, pois, o homem a si mesmo e assim coma deste pão e beba deste cálice. Porque o que come e bebe indignamente come e bebe o próprio juízo, não discernindo o corpo do Senhor". I Cor. XI, 23-29. — Que som diferente dão as palavras paulinas! O pão eucarístico sobre o qual Cristo pronunciou as palavras taumaturgas é o seu corpo. Quem se aproximar indignamente do banquete sagrado é culpado "do corpo do Senhor", lavra a própria condenação porque não discerniu o corpo do Senhor". Que faz a Igreja Católica? Como S. PAULO, transmite integralmente o que recebeu do Senhor. Onde JESUS disse: "é o meu corpo", ela não corrige "é o símbolo do meu corpo". Onde JESUS, depois de oferecer o seu corpo e o seu sangue como hóstia pela redenção do homem, disse aos seus apóstolos fizessem o que acabara de fazer, em memória d'Ele, a Igreja, dócilmente, renova o gesto litúrgico do Eterno Sacerdote e, com êle, o oferecimento da única Hóstia, em homenagem de perfeita adoração ao Pai

(60). Eis o que, em harmonia com os Evangelhos (Mar., XXVI, 26-28; Marc., XIV 22-24; Luc. XXII, 19-20), ensinou S. PAULO; eis, o que, dócil aos divinos ensinamentos, continua a fazer a Igreja.

E' bom ler e citar a palavra de Deus, mas lê-la sem idéias preconcebidas, citá-la com integridade.

* * *

7. *Celibato eclesiástico.* Sobre o celibato eclesiástico o Sr. LISÂNIAS fêz duas observações: uma exegética, outra histórica. Foi o bastante para torturar duas vêzes a realidade, falseando a perspectiva dos textos e a dos fatos.

Insurge-se, primeiro, contra a "Igreja que decretou para os seus ministros a obrigação de uma vida celibatária contra a expressa recomendação apostólica: "importa logo que o bispo seja irrepreensível, espôso de *uma só mulher*... que saiba governar bem a sua casa, que tenha seus filhos em sujeição... porque o que não sabe governar a sua casa, como terá cuidado da Igreja de Deus?" (I TIM. III:2-5)", pág. 15. — O sentido das palavras paulinas é óbvio. Nos primórdios da Igreja não era tão fácil, entre os convertidos adultos, encontrar homens maduros e virtuosos, capazes de desempenhar as funções do episcopado e que não fossem casados. Não sendo possível promulgar logo uma lei sobre o celibato, prescreveu o Apóstolo que, pelo menos, se escolhessem os bispos entre os que só se haviam casado uma vez.

(60) Expondo autênticamente a doutrina católica do Sacrifício da Missa, diz o Concílio de Trento que neste sacrifício e no do Calvário: "é uma só e a mesma hóstia; o mesmo que na cruz se ofereceu é que agora se oferece pelo ministério do sacerdote, diferindo apenas o modo da oblação: *una enim eademque est hostia, idem nunc offerens sacerdotum ministerio, qui se ipsum tunc in cruce obtulit, sola offerendi ratione diversa*" Sess. XXII, c. II — Inútil dizer que aludindo à doutrina católica da Missa (p. 6) o Sr. LISÂNIAS ainda uma vez a desfigurou completamente para... melhor combatê-la.

Quis êle, porventura, com esta prescrição, condenar ou proibir o celibato perfeito? E' só lê-lo atentamente. Continuemos com o Livro da Palavra divina aberto; o discreto pastor fechou-o muito depressa.

A questão das relações entre o casamento e o celibato foi tratada *ex-professo* por S. PAULO, em resposta a uma consulta escrita da igreja de Corinto. Depois de resumir a doutrina sobre o matrimônio, acrescenta que êste não é obrigatório: "Digo, porém, isto por permissão, e não por mandamento, porque quisera que *todos os homens fossem como eu mesmo*: mas cada um tem de Deus o seu próprio dom, um duma maneira e outro de outra. Digo, porém, aos solteiros e às viúvas que lhes é bom se ficarem como eu" (I Cor. VII, 6-7). Aí está, bem claro. O exemplo que S. PAULO nos deixou foi o da vida de perfeita continência e êste exemplo, *como desejo seu e como coisa boa*, êle o propôs a quantos, com a graça de Deus, se sentirem com forças de imitá-lo. Mais adiante, numa observação profundamente psicológica, o Apóstolo dá-nos a razão da sua escolha e do seu conselho. "O que não é casado tem cuidado das cousas do Senhor, procura agradar ao Senhor; o que é casado tem cuidado das cousas do mundo, procura agradar à mulher e está dividido". I Cor. VII, 32-34. E' justo que os ministros do Senhor estejam divididos, cuidadosos das cousas do mundo? Não é de alta conveniência que vivam desembaraçados de outras solitudes para só cuidar "das cousas do Senhor"? O celibato, diz então S. PAULO, é a solução do problema, é o segredo da elevação espiritual do ministro de Deus. Eis "a expressa recomendação do Apóstolo"; eis o que, dócil aos seus conselhos, fêz a Igreja.

Ao terminar a sua resposta aos coríntios sobre as relações entre o casamento e a virgindade, frisa o Santo: "Este é o meu parecer e cuido que tenho o Espírito de Deus" (I Cor. VII, 40). Assim é: o exemplo e os conselhos do grande apóstolo refletem um exemplo e conselhos mais

altos. CRISTO JESUS foi-nos, na vida, o modelo da pureza mais absoluta, e este modelo Ele o propôs como um ideal alevantado que atraísse as almas de quantos o desejassem seguir mais de perto. Aos seus apóstolos disse um dia esta palavra fecunda que havia de acordar tantos heroísmos na história do cristianismo: “todo aquêle que deixar casa ou irmãos ou irmãs, ou pai ou mãe, ou *mulher*, ou filhos, ou terras por amor de mim receberá o cêntuplo e possuirá a vida eterna”. MAT. XIX, 29. Penhor de graças mais abundantes e de glória sem fim: eis a esperança magnífica que CRISTO rasgou ante as almas que, por amor do seu nome, não recuam ante a generosidade dos grandes sacrifícios. Em outra ocasião, explicara o Salvador, em todo o seu rigor primitivo, a lei da indissolubilidade do matrimônio. Impressionados, disseram os discípulos: se assim é, mais vale não casar. Replicou o divino Mestre: “Todos não compreendem esta palavra, mas só aquêles a quem foi dado. Há eunucos que assim nasceram do seio de sua mãe, há eunucos que assim foram feitos pelas mãos dos homens e há também os que se fizeram eunucos por causa do reino dos céus. Quem pode compreender, compreenda”. (MAT. XIX, 11-12). Esta palavra, que consagrava, acima do matrimônio divinamente instituído, um estado mais perfeito: o dos que escolhiam o isolamento e a continência para melhor servir “o reino dos céus”, — os protestantes, no dia em que se separaram da verdadeira Igreja, não a entenderam mais. Aos seus ministros abriu LUTERO as portas do casamento; aos fiéis, as do divórcio e da bigamia (IRC. 447-453). O nível moral, que CRISTO elevava tão alto, entrou a baixar naqueles que desertaram o grêmio materno da sua Igreja. Eis a lição divina que nos dá a Palavra de Deus interrogada sinceramente na integridade dos seus ensinamentos.

8. *Da exegese à história.* O exemplo e o conselho de CRISTO e dos seus apóstolos não caíram em terreno estéril. Desde os primeiros dias do cristianismo, se não houve, pelos

motivos já expostos, uma lei positiva obrigando todos os eclesiásticos ao celibato, foram sem conta os que espontaneamente o abraçaram para mais de perto seguir o Salvador e mais eficazmente trabalhar para a difusão do seu reino. “Quantos, escrevia TERTULIANO, quantos vemos nas ordens sacras, que abraçaram a continência, preferiram esposar-se com Deus, restabeleceram a honra de seu corpo e, filhos do tempo, se consagraram para a eternidade, mortificando a concupiscência do desejo e de tudo o que exclui do paraíso” (61). S. CIRILO DE JERUSALÉM: “Aquêle [bispo, sacerdote ou diácono] que deseja servir ao Filho de Deus, como convém, abstém-se de mulher” (62). EUSÉBIO DE CESARÉIA, na sua *Demonstração Evangélica*, escreve: “A continência convém aos sacerdotes e a todos aquêles que estão empregados no serviço do Senhor” (63). Pouco depois, na sua polémica com Vigilância, S. JERÔNIMO dá-nos uma idéia da extensão do celibato, em seu tempo: “Que seria [no vosso sistema] das igrejas do Oriente? que seria das igrejas da África e de Roma que não aceitam, entre os clérigos, senão virgens ou continentas, ou, quando se trata de clérigos casados, exigem que renunciem a tôdas as relações com suas esposas?” (64)

A estes poderiam acrescentar-se muitos outros testemunhos antigos. Bem cedo, porém, como já deixa entrever o trecho citado de S. JERÔNIMO, preceitos positivos da Igreja vieram consagrar e generalizar uma praxe que já se havia convertido numa espécie de instituição. Lá por volta do ano 300, encontramos o cânon 33 do Concílio de Elvira que impõe aos clérigos, sob pena de deposição, o dever da conti-

(61) TERTULIANO, *De exhortatione castitatis* c. XIII; M L, II, 390.

(62) S. CIRILO DE JERUSALÉM, *Catech.* XII, c. 25; M G, XXXIII, 757.

(63) EUSÉBIO, *Demonstratio evangelica* 1. I, c. 9; M G XXII, 81.

(64) S. JERÔNIMO, *Adversum Vigilantium*, c. 2; M L, XXIII, 341.

nência (65). Em 386 um Concílio romano reunido sob o papa Sirício estabelece a mesma disciplina. E o bispo de Roma, em cartas especiais, dirigindo-se aos bispos respectivos, estendeu-a à Espanha, à Lusitânia, e à África. INOCÊNCIO I, poucos anos depois, renova as mesmas advertências aos da Gália. Os grandes doutores da Igreja, S. AGOSTINHO, S. AMBRÓSIO, S. JERÔNIMO, reforçam a ação dos papas e dos concílios com a força da sua palavra e o prestígio do seu exemplo. Daí por diante, quase se não contam os sinodos e concílios diocesanos e regionais que repetem a promulgação da lei do celibato e insistem sobre a sua perfeita execução. Lembremos apenas na *Espanha*, os concílios de Giron (516) cân. 6, Ilerda (524) cân. 15, Toledo (597) cân. 1; nas *Gálias*, o concílio de Orleans (538) cân. 2; de Tours (567) cân. 20; de Auxerre (583-603) cân. 20; e de Macon (583) cân. 11. No *Oriente* a disciplina, um pouco menos severa que no Ocidente, ficou definitivamente regulada no sentido em que a sancionou o célebre concílio *in Trullo* (692): os bispos devem ser continentos; os sacerdotes e clérigos não podem casar-se depois de recebidas as ordens maiores; podem, porém, se já casados, recebê-las e exercê-las.

Os séculos IX e X foram de crise para a civilização do Ocidente. A desagregação do efêmero império carolíngio, a dispersão da sociedade feudal, as dificuldades da incorporação dos povos invasores na sociedade cristã, criaram um ambiente hostil à severidade dos costumes. Como outras, também a instituição do celibato sofreu as conseqüências funestas desse estado de cousas. Os chamados "séculos de ferro" foram de decadência e de crise. Os papas reagiram e a intervenção enérgica de GREGÓRIO VII (1073-85) e de

(65) "Placuit in totum prohibere episcopis, presbyteris et diaconibus vel omnibus clericis positis in ministerio abstinere se a conjugibus suis et non generare filios; quicumque vero fecerit, ab honore clericatus exterminetur". MANSI, Conciliorum nova et amplissima collectio, II, 11.

seus sucessores conseguiu triunfar das forças dissolventes e reconduzir as leis eclesiásticas ao seu primitivo vigor. Como se vê, o grande papa HILDEBRANDO não instituiu a lei do celibato, urgiu-lhe a observância fiel. Quando portanto o Sr. L. escreve que a Igreja permitiu "por séculos o casamento dos seus ministros, para descasá-los depois violentamente, pela ação tumultuária do papa GREGÓRIO VII", pág. 16, resume, na concisão de uma frase vulgar, dezenas de injúrias à venerabilidade augusta da História.

Felizmente, para desfôrço da verdade, grandes inteligências nascidas no protestantismo souberam ver toda a beleza e eficiência espiritual da granda instituição católica. "Eliminando da religião o ascetismo, escreve SCHOPENHAUER, e, em particular, o princípio em torno do qual gravita o mérito do celibato, o protestantismo abandonava na realidade o que constitui a própria essência do cristianismo. Neste sentido é possível mesmo afirmar que o renega e dêle se separa. E' o que já se percebe em nossos dias em que de dia para dia vai derivando para um racionalismo raso, verdadeiro pelagianismo moderno... E' esta talvez a religião que convém a pastôres casados, confortáveis e esclarecidos; mas isto não é cristianismo" (66). FOERSTER, um dos maiores pedagogos da Alemanha moderna, vê no celibato "a garantia da santidade do casamento, porque encarna a liberdade espiritual do homem em face dos instintos naturais e constitui uma exortação de consciência contra os caprichos e invasões do temperamento... O protestantismo, rejeitando em princípio o ideal ascético da vida, tomou uma posição absolutamente isolada entre as grandes religiões, sem exceção o paganismo antigo... e esta posição é absolutamente incompatível com os fundamentos essenciais de uma religião

(66) SCHOPENHAUER, *Die Welt als Wille und Vorstellung*, vol. II, c. 48; *Sämtliche Werke*, Ed. Grisebach, Leipzig, Reclam., t. II, p. 736.

espiritual. Ou o protestantismo mudará neste ponto a sua atitude ou por causa dela morrerá" (67).

* * *

9. Cremos já não ser preciso continuar esta análise penosa. Pelos poucos exemplos aduzidos já se terá tomado o pulso à força polêmica do Sr. L. Sobre questões tão disparatadas, tão complexas e tão importantes, pouco se lhe dá de informar exatamente os seus leitores, de lhes subministrar com escrupulo e fidelidade os documentos respectivos, de expor com imparcialidade objetiva as doutrinas que pretende impugnar. Em vez da calma serena de quem balança os argumentos para discernir-lhes a verdade, o açoitamento atabalhado de quem acumula afirmações sobre afirmações para impressionar a candidez de algum leitor ingênuo. A Escritura não é citada na integridade dos seus textos; os ensinamentos da Igreja não são referidos na pureza genuína de sua verdade; a história é desrespeitada nas suas conclusões mais incontestáveis. Em duas páginas, uma dezena de atentados às regras mais comezinhas do bem discutir. Isto já não é polêmica, e diatribe.

(67) FOERSTER, *Sexualethik und Sexual Pädagogik*, tr. fr. Paris, Bloud, 1930, pp. 186-190.

CAPÍTULO II

UNIDADE DA IGREJA

10. Dos sinais que caracterizam a verdadeira Igreja de Cristo, o Sr. L. consagrou algumas páginas ao estudo particular da *unidade* e da *santidade* (68). Acompanhem-lo nestas páginas.

* * *

11. O fim a que mira o Sr. Pastor é duplo: ofensivo e defensivo. A Igreja católica não possui a verdadeira unidade da Igreja de Cristo; o protestantismo, este sim, possui-a cabalmente.

Para provar a primeira parte, insiste o adversário no grande cisma do Ocidente. Em nenhum lugar estuda esta época histórica à luz dos documentos, serena e desapaixona-

(68) Nos outros tocou mais de leve, mas o suficiente para dar logo alguma cincada grave. Assim, a propósito da imutabilidade, escreve: "A imutabilidade, mesmo que fosse característica da Igreja Romana, de certo, não lhe daria foros de verdadeira, porque — imutável também tem sido o pecado (imutável e até católico — universal), — na sua essência corruptora e em seus efeitos nefastos através dos tempos", p. 15. — Que barafunda de idéias! O pecado, diz o Sr. Pastor, é também imutável e não é verdadeiro. Mas verdadeiro não é atributo que possa qualificar o pecado como tal. Verdadeiro é atributo dos atos da *inteligência*, que julga em conformidade com o seu objeto real; o pecado é qualificativo da *vontade* que se desvia da norma de sua atividade moral. Mas passemos por cima desta impropriedade de somenos importância e va-

damente. Mas a ela se refere, de contínuo, com esta insistência monótona, tão freqüente onde há indigência de idéias. Nas páginas do seu livro, pelo menos quatro vezes (pp. 17, 23, 24, 25) alude ao "espetáculo horrendo" (pág. 23) da existência simultânea de três papas.

O fato já é conhecido dos leitores. Pouco depois de falecido GREGÓRIO XI, foi eleito em Roma (abril de 1378) o novo papa URBANO VI. Pretextando irregularidades que tornariam nula esta escolha, alguns cardeais, em setembro seguinte, elegeram como Sumo Pontífice o antigo bispo de Cambrai, que tomou o nome de CLEMENTE VII. Durante vários anos coexistiram os dois papas, a cada um dos quais prestava obediência uma parte da cristandade. A tentativa, levada a efeito em Pisa, de pôr termo a êste estado de cousas, veio agravá-lo ainda mais, acrescentando em 1409 um terceiro papa, aos dois já existentes. Reuniu-se finalmente o concílio de Constança. O papa de Avinhão foi pelo concílio obrigado a renunciar. O verdadeiro papa de Roma, GREGÓRIO XII, depois de conferir à assembléja reunida os direitos de concílio ecumênico e o poder de escolher um novo Papa, apresentou espontaneamente as suas demissões. Em 1417, foi eleito MARTINHO V, logo universalmente reconhecido

mos ao âmago do argumento. De haver alguma cousa imutável que não seja verdadeira, segue-se porventura que o que é verdadeiro não é imutável? A verdade é necessariamente imutável e a Igreja que ensina a verdade é, por força, imutável nos seus ensinamentos. E o entimema de BOSSUET contra o protestantismo: tu varias, logo não és a verdade, tem um valor eterno. — O Sr. GALDINO MOREIRA informa-nos no seu prefácio (XI) que o ilustre pastor é "doutor em filosofia". Não o pomos em dúvida. Mas a sua pressa apaixonada na agressão fêz-lhe esquecer as regrinhas de lógica que se referem à quantidade do predicado na conversão das proposições. Porque tudo o que é verdadeiro é imutável, não se infere formalmente que *tudo* o que é imutável é verdadeiro; mas tão só: que alguma cousa imutável é verdadeira. Convém ir devagar e refletir antes de escrever.

como Papa por tôdas as nações cristãs, anteriormente divididas em duas ou três obediências (69).

Durante êste, que foi chamado "o grande cisma do Ocidente", houve ruptura na unidade da Igreja? Nada menos. É considerar as cousas mais de perto e menos superficialmente. Um exemplo poderá ilustrar o caso. Por morte de um soberano, apresentam-se dois sucessores ao trono. Os títulos que alegam são especiosos e as circunstâncias não permitem discernir com certeza o legítimo herdeiro. Os súditos, perplexos, apoiam, em grupos, os dois pretendentes. Finalmente, depois de várias peripécias, um dos candidatos ou um terceiro é saudado por tôda a nação como rei legítimo. Durante a luta, motivada pela incerteza dos conhecimentos, rompeu-se a unidade do reino? Não. Ter-se-ia rompido, sim, se um dos candidatos proclamasse a sua soberania sobre algumas províncias e a renunciasse sobre as outras, passadas para o domínio do rival, que, por sua vez, abrisse mão do govêrno das primeiras. Então, sim: teríamos dois reinos onde antes havia um; a unidade fôra sacrificada: dividira-se a monarquia. A aplicação é óbvia. Na incerteza que envolveu, por algum tempo, a complexidade dos fatos, não se rompeu o princípio da unidade católica. Papas e fiéis não só estavam convencidos e professavam que um só era o princípio da autoridade na Igreja universal mas ainda se esforçavam por identificá-lo e reconhecê-lo. Os papas coexistentes não dividiram a cristandade em duas partes, renunciando cada qual ao govêrno da que, de fato, lhe não estava sujeita. Nem tampouco os fiéis, que, em consciência, prestavam obediência ao papa tido por legítimo, julgavam

(69) Escreve o Sr. LISÂNIAS: "Desprezadas, porém, as obediências antagônicas dêsse horrendo cêrbero, o concílio de Constança elegeu o quarto papa que tomou o nome de Martinho V", p. 17. Historicamente falso. Quando em Constança se elegeu Martinho V já não havia papa em Avinhão ou em Roma. E não há "quarto" onde não há "primeiro" e "segundo".

que somente sobre eles se estendia a sua jurisdição. A bem dizer, não havia dois papas, hesitava-se sobre qual dos dois era o papa verdadeiro. Era uma dúvida no reconhecimento, não era uma divisão na existência. Quando se dissiparam as hesitações e se resolveram as dúvidas, toda a cristandade numa expansão de júbilo espontâneo se achou reunida sob a unidade do Supremo Pastor, a todos com evidência manifestado (70). Para os que consideram os acontecimentos com olhos serenos, puros e iluminados pelas claridades da fé, esta crise, longe de constituir uma pedra de escândalo, é um reforço de prova. Achamo-nos, com efeito, diante de uma destas terríveis investidas que contra a verdadeira Igreja de Cristo haviam de desfechar as portas do Inferno. Mas a promessa do Salvador não falhou: contra a Igreja edificada sobre PEDRO, não prevaleceram os poderes das trevas. Por muito menos, todas as seitas separadas do princípio da unidade entraram a fragmentar-se irremediavelmente numa desagregação incoercível e crescente, a que nenhum esforço humano foi capaz de opor uma resistência eficaz. Multiplicam-se as seitas, cindem-se as igrejas separadas, porque não são a Igreja de CRISTO: *ecclesiam meam*. Esta foi edificada sobre PEDRO e contra ela não prevalecerão as portas do Inferno.

12. Mais inconsistente ainda é a objeção tirada da cisão causada pela Reforma protestante. Que a exponha o Sr. L. no seu estilo tão impróprio da dignidade do assunto: “Quando, mais tarde, no século XVI, já morto o monstro de múlti-

(70) “Le lien de l’unité morale et religieuse, diz um historiador do grande cisma, est donc demeuré intact entre tous les membres malgré la division momentanée des obédiences. C’est toujours l’*una fides, unum baptisma, unum corpus* de Saint Paul et du Christ”. L. SALEMMEIER, *Le grand scisme d’Occident*, 4.^e édition Paris, 1902, pág. 192. Nesta mesma época a Igreja greco-eslava se preparava para voltar à unidade; e pouco depois em 1434 envia os seus legados que dêla deviam tratar no Ocidente: tanto é verdade que a unidade católica continuou a esplender nesta época como sinal da verdadeira Igreja de Cristo.

plas cabeças, a Igreja Romana ostentava a sua unidade de necrópole espiritual, em torno do *cabeça* profano que foi LEÃO X, seu corpanzil organicamente reunificado recebeu o golpe formidável da Reforma que o despedaçou até os nossos dias. Agora, há uma *cabeça* num *pedaço de corpo*...”, pág. 18. — Engano, Sr. Pastor; não o despedaçou. Nenhum corpo social se despedaça ou perde a sua unidade pela exclusão de membros que se tornam incompatíveis com as suas finalidades essenciais. Manter no próprio seio elementos nocivos e contrários à própria razão de ser é para uma sociedade sinal de fraqueza e pródromo de iminente dissolução; eliminá-los dos seus quadros, sintoma de força e de vitalidade. Os excluídos podem tentar reunir-se em pequeninos grupos, mais ou menos inconsistentes; a primitiva sociedade continua sadia e vigorosa, tanto na unidade de sua estrutura quanto na fidelidade à sua missão específica. A aplicação à Igreja é óbvia. Cismões e heresias haviam de pulular com o correr dos anos; basta conhecer os homens para prevê-lo e S. PAULO o predisse abertamente (I. Cor. XI, 19). Mas as paixões humanas não prevaleceriam contra a obra de CRISTO. Fundando a sua Igreja, o Salvador nela instituiu uma autoridade com poderes de excluir do seu seio todos os contumazes que “fizeram naufrágio na fé” (I Tim. I, 19). “Quem não ouvir a Igreja, considera-o como um gentio e um publicano.” E a sentença da Igreja será ratificada por Deus: “tudo o que ligardes na terra será ligado no céu e tudo o que desligardes na terra será desligado no céu” (MAT. XVIII, 17 e 18). Esta foi a triste sorte de todas as heresias em todos os tempos. Fiel à sua missão conservadora da revelação divina, a Igreja nunca hesitou em eliminar do seu grêmio quantos atentassem, com mão sacrílega alterar a integridade das verdades que lhe haviam sido confiadas à guarda incorruptível. Os que são assim desditosamente separados da sua comunhão não vão constituir “pedaços do corpo” de Cristo; são elementos que dêle foram simplesmente eliminados; passam a

ser “como o gentio e o publicano”. O corpo ficou intato como intato fica o organismo que se desembaraça das toxinas e elementos inassimiláveis. Os fragmentos cortados, estes, sem o influxo da unidade vital, entram a decompor-se numa desagregação crescente e incoercível. Não é durante 20 séculos a história de todos os cismas e heresias?

13. A este propósito, o Sr. L. faz algumas observações de caráter mais pessoal que não podem passar sem reparo. Referindo-nos à negação da autoridade espiritual pela Reforma e à conseqüente destruição da maravilhosa harmonia do plano divino, havíamos escrito: “Ficou assim arruinada pelos alicerces a obra admirável de Cristo... Quebrado o escrínio em que Deus o encerrara, o tesouro divino foi dilapidado pelos perdulários da razão e da fé”. IRC, 5. Aqui o adversário exalta-se e, já não tendo mão em si, irrompe na veemência destes excessos: “Falso, mil vezes falso! A obra admirável de Cristo ninguém a pode arruinar pelos alicerces... Blasfema o incondicional defensor do Papismo... clamoroso erro...”, p. 18. — Calma, precipitado pastor! Leu, porventura, o Sr. L. um livro intitulado *A Igreja, a Reforma e a Civilização?* Compreendeu alguma coisa dessa leitura? Do que leu e compreendeu não reteve, pelo menos, a idéia essencial do livro? Não lhe ficou talvez vagamente na memória que o autor, em todas as linhas, em todas as páginas, em todos os capítulos, não pretendia senão provar, como se resume na conclusão, que “A Igreja católica é a única fundada por JESUS CRISTO, a única depositária autêntica dos seus ensinamentos, a única via de salvação”? p. 527. E que esta Igreja existe hoje, não “arruinada pelos alicerces”, mas tão intata e tão jovem como no dia em que CRISTO a fundou sobre PEDRO? Não digo que o Sr. L. se tenha deixado convencer da tese propugnada no livro; pergunto apenas se não chegou a perceber que era esta a doutrina nêle propugnada? E se nem isto lhe ficou na retentiva, pelo menos, na mesma página na qual êle colheu as citações acima, não lhe caíram

os olhos no princípio do parágrafo que começa precisamente por estas palavras: “o protestantismo destruiu esta maravilhosa harmonia”, etc... Como então, aplica o Sr. L. as minhas palavras à obra de CRISTO em si e não ao que *dela fez o protestantismo?* Como não hesita em desfigurar assim o pensamento de um autor, dando-lhe uma interpretação contra a qual protestam “clamorosamente” todas as letras do seu livro? Como escandalizar-se de que uma heresia tenha no próprio seio destruído a obra de CRISTO, quando este poder outra coisa não é senão a triste possibilidade de pecar, e, com o pecado, inutilizar na *própria alma* a eficácia redentora do sangue de CRISTO? (71)

Donde pacificamente se conclui que convém:

- 1.º) Aprender a ler um texto antes de criticá-lo;
- 2.º) Não desfigurar o pensamento do adversário nem mesmo entre o ruído fragoroso de exclamações retóricas. Esta acusação ridícula poderá impressionar a algum ingênuo. Aos leitores sérios, mesmo entre os protestantes, afigura-se como processo polêmico sem curso entre pessoas que se respeitam.

* * *

14. Depois da inconsistência destas objeções contra a unidade de regime da Igreja Católica, passa o Sr. L. a repisar outras, ainda mais frágeis, contra a sua *unidade de fé*. Afirma, sem pestanejar, que “aquilo que a bula de um infalível decretou ser doutrina sã, outra bula igualmente infalível considerou heresia” (p. 22). A prova da asserção debalde a procura o leitor. O próprio Sr. L. sentindo a dificuldade

(71) Pouco adiante escreve o Sr. L.: “Registremos agora de passagem o poder extraordinário que o inadvertido padre atribui, mais uma vez, ao Protestantismo: o “de destruir a harmonia das criações divinas”, p. 20. Não é poder extraordinário, Sr. Pastor, nem convém fazer do sambenito gala; o poder de pecar e contrariar assim a vontade de Deus é a mais triste expressão da miséria humana.

da empresa já vai cobrindo a retirada: “E quando vem a arguição, a saída é que a bula não foi *promulgada* ou tratava de questões *disciplinares*”... pág. 23. — Mas se a bula não foi *promulgada*, não é bula; e se realmente *promulgada*, por que não demonstrá-lo historicamente? Se as questões eram realmente *disciplinares*, *tollitur quaestio*; se eram dogmáticas, ainda uma vez, por que não o prova com documentos à mão?

Aliás a questão das definições dogmáticas já havia sido tratada. A definição de um dogma (divindade de Cristo, em Nicéia, 325, Imaculada Conceição, em 1854, infalibilidade do papa, em 1870) *não cria o dogma*, não supõe nenhuma *mutabilidade doutrinal*. Ver IRC 144-148; 159-184. O ilustre pastor julgou melhor esquecê-lo.

Pouco abaixo cita ainda, com o mesmo intento de demonstrar a falta de unidade doutrinal da Igreja, as divergências e discussões entre os teólogos católicos e membros de diversas ordens religiosas (p. 22) (72). A mesma dificuldade, tal qual, já havia sido proposta pelos predecessores do zeloso pastor. Deu-se-lhe a resposta conveniente e decisiva (C. P. 143-147), para a qual remetemos os leitores. O apologista do protestantismo preferiu não tomar conhecimento. Não é o meio mais econômico de dar uma “resposta ao pé da letra” triunfal?

(72) É aqui que encontramos esta jóia de raro quilate. “Dominicanos contra franciscanos, jesuítas contra beneditinos, jansenistas (sic!) e outras ordens — eis a maravilhosa harmonia do ensino da Igreja dos papas”, p. 22. — O seminarista mais vadio não ignora que os jansenistas (o autor, estranhando provavelmente a novidade do termo escreve jansenitas), professavam uma heresia aparentada com o protestantismo e condenada pela Igreja. O Sr. L. conseguiu fazer do jansenismo uma ordem religiosa (!!) como os jesuítas, beneditinos e... outras. É triste, como ignorância e como sintoma! Um homem que escorrega numa enormidade destas nunca abriu o mais elementar compêndio de história do cristianismo, mas não lhe falta o arrôjo para escrever um volume, e prometer não sei quantos, contra as doutrinas e história da Igreja!

15. Se as poucas páginas consagradas pelo nosso contendor ao estudo da unidade da Igreja são êrmas de provas, de documentos e de citações exatas, fervilham, em larga compensação, de erros, inexatidões e paralogismos. Relevemos apenas alguns para edificação dos leitores. Nunca é demais sublinhar estes métodos de polêmica do protestantismo indígena.

a) “No Catecismo romano de Reilly, a pergunta — Quem é a Igreja? — vem a resposta: ‘é a congregação dos fiéis que professam a verdadeira fé e são obedientes ao papa’ (Cat. de Reilly, lição VIII). Como se vê, para os teólogos católicos a Igreja Romana não é cristã — é papal! Jesus Cristo foi eliminado sendo substituído pelo papa”, p. 21.

— O leitor que não é de todo desmemoriado volta ao catecismo de Reilly e lá encontra como primeiro elemento da definição: fiéis que *professam a verdadeira fé*. Quem diz professar a verdadeira fé diz aceitar, em sua integridade, todos os ensinamentos de Cristo, que se referem a Deus, ao Redentor, à constituição da sua Igreja, etc., etc. Por que motivo o Sr. L. fechou os olhos ao elemento da definição que vinha precisamente na *evidência do primeiro lugar*, para só ver e deturpar o segundo? Como se vê, para os teólogos protestantes a arte de mutilar e falsear textos é praticada com mais frequência e desassombro.

b) “Afirma BELARMINO que os Santos Padres reconheceram *sempre* a comunhão com o papa como característico essencial da verdadeira Igreja, mas *esquece* os apóstolos, os escritores inspirados e os Santos Padres dos primeiros séculos que desconheciam essa entidade”, pp. 21-22.

— Não esquece tal, Sr. L. Aconteceu-lhe alguma vez na vida folhear as obras de BELARMINO? Não? e como ousa

então alevantar semelhante ajeive? Sim? e como lhe fugiram dos olhos quase duas dezenas de capítulos (73) que o imortal apologista consagra ao estudo preciso do debate?

Por nada menos que três vèzes o Sr. EDUARDO CARLOS PEREIRA levantara falso testemunho ao grande controversista católico. Outras tantas chamamo-lo à ordem (IRC 30, 133, 183). Esperávamos agora que, na defesa do seu cliente, o Sr. L. demonstrasse que nos havíamos enganado. Ele preferiu outro sistema de defesa: para justificar o seu constituinte incidiu, com êle, no mesmo delito de lesa-probidade científica. Poderia haver resposta mais ao pé da letra?

c) “Nos primeiros tempos, afirma desabaladamente o nosso adversário, respeitavam as igrejas a independência umas das outras. Os concílios, como o primeiro de Jerusalém, não agiam sob a autoridade ou jurisdição de qualquer sé apostólica”, p. 23.

— O concílio de Jerusalém reuniu-se nos primórdios da Igreja, numa data em que ainda se achavam na capital judaica os apóstolos com S. PEDRO à frente. Naturalmente o apologista protestante queria que êsse concílio se tivesse reunido “sob a autoridade ou jurisdição de qualquer sé apostólica” longínqua, por exemplo a de Estocolmo ou de Vladivostock.

(73) A demonstração de BELARMINO, que val dós textos bíblicos ao testemunho dos mais antigos padres latinos e gregos, abrange os caps. X-XXVIII do Liv. I da III *Controversia generalis*. Na edição das suas *Opera Omnia*, que tenho entre mãos, a de Vivès, Paris, 1870, no t. I, pp. 488-535. — Depois da heróica façanha o Sr. L. escreve muito satisfeito: “Belarmino é digno par de Leonel Franca nesse terreno de afirmações históricas inverídicas”, p. 22. Por que havemos de aguar ao “verídico” pastor o inofensivo prazer de declamar triunfalmente contra as afirmações inverídicas?

d) nos primeiros tempos “nenhum bispo interferia na vida e no trabalho de outro. Nenhuma diocese agia fora de sua circunscrição”.

— Deveras? Mas a igreja de Roma, na idade apostólica, vivendo ainda o apóstolo S. João, não interveio na igreja de Corinto para lá escrevendo uma epístola e enviando legados a fim de compor os seus dissídios internos? Mas, poucos anos depois S. Inácio, bispo de Antioquia e discípulo imediato dos apóstolos, não escreveu à igreja romana, confiando-lhe os cuidados de sua igreja, que iria ficar com o seu martírio, órfã de seu pastor? Mas, o papa S. Victor nos fins do século II não mandou reunir concílios regionais em vários pontos da cristandade e não interveio no longínquo Oriente para uniformizar a data da celebração pascoal? Mas os papas S. CALIXTO, S. ESTÊVÃO, S. DIONÍSIO não intervieram, alguns anos depois, em várias questões dogmáticas e disciplinares de várias igrejas da Africa pró-consular e do Egito? Pedimos ao leitor queira ver a enumeração destes e de outros fatos, acompanhada dos documentos relativos em IRC 103-116; CP. 54-72; RP 162-182. Para replicar mais ao pé da letra, o Sr. L. julgou de bom conselho passar sob o mais prudente dos silêncios todos êstes fatos publicados, aqui no Brasil, 3 vèzes em menos de 10 anos!! Razão de sobra tinha o nosso saudoso CARLOS DE LAET quando, por experiência própria, em polémica com outro pastor, escrevia: “em geral todos os senhores protestantes não fazem mais do que rodar em tórno dos mesmos textos, reproduzindo os mesmos erros e repetindo as mesmas invectivas contra a verdade católica” (74).

Depois de perpetrar todos êstes altos feitos, no curto espaço de 3 páginas, conclui o Sr. Pastor: “De tal arte se manteve por séculos a unidade orgânica na Igreja de Cristo”, p. 24. — Houve, sem dúvida, engano na redação. A conclusão do que fica exposto é outra: por tais artes —

(74) CARLOS DE LAET, *Heresia protestante*, S. Paulo, 1907, p. 49.

mutilação de textos, aleives a escritores que se citam sem se conhecer, descaso sistemático da história, silêncio menos sincero sobre tudo o que já foi demonstrado, repetição incansável de casos mil vezes refutados — por tais artes, ardeirices e artimanhas vai vivendo, à falta de melhor, a polêmica protestante da nossa terra. Agora sim, está certa a conclusão; é a expressão singela da realidade anterior.

* * *

16. Mas, enfim, a unidade católica é um fato tão evidente que nenhum sofisma logra escurecer-lhe o esplendor. Um pequenino fato para logo o manifesta. Perguntai a um homem em qualquer latitude do globo: que religião professa? Se ele vos responder: sou católico, não precisais ir adiante, já sabeis a sua fé, já conheceis a organização eclesiástica magnificamente hierarquizada a que pertence.

No seu subconsciente o Sr. L. bem o sentiu e por isto julgou-se no dever de explicar aos seus clientes as razões desta unidade. E achou-as, sabeis onde? na compressão interior, na coação da força. Os católicos são uns escravos espirituais; calcêtas nos pés e grilhetas nas mãos, vivem sob o regime do reio das autoridades eclesiásticas. E' graças à eficiência irresistível do rebenque unificador que, há 20 séculos, recitamos, em todo o mundo, o mesmo credo. As palavras textuais do pastor. "A unidade da Igreja Romana é puramente externa e de coação, conseguida pelo preço ignominioso da perda da personalidade ou seja da liberdade"; p. 23. "Essa mesma unidade exterior a Igreja Romana só a consegue manter no grupo que lhe não reben-tou os grilhões, graças ao seu regime de escravidão, de crença implícita, de olhos fechados, de obediência como cadáver e de prestígio humano mendigado ao poder público", p. 25. "Unidade morta do Romanismo. Com o seu papa assentado sobre as sete colinas de Roma, a Igreja Papal ostenta uma unidade aparente, resultante de elementos heterogêneos, mantidos em união pela compressão da força

que sufoca a liberdade... Provém de um poder coercitivo exterior; é fruto de compressão... degrada a inteligência, invalida o raciocínio, aniquila a liberdade, impede as convicções", pp. 26-27.

— Francamente, a explicação não é feliz. Nem a história, nem a psicologia podem aboná-la.

17. Em geral, quem escreve sobre as cousas que vão por este mundo sublunar deve, de quando em quando, abrir as janelas e observar o que se passa ao redor. Se o illustre pastor tivesse seguido este preceito de boa higiene mental, se tivesse saído da estufa herméticamente fechada dos seus pequeninos mas tenazes preconceitos, não teria proposto, com tanto desperdício de palavras, uma inverdade tão flagrante. Enfim, a Igreja católica não é uma capelinha de meia dúzia de adeptos, perdida no mar imenso de outras capelinhas nas mesmas condições. Seus filhos numeram-se por centenas de milhões e encontram-se em todos os continentes e em tôdas as latitudes. Bastaria ao Sr. L. sair à rua e ao primeiro católico que lhe cruzasse os passos, perguntar-lhe à queima-roupa: "Romanista (75), tu recitas o teu credo 'pela compressão da força que sufoca a liberdade'? Adepto do romanismo papal, não deixas a unidade da tua Igreja com medo de um poder coercitivo exterior?" A resposta que obteria, pode estar certo, seria negativa, uma vez e um milhão de vezes que repetisse a experiência. Poderia ainda ampliar o campo de observação e lançar a vista por mais largos horizontes. Católicos em nossos dias foram ou são soberanos e estadistas como ALBERTO rei dos belgas, CARLOS imperador da Áustria, DE VALERA ou DOLLFUSS; católicos, militares como CASTELNAU, CADORNA ou FOCH, o vencedor da grande guerra; católicos, sábios como PASTEUR e CAUCHY, HERMITE e MARCONI, AMPÈRE e WEIERSTRASS. Por que não

(75) E' com este termo pejorativo que, na sua linguagem técnica de família, designam os protestantes o que o mundo inteiro conhece com o nome de católico.

consultar as declarações destes grandes homens? não abrir, entre estas almas nobres um inquérito sobre os motivos de sua crença? O Sr. L. colheria declarações das mais profundas e interessantes; em nenhuma, porém, leria que o motivo determinante de sua adesão filial e de sua fidelidade absoluta à Igreja foi “o regime de escravidão”, “de coação conseguida pelo preço ignominioso da perda da personalidade”. Nenhum, nenhum só destes vultos superiores diria em confiança ao nosso pastor: a unidade da minha Igreja “degradou-me a inteligência, invalidou-me o raciocínio, aniquilou-me a liberdade e impediu-me as convicções”. E a indagação histórica, poderia estender-se do nosso tempo aos vinte séculos que nos separam de Cristo. Aparecer-nos-iam em majestoso e interminável cortejo figuras como S. AGOSTINHO ou S. JERÔNIMO, S. AMBRÓSIO ou S. CRISÓSTOMO, S. TOMÁS d’AQUINO ou S. GREGÓRIO, BOUSSUET ou TOMÁS MOORE. Quem se persuadiria que esta magnífica teoria de gigantes da santidade e da ciência receberia sem protesto os diplomas, que delicadamente lhes passa o pastor brasileiro, de escravos espirituais, “amalgama de elementos constrangidos, sem vontade, sem liberdade, como os mortos?”, p. 26. A curiosidade de quem investiga com ânimo sincero poderia ainda interrogar as impressões dos que vêm de longe e entram pela primeira vez nesta unidade romana feita toda de coação e de violência, poderia perguntar como se sentem cá dentro os protestantes de boa fé que abraçaram o catolicismo e, consoante a teoria do nosso pastor, teriam passado do grande regime da liberdade para o da escravidão espiritual. Chamamos um ou outro destes depoimentos interessantes. CHESTERTON é nome mundial que não precisa ser apresentado a ninguém. “No dia em que conheci a ortodoxia, declara-nos ele, foi o em que conheci a emancipação mental” (76).

(76) G. K. CHESTERTON, *Orthodoxy*, tr. fr. Paris, 1923, p. 232. “Aceito-a a religião porque ela não só me diz esta ou aquela verdade, senão porque se me revelou como uma afirmadora de verdade”.

ALBERTO VON RUVILLE, professor na Universidade de Halle, é um dos historiadores mais conhecidos da Alemanha moderna. Sua experiência não é diversa. “Depois da minha conversão ao catolicismo, penetrou-me todo o ser um sentimento agradável: “eis-me livre enfim”, exclamei... Aos olhos de seus adversários nossa Igreja passa por uma penitenciaría, onde os seus membros são submetidos à mais intolerável tirania de consciência, onde a palavra, o pensamento, a inteligência, no seu trabalho, qualquer que seja, não se podem mover senão num círculo acanhado. E no entanto o meu sentimento era o verdadeiro: a alegria de me ver livre, longe de diminuir pelo tempo adiante, não fez senão aumentar” (77). TEODORO DE LA RIVE, ilustre descendente de uma das mais antigas famílias calvinistas de Genebra, confia-nos, nestes termos, a intimidade dos seus sentimentos: “Os últimos dias que passei em Roma foram de uma alegria e de uma paz perfeita. Estava maravilhado e feliz de ver que era tão fácil ser católico e começava a descobrir na prática do catolicismo tesouros de graças e belezas que nunca suspeitara... Melhor que nunca compreendia que o catolicismo é a religião natural das almas livres, generosas e fortes” (78). Em nossos dias, cada ano entram na Igreja, só na Inglaterra, cerca de 12.000 protestantes, e nos Esta-

(77) ALB. VON RUVILLE, *Retour à la Sainte Église*, Paris, 1911, p. 42.

(78) THÉODORE DE LA RIVE, *De Genève à Rome*, Paris, 1895, pp. 178, 180. JOAQUIM NABUCO não veio à Igreja do protestantismo, a ela voltou depois de uma longa crise de incredulidade. Mas o sentimento de libertação interior, experimentou-o também ele em toda a sua espontaneidade. “Dia a dia, o vergar de minha razão perante a doutrina católica foi-se tornando mais fácil, enquanto o sentimento de minha liberdade se dilatava em vez de se contrair ao encontro da nova disciplina. O ajustamento do meu pensamento individual ao pensamento comum dos católicos se realizava como que por um puro fenômeno de afinidade”. CAROLINA NABUCO, *Vida de Joaquim Nabuco*, Rio, 1928, p. 339.

dos Unidos 60.000; não há quase confiança destes convertidos em que se nos não antolhem declarações semelhantes. E esta experiência contemporânea continua uma experiência histórica de mais de três séculos (79).

Ora, toda esta realidade está em aberta oposição com a teoria do nosso pastor. Não só se esboroa ela, como um castelo de cartas, ante o choque maciço dos fatos, senão ainda que transforma estes mesmos fatos em enigmas indecifráveis e ininteligíveis. Como explicar este sentimento de liberdade, de paz, de dilatação interior em quem entra para um ergastulo de almas escravizadas, sem convicções, amalgamadas pela violência de uma coação externa? Só há uma explicação: as lentes do Sr. Pastor estão deformadas; os seus vidros estão estufados pelo preconceito. Quando num espelho as cousas se refletem desfiguradas em anamorfoses irreconhecíveis, os físicos concluem que a superfície especular tem uma curvatura própria que rompe a harmonia das linhas e altera a proporção dos objetos. No domínio do conhecimento a tenacidade dos preconceitos produz os mesmos efeitos deformadores. Para entendermos a realidade, ininteligível na teoria do pastor, basta abrir o Evangelho. Está escrito que a posse da verdade liberta as almas: *Veritas liberabit vos*.

18. A explicação proposta está, pois, em irreduzível antagonismo com os fatos, que o Sr. L. não quis interrogar com lhanza. Por que, ao menos, entrando em si, não pediu conselhos à mais elementar *psicologia humana*?

O fato, cuja interpretação se procura, é muito complexo, mas, na sua essência, reduz-se às grandes linhas seguin-

(79) O leitor que desejar fazer esta instrutiva verificação poderá consultar: W. GORDON-GORMAN, *Converts to Rome*, London, 1910; D. A. ROSENTHAL, *Convertitenbildern aus dem neuzehten Jahrhundert*, 3 vols. Schaffhausen, 1866-1870, e principalmente, A. RÄSS, *Die Convertiten seit der Reformation*, 13 vols. Freiburg im Breisgau, 1866-1880.

tes. Há atualmente no mundo mais de trezentos milhões de católicos, que recitam o mesmo credo. Esta unidade de fé que os vincula num grande organismo religioso estende-se pelos séculos a fora e prende o catolicismo de hoje ao das mais remotas eras. O símbolo que hoje professamos é o que repetia S. AMBRÓSIO em Milão, S. JOÃO CRISÓSTOMO em Constantinopla, os catecúmenos no silêncio das catacumbas. Nas profundezas de suas almas, este tesouro de verdades cristãs constitui a maior consolação, a fonte de uma paz sempre renovada, o fermento ativo de uma vida moral que, não raro, se eleva aos cimos da mais heróica santidade. S. FRANCISCO DE ASSIS e S. VICENTE DE PAULO, S. LUIS DE GONZAGA e S. FRANCISCO XAVIER, S. TERESA DE JESUS e S. LYDWINA DE SCHIEDAM escreveram as mais belas páginas que honram a história moral da humanidade. Por conservar a integridade do seu patrimônio religioso, os católicos estão dispostos aos mais árduos sacrifícios. Aos milhares em tempos de Roma pagã, aos milhares nos dias atuais da Espanha vermelha, dão eles a Deus a prova suprema da caridade: o sacrifício da vida. E desde os primeiros séculos até hoje não há uma só geração que para selar a plenitude de sua fé não tenha oferecido generosamente o sangue de suas veias.

Conheceis um pouco o coração do homem? Já refletistes sobre os inúmeros fatores de discórdia que trabalham a instabilidade de sua alma? Explicai então esta magnífica unidade, universal e perene, com a compressão externa de regulamentos policiais! Interpretai este amor forte, generoso e invencível que vai jubiloso até ao martírio, como expressão pânica do medo da metralha! Assemelhai este triunfo único na história, continuado por dois mil anos, contra todas as forças cismáticas, à vitória do chicote que mantém a disciplina na ignomínia das senzalas!!

Não, decididamente não foi feliz a explicação do Sr. L. Assemelhar a Igreja católica a uma penitenciária de for-

132 — RESPOSTA AO FÉ DA LETRA?

cados poderá ter o valor de um desaforo de paixões sectárias mal sofreadas; mas só este. Como explicação psicológica de um fenômeno singular na vida da humanidade não merece um minuto de consideração séria.

* * *

19. No entanto está de pé o fato. O próprio Sr. Pastor não o pode escurecer. Mais de uma vez já o ouvimos falar desta unidade exterior, unidade morta, unidade de compressão, etc. etc. — As restrições — exterior, morta, — nós, mas perdoamos, lançando-as à conta de exaltação sectária que turva a serenidade da visão, mas a existência da unidade, arquivamo-la como uma confissão imposta pela evidência inegável da verdade. A unidade católica é um fato. A explicação, tentada pelo Sr. L., um fracasso ruidoso. Procuremos outra. Abramos, para este fim, as páginas do Evangelho que, nos momentos decisivos, o pastor costuma fechar aos seus clientes.

A primeira explicação que aí encontramos está na promessa infalível de Cristo, na assistência por Ele prometida à sua Igreja para conservá-la *unida* através dos tempos. No discurso da última Ceia, na oração ao Pai, o Redentor, em um texto que analisaremos logo, pede para os seus — para os apóstolos e para aqueles que pela palavra deles haviam de crer — a graça da unidade: “que sejam um como nós somos um” (S. JOÃO XVII — 22). Enquanto fôr eficaz a oração de Jesus, a sua Igreja será uma, de uma unidade interior e exterior: “para que o mundo creia que tu me enviaste”. Os que perderam o dom da unidade, já não pertencem nem podem pertencer à Igreja do Salvador.

A eficácia da oração de Cristo, e como conseqüência dela, vem associar-se a fidelidade incorruptível de sua Espôsa em conservar os órgãos constituídos pelo Senhor para conservar e defender a unidade de sua divina instituição e de seus divinos ensinamentos. Antes de deixar a terra, disse

Jesus aos seus apóstolos: “Ide, ensinai tôdas as nações, batizando-as em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo; ensinando-as a guardar tudo o que eu vos tenho mandado; e eis estou convosco todos os dias até à consumação dos séculos” (MAT. XXVIII, 19-20). Aí está a constituição de um magistério *vivo*, autêntico, incumbido por Cristo, de ensinar a *todos os povos a sua doutrina*, e, para que este ensino seja *infalível*, promete-lhe o Senhor a sua *assistência*, todos os dias até ao fim dos tempos. Na Igreja católica, o colégio apostólico ininterruptamente prolongado através das gerações pelo colégio episcopal continua e continuará até o derradeiro dia a sua missão divina: ensinar a todos os povos, sem erro, porque assistido por Cristo, a integridade da doutrina evangélica.

No Colégio dos Doze, Cristo escolheu de modo particular a um, para confiar-lhe a função especial de confirmar na fé aos seus irmãos. “Simão, Simão, eis que Satanaz vos reclamou para joeirar como trigo; mas eu roguei *por ti* para que a tua fé não desfaleça; e tu, uma vez convertido, *confirma os teus irmãos*” (LUC. XXII, 32). Na Igreja Católica, Pedro, fiel à sua missão divina, continua a confirmar na fé aos seus irmãos; e como a sua fé, defendida pela oração eficaz de Cristo, não desfalecerá, os que por ele são confirmados se conservarão para sempre unidos na posse total da verdade cristã.

Contra a solidez do edifício da Igreja haviam de conjurar tôdas as forças de divisão e de discórdia, tôdas as potências dissolventes do mal. Era mister firmá-la sobre um fundamento inconcutível. Cristo escolhe um dia a um dos seus apóstolos, chama-o de *pedra* para significar-lhe a função que lhe vai confiar e em seguida, com uma solenidade desusada de expressões, assim lhe fala: “Eu te digo que tu és Pedra e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja e as portas do Inferno não prevalecerão contra ela” (S. MAT. XVI, 18). A Igreja Católica, o edifício divinamente fundado,

continua, há vinte séculos, a descansar, inabalável, na rocha para sempre firmada *pelas mãos onipotentes de Cristo*.

Eis o segredo da unidade católica: a unidade da verdadeira Igreja de Cristo. Para conservá-la e defendê-la, o Salvador prometeu a assistência infalível de sua oração, e instituiu órgãos especiais que a Igreja conserva como uma herança intangível. Fora desta instituição divina só poderá haver luta, desunção e estacelamento. Onde não houver magistério vivo, onde os irmãos não forem confirmados pela fé de Simão que não desfalece, onde a Igreja não descansar na rocha firmada pelo Salvador, não temos Igreja de Cristo. As portas do Inferno prevalecerão. O edifício erguido sobre areia acabará desmoronando. Será a desagregação do erro; a desolação de quem perdeu, com a verdade, o segredo da unidade: todo o reino dividido será devastado, toda a cidade ou casa dilacerada não poderá subsistir" (MAT. XII, 25) (80)

* * *

20. Depois das violências verbais e acrimoniosas, contra a unidade da Igreja católica, esperavam os leitores do Sr. L. uma apologia serena e fulminante da *unidade do protestantismo*.

Durante alguns anos hesitaram os católicos no reconhecimento do verdadeiro papa; dividiram-se em "obediências", que de todo desapareceram, apenas se dissiparam as dúvidas. As portas do inferno assaltaram mas não prevaleceram. Foi porém, o suficiente para que o pastor denegasse

(80) O que ainda se conserva de cristianismo genuíno, mesmo fora da Igreja católica, deve-se à influência do Papado: influência histórica nos séculos anteriores à separação e influência atual, indireta sim, mas não menos eficaz, de sua ação preservadora da ortodoxia. E' o que reconhecem os protestantes de mais largo des-cortino visual. "Estou certo, escreve o célebre filósofo alemão

a Igreja católica a sua unidade. Há 4 séculos o protestantismo não faz senão dividir-se, dividir-se, dividir-se em obediências e desobediências infinitas. O número de seitas desafiava hoje as mais pacientes estatísticas. Só na Alemanha em 1907 registravam-se 236!! (81). Será que o Sr. L. desconhece estes fatos ou que, em se tratando de protestantes, eles já não têm nenhum significado?

Escandalizou-se o nosso adversário de que havia discussões entre os sábios católicos, e que, apesar de unidos sem reservas na *profissão do mesmo símbolo de fé*, ventilassem questões estranhas ao patrimônio das verdades reveladas por Cristo e como tal propostas pelo magistério vivo por Ele instituído. Há mais de 400 anos que os protestantes andam propondo fórmulas e fórmulas e fórmulas de fé. Hoje já enchem volumes. E até os nossos dias não há uma só, por mais reduzida em artigos, por mais breve ou min-guada, que tenha logrado reunir a assinatura de tôdas as seitas. A maior parte dos evangélicos modernos já nem quer saber de fórmulas ou confissões de fé. O pastor brasileiro ignora porventura esta situação de completa anarquia dog-

SCHELLING, estou certo que sem o papado, já de há muito o cristianismo teria desaparecido da terra". Ap. H. ROST, *Die Katholische Kirche nach Zeugnissen von Nichtkatholiken*, Resensburg, 1921, p. 61. GLADSTONE, não obstante suas reservas sobre a política vaticana, reconhecia na sede de Roma "o centro do mundo cristão e a defesa do cristianismo integral". Em nossos dias a grande figura de Lord HALIFAX, referindo-se de modo particular à igreja anglicana, dizia: "Muito devemos à Igreja de Roma: foi ela quem impediu às igrejas separadas de caírem na heresia, porque ela conservou a fé, e nunca lesou a sua integridade". J. GUITTON, *Souvenirs concernant Lord Halifax*, em la *Vie Intellectuelle*, t. I, (1936), pp. 15 e 17.

(81) Os seus nomes poderá encontrá-los o leitor em H. ROST, *Der Protestantismus nach protestantischen Zeugnissen*, Paderborn, 1920, pp. 218-226.

mática dos seus correligionários? Ou julga que toda esta babel de doutrinas, em se tratando de protestantes, é a expressão da mais harmoniosa unidade? (82)

(82) Para que o leitor tenha os fatos diante dos olhos pedimos-lhe encarecidamente releia, sobre a unidade no protestantismo, I R C. 259-292, C P., 142-176. Sobre as fórmulas de fé, em particular, C P., 149-164. Neste assunto a documentação pode renovar-se continuamente, cada vez mais decisiva e mais deplorada pelos protestantes serios que contemplam, angustiados, o esfacelamento fatal e irremediável. Há alguns anos, a Igreja metodista episcopal enviou um questionário a 50 igrejas metodistas norte-americanas, para sondar-lhes as crenças. Dos 3.570 indivíduos interrogados responderam apenas 1.085. Estamos, pois, dentro de uma mesma seita e num mesmo país. Sobre pontos fundamentais as respostas revelaram as mais contraditórias divergências. Um exemplo: A pergunta se acreditavam noutra vida, 712 afirmaram; 145 de certo modo; 22 duvidaram; 139 não sabiam; 26 não responderam; 41 deram respostas diferentes. Todos os matizes do arco-íris! Que o digam os próprios protestantes: Mr. BROWNING: "quando os católicos nos apontam as 50 e mais seitas que se esforçam por introduzir o Evangelho na América latina, o protestante não pode fazer outra coisa senão calar e admitir a força do argumento". *New Days in Latin America*, p. 176. "A situação fragmentária de nossas igrejas é para muitos a prova decisiva de que o protestantismo não lhes pode dar a paz e unidade que buscam para as suas almas". *Student Voluntary Bulletin*, março, 1930. Na Índia, o bispo anglicano de Bombaim: "Deveríamos poder dizer aos pagãos: eis a Igreja de Cristo. Mas nossas divisões nos infligem um desmentido. O Protestantismo professa opiniões contraditórias: as que são falsas deveriam rejeitar-se não tanto pelo amor da união quanto pelo respeito à verdade. Em Lausana os delegados não ousaram tomar sobre si a responsabilidade de dizer, em nome de suas seitas: "estamos no erro". De uma conferência assim nunca poderá nascer a União das Igrejas". *International Review of Missions*, jan. 1928, p. 74. Na Alemanha, investiga uma revista protestante as causas possíveis da superioridade crescente e incontestável do catolicismo e conclui a sua análise com esta confissão: "Outra resposta não conhecemos senão a dilaceração interna da Igreja evangélica. Ela já não oferece uma mensagem de salvação única. O que um pregador afirma, o outro nega". *Reichsbote*, Kirchliche Rundschau, 1913, n. 43.

O Sr. L. não houve por bem negar ou discutir *estes fatos*. Era entrar no domínio positivo da história e aí qualquer discussão poderia ser arriscada e levar à evidência de um fracasso incontestável. Os exemplos de CARLOS PEBREIRA e LUÍS DE OLIVEIRA não são muito antigos. O novo apologistas cortou a questão pela raiz. Inventou uma nova teoria da unidade. A unidade da Igreja de Cristo, doutrina dele, é espiritual. "A Igreja de Cristo é uma porque todos os seus membros estão espiritualmente ligados ao mesmo Deus", p. 27. "Da união com a cabeça divina, decorre a unidade espiritual que caracteriza a verdadeira Igreja", p. 20. Mas quem diz unidade espiritual, diz unidade invisível. "Aquilo que é espiritual, já havia ensinado o autor, não pode ser apreendido pelo material e, por isso, não o apanham os nossos sentidos", p. XXX. — Unidade invisível eis a chave mágica do problema. O que se vê é a mais dolorosa das discórdias, é a divergência levada a todos os dogmas, inclusive à divindade de Cristo, à Trindade, à própria existência de Deus. Mas, o que se não vê, "o que não apanham os nossos sentidos", é a mais perfeita e imperturbável das unidades. Os protestantes que há séculos não concordam numa fórmula de fé estão, apesar de tudo, inseparavelmente unidos a Deus e a Cristo como os sarmentos à videira. A negação das verdades mais importantes do cristianismo não consegue separá-los da seiva divina que alimenta os crentes. Com esta teoria, cortada sobre medida, está de parabéns o protestantismo. Já não é possível discutir sobre o que se passa no mundo das realidades que se não vêem. Derrotados no terreno dos fatos, os seus defensores acolhem-se valentemente na cidadela inexpugnável do Invisível. Mas toda a vantagem tem os seus inconvenientes. Por uma bota que se descalça, aparecem muitas outras que continuam a apertar dolorosamente.

21. Antes de tudo o Sr. L. põe-se assim em antagonismo flagrante com os ensinamentos mais autênticos do

próprio protestantismo. No seu *Catecismo Maior* ensinava LUTERO: "Creio que existe na terra uma pequena congregação de santos, sob um chefe, Cristo, convocada pelo Espírito Santo, em uma fé, no mesmo sentir... concorde em tudo, sem seitas, nem cismas" (83). Mais tarde a *Fórmula da Concordia*, proclamava "absolutamente necessário que existisse um compêndio ou tipo unânimemente aprovado em que se encontrasse reunida a doutrina comum" (84). O *Catecismo de Genebra*, que dá a orientação de CALVINO, por sua vez doutrina: "assim como um é o Cabeça de todos os fiéis, assim importa que todos constituam um só corpo, para que não muitas senão uma seja a Igreja espalhada por todo o mundo" (85). Eis o que outrora exigiam os textos oficiais da doutrina protestante: unidade de fé a transparecer na unidade de um símbolo e na unidade de um só corpo difundido em toda a terra. Se ao pastor custava revolver documentos antigos por que não abriu o *Livro de Ordem* das igrejas presbiterianas do Brasil? Lá encontraria sob o n.º 13: "A divisão da Igreja em diferentes denominações de cristãos professos, embora obscureça, não destrói a unidade visível do corpo de Cristo". O texto afirma expli-

(83) "Credo in terris esse quandam sanctorum congregatiunculam et communione mex mere sanctis hominibus coactam, sub uno capite Christo, per Spiritum Sanctum convocatam in una fide, eodem sensu et sententia multiplicibus dotibus exornatam, in amore tamen unanimem et per omnia concordem, sine sectis et schismatibus". J. T. MÜLLER, *Die symbolischen Bücher der evangelisch-lutherischen Kirche*, 12.^a ed., Gütersloh, 1928, p. 457.

(84) "Necessarium omnino est, ut certa compendiaria forma et quasi typus unanimi consensu approbatus exstet in quo comunis doctrina quam ecclesiae sincerioris et reformatae religionis profitentur e verbo Dei collecta exstet". J. T. MÜLLER, *Op. cit.*, p. 588.

(85) "Sicut unum est fidelium omnium caput, ita omnes in unum corpus coalescere oportere, ut una sit ecclesia per totum orbem diffusa, non plures". E. F. KARL MÜLLER, *Die Bekenntnisschriften der reformierten Kirche*, Leipzig, 1903, p. 125.

citamente: 1.º) que a unidade da Igreja é visível; 2.º) que as diferentes seitas ou denominações, se não destroem, obscurecem, pelo menos, esta unidade! Talvez ao Sr. L. se tivesse afigurado insincero e inoperante este eufemismo; e atirando o machado à raiz da dificuldade proclamou a solução magistral da unidade "invisível". Esta simples antítese entre a sua teoria e as doutrinas mais solenemente propostas pelas igrejas protestantes é mais um argumento em favor da necessidade absoluta da genial evasiva. Unidade, entre protestantes, só mesmo nos recessos impérvios do invisível. O que se vê é isto.

22. Infelizmente, porém, a teoria salvadora, cortada pelo figurino para salvar uma situação desesperada, vai provocar repercussões desastrosas. A unidade é uma das "notas", como dizem os teólogos, ou "sinais", como lhe chama o Sr. L., da verdadeira Igreja. Assim se denominam as propriedades ou qualidades logicamente distintas que servem ao indagador sincero para discernir e individuar a verdadeira instituição de Cristo. De observação fácil, inseparavelmente unidas à verdadeira Igreja, a sua função é servir de critério seguro às inteligências leais na solução do problema, em si mais complexo, da legitimidade da Igreja. A unidade é uma destas "notas", ou "sinais", proposta, como veremos logo, pelo próprio CRISTO, como distintiva dos seus. Eis, agora, que a doutrina do nosso pastor a transforma em sinal "invisível".

A quanto nos informa o prefaciador, o Sr. L. é ex-subdiretor do Tráfego da E. F. Central do Brasil. Imagine-se que, outrora, quando ainda não existiam tantos prefixos no seu título, o nosso ex-subdiretor em pleno exercício do cargo tivesse mandado substituir todos os discos e lanternas verdes e vermelhas por outros tantos "sinais invisíveis". Ah! desastres da Central! como entraríeis na fase áurea da vossa pouco brilhante história! Pois bem; o que a consciência profissional impediu ao engenheiro, ao pastor sugeriram

as estreitezas de um apuro inextricável: criou sinais invisíveis. Dêste erro inicial resulta uma lamentável confusão que lhe falseia todos os raciocínios e embaralha a ordem lógica das idéias.

Um exemplo? Assim abre êle o seu capítulo sobre a unidade da Igreja: "A Igreja Romana, em que pese a sua alardeada unidade orgânica, não possui a verdadeira unidade cristã, porque não leva as almas aos pés daquele que é o centro da unidade da verdadeira Igreja", p. 17. Há aí uma completa inversão de idéias que levam a uma deplorável petição de princípio. As premissas do argumento, invertidas pelo Sr. Pastor, devem concatenar-se na ordem seguinte:

1) Só a Igreja verdadeira leva as almas a Cristo.

2) Ora só é verdadeira a Igreja caracterizada, entre outros sinais, pela *sua unidade* (onde não há unidade não há verdade).

Logo, a Cristo só nos leva a Igreja, dotada da unidade que Êle quis fôsse o *signal distintivo dos seus*.

A Igreja a quem falece esta unidade — unidade de fé e unidade de governo, aquela unificando as inteligências, esta, as vontades, — não é a legítima Espôsa de Cristo e portanto a *Ele não pode levar as almas*.

Uma vez, porém, estabelecidas as premissas do pastor, os círculos viciosos, os paralogismos e as afirmações gratuitas sucedem-se aos cambos. Com um aprumo de maravilhar êle nos afirma que "a unidade de que fala o Redentor — está evidente — não é a da Igreja Romana, nem a da Igreja grega ou de qualquer outra comunidade cristã". "Sua unidade está perfeitamente mantida, na Igreja evangélica, apesar da diversidade de suas corporações", p. 26. Como o sabe o perspicaz pastor? Se a unidade é "invisível", se ela consiste na união espiritual da alma com Cristo, em virtude de que premissa se afirmam tôdas aquelas

conclusões? Possui, porventura, o Sr. L. algum instrumento óptico capaz de devassar as regiões do invisível? Viu porventura todos os cristãos — católicos, gregos, etc., etc. desunidos de CRISTO? Lobrigou acaso a variada multidão de evangélicos — que já percorreram toda a escala das negações anticristãs, — inseparavelmente unidos com CRISTO? É muito ver onde se não pode ver! Ante estas revelações não será impossível que os clientes do Sr. Pastor nêle saídem um vidente para o qual o domínio do invisível não tem segredos; mas é também provável que para algum leitor menos reverente e mais positivo tudo isto não passe de fantasias de um visionário vulgar.

23. Ao ponto decisivo e ao cerne da questão. Qual a unidade que na Igreja verdadeira exigem as lições infalíveis da Palavra Divina? Unidade que *ninguém vê*, ou unidade *visível, orgânica, hierárquica*, que vincula as inteligências e as vontades na mesma fé, no mesmo culto, na mesma vida do corpo místico de CRISTO? Abramos as sagradas letras. Quando o Salvador delineia nas parábolas a sua futura Igreja, as figuras de que se serve respiram tôdas unidade *orgânica, visível, hierárquica*. A Igreja é um reino onde *governa um rei*, um rebanho sob o cajado de *um só pastor*, uma casa sob a *chefia do pai de família*. Fora das parábolas evangélicas, os ensinamentos de S. PAULO são de uma evidência fulminante. Aos *Eféios* recomenda o apóstolo a solicitude "em conservar a unidade de espírito no vínculo da paz. Só há um corpo, só há um espírito. Só há um Senhor, uma fé, um batismo, um Deus" (Efés. IV-3-6). A unidade cristã é unidade interior, espiritual: *unus spiritus!* mas é também unidade externa, visível: *unum corpus!* A unidade do corpo é caracterizada pela unidade do princípio vital na diversidade dos órgãos e das funções. Tal é a unidade da Igreja. "A cada um de nós foi dada a graça segundo a medida do dom de Cristo... Êle é que fêz a uns apóstolos, a outros profetas, a outros evangelistas, a

outros pastôres, para o aperfeiçoamento dos santos, para a obra do ministério, para a edificação do corpo de Cristo... Fazendo assim a verdade crescamos sob todos os aspectos na caridade em união com o Cabeça que é Cristo", V. 7-16. Há portanto *um só corpo*, de que Cristo é cabeça. Condição para viver em Cristo e de Cristo é permanecer em união com o *corpo da sua Igreja*, no qual circula a seiva sobrenatural da graça. Na epístola aos Romanos volta S. PAULO a insistir sobre o mesmo ponto de importância capital na concepção da Igreja: "Assim como temos muitos membros *num só corpo* e nenhum destes membros tem a mesma função que os outros, assim nós, sendo muitos, não formamos senão *um só corpo em Cristo*, e cada um em particular somos membros uns dos outros. Tendo recebido dons diferentes, segundo a graça que nos foi dada, se é a profecia [que se exerça] em harmonia com a fé; se é o ministério, nas funções do ministério; se alguém recebeu o dom de ensinar, que ensine, de exortar que exorte; quem dá, com simplicidade; quem preside, com solicitude; quem pratica a misericórdia, com alegria" (*Ad Rom. XII, 1-8*). Aí está de novo: um só corpo! Mas esta unidade do corpo é *orgânica*, admite a diversidade de órgãos e de funções: há quem ensina e quem é ensinado, quem *manda* e quem obedece, etc. A vida divina do Cristo não circula senão *neste corpo* e através *da unidade vital de seus membros*; nada de união com Deus, individualista, isolada, fora da unidade vital, orgânica, com a Igreja: somos membros *uns dos outros*; mas *um só corpo* (86). "Como os membros do corpo, volta

(86) Aqui têm os protestantes a resposta à falsa exegese do versículo por eles tantas vezes citado: "Onde estiverem dois ou três congregados em meu nome, aí estarei no meio deles" (MAT. XVIII, 20). Como se uma palavra de CRISTO pudesse acobertar através dos séculos todos os conventículos de hereges e cismáticos que atentaram contra a unidade do seu corpo místico! A primeira condição para que Cristo esteja no meio de nós é estarmos *na sua*

S. PAULO a insistir escrevendo aos *Coríntios*, não obstante o seu número formam um só corpo, assim em Cristo. Todos, de fato, fomos batizados *num só espírito*, para formar *um só corpo*... Deus dispôs o corpo de maneira que *não houvesse divisão no corpo, ut non sit schisma in corpore*, mas que os seus membros tivessem cuidado uns dos outros" (I Cor. XII, 1-30). Em resumo, no ensinamento do grande apóstolo a unidade da Igreja é uma unidade *orgânica, visível, hierárquica*: a unidade de um corpo com diversidade de órgãos e de funções, de quem ensina, de quem preside, etc. Fora da unidade deste organismo não é possível a união com o Espírito de Cristo que lhe constitui o princípio vital. Como se vê, as teorias do Sr. L. têm o pequenino inconveniente de se achar em antagonismo irreduzível com toda a eclesiologia de S. PAULO.

Do discípulo ao Mestre. Num dos momentos mais solenes da sua vida, na grande oração sacerdotal que precedeu a imolação do Calvário assim ora CRISTO ao Pai: "Não peço só por estes [os apóstolos] mas também por aqueles que, pela sua palavra, hão de crer em mim, para que *todos sejam um como tu*, ó Pai, em mim e eu em ti; que também eles sejam um em nós para que o mundo creia que tu me enviaste. E eu dei-lhes a glória que a mim me deste, para que *sejam um como nós somos um*; Eu nêles e Tu em mim para que *sejam perfeitos na unidade* e o mundo conheça

Igreja, em união com Ele *através do seu corpo místico*. Quem não realiza estas condições não se pode reunir *em nome de CRISTO*. Por isto, no versículo anterior se diz expressamente: se dois *dentre vós*, ex vobis. Antes de tudo: pertencer à verdadeira Igreja: ser daqueles que são de Cristo *ex vobis*. O abuso do texto é tão antigo como o espírito da discórdia e o fermento do cisma. Por isto antiga também é a solução. S. CIPRIANO: "Digo-vos, se dois *dentre vós*... antes põe a unanimidade, promete a concórdia da paz, *unanimitatem prius posuit, concordiam pacis ante praemisit*". De *Eccl. unitate*, c. 12, Ed. Hartel, p. 220.

que me enviaste e que os amaste a eles, como amaste a mim". S. JOÃO XVIII 20-23. Ante o esplendor destas palavras qualquer comentário é inútil. Para os seus, para os apóstolos e para os que, no volver dos séculos, hão de nele crer, o Salvador pede ao Pai o dom da *unidade*, de uma unidade não só espiritual e interna, senão ainda exterior e visível, *tão exterior e tão visível* que há de servir *de pedra de toque para distinguir os seus*. O mundo há de *conhecer esta unidade e, por este critério, chegar ao conhecimento da missão divina de CRISTO*.

Não conhecia este texto o erudito pastor? Conhecia-o, leitor caro, mas... submeteu-o aos processos cirúrgicos dos exegetas em apuros. Citou o versículo 11 do capítulo XVIII, e dos versículos 21 e 23 em que JESUS, duas vezes, repete "para que o mundo creia que tu me enviaste", moita! nem sílaba. E pouco depois, comentando: "Jesus, nessa tocante oração, cogita da unidade em Deus pelas virtudes espirituais: unidade na fé (v. 8) (87), na santidade (v. 10), na separação do mundo (v. 14), na verdade (v. 19), no amor (v. 26), [note-se aqui o salto prodigioso que vai do v. 19 ao 26, sem tropeçar nos incômodos vv. 21 e 23] qualidades dêle promanantes pela operação do Espírito Santo e que só podem ser experimentadas por "uma vida escondida com Cristo em Deus" (Col. III:3), pp. 25-26. Não, pastor; cogita outrossim de uma unidade orgânica, visível, suscetível de ser conhecida pelo mundo todo, de servir de sinal para que se distingam os que são de CRISTO, os que são amados pelo Pai, das infelizes ovelhas tresmalhadas do seu redil.

No seu Prefácio escrevera o Sr. LISÂNIAS: "Minha clava será a Bíblia, a Divina Palavra, tão temida pela Igreja

(87) Quando nos virá a demonstração de que esta *unidade de fé* existe no protestantismo? Quando nos dará o Sr. L. um símbolo com alguns artigos claros e precisos, acompanhado da assinatura de todas as seitas? Há quatrocentos anos que debalde esperamos por esta prova. E S. PAULO a bradar: "Una fides"!

Papal". XXI. — Engano, senhor. A Igreja não teme a Palavra de Deus; o que lhe causa imenso dó é o abuso irreverente que dos livros santos fazem os protestantes, é ver um pastor ler um texto sagrado, *ocultar aos leitores os seus trechos decisivos na questão* e oferecer-lhes em seguida à boa-fé e à credulidade ingênua uma interpretação em *antítese clamorosa* com os versículos *cautelosamente subtraídos* ao seu exame.

Mais sinceridade na exegese, Sr. Pastor!

Mais respeito à Palavra de Deus, Sr. Pastor!

CAPÍTULO III

SANTIDADE DA IGREJA

24. Ao estudo da santidade, como um dos sinais da verdadeira Igreja, consagra o nosso adversário um parágrafo inteiro. Das páginas pouco inspiradas do Sr. L. esta é talvez a mais infeliz. O pastor resolveu apressadamente a história de vinte séculos da Igreja e de quanto pôde colher menos edificante fez uma rápida resenha e apresentando-a triunfante aos seus leitores, eis, exclamou, eis a santidade da Igreja Católica. A carnificina das cruzadas, o processo de Joana d'Arc, a noite de S. Bartolomeu, o "laxismo" da casuística, Libério, Honório, Alexandre VI desfilam vertiginosamente ante seus olhos como as imagens de um caleidoscópio. São os conhecidos lugares-comuns, dos libelos de 17.^a categoria, diluídos no mais insuportável dos estilos declamatórios. Tôda a gente sabe quantos estudos exige cada uma destas questões históricas; quanto equilíbrio, moderação, isenção de ânimo são indispensáveis para sobre elas dizer-se a palavra da verdade e da justiça. Mas isto pouco importa ao pastor; o que lhe interessa é impressionar pelo escândalo para terminar com a solenidade ridícula da identificação da Igreja Romana com a grande meretriz do Apocalipse!!! (p. 35).

— A santidade católica enche os fastos mais brilhantes da vida moral da humanidade. Desde o heroísmo épico dos milhares de mártires que há 20 séculos se sucedem sem interrupção até a imolação cotidiana das inumeráveis legiões das nossas irmãs de caridade, haveria algo que res-

pirar numa seara imensa. O Sr. L. ignora e cala tudo isto. Esta ignorância e este silêncio são um atentado de lesa-honestidade científica. Não se peça somente contra a verdade histórica inventando fatos que não existem, peça-se ainda carregando as tintas, rompendo a proporção das cousas e a harmonia das linhas. Com estes processos menos leais não há interêsse vergonhoso e humilhante a cujo serviço se não possa chamar o testemunho da história constrangida e torturada (88).

Mas se o Sr. L. tem a preferência exclusiva das crônicas escandalosas, é questão de gosto e questões de gosto não se discutem. Outros protestantes, e estes com altos títulos de competência no mundo da ciência, souberam ver e salientar outros traços de verdadeira fisionomia da Igreja, que escaparam ao pastor brasileiro. Os preconceitos de seita não vingaram obscurecer-lhes de todo a serenidade da visão. O célebre GREGOROVIVUS, na sua grande obra sobre a cidade de Roma, escreve: "Não possui a história epítetos heróicos que possam com aproximação exprimir a eficácia universal da atividade criadora, a glória incomparável dos Papas. Num futuro talvez não remoto, cessadas as lutas apaixonadas contra a jerarquia, poderá a humanidade inteira tributar tôda a admiração devida à sua memória. A sua extensíssima série aparecerá no céu da história universal como uma constelação tão fúlgida que tôdas as outras dinastias de soberanos e príncipes de todos os tempos, juntos empali-

(88) "En réunissant tout ce qui fournit la chronique scandaleuse du XVI siècle, tant à Rome qu'ailleurs, en groupant toutes les paroles et toutes les actions qui, chez les princes de l'Église, sont manifestement en contradiction avec la loi de Dieu, il est facile de tracer un tableau qui fasse crêler à l'abomination, de même qu'en prenant les éléments opposés, on peut présenter l'image d'une société digne des premiers siècles du christianisme. Mais l'histoire n'a pas a s'arrêter a ces plaidoyers d'avocat". G. KURTH, *L'Église aux tournants de l'histoire*, 5.^e édition, p. 159.

decerão ante o seu brilho” (89). K. LECHLER, decano protestante, saúda na Igreja Católica “um fenômeno único, do seu gênero, na história do mundo... O *tu es Petrus* tornou-se de fato o rochedo no qual se quebram as ondas do mar dos povos... Nesta unidade... reside a força extraordinária que a idéia de comunidade, de união mais íntima, desperta nos corações... Um organismo como o seu não surgirá segunda vez na terra. Nas suas linhas fundamentais é e permanecerá uma criação do espírito de Deus que não se há de repetir nem copiar a si mesmo” (90). AD. HARNACK, um dos últimos reitores da Universidade de Berlim, depois de apontar na Igreja o grande edifício histórico em que trabalharam “tôdas as forças do espírito e da alma humana”, reverencia nela a mãe da santidade: “em todos os tempos ela educou santos — na medida em que homens podem assim ser chamados, e ainda hoje os suscita. Confiança em Deus, humildade sincera, consciência da redenção, dedicação da vida ao serviço dos irmãos — eis o que nela encontramos. São numerosos os irmãos que nela abraçam a cruz de Cristo, que exercem sobre si mesmos um juízo severo e gozam da paz de Deus que encontraram. S. Paulo e S. Agostinho. Na *Imitação de Cristo* inflama-se a vida religiosa espontânea e dela desprende-se um fogo que arde com chama própria” (91). Mais uma citação apenas, a do grande pedagogo da Alemanha contemporânea, W. FOERSTER: “A Igreja Católica não é uma instituição de hoje ou de ontem, ou uma seita professada por meia dúzia de papalvos ou pedantes; é a mãe de toda a nossa civilização, mas, ainda hoje, em quase tôdas as raças, conta, en-

(89) GREGOROVIVS, *Geschichte der Stadt Rom im Mittelalter*, Stuttgart, 1872, VIII, p. 653.

(90) KARL LECHLER, *Die Konfessionen in ihrem Verhältnisse zu Christus*, Heilbronn, 1877, p. 154 e sgs.

(91) A. HARNACK, *Das Wesen des Christentums*, Akademische Ausgabe, Leipzig, 1902, p. 166.

tre os seus membros mais sinceros, numerosos homens e mulheres de uma autoridade incontestável e nos nossos dias, pelas suas ordens religiosas, na pátria e no estrangeiro, realiza milagres de dedicação que lhe invejam quantos vivem fora de seu grêmio” (92).

É quase chegar a ver, com o poeta católico, a realidade profunda e saudar na Igreja a

Madre de Santi, imagine
Della città supérna;
Del sangue incorrutibile
Conservatrice eterna. (93).

Dá à “grande Babilônia, à Mãe das fornicções e das abominações da terra” vai uma distância que só a inconsciência do pastor brasileiro logra transpor com pé ligeiro e descalçado de escrúpulos.

25. Mas — e entramos assim no ponto vivo que nos interessa — as manchas verdadeiras ou imaginárias provam algo contra a verdadeira Igreja? Por que os diletantes que se comprazem em esgravatar escândalos, enchem algumas páginas de crônicas menos edificantes, segue-se, porventura, que não é de Cristo a Igreja a que pertencem membros menos dignos? Com o sacramento do batismo ou da ordem recebem talvez os cristãos o dom da impecabilidade? Se o bom senso e a razão já antecipam a resposta, nada perdemos em confirmá-la com as lições explícitas e positivas do Evangelho. Nas parábolas do Reino o Salvador insiste continuamente sobre a coexistência de bons e maus *no seu reino*. Semelhante é o *reino dos céus* a 10 virgens, 5 prudentes e 5 fátuas; a um campo em que ao lado do trigo nasce o joio; a uma rede que nas suas malhas colhe peixes bons e maus. Escândalos há de haver na Igreja; o Salvador o predisse in-

(92) F. W. FOERSTER, *Jahrbuch modernes Menchen*, 1907, p. 112.

(93) A. MANZONI, *Inni sacri, La Pentecoste*.

númeras vezes (MAT. XVIII, 17; XXIV, 12; XVII, 1). E hão de eles *durar no seu Reino* até a consumação dos séculos, quando “o Filho de Deus há de enviar os seus anjos que hão de tirar do seu Reino todos os escândalos” (MAT. XIII, 41).

Ao Sr. L., cuja doutrina, sobre a santidade dos membros da Igreja, oscila como areia movediça à mercê das circunstâncias e das conveniências (94), causaram engulho estas citações: “mui desbotadamente procurou o jesuíta justificar as misérias morais de sua Igreja aludindo às parábolas do trigo e do joio... Jesus admitiu a possibilidade do contato dos maus com os que constituem a verdadeira Igreja; nunca, porém, que o próprio chefe da Igreja, o seu fundamento, o seu centro de unidade fôsse a personificação da maldade”, p. 35. — A distinção não é má para sair de

(94) Aqui nos diz: “Na Igreja santa, como organização formal, penetram, às vezes, os maus como o joio no meio do trigo”, p. 32. Claro? Três páginas adiante: “Jesus admitiu a possibilidade do contato dos maus com os que constituem a verdadeira Igreja”, p. 35. Agora já se não entende mais: há pouco os maus podiam “penetrar na organização formal da Igreja”; agora, são somente os bons “que constituem a verdadeira Igreja” e com eles podem apenas os maus *entrar em contato*. A Igreja do Sr. L., portanto, não corresponde ao *reino de Deus* do Evangelho onde há bons e maus, virgens prudentes e virgens fátuas, 5 contra 5; os seus membros já não rezam o Padre-Nosso nem dizem a Deus: “perdoai as nossas dívidas”. Já o lembrava S. AGOSTINHO: “Ubi cumque autem in his libris commemoravi: Ecclesiam non habentem maculam aut rugam, non sic accipiendum est quasi jam sit, sed quasi praeparatur ut sit, quando apparebit etiam gloriosa. Nunc enim propter quasdam ignorantias et infirmitates membrorum suorum habet unde quotidie tota dicat: dimitte nobis debita nostra”. *Retract.*, II, 18. Também a Apologia da Confissão Augustana, um dos documentos de mais autoridade na Simbólica protestante depois de tergiversar escreve: “Concedemos que, nesta vida, os hipócritas e maus são misturados na Igreja e são membros da Igreja, segundo a comunhão externa dos sinais da Igreja, isto é, a pregação, a profissão e os sacramentos; máxime se não são excomungados”. MÜLLER, op. cit., p. 152. Não seria de melhor aviso dizer cousas coerentes?

apuros ou atirar insultos à Igreja Católica, mas... não está no Evangelho, Sr. Pastor. Foi inventada para servir a uma causa perdida. Cristo não faz nenhuma distinção. Por ser bispo ou papa, nenhum homem perde a natureza humana e, com ela, a liberdade e, com esta, a pecabilidade.

Mas então sobre um fundamento sujeito ao pecado pode levantar-se a Igreja Santa de Deus? reclama o Sr. L., indignado. Equívoco pueril, no qual o adversário incide a cada passo. Parece difícil de crer que não chegasse a entrever a diferença entre uma *função social* e a *vida particular* de quem a desempenha. Uma cousa é o papado, outra a biografia deste ou daquele papa. O papado é instituição divina, destinada a assegurar a solidez do edifício da Igreja, a defender-lhe a unidade e integridade da fé, no curso dos séculos, contra a ação centrífuga e cismática das paixões humanas. A biografia deste ou daquele papa, com seu temperamento, suas virtudes e vícios, é questão de somenos importância, que releva da curiosidade histórica. Ao papa, indivíduo particular, CRISTO não prometeu a impécabilidade; ao papado, à autoridade suprema na sua Igreja, o Salvador, com a sua assistência, assegurou indefectibilidade invencível. O papa poderá cair e prevaricar, responderá a Deus do uso ou abuso das graças que lhe foram dadas; contra o papado não prevalecerão as portas do inferno. Sobre o valor moral dos que se sentam na cátedra de Pedro não descansará a Igreja de Deus: sobre a santidade da instituição divina florescerá, inexgotavelmente fecunda, a sua santidade imortal.

Quando, portanto, o Sr. L. repete, uma e mil vezes, até a mais enfadonha saciedade, que “um papa corrompido não pode alicerçar a santa Igreja de Cristo”, p. 34, comete a mais deplorável das confusões: a de um homem com uma instituição. Não são os costumes particulares dos papas, é a função religiosa e social do papado, instituído por Cristo, que constitui o fundamento da Igreja e, como já no século

V dizia S. LEÃO MAGNO, "cujus dignitas etiam in indigno haerede non deficit" (95).

Com um equívoco tão rudimentar qualquer sociólogo de meia escudela poderia pleitear a supressão da autoridade suprema na sociedade civil. Não houve porventura chefes de estado que para os seus concidadãos não foram precisamente o espelho de todas as virtudes? E' condenável a soberania, porque nem todos os soberanos foram irrepreensíveis? A distinção que sabe fazer o bom senso mais elementar, o pastor que lê a Bíblia, nela há de encontrá-la em termos explícitos e mais de uma vez. Baste lembrar a palavra de Cristo relativa às autoridades religiosas do seu tempo: "Na cadeira de Moisés sentaram-se os escribas e fariseus, observai, pois, e fazei tudo o que vos disserem, não procedais, porém, em conformidade com as suas obras." MAT. XXIII, 2-3. Aí está a atitude cristã: obedecer sempre às autoridades no exercício legítimo de suas funções; não as imitar todas as vezes que não ajustam a vida às exigências morais de sua dignidade.

Escandalizar-se, porém, das fraquezas dos homens para agredir a santidade das instituições não é nem cristão nem racional (96).

* * *

26. Seguir-se-ia aqui naturalmente um capítulo sobre "a santidade das igrejas protestantes". Convencidos os leitores de que "essas prevaricações que tanto têm degradado moralmente a Igreja Romana... são golpe de morte na sua pretensão à santidade característica da Igreja de Cristo" (p. 34) esperariam espontaneamente o quadro paradisíaco, ofe-

95) *Serm.* 3, c. 4; M L, LIV, 147.

(96) "C'est le propre des têtes étroites, d'être extrêmement frappées des faiblesses des individus, et fort peu de l'esprit général des institutions". LAMENNAIS, *Essai sur l'indifférence en matière de religion*, t. I, 2.^e ed., Paris, 1818, p. 405.

recido pelo protestantismo, da verdadeira e autêntica santidade que distingue a Espôsa do Salvador. Em cortejo edificante desfilariam, puros e devotos, compungidos e penitentes; os chefes de fila do movimento reformador: S. Lutero, S. Calvino, S. Zuínglio, S. Henrique VIII com suas 7 mulheres. Em massa compacta seguir-se-lhes-iam as grandes turbas convertidas ao "puro Evangelho", e das quais dizia o próprio LUTERO: "os evangélicos são 7 vezes piores que outrora. Depois da pregação da nossa doutrina, os homens entregaram-se ao roubo, à mentira, à impostura, à crápula, à embriaguez e a toda a espécie de vícios. Expulsamos um demônio [o papado] e vieram sete piores. Príncipes, senhores, nobres, burgueses e agricultores perderam de todo o temor de Deus" (97). Ao lado desta santidade nos costumes, a santidade nas doutrinas. O grande patriarca da Reforma sobrancearia, na vanguarda, sancionando com a sua autoridade a poligamia, autorizando o divórcio, aconselhando a mentira, pregando o ódio, inculcando o uso de um "bom gole" para acalmar os escrúpulos e afugentar o demônio da melancolia, preconizando a inutilidade das boas obras, etc., etc. (98). Seria um espetáculo de rara edificação moral. Os leitores ficariam invencivelmente persuadidos de que nos achamos, na realidade, em face "da santidade característica da Igreja de Cristo".

O Sr. L. recusou-se a bosquejar, ainda em rápido esboço, este quadro grandioso e indispensável à sua demonstração apologetica. Será que está preparando também aqui uma nova teoria sobre a santidade "invisível" do protestantismo? Em todo o caso, ainda que a lógica proteste, não lhe queremos mal por isso; foi uma medida de prudência elementar.

(97) LUTHER, *Sämtliche Werke*, E. Weimar, t. XXXVIII, 673.

(98) Prova de todas estas afirmações e quadro geral dos costumes da reforma, pedimos ao leitor queira reler em IRC. 185-209: 410-509; C P, 102-118.

EXCURSUS A

Falsificação e erro?

27. Nas nossas polêmicas contra protestantes temos tido, várias vezes, o penoso dever de pôr em relêvo falsificações e mutilações visíveis que aos seus autores diminuem singularmente a autoridade moral. Não houve, entre eles, um só, do primeiro ao último, que não tivesse sido colhido em flagrante de falsear textos bíblicos, doutrinas católicas e autores a que combatem com menos lealdade. Compreende-se, pois, que, por um instinto natural de desforra em amor-próprio mal ferido, tenham os apologistas do protestantismo multiplicado esforços para ver se colhem o adversário no mesmo desar em que tantas vezes foram dolorosamente surpreendidos. Neste sentido também o Sr. L. ensaiou algum tentame, por desfortuna sua mal sucedido, como verá o leitor.

Tratando em geral da necessidade de uma Igreja visível, que, às almas de boa-fé, se apresentasse como depositária autêntica da doutrina de Cristo e distribuidora fiel das suas graças, escrevemos em I. R. C., p. 4: "Mas na Igreja do céu não serão recebidos senão os que houverem pertencido à Igreja da terra. Está escrito: quem não crer e não fôr batizado não se salvará. Pedia, pois, a justiça de Deus, etc." Ao lado do segundo destes períodos, transcrito sob a epígrafe "O texto falsificado", coloca o nosso autor, encimado com os dizeres: "o texto verdadeiro", o verseto de S. Marcos, "o que porém não crer será condenado" (Marc. XVI: 16). — Com esta vistosa encenação, os leitores estavam subjogados; o pastor podia dar curso à sua

paixão mal contida e invectivar contra "o inescrupuloso jesuíta" que "falsificou abertamente o texto sagrado", que se precipitou "nas abjeções da falsificação"; cuja "intenção criminosa de amolgar o texto sagrado... é indifarável"; cujo livro "é obra da mais clamorosa falta de consciência", etc. etc. (pp. 10-13).

Se o tempo gasto em escrever a delicadeza destes improperios, o tivesse empregado o Sr. Pastor em ler e refletir não teria cometido tamanha injustiça nem escorregado em tão vergonhoso desprimor.

Não há estudantinho de crítica, por pouco aproveitado, que não saiba distinguir uma *citação* de uma *alusão*. *Alude* a um autor quem lhe invoca uma idéia, sem lhe referir as palavras textuais. *Cita-o*, quem lhe recorda os conceitos e a forma. Na alusão, a sinceridade requer sejamos fiéis ao pensamento; na citação, pensamento e palavras deverão ser integralmente respeitados. Por convenção científica, de todos observada, a citação coloca-se entre aspas e é seguida, no texto ou em nota, do nome do autor citado, do título da obra, edição, página, etc. A alusão não está prês a minúcia destas exigências. Quereis um exemplo? "Lá disse o poeta que o parto das montanhas não passa, às vezes, de um camundongo". Lá disse Horácio na sua Arte poética, v. 139. "parturiunt montes, nascetur ridiculus mus". Antes uma alusão, agora uma citação.

Nas Sagradas Escrituras nada mais frequente. O Novo Testamento reporta-se continuamente ao Antigo, ora citando-o, ora apenas aludindo a algum dos seus livros. Abramos o Evangelho de S. MATEUS: "Cumpriu-se então o que foi dito pelo profeta JEREMIAS: Em Rama ouviu-se uma voz, lamento, choro e grande pranto: Raquel, chorando os seus filhos, e não quer ser consolada porque já não existem". MAT. II, 17-18. Eis uma citação perfeita: o trecho encontra-se à letra em JEREMIAS XXXI, 15. Continuemos a percorrer o 1.º Evangelho: No Sermão da Montanha; c. V, 33: "Ouvís-

tes o que foi dito aos antigos: não cometerás perjúrio mas cumprirás os teus juramentos feitos ao Senhor". Onde é que isto foi dito aos antigos? No *Exodo XX, 7*: "Não tomarás o nome do Senhor teu Deus em vão; porque o Senhor não terá por inocente o que tomar o seu nome em vão". No *Levítico XIX, 12*: "Não jurarás falso pelo meu nome, pois profanarás o nome do teu Deus". Nos *Números XXX, 2*: "Quando um homem fizer voto ao Senhor, ou jurar juramento, ligando a sua alma com obrigação, não violará a sua palavra: segundo tudo o que saiu de sua boca, fará". Estamos evidentemente em presença de uma alusão feita a qualquer destes trechos ou a todos êles; nenhum, porém, a rigor, é citado exatamente. Por vêzes — note bem o leitor — a alusão numa simples frase reporta-se a *diferentes livros da Escritura*, resumindo-lhes o conteúdo. Em *S. MATEUS V, 43*, diz CRISTO: "Ouvistes que foi dito: amarás o teu próximo e odiarás o teu inimigo". Isto foi dito, quanto à 1.^a parte, no *Levítico XIX, 18*. "Amarás o teu próximo como a ti mesmo"; quanto à 2.^a, em muitos outros passos onde se fala do ódio aos Amalecitas, Moabitas e Amonitas, considerados como inimigos de Israel (*Exodo XVII, 14; Deut. VII, 2; XV, 3; XX, 13-18; XXIII, 4-7; Mal. I, 3; Ps. CXXXVII, 7-9*). Aí está a diferença nítida entre citação e alusão. A propósito de *MAT. II, 23*: "habitou na cidade chamada Nazaré, para que se cumprisse o que foi dito pelos profetas: que se chamará Nazareno", já o havia declaradamente advertido S. JERÔNIMO: "Se alegasse um texto determinado, nunca diria: o que foi dito pelos profetas; mas simplesmente: o que foi dito pelo profeta. Evocando os profetas no plural mostra que da Escritura não tirou as *palavras* mas o *sentido*" (99).

(99) "Si fixum de Scripturis posuisset exemplum, nunquam diceret: quod dictum est per prophetas; sed simpliciter: quod dictum est per prophetam. Nunc autem pluraliter prophetas vocans ostendit se non verba de Scripturis sumpsisse sed sensum". S. JERÔNIMO, *In Math. cap. 2. Liber I.*

Ao nosso caso. Trata-se no trecho que de falsificado averbou o Sr. L. de uma citação ou de alusão simples? E só ter olhos de ver, e abri-los com vontade de enxergar. Há porventura algum dos sinais que indicam a presença de uma citação? *Nem um só*. Aspás? Nada. Nome de S. Marcos? Tampouco. Capítulo e verseto do seu Evangelho? Menos ainda. Que há, então? Apenas os dizeres: *está escrito*. E que significa esta *locução técnica*? Encontra-se na Escritura. Mas a Escritura não é só o Evangelho de S. Marcos, é também o de S. João. E neste, c. III. v. 5 poderá ler-se: "quem não nascer da água e do Espírito Santo não pode entrar no reino de Deus" (100). Transcreveremos agora de novo o trecho mordiscado pelo pastor: "está escrito: quem não crer e não fôr batizado não se salvará". A dupla alusão é manifesta: o primeiro membro da frase refere-se mais diretamente a S. Marcos; o segundo, sublinhado agora em itálico, a S. João.

Está escrito: que quem não crer não se salvará? Sim. S. Marcos XVI, 16.

Está escrito: que quem não fôr batizado não se salvará? Sim. S. João III, 5.

Onde, então, a falsificação? onde, a indistarcável intenção criminosa de amolgar o texto sagrado? Para inculcá-la aos seus leitores, o Sr. Pastor, nos estos de uma honestidade indignada, manipulou sobre o meu texto três trabalhos bem feitos de prestidigitación.

(100) O Sr. L. alvitrou que eu "falsifiquei abertamente o texto sagrado, acrescentando-lhe as palavras — e não fôr batizado, para que o leitor inadvertido ficasse pensando que Cristo ensinou ser o batismo d'água elemento salvador, e sua ausência motivo de perdição", p. 11. Mas ao "leitor inadvertido" ocorreu o texto clássico de S. João. Que o Sr. Pastor, sobre a necessidade e eficácia do batismo, não conheça senão o verseto de S. Marcos é circunstância que deploramos com muitas lágrimas, mas de que não temos sombra de culpa.

1.º asseverou que eu citara, quando não fizera senão aludir ao texto sagrado (101);

2.º afirmou que citara *S. Marcos* e *S. Marcos* só, quando nem o nome do Evangelista aparece no lugar incriminado;

3.º calou ao mesmo tempo o nome e o texto de *S. João*, que justificava cabalmente a minha alusão à Escritura.

Semelhantes adminículos duvidosos em quem parte de lança em riste contra os que se precipitam “nas abjeções da falsificação” não assentam bem. Nem se justificam, mesmo pelo raro prazer de arrastar um modesto jesuíta ao pelourinho dos falsificadores.

(101) Até a disposição tipográfica foi feita com engenho e arte. Frente a frente, em duas colunas, encontram-se igualmente entre aspas o texto de *S. Marcos* e o meu. Se eu reclamar, dirá o Sr. Pastor que, tratando-se de um trecho tirado do meu livro, convinha moldurá-lo com os sinais indicativos de uma citação. A totalidade, porém, dos leitores julgará que minhas palavras, assim assinaladas, pretendem reproduzir, alterando-o, o versículo do evangelista que lhe está ao lado. Poderá ser esperteza; elegância, não.

EXCURSUS B

Rui Barbosa e o Protestantismo

28. No Prefácio do nosso livro I R C, p. IV alegamos um trecho de RUI BARBOSA em que o nosso saudoso orador frisava a exigência da mais absoluta sinceridade em todo aquê que toma sobre si a delicada tarefa de escrever sobre assuntos religiosos.

O pastor não gostou da citação: “L. Franca cita Rui Barbosa discursando”. E opõe-lhe uns períodos extraídos de “*O Papa e o Concílio*” contra a igreja romana e os jesuitas. Precede-os a advertência seguinte: “Agora ouça-o escrevendo, documentadamente, em obra de fôlego em que se imortalizou o seu gênio ao lado de seu zêlo de católico sincero que distinguia Catolicismo de Romanismo e veja como é comum o realce dos discípulos de Loyola na obra de falsificação”, 12.

— Que, aí pelo interior, os pastorinhos protestantes, usassem e abusassem da autoridade de Rui, alegando contra a Igreja citações suas de “*O Papa e o Concílio*”, infelizmente já o sabíamos. Que na capital do país, onde o nível de cultura é um pouco mais elevado, um escritor que sai a terçar armas pela Reforma em volumoso livro não trepide em perpetrar o mesmo crime de lesa-honestidade científica, é o que muito nos maravilha.

Não há gente instruída que ignore as origens e o valor desta obra de juventude do nosso grande escritor. Traduziu-a e prefaciou-a Rui, na inexperiência dos seus primeiros anos, a pedido do grão-mestre da maçonaria, Saldanha Ma-

rinho, que lhe prometera adquirir um milheiro de exemplares. (Promessa que não foi cumprida.) A obra, publicada na Alemanha em 1870 sob o pseudônimo de JANUS, fora escrita com intentos políticos, pouco antes do *Kulturkampf*, de BISMARCK, e logo depois enterrada neste irresgatável olvido com que o bom senso e a justiça humana castigam os libelistas apaixonados. Em 1877, pouco depois da questão religiosa com os bispos, o requisitório poderia no Brasil prestar ainda bons serviços à causa do anticlericalismo maçônico. As lojas não hesitaram e sugeriram-lhe a adaptação vernácula à pena moça e ardente que com tanto brilho se ia afirmando no mundo das nossas letras. Mas a ilusão de Rui não durou muito. Com os anos, a reflexão e os estudos, foram-se-lhe transformando as idéias e "*O Papa e o Concílio*" entrou a aparecer-lhe, como era na realidade, uma obra injusta e caluniosa, filha de paixões subalternas e inconfessáveis. Da Igreja católica começou a falar em outro tom. Aos jesuítas confiou o que de mais caro tinha na vida, a educação do próprio filho. E a obra infeliz, nascida nas verduras de uma mocidade inexperiente, não permitiu êle que a reimprimissem em vida (102).

Tudo isto é conhecido e notório. Mais de uma vez afirmou-o, em livros publicados, uma testemunha, que, pelos laços de parentesco e pela intimidade de uma convivência de longos anos com o grande Rui, mais do que nenhuma outra, se achava habilitada a informar-nos com verdade e segurança. Ouçamo-la ainda uma vez. A respeito de "*O Papa e o Concílio*" escreve BATISTA PEREIRA: "essa é a mais fraca, a mais tumultuária e a menos bem redigida de suas obras.

(102) Reimprimiram-na mais tarde, após a sua morte, quando o livro havia, pelas leis, caído em comisso. Pediram, então, a quem tinha autoridade para escrevê-lo, um *Prefácio*. O *Prefácio* foi escrito, mas nele se acentuavam a origem e a valia da obra, e afirmava-se a sua repudição pelo autor amadurecido em anos. Neste tom, não servia as intenções dos que preparavam a nova edição: o *Prefácio* foi rejeitado. Interessante e instrutivo!

Foi escrita de um jato, devido à sugestão de Saldanha Maranhão. A pressa da composição revela-se aos olhos mais inexpertos pelo tom oratório que a guinda do princípio ao fim e nos deslizos de linguagem, que a desfeiam. Os materiais da fatura e o iterativo das citações traem a escassez das fontes compiladas e a suspeição flagrante. Por isso mesmo o Rui da *madureza envergonhada-se dessa obra do Rui da juventude*, da qual apenas ressalvava o brado histórico pela liberdade de culto" (103). Em obra posterior, insiste sobre o mesmo ponto: "será talvez bom repetir, para acabar com as explorações, que Rui abjurou "*O Papa e o Concílio*", obra da mocidade, desarticulada do núcleo de sua produção construtora" (104). Acêrca da evolução das idéias que inspirara esta abjuração confia-nos a mesma testemunha: "Já na redação do *Diário de Notícias* em 1889, na *Imprensa* em 1898 e 1899, Rui se desfizera das influências tendenciosas e das prevenções obsoletas que escritores protestantes lhe haviam inculcado sobre o Papado. Pouco a pouco, meditando e envelhecendo, veio a ver neste a mais alta das forças morais do Universo, talvez a única capaz de contrastar com eficácia os desvarios da opinião, alucinada pela miséria e pelo sofrimento e revoltada pela exploração e pela compressão. A nossa legação no Vaticano, quando se fundou a república, só foi mantida pela sua influência" (105).

(103) BATISTA PEREIRA, *A formação espiritual do Brasil*, S. Paulo, 1930, p. 125.

(104) BATISTA PEREIRA, *Diretrizes de Rui Barbosa*, S. Paulo, 1932, p. 165. E o autor conclui: "A calúnia, porém, é tão impenitente como o interesse. "*O Papa e o Concílio*" ainda há de ser citado muitas vezes, como prova do ateísmo de Rui. Mas aí fica um documento que se pode ignorar mas não destruir — o do meu testemunho". Não de ignorá-lo, meu caro amigo, ou fingir ignorá-lo, para citar a Rui contra Roma ou contra a Companhia de Jesus.

(105) Em RUI BARBOSA, *Coletânea Literária*, 2.^a ed., S. Paulo, 1928, p. 36. Nesta, como nas citações anteriores do mesmo autor, o grifo é nosso.

Mais autorizado que estes depoimentos só o do próprio RUI e este não nos falta. Várias vezes e nas horas mais solenes de sua vida, êle confessou, a peito aberto e desasombrado, a mudança de idéias que se lhe operara na alma em suas ascensões espirituais para a plenitude da luz. Citamos apenas um dos trechos mais célebres em que se indicam e condensam os demais: "Mas, em todos êsses pontos, é sempre do menos para o mais, suponho eu, de mal para o bem, ou do bem para o melhor que tenho mudado ou feito por mudar... Onde, porém, creio, se perceberá diferença mais sensível, é nos sentimentos religiosos. Profunda e inalteravelmente cristãos foram êles sempre. Mas quem ler o *Diário de Notícias*, como quem leia "*O Papa e o Concílio*", ou o *Discurso da Maçonaria*, verá quanto vai do homem de 1876 e 1879 ao de 1903, 1919 e 1921; o da oração do paraninfo no Colégio Anchieta, o da oração do jubileu na Missa Campal e o discurso paraníptico em S. Paulo".

E' honesto projetar sôbre o moço mal informado e mal experimentado de 1877 a autoridade, a glória, o esplendor do homem na plenitude dos anos posteriores?

E' honesto atribuir ainda a RUI BARBOSA idéias e atitudes por êle *expressamente abjuradas, retratadas, repudiadas* nos escritos e nos fatos de tôda a sua vida de homem maduro e refletido?

Pois bem, estejam certos os leitores, depois disto e apesar disto, jornais e pastôres "evangélicos", nas capitais e nos sertões, continuarão a explorar indignamente o prestígio do grande nome e citar contra a Igreja "*O Papa e o Concílio*", "obra de fôlego em que se immortalizou o seu gênio"!!

E' mais um aspecto da polêmica protestante no Brasil e convinha sublinhá-lo.

LIVRO II

O PRIMADO DE S. PEDRO

29. Nas divergências doutrinárias entre católicos e protestantes, a questão do primado de S. Pedro representa um papel de importância primordial. Se Cristo estabeleceu na sua Igreja uma autoridade suprema, se lhe confiou a missão de conservar a unidade do seu corpo místico e de velar pela integridade de seus ensinamentos, o protestantismo está julgado. Em face desta preliminar decisiva, as demais questões afiguram-se acessórias ou de todo inexistentes. Daí a aversão mal sopitada que em todo o filho da Reforma lateja, inextinguível, contra Roma. O "ódio ao Papa" foi uma triste herança que aos seus legou LUTERO.

Ao estudo dêste debate consagra o Sr. L. o segundo capítulo do seu livro. Mais do que em outras, ressalta nestas páginas a confusão e desordem de método do pastor brasileiro. Para os espíritos habituados à concatenação lógica das idéias e à evolução retilínea e progressiva do pensamento, a sua leitura é uma decepção e um martírio. Sôbre o mesmo ponto, o autor volta uma, duas e três vezes, aqui, ali, acolá, a êsmo e à ventura. Nunca se sabe quando disse a última palavra no assunto. A discussão, quando não fica a marcar passo num alternar de posições que se não sucedem, avança e retrocede num ziguezaguear exaustivo.

Mas enfim é o livro que temos entre mãos; convém analisá-lo e criticá-lo tal qual se nos oferece. Poremos tôda a boa vontade em introduzir alguma ordem nos debates. Começaremos estudando a ofensiva protestante, para, em seguida, defender a tese católica das objeções do Sr. Pastor.

CAPÍTULO I

A OFENSIVA PROTESTANTE

30. “Jesus, diz o Sr. L., jamais pensou em dar qualquer supremacia de jurisdição a algum dos seus apóstolos; antes agiu sempre de modo a matar essa perigosa ambição, onde quer que a descobrisse. As Escrituras ensinam:

1.º — que Jesus estabeleceu uma perfeita igualdade entre os apóstolos;

2.º — que Jesus excluiu, absoluta e preceptivamente, a idéia de um primado de jurisdição entre eles;

3.º — que os apóstolos não reconheceram em PEDRO mais do que um igual, que por justas razões era um *primus inter pares*; nunca, porém, um superior ou cabeça da Igreja;

4.º — que Jesus Cristo é a cabeça única de toda a Igreja”, p. 54.

Nestas quatro afirmativas, resume o Sr. L. o que êle chama “ensino claro das Escrituras” e convida-me “a ler devidamente a Palavra de Deus”. Acompanhem-lo na demonstração de tôdas estas proposições.

* * *

31. “Jesus estabeleceu uma perfeita igualdade entre os apóstolos”. Como prova bíblica da asserção, alegam-se os textos de S. MATEUS XXVIII, 18-20, S. MARCOS XVI, 15 e S. JOÃO XX, 21-23, em que Jesus confia aos Doze a sua missão apostólica: ide, pregai o Evangelho a toda a criatura... como o Pai me enviou, eu vos envio, etc. Daí infere-se que

entre os apóstolos “só há igualdade”, o que ainda se confirma com a promessa dos “doze tronos” feita aos apóstolos, sem menção de “um trono mais elevado” para PEDRO. E em matéria de citações evangélicas é só (106).

Que lástima ter o Sr. Pastor fechado tão depressa o livro sagrado! Depois de um dos textos citados (MAT. XXVIII, 18-20) êle se lamenta da omissão de CRISTO: “Que oportuna ocasião para distinguir Pedro como chefe, se êle o fôra”, p. 55.

As ocasiões oportunas para ensinar a sua doutrina, CRISTO bem as conhece e determina na sua divina sabedoria; não precisa que lhas sugira nenhum pobre mortal. Abramos o livro divino intempestivamente cerrado pelo Sr. L. E comecemos por S. MATEUS, dois capitulos antes do há pouco alegado. Esta é “a ocasião oportuna”, Sr. Pastor.

Cenário magnífico. Momento solene: o da revelação grandiosa de sua divindade. Que dizem os homens de mim? pergunta CRISTO aos seus apóstolos. Respostas várias e encontradas, aduzidas pelos apóstolos. “E vós, torna o Mestre, que dizeis de mim?” “Tu és o CRISTO, Filho de Deus vivo”, responde Simão. O apóstolo fôra iluminado do alto e proclamara, em confissão magnífica, a messianidade e a divindade de JESUS de Nazaré. O Salvador proclama-o feliz e

(106) Fora de propósito, cita ainda o pastor a *missão de Samaria* (At. VIII, 14) e o *concílio de Jerusalém* (At. XV) e outros fatos de menor monta. Fora de propósito dizemos, porque estes trechos não se referem ao estabelecimento da igualdade por CRISTO, mas ao seu reconhecimento pelos outros apóstolos. Na divisão por êle mesmo proposta dependem da 3.ª proposição e não da 1.ª. Confusão de idéias. Sobre a missão a Samaria já foi respondido IRC. 41-42; CP. 34-36; sobre o concílio de Jerusalém já foi respondido IRC. 57; CP. 45-46; sobre os doze tronos já foi respondido IRC. pp. 40-41. Mas o Sr. LISÂNTIAS não se deu por entendido: repetiu as mesmas, mesmíssimas dificuldades, como se não houvesse dito palavra. Não é a fórmula mais econômica de “uma resposta ao pé da letra”?

faz-lhe estas grandes promessas: “Bem-aventurado és, SIMÃO Bar-Jonas, porque não foi a carne e o sangue que a ti o revelou, mas sim o meu Pai que está nos céus. E eu te digo, que tu és PEDRA e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja e as portas do Inferno não prevalecerão contra ela. Eu te darei as chaves do reino dos céus. E tudo o que ligares na terra será ligado também nos céus, e tudo o que desligares na terra, será também desligado nos céus” (MAT. XVI, 16-19).

Aí está. JESUS, na presença de *todos os apóstolos*, dirige-se nomeadamente (SIMÃO BAR-JONAS) a *um* dentre eles e confia a *êle só* poderes que não confiou a nenhum outro. SIMÃO será a *pedra* sobre a qual *Êle* há de edificar a *sua* Igreja. *E estas palavras não foram ditas a nenhum outro dos apóstolos.* SIMÃO será o clavífero do reino dos céus, poderá abri-lo e fechá-lo, isto é, exercer nêle as funções de autoridade soberana. *E estas palavras não foram ditas a nenhum outro dos apóstolos.* SIMÃO poderá ligar e desligar na terra, isto é, dizer o direito, exercer jurisdição, e suas sentenças serão ratificadas por Deus. *E estas palavras isoladamente não foram ditas a nenhum outro dos apóstolos.* Mais tarde (c. XVIII), CRISTO as repetirá ao *Colégio dos Doze com Pedro.* Mas os poderes que o Salvador confiou à sua Igreja, PEDRO, e só PEDRO *singularmente*, os recebeu em sua plenitude. *Aí está a magnífica e solene oportunidade, que, na sua inerrável Providência, escolheu o Senhor para falar a um dos seus apóstolos de maneira que a nenhum outro falou.* O Sr. L. diverge; a ocasião oportuna parece-lhe o capítulo 18; por isto não leu o capítulo 16 e não permitiu que o lessem os seus clientes.

Passemos a S. LUCAS. Estamos também aqui num momento grave entre os mais graves na vida do Salvador. Aproxima-se a hora trágica da Paixão. CRISTO fala aos seus apóstolos reunidos, promete-lhes que se hão de assentar em doze tronos para julgar as doze tribos de ISRAEL e depois,

voltando-se *singularmente* para PEDRO e chamando-o pelo nome: “SIMÃO, SIMÃO, Satanaz vos pediu com instância para vos joeirar como trigo; mas eu roguei *por ti*, para que *a tua fé* não desfaleça, e *tu*, uma vez convertido, confirma os teus irmãos”. Luc. XXII, 31 e segs. (Cfr. C. P. 21-22) (107). A PEDRO e só a PEDRO é aqui, *pelo Senhor*, cometida a missão de confirmar na fé, *aos seus irmãos*; e PEDRO se desempenhará fielmente do seu dever; na sua fé será infalível; para que não desfaleça. CRISTO interpõe a eficácia infrustrável de sua oração. Eis como o Senhor determina se conserve na sua Igreja a verdade e a integridade incorrupta da fé: CRISTO assistirá a PEDRO, PEDRO confirmará aos seus irmãos. Os que pelo apóstolo escolhido por JESUS não forem consolidados hão de vacilar e transviar-se na fé. *E estas palavras não foram ditas a nenhum outro dos Apóstolos.*

Vamos por fim ao Quarto Evangelho. A cena que nos refere S. JOÃO é uma das últimas da vida do Senhor na terra. Prestes a voltar ao Pai, CRISTO dá aos seus apóstolos as derradeiras instruções e transmite-lhes as disposições essenciais e indispensáveis à organização da sua Igreja. E JESUS diz a SIMÃO PEDRO: SIMÃO, filho de JONAS, *tu me amas mais* que estes? Respondeu-lhe SIMÃO: Sim, Senhor, sabes que eu te amo. Diz-lhe JESUS: Apascenta meus cordeiros. Diz-lhe segunda vez: SIMÃO, filho de JONAS, *amas-me?* Respondeu PEDRO: Sim, Senhor, bem sabes que eu te amo. Diz-lhe JESUS: Apascenta meus cordeiros. Terceira vez diz-lhe SIMÃO, filho de JONAS, *tu me amas?* PEDRO entristece porque pela terceira vez lhe perguntara JESUS: *Tu me amas?* e respondeu-lhe: Senhor, *tu sabes tudo, bem sabes que te amo.*

(107) Referindo-se a este texto de S. Lucas comenta S. CRISÓSTOMO: “Pedro é o *primeiro, com plena autoridade*, porque todos lhe foram confiados *pelo Cristo* que lhe disse: “E tu uma vez convertido confirma os teus irmãos”. *In Act. Ho. III, 3. MG. LX, 37.* Vá notando o leitor o que do primado de S. Pedro julgam os antigos SS. Padres, principalmente os do Oriente; vá notando como eles o encontram naturalmente nos textos *evangélicos.*

Diz-lhe Jesus: Apascenta as minhas ovelhas” (S. João XXI, 15-17) (108). Mais uma vez dirige-se CRISTO, *singularmente*, a um só dos seus apóstolos, o mesmo a que *singularmente* se dirigira em outras ocasiões solenes e confia-lhe uma missão *diferente* da assinada aos outros, uma missão superior que exige do escolhido uma caridade maior (amás-me, mais do que estes) e a de apascentar, *sem nenhuma exceção* todos os cordeiros, e todas as ovelhas de Cristo. (na *potestade* do verbo). Pedro é por Cristo constituído pastor universal da sua Igreja. Ovelhas e cordeiros que Pedro não pastoreia não são de Cristo; tresmalharam do seu redil. E palavras como estas não foram ditas a nenhum outro dos apóstolos.

Desta rápida análise interfere-se, sem grande esforço, que no Evangelho se nos antolham duas séries de textos: Uma, em que Jesus fala *igualmente a todos os apóstolos* e lhes transmite os *poderes próprios da missão apostólica*: pregar, batizar, perdoar pecados; outra, em que o Senhor se dirige, *singularmente*, a um dentre os Doze, sempre o mesmo SIMÃO PEDRO, e o investe de *funções particulares e mais altas*, em termos inequívocos, de uma gravidade e solenidade inofuscáveis.

O apóstolo, singularizado na fé pela revelação do Pai, singularizado na caridade exigida por JESUS, superior à dos

(108) Ainda a S. CRISÓSTOMO a palavra de comentário do texto de S. João: “Por que omite os outros e dêles lhe [a Pedro] fala? Porque era o pré-eleito entre os apóstolos, a boca dos discipulos e o chefe do seu Colégio; por isto mais tarde Paulo subiu [a Jerusalém] para vê-lo de preferência aos outros. Comete-lhe a presidência *πρωτασταν* dos irmãos... Se me amas, preside aos teus irmãos. Se alguém disser: porque então recebeu Tiago o trono de Jerusalém, responde porque a Pedro instituiu [Cristo] doutor, não dêste trono, mas do universo”. In Joan., Hom. 88; MG. LIX, 478 sgs.). Em outro lugar, mas referindo-se ao mesmo texto: “Depois de tão grande culpa de novo o eleva à primitiva dignidade e confia-lhe a *presidência da Igreja Universal*”. De Poenit., Hom. 5, 2; MG. XXXIX, 308. Eis como a antiguidade cristã lê o Evangelho.

demais, será a Pedra fundamental da sua Igreja, o clavigero do seu reino, com plenos e eficazes poderes de suprema jurisdição, o Confirmador na fé dos seus irmãos, o Pastor universal do rebanho de Cristo.

Que faz o Sr. L.? Cita os textos da primeira, *cala todos* os da segunda série, e conclui triunfante: segundo “o ensino claro das Escrituras”. Jesus jamais pensou em dar qualquer supremacia de jurisdição a algum dos seus apóstolos”. Mas com esta efficacíssima exegese de tesoura, que tese se não poderá provar com “a clava da Bíblia”? Cita todos os textos em que Jesus fala em nome de sua natureza humana, amputai cautelosamente todos os em que se revela a sua natureza divina e tereis o *arianismo* invencivelmente demonstrado com “o ensino claro das Escrituras”.

Com uma candura comovedora, escrevera poucas paginas adiante o impávido pastor: “toda a *narração evangélica* repele essa doutrina [a do primado jurisdicional de Pedro] como acabamos de provar”, p. 62. A causa, em que se usam estas “provas” é para cuja defesa se adiantam semelhantes afirmações, está julgada.

* * *

32. “Jesus excluiu, absoluta e preceptivamente, a idéia de um primado de jurisdição entre os apóstolos”, p. 58 (109). — Não pode ser, Sr. Pastor; JESUS não pode contradizer-se depois de haver tantas e tantas vezes e tão inequivocamente confiado a S. PEDRO uma missão *singular de primado jurisdicional*, como haveria de desdizer-se e negar o que afirmara?

(109) Esta segunda proposição não adianta um passo sobre a primeira. Dizer que Cristo estabeleceu perfeita igualdade entre os apóstolos ou excluiu, entre eles, qualquer idéia de jurisdição é uma só e a mesmissima coisa. Ao ver sucederem-se, seriadas e numeradas, as “duas afirmativas”, o leitor é levado a crer que o pensamento se diferencia e progride. Qual idêntico e repetido, fica chumbado no ponto de partida.

Não é possível. Mas nada se perderá em ver os textos em que Jesus “absoluta e preceptivamente”, exclui a idéia de primado. Reduzem-se eles quase exclusivamente às palavras dirigidas por Cristo aos discípulos quando altercavam sobre a primazia. Já citamos e comentamos alhures estes textos, mas de balde. Lembremos o já dito. “Entre os gentios, os reis exercem dominação sobre os súditos. Entre vós não há de ser assim, antes o que é maior entre vós [logo há de haver um maior] faça-se como o mais pequeno e o que manda [logo há de haver quem manda] como o que serve” (Luc. XXII, 25-26. Lugares paralelos: MAT. XX, 25-27; MARCOS X, 42-44). Quis porventura Cristo, com estas palavras, excluir qualquer jurisdição entre os apóstolos? De modo nenhum. O que elas encerram, sim, é um ensinamento novo, um ensinamento profundo sobre a noção de autoridade. Para os pagãos a soberania era uma ostentação honorífica, uma distinção mundana, uma dominação férrea sobre os súditos escravizados. Nada disso há de ser o poder em mãos cristãs. A autoridade é um *ministério*, um *serviço* público, e, antes de tudo, um *dever*, o dever de consagrar-se como servo ao bem comum dos governados. Longe, pois, o fasto, longe as honrarias fôfas que só lisonjeiam a vaidade e o orgulho de quem as recebe (110). Equivalem estas palavras a eliminar

(110) Sob o título “a pretensa supremacia jurisdicional de Pedro”, o Sr. L. citou este trecho meu à p. 53. Mas a paixão anti-papal do pastor despertou-lhe uma associação de idéias interessante. Ao ouvir “fasto”, “honrarias”, “orgulho”, “vaidade”, ocorreu-lhe logo a pessoa do Papa e ele partiu indignado contra o “ídolo” do Vaticano, “adornado de ouro e pedrarias”, e, no fervor da agressão “oportuna”, esqueceu... o nexó lógico das idéias. Tratava-se, Sr. Pastor, de saber se no Evangelho Cristo havia condenado qualquer superioridade entre os discípulos. E para dirimir este ponto de exegese do Novo Testamento as jóias ou as pinturas do Vaticano são, de todo em todo, inoperantes. Mas com a declamação, o pastor teve um desabafo, ficou satisfeito e rematou, radiante, o seu parágrafo com esta pérola: “Audácia insólita da matreirice ultramontana”, p. 54.

o poder de jurisdição numa sociedade legitimamente constituída? Já o dissemos, de modo nenhum. Quereis a prova? Continuai a ler algumas linhas e ouvireis o mesmo CRISTO conferir a *um só* a missão de confirmar os seus irmãos na fé. É uma autoridade no sentido cristão da palavra, um ministério para o bem público dos fiéis, e, no entanto, é uma prerrogativa concedida a *um só*. O discípulo privilegiado é Pedro. Duvidais ainda? No mesmo trecho de S. LUCAS, a fim de exemplificar a lição que acabara de dar, JESUS aplica a si próprio a regra da humildade: “Qual é o maior, o que está à mesa ou o que serve? Não é, porventura, o que está à mesa? Eu, porém, estou no meio de vós como aquêle que serve”. Jesus que assim fala é o mesmo que afirmou categoricamente: “Vós me chamais Mestre e Senhor e dizeis bem, porque o sou”. Dirá agora o nosso protestante que no Filho de Deus não havia verdadeira autoridade mas só a superioridade moral do mais humilde?, p. 238” I. R. C., pp. 11-13. Como se vê, treze anos antes de sair a lume, já a objeçãozinha do Sr. L. havia sido claramente desfeita. Realmente para uma resposta ao pé da letra, esta repetição impassível de estafadas e caducas velharias não é lá façanha muito de costa-arriba!

Voltemos ao assunto. No momento em que disputavam os discípulos sobre primazias (e estas altercações já seriam incompreensíveis se Cristo houvesse inculcado a igualdade) o Mestre intervém, e em lugar de pôr termo às discussões, pregando a igualdade: sois todos iguais, *insiste sobre a desigualdade*, promulga para o primeiro, para o maior, deveres de humildade mais profunda e inculca a seu exemplo as virtudes que deverão ser o ornamento dos superiores. Cristo diz: entre vós o que é maior (*ὁ μείζων*), o que precede (*ἡγεούμενος*, príncipe, chefe, guia) (Luc. XXII, 26), o

que quiser *ser primeiro* (πρῶτος) (MAT. XX, 28, MARC. X, 44-45): O Sr. L. conclui: Cristo exclui *absoluta e preceptivamente* a idéia de primado! Ensino claro das Escrituras!

As outras alegações são tão inconsistentes que se lamenta o tempo perdido em lembrá-las. Mas lembremo-las. Referê. S. MATEUS, citado pelo pastor: — “Portanto se teu irmão pecar contra ti, vai e corrige-o entre ti e êle só; se te ouvir ganhado terás o teu irmão. Mas se te não ouvir, toma ainda contigo uma ou duas pessoas, para que por bôca de duas outras testemunhas fique tudo confirmado. E se os não ouvir, dize-o à Igreja; e se não ouvir a Igreja, tem-no por um gentio ou por um publicano”. MAT. XVIII, 15-17”, p. 58. Infere o Sr. L.: Logo PEDRO, presente, “foi também colocado sob a jurisdição da Igreja”. Não foi, senhor, as palavras com que Cristo neste mesmo lugar (ver v. 18) conferiu a jurisdição à sua Igreja, já haviam sido antes ditas por CRISTO *singularmente* a PEDRO, conferindo-lhe, a *êle só*, a plenitude da jurisdição eclesiástica. O mal do exegeta protestante foi não haver lido com atenção o cap. XVI. Ou as palavras do CRISTO (ditas neste capítulo, v. 19) cessam de ser verdadeiras ou PEDRO não está sujeito a nenhuma outra autoridade na Igreja. Daí, não há sair.

Vai adiante o comentador: “Se tal primado existisse, que boa ocasião para o Mestre dizer: “se os não ouvir, dize-o à Pedro, o chefe supremo e infalível da Igreja”, pp. 58-59.

— É mais modesto e mais cristão não pretender insinuar ao Senhor as “boas ocasiões” de nos transmitir os seus ensinamentos e, menos ainda, sugerir-lhe fórmulas que, pelo seu anacronismo, ultrapassam as raias do ridículo tolerável.

Em S. MATEUS: XXIII, 8-11, Cristo disse: *vós todos sois irmãos*. Comenta o pastor: “ensinando que todos eram irmãos, JESUS estabeleceu entre êles a supremacia da humil-

dade (!) tão em contraste com os chefes do Papismo”, p. 60. Mas o comentário trespê. Os vínculos de fraternidade não excluem os da superioridade. Um irmão pode ser constituído chefe dos outros, como um cidadão é elevado ao exercício da soberania sobre os seus concidadãos. Os homens, somos todos irmãos na natureza humana, os cristãos, somos irmãos todos na fé em CRISTO, e esta fraternidade não impede a existência de tôdas as jerarquias instituídas na sociedade civil e religiosa. A todos os bispos e arcebispos dirige-se o Papa com o doce título de “veneráveis irmãos”. A PEDRO, disse o Senhor: Confirma os *teus irmãos*. Aos seus discípulos dignou-se CRISTO chamá-los com o nome de irmãos, cessaram com isto os direitos de sua divina supremacia?

Até agora debalde estão os leitores à espera do texto decisivo (ensino claro das Escrituras!) em que Jesus, *absoluta e preceptivamente*, exclui a idéia de primado de jurisdição entre os apóstolos. Pois a sua esperança ficará definitivamente frustrada; esgotou-se, no Sr. Pastor, a capacidade demonstrativa da sua exegese. A sua 2.^a “afirmativa” foi formulada sob a inspiração de um preconceito sectário; o depoimento da Escritura orienta-se no sentido diametralmente oposto.

Vamos ver se mais feliz é a seguinte

* * *

33. — “Os Apóstolos não reconheceram em PEDRO mais do que um colega e nunca um superior ou a cabeça da Igreja”, p. 60 — Bato logo fé que não é verdade. O que CRISTO instituiu, os apóstolos não podiam deixar de reconhecer. Tanto mais interessante será acompanhar aqui a demonstração do pastor. Mas, oh decepção! apenas dois textos em que S. PAULO, falando dos dons e ministérios da Igreja (uns

apóstolos, outros profetas, outros doutores) (111), não menciona o papado, — e nada mais! Um argumento ineficaz *ex-silentio* e só. Ineficaz dizemos, porque o que S. PAULO enumera, nos dois trechos alegados, são os *dons e carismas* do Espírito Santo que se manifestam na vida da Igreja e não os ofícios eclesiásticos ordinários em que se concretiza a ordem de jurisdição. É o que ressalta do contexto imediato em que, desde o princípio do capítulo, o Apóstolo começa a falar dos dons carismáticos. É o que confirma o próprio texto alegado em que se fala do dom dos milagres, das curas, das línguas, etc. Ora, o primado não é um dom carismático, excepcional, como os que foram concedidos à Igreja nos tempos primitivos e, só, por via de dons extraordinários, nela se renovam; é um múnus normal, ordinário, instituído por Cristo para assegurar a solidez, unidade e coesão da sua obra divina. Em semelhante contexto, S. PAULO não falou, nem podia falar do primado.

34. Mas se o Sr. L. foi tão medido e tão parco em demonstrações de uma tese que tanto lhe estava a peito e tanto delas precisa, tomaremos à nossa conta o encargo de provar-lhe e re-provar-lhe a inteira inconsistência.

Não reconheceram os apóstolos em S. PEDRO mais que um colega? Abramos a Escritura. Em tôdas as listas dos apóstolos — e são quatro, — que nos transmitiu o Novo Testamento, S. PEDRO ocupa invariavelmente o *primeiro lugar*. E não por uma coincidência casual, mas por intenção expressa dos escritores sagrados que sublinham declaradamente: "*primeiro* (*primus, πρῶτος*, donde *primado*), SIMÃO, que foi chamado Pedra". (MAT. X. 2). Primeiro, em quê?

(111) "Deus estabeleceu na sua igreja, primeiro os apóstolos, segundo os profetas, terceiro os doutores, em seguida os que têm o dom de operar milagres, de curar, de assistir, de governar, de falar várias línguas, e de as interpretar". I Cor. XII, 28. Mais resumidamente em Ef., IV, II.

Na vocação para o apostolado? Assim o disse CARLOS PE-REIRA. Efúgio ineficaz, retrucamos. "A eleição para o *apostolado* foi simultânea para os Doze (MAT. X, I; MARC. III, 13-15). A vocação inicial de PEDRO *para discípulo*, se foi anterior a de muitos apóstolos, não foi absolutamente a primeira. ANDRÉ e outro discípulo seguiram antes os passos do MESSIAS (JOÃO I, 35-42). Um segundo chamado de CRISTO feito nas bordas do lago Tiberiades e narrado pelos sinópticos apresenta para os quatro apóstolos SIMÃO, ANDRÉ, JOÃO e TIAGO uma simultaneidade moral que não permite estabelecer nenhuma prioridade cronológica" (112). IRC, p. 8. O Sr. L. tenta defender a posição indefensável do seu predecessor, mas não adianta um ponto. Consagra mais de duas páginas para distinguir o que distinguimos em 8 linhas... e conclui que "PEDRO foi realmente chamado em primeiro lugar" (113). E' fazer muito pouco caso do senso crítico dos leitores. Vejamos o que em conclusão das suas considerações apurou o nosso exegeta.

"Três fatos distintos, diz êle, ocorreram: 1.º) ANDRÉ, SIMÃO e provavelmente JOÃO encontram com JESUS na Ju-

(112) Acaba o leitor de ver com que precisão e clareza nos esforçamos por distinguir o primeiro chamado referido por JOÃO, do segundo narrado pelos sinópticos. Passe agora os olhos nestas linhas do Sr. L.: "Não há contestar que Mateus e Marcos, de um lado e João de outro, tratam de fatos diferentes no tempo, no espaço e na essência. Não há, pois, contradição entre o que afirmam os primeiros e o último, *como se poderia concluir das entrelinhas do jesuíta*", pp. 51-2. Naturalmente, o protestante dispõe de algum ultramicroscópio desconhecido pelo qual descobre "nas entrelinhas do jesuíta" precisamente o contrário do que afirmam as suas linhas.

(113) Em outro lugar doeu-lhe mais a consciência e escreveu vagamente: Pedro "fôra dos primeiros chamados ao apostolado", p. 12. Não; ao *apostolado* foram os Doze chamados *simultaneamente*. — *Dos primeiros?* Então não serve para descalçar a bota: tôdas as listas dos apóstolos nomeiam-no absolutamente em *primeiro* lugar e S. Mateus ainda encarece: *Primeiro*, Simão. Ah! primado incômodo! só rasgando o Evangelho poderás desaparecer!!

déia”, p. 51. — PEDRO aqui não é o primeiro, mas foi levado a JESUS pelo seu irmão ANDRÉ, que antes seguira ao MESSIAS.

“2.º) São chamados numa praia a acompanhar JESUS a fim de se *habilitarem* para as atividades do apostolado da pesca de almas. — Também aqui PEDRO não foi o primeiro chamado; ANDRÉ e PEDRO são chamados *simultaneamente* e poucos minutos antes de TIAGO e JOÃO, *cronologicamente simultâneo* para os dois primeiros, o chamamento é *moralmente simultâneo* para os quatro; e não é suficiente para estabelecer nenhuma prioridade, menos ainda uma prioridade tão importante que a julgassem dever mencionar os escritores sagrados em todos os catálogos dos apóstolos. Além disto, neste episódio não se trata nem da primeira vocação de Pedro (já referida por S. João), nem da sua vocação ao apostolado que ocorrerá mais tarde.

“3.º) São chamados à *investidura apostólica*, juntamente com os demais companheiros, após ter o Mestre orado toda uma noite num monte”. — Ainda aqui, pelas próprias palavras do Sr. Pastor, a investidura dos Doze na dignidade apostólica é *simultânea*.

Onde está a prova de que PEDRO foi o *primeiro chamado*? Ficou no tinteiro; mas ainda assim o Sr. L. conclui valentemente que esta é a verdade “ante a Revelação divina”, como afirmou o Rev. E. C. Pereira. O jesuíta, que o contradiz, revela apenas — reiteremos — ou completa ignorância dos textos e documentos de que tão inabilmente [realmente não tenho as *habilidades* do Sr. Pastor] se utiliza ou requintada má-fé”, p. 52. Por que será que o aze-dume agressivo do evangélico pastor aumenta na razão inversa da força probativa de seus argumentos?

Mas, suponhamos um instante que, de fato, fôsse PEDRO o *primeiro* chamado por Cristo. Estaria com isto explicado o “primeiro” das listas apostólicas? Nada menos. Restaria ainda o mais importante, isto é, provar que a prioridade cro-

nológica no chamamento foi o *critério seguido pelos evangelistas* ao organizar as suas listas. Demonstração impossível ante a *variedade na ordem seguida para os outros nomes*. Indicamos este argumento a propósito da prioridade dos anos, proposta por outros protestantes: “a ancianidade não foi certamente o critério adotado pelos historiadores sagrados que *alteram a ordem dos outros nomes*”. IRC, p. 8. O Sr. L. que dispõe de tantos lazes para descobrir maravilhas insuspeitas “nas entrelinhas do jesuíta” não teve um minuto para ler esta linha e desvencilhar-se do argumento decisivo que encerra.

Não; a ordem seguida pelos hagiógrafos foi a *de dignidade*. Só assim se explica 1.º) que JUBAS ocupe sempre o *último* lugar; 2.º) que os outros apóstolos, iguais entre si, se distribuam indiscriminadamente *em postos variados*; 3.º) e que SIMÃO, escolhido por CRISTO para pedra fundamental de sua Igreja sem uma exceção sequer, esteja sempre em *primeiro* lugar: *Primeiro SIMÃO, que se chama Pedro* (114).

A propósito da “afirmativa” antecedente escreveu o Sr. Pastor: “Se JESUS reservara para PEDRO a supremacia não era este o ensejo de anunciá-lo claramente aos seus discípulos, dizendo: o primeiro, o maior, será Pedro, terminando

(114) Alhures (pp. 60 e 135) o Sr. Pastor, como outros corre-ligionários seus, recorre à evasiva do *primado de honra, primado* para dar alguma satisfação às afirmações bíblicas, *de honra* para esvaziá-lo de qualquer conteúdo jurisdicional e reduzi-lo a “honras” que se prestem a Pedro como “o mais antigo (?), o primeiro eleito (??) entre os apóstolos”, p. 60. — Não podemos seguir aqui o esforçado pastor, numa sugestão contrária a todo o espírito do Evangelho. Que Cristo houvesse instituído na sua Igreja uma autoridade suprema para o *bem comum dos fiéis*, nada mais justo e admissível. A família, à sociedade civil, à antiga sinagoga, Deus deu um chefe ou um soberano, porque nenhuma sociedade humana pode existir sem um princípio superior de autoridade. Mas que o Salvador tivesse instituído um primado para que se tributassem a um dos seus discípulos honras e mais honras, que tivesse prescrito

assim as suas discussões sobre o assunto”, p. 59. — O ensejo de ensinar a sua doutrina, já o dissemos, não é o pastor protestante que deve indicá-lo ao divino Mestre. Mas a supremacia de PEDRO o Salvador anunciou-a aos seus discípulos com a maior clareza. As discussões de outrora estão tôdas terminadas. “O primeiro”, ei-lo: é SIMÃO a quem CRISTO chamou Pedro, proclamam agora os evangelistas, fiéis à doutrina do Mestre.

35. Das palavras aos fatos. Vejamos, logo depois da fundação da Igreja, qual a ação de PEDRO no Colégio dos Doze. S. LUCAS no-lo apresenta logo como o chefe: “PEDRO com os onze” (II, 14); “Pedro e os (demais) apóstolos (II, 37; V, 29). Cfr. MARC. I, 36: “SIMÃO, e os que com êle estavam”; LUC. IX, 32: “PEDRO e os que estavam com êle”, expressões correntes na Escritura para designar um chefe com os do seu grupo: “DAVID e os que estavam com êle”, MARC. II, 25; “O centurião e os que estavam com êle”, Mt. XXVII, 54; “O Pontífice e todos os que com êle estavam”, AT. V, 17. Com efeito:

“Quem anuncia por primeiro o Evangelho aos judeus? PEDRO (I, 14). Quem batiza os primeiros gentios? PEDRO (II, 41; X, 9 sgs.). Quem opera o primeiro milagre em confirmação da fé? PEDRO (III, 1 sgs.). A quem se traziam os enfermos em multidões, como outrora a Cristo, para que os curasse? PEDRO (V, 15). Quem por primeiro propõe a eleição de um apóstolo em lugar de Judas? PEDRO (I, 15). Quem,

lhe cedessem o passo, lhe tirassem o chapéu, lhe dessem por primeiro a palavra, só para homenagear a vaidade de um homem, é o que nos recusamos terminantemente a admitir sem a evidência de uma prova. É muito contrário ao espírito do Evangelho. O Sr. L. é guerreiro de uma só arma: a Bíblia, sua clava única! Que nos dê um textinho em que se prove a existência desta maravilhosa invenção que é o primado de honra. Enquanto não vier o argumento decisivo, continuaremos a considerá-lo tal qual é na realidade: um salvatério inútil de uma causa perdida.

sempre à frente do Colégio apostólico, advoga a fama de seus companheiros e defende a glória do nome de Jesus perante o Sinedrim? Ainda uma vez, PEDRO (II, 14; IV, 8). Quem inflige terríveis castigos aos primeiros violadores dos bens eclesiásticos? Quem condena (e excomunga) o primeiro hereje simoníaco? PEDRO, sempre PEDRO (V, 4; VIII, 20). Herodes, para agradar aos judeus, prende o príncipe dos apóstolos? Tôda a Igreja ora por êle (XII, 5). Reúne-se o primeiro Concílio em Jerusalém para decidir a controvérsia dos ritos judaicos? PEDRO é quem toma por primeiro a palavra, PEDRO quem dirime a questão (XV, 7 sgs.). PEDRO é quem percorre as igrejas da Judéia, da Galiléia e da Samaria, visitando e consolando a todos (IX, 31-32), como um general, comenta CRISÓSTOMO, que passa revista a suas tropas!

Por tôda a parte e sempre, na propagação da Igreja, na sua administração, na promulgação de suas leis, no exercício do poder judiciário, na defesa da fé e dos costumes, na tutela da liberdade cristã, na iniciativa e na direção dos atos comuns do colégio apostólico, PEDRO giganteia entre os seus colegas como primeiro, como autoridade, como chefe supremo. Ele exerce indiscutivelmente o primado: os apóstolos e fiéis reconhecem-no sem hesitações nem controvérsias”. I.R.C. 56-58 (115).

Como se acaba de ver, esta página é reproduzida a letra de um livro anterior que o Sr. L. tinha debaixo dos olhos. Contestou êle, porventura, a verdade dos fatos citados? De modo algum mas continuou a repetir as mesmas inverdades como se nada se houvera escrito! Convém, ainda uma vez, sublinhar, aos olhos do leitor, esta tática, feita tôda de deslealdade e insinceridade, da polémica protestante.

(115) Pedimos se releia todo este trecho em IRC. 55-58, e CP. 43-48. Aí se encontrarão as precisões indispensáveis e as notas exegeticas que poderão esclarecer melhor a questão. Não podemos repetir as mesmas coisas infinitas vezes.

Em 1920, copiando “distinto escritor” que não nomeia, escreve o Sr. EDUARDO C. PEREIRA: “a ausência do sol ao meio-dia não é mais notável do que a ausência da supremacia oficial de S. Pedro nas páginas do Novo Testamento”, p. 243. — Recolhem-se os fatos e evidencia-se com a clareza do “sol ao meio-dia” o *infundado* e *inexato* da afirmação, I. R. C. 55-58.

Volvem os anos; em 1931, sai a campo outro polemista protestante, o Sr. ERNESTO LUÍS DE OLIVEIRA. O passado para ele não existe e volta a escrever imperturbavelmente: S. Pedro, “jamais o encontramos praticando um ato de ordem administrativa qualquer”, “jamais exercitou a autoridade que lhe emprestam os teólogos romanos”, p. 56. Retoma-se, com paciência, um debate que já se podia crer encerrado e ainda uma vez se demonstra que o Sr. ERNESTO leu o Evangelho com o daltonismo lastimoso produzido pela sua incurável antipetrite. C. P. 43-48.

Em 1936, entra na contenda o Sr. LISÂNIAS. Chegam-lhe naturalmente às mãos todos os autos do processo que se vem arrastando há quase três lustros. Desempenadamente despacha: não se tome conhecimento. Mas afirme-se, sem sombra de hesitações, que: “consultando êsses documentos [os escritos apostólicos] não se encontra uma só menção à superioridade de S. Pedro”, p. 60. E a esta sentença dê-se o título de resposta ao pé da letra. — É isto amor sincero da verdade? docilidade leal aos ensinamentos bíblicos?

Mais tarde, podem estar certos os leitores, descerá à estacada um pastor n. 4, ou n. 5. Escreverá uma obra, em 50 volumes: “Resposta definitiva e acabrunhadora ao livro do campeão papal”. Pedirá a um colega que, num prefácio, diga, por gentileza, todos os encômios que lhe não ficam bem dizer de si, e cante, entre ditirambos e flores de retórica, as glórias do triunfo final. O paraninfo não se fará de rogado; dirá que é um trabalho gigantesco, estupendo, fulminante; a grande obra da atualidade, o maior livro que

ainda, pasmados, contemplaram os séculos!! Quando, porém, a crítica serena o submeter à análise, só encontrará, em amarga decepção, as mesmas velharias exaustas, índices irrecusáveis de uma polêmica a esvaír-se no esgotamento de decrepitude insanável.

36. “Jesus Cristo é a cabeça única da Igreja”, eis a quarta e última afirmativa do Sr. L., toda ela baseada num equívoco deplorável. Ainda uma vez, importa dissipá-lo. Que Jesus seja, num sentido absolutamente único e inefável, o Chefe da Igreja, a Cabeça do seu corpo místico, é verdade que ninguém contesta e jamais sonhou contestar. Reunir textos para demonstrá-lo é levar água ao mar. Outro é o ponto da questão. Jesus, Chefe da Igreja, ao organizá-la, quis prepor-lhe uma *autoridade suprema, visível, por Ele instituída e d’Ele derivando toda a sua força jurisdiccional*? Como à família, à sociedade civil, à antiga sinagoga, como a todas as sociedades humanas, naturais e sobrenaturais, profanas e religiosas aprouve também Deus dar à nova sociedade dos crentes um princípio soberano de unidade, de coesão e de solidez? Aqui bate o ponto. O pastor, que acumulou textos para provar o que de provas não precisava, não os encontrou para esclarecer o âmago vivo do debate. Impassivelmente escreveu: “Não existe nas Escrituras uma passagem sequer que atribua a Pedro tal missão” [de chefe da Igreja]; p. 62. Como assim? contou ou não CRISTO a PEDRO a guarda do seu rebanho? Deu-lhe ou não a chave do reino dos céus? Transmitiu-lhe ou não o poder de ligar e desligar na terra, com promessa de ratificar-lhe no céu as sentenças? Afiançou-lhe ou não que sobre ele, Pedro, havia de edificar a sua Igreja? Não existe então “uma passagem sequer” nas Escrituras que demonstre haver CRISTO instituído uma autoridade suprema na Igreja? Quando se há de pôr termo a esta infidelidade irritante à palavra de

Deus? Quando se deixará de mutilar escandalosamente a integridade intangível dos ensinamentos divinos?

Mas aqui o contendor também se quis valer das provas de razão humana. Ouçamos-lhe o raciocínio. “Se a Igreja é constituída por um corpo único, como pode ter duas cabeças? A que estranhas conclusões conduz a lógica romana! Consultemos ainda a Palavra de Deus: “O marido é a cabeça da mulher, assim como *Cristo é a cabeça da Igreja*. (Ef. V:23). Queira L. Franca esclarecer o difícil caso... S. Paulo ensinaria a identidade da supremacia exercida no lar pelo marido, e, na Igreja, pela sua cabeça. — Jesus — se a Igreja houvesse de ser bicéfala? Imagine-se uma mulher com dois maridos: um presente e outro ausente; um principal e outro secundário, vigário do primeiro”, p. 62.

— Deus é o pai nosso que está nos céus. E esta verdade, não impede que cada homem, desde que o mundo existe, tenha pai terreno, encarnação visível da paternidade divina, providência delegada da Primeira Providência. Não, impossível, protesta o Sr. L., imagine-se um filho com dois pais: um presente e outro ausente; um principal e outro secundário, vigário do primeiro!! (116)

De qualquer família cristã CRISTO é o chefe divino e indiscutível; e toda a família tem no varão o seu chefe natural e visível. — Qual, embarga ainda o pastor em nome

(116) Neste gênero, os argumentos protestantes orçam frequentemente pelas raias da mais ridícula anedota. Um dos predecessores do Sr. L., o Sr. E. L. DE OLIVEIRA, acha que “começa a fragilidade do livro do Rev. Franca... pela primeira palavra da capa: P. Leonel Franca S. J. Com efeito... Que vem a ser aquêle P. que o Rev. Franca antepõe ao seu nome? Aquêle P [formidável descoberta!!] é a abreviatura da palavra *Padre*, que significa *pai*. Ora nosso Salvador expressamente nos ordenou: “a ninguém chameis de *Pai* sobre a terra, porque um só é vosso Pai, o que está nos Céus”. Mat. XXIII, 9”. *Roma, a Igreja e o Anticristo*, p. 13. — Naturalmente, quando S. PAULO escrevia que “de Deus derivava toda a paternidade nos céus e na terra” (Ef. III, 15) não havia entendido pa-

da sua “lógica”: “um corpo único, como pode ter duas cabeças? A que estranhas conclusões conduz a lógica romana”!!

Se não soubéramos que o ex-vice-diretor da Central deve ser já homem maduro, ao lermos semelhantes “argumentos”, pensaríamos que germinaram num cérebro de criança. Só há bicefalismo, Sr. Pastor, quando num mesmo grupo social coexistem dois *poderes iguais e independentes*, dois reis numa monarquia, dois presidentes numa república, dois diretores com igual jurisdição na Central. Onde os poderes se subordinam, com funções diferentes, há ordem, há jerarquia, há divisão harmoniosa de trabalho. Deus é a fonte de toda a autoridade (todo o poder vem de Deus — *Rom. XIII, 1*); no entanto, sem o perigo “das duas cabeças”, a sociedade tem, no soberano, o representante de uma autoridade, em seu gênero, suprema; a família, tem, no marido, o seu chefe visível. De modo particular quis Deus velar pelos destinos do povo escolhido na Antiga Aliança. Deixou, talvez, por isso, de dar-lhe uma *organização visível da autoridade* tanto para os negócios da vida civil, quanto para os da religiosa? Por que razão não poderia CRISTO transmitir a um dos seus apóstolos a delegação de poderes necessários para satisfazer a esta *exigência essencial de toda a sociedade de homens* e, de modo visível, governar a Igreja, de que ele continua a ser Chefe Invisível? Perigo de “duas cabeças”? De concorrência entre CRISTO e PEDRO? Deixemo-nos de puerilidades. Quando os argumentos anticatólicos não ti-

tava das ordens expressas do Evangelho. Naturalmente, quando os Apóstolos tratavam aos fiéis de *filhos, filhinhos* (correlativos de pai), não haviam pescado til dos ensinamentos do Mestre. Naturalmente, nas famílias protestantes os filhos não tratam de pai ao autor de seus dias, para “não desobedecer à Escritura”!! Quanto ridículo! E o argumento do Sr. L. não vale um ceitel mais. Aqui é lá, princípios falsos, conclusões absurdas.

verem mais valor que êstes, é de melhor aviso calá-los para honra da "lógica protestante" (117).

E aí estão as "quatro afirmativas" da tese protestante que nos deviam dar "o ensino claro das Escrituras". Do edificio laboriosamente construído pelo engenheiro pastor não ficou pedra sobre pedra. Ruiu tudo como um castelo de cartas.

(117). Mais tarde, quando estudarmos as diferentes acepções em que a metáfora de "Pedra" é aplicada a Cristo e a Pedro, volveremos a tratar este assunto, completando a resposta dada no texto. Arquivemos, entretanto, desde logo uma síntese robusta das relações entre Cristo e Pedro, proposta por um dos mestres da teologia católica. "Cristo, Verbo Encarnado, *apascénta, sustenta, firma e unifica, fecha e abre* de dois modos: primeiro, com a sua divindade, *pela ação invisível* de iluminação, direção ou moção, santificação pelo Espírito Santo por Ele prometido e enviado *como outro Paralelo* e neste sentido chamado por TERTULIANO (*Praescript.* c. 28) "vigário de Cristo" e por S. IRINEU (III, 24) "comunicação de Cristo"; depois, com a sua humanidade continua a ser perenemente, o bom pastor o confirmador de seus irmãos, o portador da chave de David, "in domo sua" (*Heb.* III, 6), *pela ação visível* de seu vigário visível e ministro seu". FRANZELIN. *De Ecclesia Christi*, Romae, 1887, pp. 445-447. Não há concorrências nem rivalidades. Cristo organiza a sua Igreja e continua a governá-la mediante as instituições, por ele fundadas e às quais prometeu, pelos séculos, a eficácia infrustrável de sua divina assistência.

CAPÍTULO II

A DEMONSTRAÇÃO CATÓLICA

§ 1. *Preeminência de Pedro*

37. Antes de encetarmos a exposição dos argumentos em favor do primado de Pedro, julgamos conveniente precedê-la de uma breve introdução. Da doutrina católica escrevera E. C. PEREIRA que se apoiava "numa passagem única, isolada, metafórica". Convinha mostrar-lhe que nem os argumentos decisivos se reduziam à unidade, nem os textos apodícticos se isolavam, à guisa de blocos erráticos, na narração evangélica. Neste intuito, como prolegômenos à exposição exegética das provas, evidenciamos o lugar preeminente que os historiadores sagrados reservaram a Pedro. Era uma convergência admirável de índices, que tornava facilmente compreensível a investidura do primado e que, por sua vez, não se explicava razoavelmente senão por esta mesma investidura. Sobre uma ou outra destas observações julgou o Sr. L. dever fazer alguma crítica ou contestar-lhe a procedência. Acompanhem-lo de perto neste trabalho.

* * *

38. Logo, no princípio do nosso estudo citamos, em nota, uma observação interessante de V. SOLOVIEV, a que êle chama "prova, por assim dizer estatística. Considerando que entre os discípulos imediatos de JESUS nenhum tem tantos

direitos a um lugar de relêvo como S. JOÃO, o apóstolo amado, contei quantas vezes os Evangelhos e os Atos mencionam a JOÃO e quantas, a PEDRO. Verifica-se que a razão é, mais ou menos, de 1 para 4. S. PEDRO é nomeado 171 vezes... (114 nos Evangelhos e 57 nos Atos) e S. JOÃO, 46 somente (38 nos Evangelhos, incluídos os casos em que êle fala de si mesmo, de modo indireto, e 8 nos Atos)". I. R. C. p. 7.

O Sr. Pastor não se convenceu e sob o título "tiro pela culatra" retrucou: "Perguntamos ao jesuíta por que foi omitido nessa operação o grande apóstolo S. Paulo. Não convinha ao Padre L. Franca nem a Vladimiro, de quem se socorreu, considerar sob tal ponto de vista o apóstolo dos gentios; pois, dêstarte, anular-se-ia o argumento de que ambos tanto precisavam. Aqui, porém, estamos nós para o ajuste de contas. Vamos à retificação. Restabelecamos a verdade. Saibam o jesuíta e seu informante que, só no livro dos Atos dos Apóstolos, Paulo é nomeado 160 vezes, enquanto, nesse mesmo livro, Pedro é mencionado apenas 59 vezes", p. 43.

— Se o apressado pastor tivesse tido a prudência de ler melhor e de refletir um minuto não teria engasgado tão lastimosamente num *qui pro quo* deplorável. Por que foi omitido S. PAULO? Mas, simplesmente porque se tratava de apurar qual o primeiro, no *Colégio dos Doze, durante o ministério de Cristo. O meu texto começava: "tôda a narração histórica do ministério de Cristo"*. I. R. C. p. 6. O trecho de Soloviev, frisava "entre os discípulos *imediatos* de Jesus". E a êste prazo se reduzia o inquérito, porque *assim o exigia o estado da questão*. Se CRISTO instituiu um primado, foi *entre os Doze* que lhe havia de escolher o titular. Quando S. PAULO se converteu já de há muito estava a Igreja fundada e fundada segundo as instruções de CRISTO (118). O

(118) A frequência com que S. PAULO é nomeado nos *Atos dos Apóstolos* explica-se muito naturalmente. O livro de S. LUCAS divide-se em duas partes. Na primeira, narra-se a história da Igreja

debate acêrca do "primeiro" já estava encerrado. A *natureza*, portanto, da *questão* estudada exigia que se reduzisse a investigação ao *Colégio dos Doze, durante a vida mortal* do Mestre. Quando o nosso precipitado pastor conclui que Soloviev, "parece, ignorava a existência de Paulo! E a astúcia do padre ou não percebeu a escamoteação, ou, de caso pensado, a homologou", p. 44, dá apenas mais uma prova psicológica de quanto a tenacidade de uma preconceito pode entenebrece a perspicácia da inteligência. Antes de tratar assim, por cima do ombro, a um homem da envergadura intelectual de V. Soloviev, chamado pelo seu mais autorizado biógrafo um *Newman russo*, não ficaria mal ao pastor brasileiro começar aprendendo *a ler e compreendendo o que lê*.

* * *

39. "Lógica de Leonel Franca" é a epígrafe, sob a qual se resumem três pequeninas críticas do Sr. Pastor a fatos de menos alcance. Mas convém acompanhá-lo sempre de perto.

"Porque Jesus, de uma feita, se aproveitou da barca de Pedro, conclui: durante a sua pregação é a barca de Pedro a preferida por Cristo para doutrinar as turbas" (I. R. C. p. 7), p. 46.

primitiva. Aí aparecem *todos os apóstolos*, e entre êles, como já vimos, num lugar de singular relêvo, S. PEDRO. Do cap. 13 em diante, S. LUCAS reduz a narrativa as viagens e excursões de S. PAULO, de quem foi quase sempre fiel companheiro. Só muito de passagem e indiretamente, enquanto se relaciona com o assunto principal, aparece, de quando em quando, um ou outro apóstolo. Pela própria delimitação do assunto, S. PAULO aí gigantela não como primeiro entre os *Doze*, mas como protagonista ao lado de figuras de menor importância (BARNABÉ, SILAS, LUCAS, SILVANO, etc.). O seu nome, como o de biografado em sua biografia, ocorre necessariamente a cada passo. Salvo êrro, do cap. XIII em diante, o Apóstolo das gentes é nomeado 130 vezes, ao passo que o nome de Jesus não aparece mais que 25. Não é mister tirar conclusões.

— É ou não exato que, para doutrinar as turbas, Jesus subiu à barca de Pedro, e nela operou o milagre da pesca milagrosa de um simbolismo visível e altamente significativo? (Luc. V, 3, sgs.) (119).

É ou não exato que, mais tarde, no lago de Tiberíades, após a ressurreição, e ainda na barca de PEDRO que, por mandado de Jesus, aparecido na praia, outra pesca milagrosa se realiza? (João XXI, 3, 7, 11). É ou não exato que em outras ocasiões se diz, por antonomasia, que Jesus subiu “à barca” sem outra indicação (τὸ πλοῖον, MAT. VIII, 23; XIV, 22; MR. IV, 36; VI, 45), e esta barca de JESUS, se opõe às “outras barcas”? (ἀλλὰ πλοῖα, MC. IV, 27). É ou não exato que *nem uma só vez* nos diz o texto sagrado que Jesus se serviu de embarcações de outros discípulos nomeados expressamente? Foi o que quisermos dizer, foi o que diz o Evangelho. O símbolo que deste fato se desprende convém não o esquecer: fora da barca de PEDRO, não se acha CRISTO.

* * *

40. “Porque Jesus foi uma vez à casa de Pedro, conclui: “se se demora em Cafarnaum, na casa de Pedro é que se hospeda” (I. R. C. p. 7). Admirável lógica. Para o filósofo papista, um fato isolado é revelação segura de uma lei que êle se apressa em divulgar. A falsa indução junta a ignorância da Escritura, pois desconhece que a família de Jesus então residia na cidade de Cafarnaum. Se Jesus tinha sua casa nesta cidade, por que iria hospedar-se na residência de Pedro?”, p. 47.

(119) Bem o notou o insuspeito Loisy: “L'équipe de pêcheurs est en effet le collège apostolique, présidé par Pierre, et que les poissons figurent le monde à convertir... La pensée dominante de Luc est analogue à celle de Jean, à savoir: l'unité du corps apostolique, présidé par Pierre, et instrument providentiel de la conversion du monde”. A. Loisy, *Les Evangiles synoptiques*, Paris, 1907, t. I, pp. 442, 446.

— Pena que a alta ciência escriturística do Sr. L. não tivesse revelado aos leitores *um só texto, um só* em que se diga que o Salvador residia na “sua casa nesta cidade” de Cafarnaum. Enquanto não vêm os textos do Sr. Pastor, vamos aos do Evangelho. Diz S. MARCOS que ao saírem da sinagoga Jesus e os que o seguiam “vieram à casa de Simão e André”, onde o Salvador curou a sogra de Pedro; (MARC. I, 29; MAT. VIII, 14; LUC. IV, 38). Pela tarde, sol pôsto, a cidade aglomera-se à porta da casa já conhecida, e Jesus multiplica os milagres. Daí por diante o Evangelista, sem mais indicações, usa de expressões como “a casa”, “para a casa” (MARC. II, 1; III, 20; IX, 33) (120). Que casa? Naturalmente, a única de que nos falou, a única por êle anteriormente determinada, a casa de Simão. Passado certo tempo, os coletores do fisco dirigem-se a Pedro para perguntarem se Jesus não pagava o didracma do imposto. Não é interessante que, se CRISTO tivera “sua casa” em Cafarnaum, os fiscais fôsem bater à residência de Pedro, onde, no dizer do pastor, Jesus não se hospedara e apenas fizera “uma

(120) Há ainda aqui um matiz filológico interessante. S. Marcos nos lugares citados emprega as expressões *ἐν οἴκῳ* e *εἰς οἶκον* sem artigo, que significam *em casa* e *para a casa*, mas *para a casa*, ou *em casa*, de quem narra, o *chez moi* dos franceses. S. Marcos, nos lugares paralelos, usa as mesmas expressões, com o artigo, a significar *em casa*, na casa já conhecida, mas *em casa*. Ora, é sabido, e tôda a antiguidade cristã o atesta, que S. Marcos foi “o discípulo e intérprete de Pedro”. O seu evangelho resume a pregação do Príncipe dos Apóstolos, escrita a pedido dos primeiros cristãos que a ouviram. Torna-se então perfeitamente inteligível, nos lábios de Pedro, a expressão do evangelista. O apóstolo referia comovido as cenas que se passaram nas margens do lago, nos dias felizes em que o Salvador se dignara escolher, para sua, a morada do humilde pescador da Galiléia. Da casa de Jesus só nos falam os evangelistas quando se referem à de Nazaré, e então empregam, S. MARCOS inclusive, a expressão *com o artigo*. (Mc. VI, 4; MAT. XIII, 57). Não é admissível esta confirmação filológica, tanto mais decisiva quanto menos esperada?

simples visita à família do apóstolo” (p. 47)? Comentando esta cena por nós citada diz o protestante exegeta: “Ignora o padre que tal cena se desenrolara em Cafarnaum, onde PEDRO residia e era muito conhecido. [E por este motivo em sua casa se deviam cobrar os impostos de todos os habitantes da cidade?]. Naturalmente [este naturalmente é de uma ingenuidade deliciosa] na ausência de JESUS [ausente na alta fantasia exegetica do pastor; no texto evangélico, presente] ao apóstolo se dirigiam os referidos coletores. Ou pensa que sabiam eles tratar-se já do primeiro papa?” p. 47 (121). Não, sábio e emérito pastor; na minha ignorância das Escrituras nunca pensei tal coisa. Pensei que o fato de se dirigirem os coletores a PEDRO, para cobrar o impôsto de Jesus, indicava entre um e outro uma relação mais estreita. Pensei, que, pagando ao fisco, *por si e por Pedro*, o Salvador lhe dava uma prova solene e pública de intimidade familiar, *não concedida a nenhum outro discípulo* (122). Pensei, e penso ainda agora mais convictamente, que o preconceito sectário, sôbre

(121) Eis o texto evangélico: “E chegando eles (os discípulos) a Cafarnaum, aproximaram-se de Pedro os que cobravam os didracmas e disseram: o vosso mestre não paga os didracmas? Respondeu: sim. E, entrando em Casa, Jesus se lhe antecipou, dizendo: Que te parece Simão? De quem cobram os reis da terra os tributos, ou o censo? Dos filhos ou dos de fora. Dos de fora, disse-lhe Pedro. Disse-lhe Jesus: logo, são livres os filhos. Mas, para que os não escandalizemos, vai ao mar, lança o anzol, tira o primeiro peixe que subir, e, abrindo-lhe a bôca, encontrarás um estater; toma-o e dá-o por mim e por ti”, MAT. XVII, 24-27.

(122) Pedro sempre singularmente distinguido por Jesus! Comentando o fato, CLEMENTE DE ALEXANDRIA (c. 200): “Bem-aventurado Pedro, o escolhido, o preferido, o primeiro dos discípulos, único pelo qual pagou Cristo o tributo”. *Qui dives salvetur*, 21, M. G. 13, 125. — Os outros discípulos perceberam a preferência, indicadora de quem teria o primado na terra, e apenas partido PEDRO, apressam-se de Jesus para saber também no céu seria o primeiro. “Naquela mesma hora aproximam-se de Jesus e dizem: quem será o maior no reino dos Céus?”

adensar entre a inteligência e a verdade a espessura de uma cortina impermeável, é mau e enganoso conselheiro. Que em Cafarnaum CRISTO residisse em “sua casa”, não o diz o Evangelho; invenção do Sr. Pastor. Que se utilizasse da barca de outros discípulos, que não da de Pedro, não o diz o Evangelho; invenção do Sr. Pastor. Que os oficiais do fisco fossem ter com Pedro “na ausência de Jesus”, não o diz o Evangelho que afirma precisamente o contrário; invenção (só?) do Sr. Pastor.

Quanto dissemos corresponde pôis com o mais estrito rigor aos dados integrais da narração evangélica. Mas é, porventura, exato, que universalizamos indevidamente, passando de fatos isolados a leis gerais, ou levando a conclusão além das premissas? Tudo, menos isso. Ao terminarmos esta primeira enumeração de fatos convergentes e antes de começarmos a interpretação dos textos apodícticos, frisamos declaradamente: “Ainda que não tivéramos outros motivos, já nos fôra lícito *conjeturar com grande probabilidade* uma designação de PEDRO para futuro chefe da Igreja, feita pessoalmente pelo próprio Salvador... Quanto até aqui dissemos tem por alvo inculcar a *verossimilhança desta promessa*, inferida de tóda a narração evangélica”. I. R. C. p. 13. Algumas páginas adiante, após a enumeração análoga dos fatos expostos nos Atos, de novo advertimos: “Não pretendemos que, *tomado isoladamente, cada um dos fatos* a referidos seja *suficiente* para estabelecer a suprema jurisdição do príncipe dos apóstolos. Mas o seu complexo impõe-se, e não há explicá-lo racionalmente senão admitindo a interpretação católica dos oráculos bíblicos que já deixamos expostos”. I. R. C. p. 5.

Ao mesmo tempo e em menos de uma página o nosso pastor teve a habilidade de torturar a Escritura e o adversário. A palavra sagrada atribui o que ela não diz; ao contendor averba o que êle de antemão e declaradamente rejeitara.

* * *

41. Mas o mal agrava-se ainda no parágrafo seguinte, intitulado: *Filipe, papa?* Ao entrar o Salvador em Jerusalém (João XII, 20), alguns gentios, desejando ver a Jesus, acercaram-se de Filipe. Este comunicou-lhes o desejo a André e ambos o transmitiram a Jesus. Dêste fato, aproximado da atitude — acima referida — dos coletores do didracma em relação a Pedro, julga o Sr. Pastor que, em virtude “da lógica leonelina”, “lógica extravagante”, se poderia interrogar se Filipe também não era papa.

— Pedimos tão-somente ao Sr. L. apresente aos seus leitores o trecho ou os trechos de meu livro em que se afirma ter sido S. Pedro nomeado *Papa*, porque a êle se dirigiram os arrecadadores de tributo em Cafarnaum. Se não vier esta documentação comprobativa, — e não virá porque nunca existiu — não é a “lógica leonelina” que fica comprometida, é outra coisa, e bem mais grave.

* * *

42. SIMÃO foi o único dos apóstolos a quem Jesus mudou o nome. O fato em si já é de um alcance singular. “Três vezes, em toda a Escritura, observamos, mudou Deus o nome dos homens e em todas três se tratava de elevar um particular à dignidade de chefe dos eleitos. Mudou-o a Abraão, quia patrem multarum gentium constitui te, *Gên.* XVII, 5; mudou-o a Jacob: appellavit eum Israel, dixitque ei... gentes et populi nationum ex te erunt. *Gên.* XXXV, 10. Mudou-o finalmente a Pedro: tu es Petrus, et super hanc Petram aedificabo Ecclesiam meam. *MAT.* XVI, 18”
I. R. C. 7.

— Contesta o pastor: “Denota L. Franca não ser mencionado na Bíblia, pois omite 4 vezes em que houve mudanças tais: Sarai, esposa de Abraão, cujo nome Deus mudou para Sara (*Gên.* XVII, 15); Salomão, cujo nome foi mudado para Jedidia (II Samuel, XII:25), e Tiago e João, aos quais deu Jesus o nome de Boanerges (*Marc.* III:17).

E em qualquer desses casos não houve o intuito de “elevar um particular à dignidade de chefe dos eleitos”. Eis aí: não três, porém sete vezes, em toda a Escritura mudou Deus o nome de pessoas”, p. 44.

— Ainda uma vez, baldam-se todas as tentativas sugeridas pelo antipetrinismo protestante. Começemos pelos filhos de Zebedeu. BOANERGES foi apenas um destes nomes ou apelidos ocasionais que tão frequentemente usamos em conversa. De um criminoso cruel dizemos: é um tigre; de um orador fecundo e solene: é uma torrente majestosa. A explicação do seu significado — filhos do trovão — encontra-se na cena referida por S. LUCAS IX, 54 e sgs.: João e Tiago, indignados pela pouca hospitalidade dos samaritanos, perguntaram a Jesus, se sobre eles deviam invocar o fogo do céu! Eis a razão do apelido BOANERGES. Houve rigorosamente mudança de nomes? De modo nenhum. O nome é próprio, pessoal; filhos do trovão, foram chamados os dois irmãos. O nome mudado passa a designar de modo estável e definitivo a pessoa com êle designada; os filhos de Zebedeu continuaram, no Evangelho, e na história do cristianismo, a ser conhecidos com os nomes primitivos Tiago e João. Em toda a Escritura, BOANERGES aparece *uma só vez*.

O mesmo diga-se de *Jedidia*, “Amável ao Senhor”, título com que o profeta NATĀ chamou a SALOMÃO. Só aqui aparece este nome e por SALOMÃO foi sempre designado na Escritura o filho de David (123).

O nome de SARA é de mulher; não entrava nas nossas intenções contá-lo; só tínhamos em vista os casos de homens. Por este motivo, desde a 2.^a edição do nosso livro, aparecida em 1928, havíamos trocado “pessoas” por “homens” a fim

(123) O próprio Sr. L. não está convencido da procedência de suas objeções, e, sangrando-se em saúde, acrescenta no rodapé da página: “cumpre observar que, nalguns desses casos, não houve, em rigor mudança de nome. Um não foi dado em lugar do outro”,

de tirar qualquer pretexto de ambigüidade. O pastor em 1936 continuou ainda a citar o texto da 1.^a edição de 1923. Querendo, porém, incluir também o caso de SARA temos nêle mais uma confirmação do que afirmamos, proporcionada às funções sociais que, entre os hebreus, podia desempenhar o sexo feminino. A mulher de ABRAÃO havia de constituir, com êle, o tronco abençoado de onde sairia o povo eleito.

Bem diferente é o caso de PEDRO. Ao vê-lo pela primeira vez, diz-lhe Cristo: "Tu és SIMÃO, filho de JONA, tu te chamarás KEPHAS, que quer dizer PEDRA" (JOÃO I, 42). O nome que CRISTO promete aqui mudar, mudou-o de fato, sem que possamos precisar exatamente quando. Talvez na eleição dos Doze. É certo que na cena referida por S. MATEUS, ou Iho impõe pela primeira vez, ou, se já o impusera, Iho confirma: *tu és Pedra* — (MAT. XVI, 16). Os escritores sagrados depois dessa mudança raras vezes chamam-no com o antigo nome de SIMÃO (quase sempre êsse nome encontra-se nos lábios de antigos companheiros e amigos do apóstolo). Algumas vezes associam-se os dois nomes: SIMÃO PEDRO. De regra geral, porém, o apóstolo é designado com o seu novo e simbólico nome: PEDRO. Algumas determinações numéricas têm aqui a sua eloqüência. Salvo êrro:

S. MATEUS usa 2 vezes a fórmula "SIMÃO, chamado PEDRO" (IV, 18; X, 2); 1 vez "SIMÃO PEDRO" XVI, 16; nos outros casos, 21, simplesmente PEDRO.

p. 44. — Muito bem. Mas se "não houve mudança", por que censurar-me de haver omitido "4 vezes em que *houve mudanças tais*", em que ficamos? houve mudança ou não houve mudança? E se a nota desdiz, e com razão, o que o texto diz, não era melhor forrar-se à evidência da contradição, rasgando um e outro? O pastor preferiu conservar o sim e o não na mesma página. A nota cobria uma retirada possível; o texto dava ao leitor uma impressão de resposta vitoriosa; a lógica e a coerência pagavam as despesas do artifício.

S. MARCOS distingue bem duas fases: antes da vocação ao apostolado dá-lhe o nome primitivo de SIMÃO (6 vezes); depois, só o designa *com o nome de PEDRO* (19 vezes).

S. LUCAS segue a mesma ordem: antes da eleição dos Doze 8 vezes ocorre o nome de SIMÃO; depois, só o de PEDRO, 18 vezes (124).

Em S. JOÃO, os dois nomes alternam-se sem ordem premeditada e sem outra preocupação aparente que a da variedade literária. Algumas vezes associam-se em SIMÃO PEDRO.

Nos Atos, o príncipe dos apóstolos *só é designado com o nome simbólico de sua missão*: PEDRO 54 vezes (125).

O próprio PEDRO, como escritor sagrado, já não usa simplesmente o antigo nome, mas, ou lhe associa o outro: SIMÃO PEDRO (II, I, 1), ou o substitui inteiramente pelo novo: PEDRO (I, I, 1).

S. PAULO só o designa com o nome de sua função singular. SIMÃO não aparece *uma só vez* na sua pena. O príncipe dos Apóstolos é denominado, algumas vezes, com o termo grego "PETRUS" e outras, mais frequentemente, com a forma aramaica, original e primitiva, KEPHAS.

Seguindo na alheta aberta pelos historiadores sagrados toda a cristandade só designa por PEDRO o Príncipe dos apóstolos. O nome que lhe impôs Jesus, os séculos o respeitaram.

Com o propósito mal disfarçado de apoucar o discípulo assim singularizado por CRISTO, e desvalorizar tudo o que se lhe refere, escreve o Sr. L.: "Pedro, passaria a ser um

(124) Com duas exceções: 1 vez antes da vocação ocorre o nome "SIMÃO PEDRO" (V. 8); outra, depois, aparece o nome simples de SIMÃO (XXIV, 34) mas, neste passo, o Evangelista não fala em nome próprio, refere palavras de outrem.

(125) Com 1 exceção: TIAGO chama-o uma vez pelo seu antigo nome. Na visão de Cornélio ocorre 3 vezes a fórmula: SIMÃO, chamado PEDRO.

sobrenome e o apóstolo seria chamado Simão Pedro. É o que inequívoca e insofismavelmente ensina Lucas no versículo 14 do cap. VI de seu Evangelho: “Simão a quem deu o *sobrenome* de Pedro”, p. 44.

O leitor já tem nas mãos todos os dados do processo. Os nomes associados — SIMÃO PEDRO, — não aparecem no N. T. duas dezenas de vezes; o *nome* de PEDRO, *único* nome que o designa, aí figura, pelo menos, 140 vezes! Como é que se ousa escrever “Pedro passaria a ser um sobrenome”? Mas se o Sr. Pastor antes de escrever não queria dar-se ao trabalho das verificações minuciosas, que caracterizam os investigadores sinceros da verdade, bastava percorrer os passos que tratam do assunto, e ler, ler simplesmente o que lá se acha escrito. S. JOÃO I, 42: “Tu te chamarás (κ λ η θ ή σ η) KEPHAS”. S. MARCOS III, 16: “E a SIMÃO, ... impôs o nome (ονομα, Sr. Lisânias!) PEDRO”. S. MAT. IV, 18; X, 2: “SIMÃO, chamado (λεγόμενος) PEDRO”. Poderia falar-se mais claro? Mas o texto de S. LUCAS? O texto de S. LUCAS, “inequívoca e insofismavelmente”, diz *precisamente o contrário* do que lhe atribui o nosso exegeta de vista anuviada. Cap. VI, 14: “Simão... a quem nomeou, deu nome (ὠνόμασεν) PEDRO” (126). Aí está: os 4 evangelistas, MATEUS, MARCOS, LUCAS e JOÃO, dizem a uma que CRISTO deu a SIMÃO o nome de PEDRO. A fim de escamotear

(126) A versão portuguesa, de JOÃO FERREIRA DE ALMEIDA, usada quase sempre pelos protestantes, traduz bem o termo por *chamar*: “Simão ao qual também chamou Pedro”. Como explicar então a “mudança de nome”, e a substituição de “chamou” por “deu o sobrenome” do nosso adversário? Enigma; razões que a razão não conhece. — Uma página adiante atira o pastor a barra mais longe. “Na ceia da confissão, de que faz grande cabedal a Igreja Romana para justificar as suas pretensões, referida em Mat. XVI: 13-16, Jesus se dirige a Pedro chamando-lhe Simão, e, no entanto, nesse momento, mais do que em qualquer outro, era de esperar que Jesus o denominasse Pedro, se queria realçar qualquer posição de domínio entre os apóstolos”, pp. 45-46. — E o denominou: lá está, visível,

o nome em sobrenome e diminuir o alcance do fato, o probo exegeta cala MATEUS, omite MARCOS, silencia JOÃO e empalma LUCAS!!

Concluamos: Desvanecidas as nicas levantadas pelo Sr. L., fica de pé a nossa primeira afirmação: “Três vezes em toda a Escritura mudou Deus o nome dos homens e em todas três se tratava de elevar um particular à dignidade de chefe dos eleitos: Abraão... Jacob... Pedro”. A nenhum leitor ponderado pode escapar a importância excepcional do fato.

* * *

43. Mas a importância da mudança do nome está precisamente no alcance de sua significação. Deus não chama em vão, nem as coisas nem as pessoas. O que Ele diz, é.

Ora, que significa o nome dado a SIMÃO? PETROS em grego, quer dizer, como pedra em português, tanto uma pedra solta, calhau, seixo (acepção mais freqüente), quanto uma pedra firme, rocha, penedo (127). Qual destas acepções escolher? O Evangelho (João I, 42) não nos quis deixar a possibilidade de errar e transmitiu-nos a palavra *original, aramaica, de que se serviu Cristo*. O termo grego traduz o arameu KEPHAS. E KEPHAS tanto na sua forma hebraica,

como sol ao meio-dia, o vers. 18: e Eu te digo que tu és PEDRO. Mas o Sr. Pastor leu a cena só até o versículo 16. Dir-se-ia que uma lâmina, cúmplice dos preconceitos protestantes, navalhou do “seu” Evangelho todas as passagens “incômodas”. Seria de bom conselho que adquirisse um novo exemplar do texto sagrado, *íntegro, completo, sem rasuras nem mutilações*. Do contrário se vão multiplicando desares como este. Um leitor malicioso dirá que o Sr. Pastor está falsificando a palavra divina e embutindo às suas ovelhas que não está na Escritura o que na Escritura está.

(127) Nesta última acepção pode ver-se, por exemplo, SÓFOCLES, *Filotecte*, 272; *Édipo em Colônta*, 19 e 1595. Na edição de SÓFOCLES, da *Société Les Belles Lettres*, Paris, 1924, t. II, p. 90, 154, 217.

como na aramaica, quer dizer *rocha, fundamento pedroso*. Este é o significado que lhe conhece e lhe dá a *Escritura*. (JOB. XXX, 6; JER. IV, 29) (128).

A SIMÃO impôs portanto o Senhor o nome de pedra, rocha. E por quê? É o Evangelho ainda quem no-lo explica. No mesmo momento em que Jesus diz ao discípulo privilegiado: “tu és Pedra” (129), acrescenta imediatamente: “e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja”.

Pedimos encarecidamente ao leitor, grave na memória os dois fatos incontestáveis:

1.º) O nome dado por CRISTO a SIMÃO foi KEPHAS (JOÃO I, 42);

2.º) KEPHAS na *Escritura* não tem outro significado senão o de rocha ou penedo (130).

(128) “Cefas, escreve o nosso contendor, significa um pedaço de pedra, pedra utilizável em construções”, p. 45. Onde viu na *Escritura* semelhante coisa, Sr. Pastor? Mais uma vez falta ao seu propósito: minha clava é a Bíblia. Aí está um clavinote de que se foi aperceber em outro arsenal menos seguro.

(129) De ora em diante, por maior fidelidade ao texto divino, usaremos, na exegese, a palavra Pedra, em vez de Pedro. A razão, já a compreenderam os leitores. Pedro, em português, como em latim *Petrus*, é só nome de pessoa, não nome comum com significado próprio, não evoca a idéia de *pedra*, inseparável do grego *Petros* e mais ainda do arameu *Kepha*.

(130) Ao Sr. Lisâneas não agradou o apelo para o original aramaico. “É claro que o Novo Testamento grego é que deve interpretar o sentido do aramaico, porque temos de aceitar o que está escrito no idioma em que o Espírito Santo transmitiu a revelação divina aos homens”. — Aí está uma regra de exegese inaudita! Quando sobre uma redação derivada surge uma sombra de dúvida o melhor meio de dissipá-la é afastar o texto original e primitivo. Duvidais da interpretação de um passo de algum pensador chinês? Não interrogueis a quem lhe conhece o idioma nativo. Apegai-vos à sua tradução em esperanto: é o meio mais seguro de lhe chegardes à pureza genuína do sentido. — Quanto ao argumento da inspiração do Espírito Santo, piedosamente invocado pelo pastor,

Ao protestantismo, porém, não lhe convém o que diz a Bíblia. A psicologia de suas origens — revolta, contra a Igreja, de paixões indisciplinadas — impôs-lhe a necessidade de depreciar a autoridade que o condenou. Daí para a sua exegese interessada a árdua tarefa de entregar-se às mais inverossímeis acrobacias no intuito de defender o indefensável. Segui-la nestes esforços desesperados terá pelo menos uma vantagem: a de verificar ainda uma vez, num caso vivo e concreto, o quanto pode o preconceito para escurecer a evidência da verdade.

PEDRO, diz-nos o Sr. L., designa “uma pedra capaz de ser rodada, destacada e utilizada em um edifício”, p. 91; é, portanto, apenas “uma das (pedras) secundárias”; “Pedro e seus companheiros são delegados iguais dessa autoridade única”, p. 92; “simples pedra (à semelhança de todos os cristãos a quem êle mesmo [Pedro] chama “pedras vivas”) revelou-se uma pedra bem frágil”, p. 93. Numá palavra, nada de particular para PEDRO; igual, em tudo e por tudo, a qualquer dos Doze, a qualquer simples cristão!

— Exegese inverossímil, esdrúxula, inadmissível; entre muitos outros, principalmente pelos dois motivos seguintes:

êle é, antes de tudo, falso, porque, como veremos, o original de S. MATEUS, divinamente inspirado, foi escrito em arameu, e, ainda prescindindo desta questão, constitui na realidade a mais grave das irreverências. A sua hipótese reduz-se ao seguinte: CRISTO chamou CEPHAS a SIMÃO; CEPHAS significa, pedra, rochedo. Mas o Divino Mestre não escolheu bem os seus termos; disse uma coisa por outra; queria chamá-lo seixo, calhau, pedrinha. Mais tarde, quando os seus discípulos lhe escreveram o Evangelho, o Espírito Santo interveio e emendou a mão; sugeriu em grego um termo que corrigisse o original mal escolhido por CRISTO!! — Uma exegese que se aborçoa em semelhantes arrimos, que preconiza semelhantes princípios e aventa semelhantes hipóteses, está a esvair-se nos últimos arquejos da caquexia senil.

1.º — Contradiz formalmente o significado *bíblico* do nome impôsto por CRISTO a SIMÃO. CEPHAS quer dizer rocha, e a SIMÃO impôs o divino Mestre o *nome* de CEPHAS.

2.º) — Torna o ato do Divino Mestre, ininteligível, injustificável e sem nenhuma razão de ser. Se PEDRO devia ser uma pedra secundária *igual* aos outros apóstolos, “à semelhança de todos os cristãos”, por que só a SIMÃO mudou CRISTO o nome e não aos outros onze? por que só a SIMÃO e não a todos os cristãos denominou CEPHAS? Onde CRISTO *singulariza*, o Sr. Pastor *generaliza*; onde CRISTO separa distinguindo, o Sr. Pastor confunde atrapalhando. PEDRO no Evangelho, *único* entre os apóstolos, assinalado por CRISTO com um nome rico de promessas e esperanças; PEDRO, pelo Sr. Pastor, *igualado a todos* os seus companheiros, apóstolos e fiéis, no nivelamento de uma identificação antibíblica. Entre o Evangelho e a exegese contorcida do Sr. L. não podia ser mais dissonante nem radical o antagonismo.

Creio que êle mesmo o sentiu. E depois de haver tratado três ou quatro vêzes da incômoda questão do nome de PEDRO, mais uma vez sôbre ela volta, no fim do seu volume. “Mas afinal, por que motivo a Simão deu Jesus o sobrenome de Pedro”? p. 137. A resposta natural era porque lhe destinava na estrutura da Igreja uma função significada simbolicamente por êste nome. Mas esta interpretação êle a afasta com duas linhas: “Debalde procurará o leitor sincero, nas páginas do Novo Testamento qualquer vestígio de tal privilégio ou primazia”, p. 137. Já sabemos — e mais ao diante ve-lo-emos ainda melhor — à custa de que violências cirúrgicas inomináveis o pastor sincero conseguiu embrechar no seu leitor semelhante convicção.

Afastada assim com um gesto muito desempenado a interpretação de tôda a antiguidade cristã, vejamos a do novo valor mais alto que se alevanta. PEDRO, diz-nos o Sr. Pastor, “aparece, na história do Evangelho... *fraco* na vida espi-

ritual como nenhum dos discípulos fiéis (131). Nos momentos mais decisivos em que sua firmeza religiosa foi posta à prova, revelou-se êle como a areia movediça ou como o dorso instável dos mares”, p. 138. Que faz CRISTO? A esta areia movediça chama pedra. “Quis o Salvador animá-lo, dando-lhe um sobrenome que, nas horas amargas dos desalentos, nos instantes atordoadores da sua fraqueza inata, lhe lembrasse a resistência viva que lhe adviria da Pedra viva por cujo contato a areia do seu caráter vacilante se transformaria em *Petros*, uma pedra para a divina construção que o Filho de Deus ergueria no mundo”, p. 138.

— Que tal, amigo leitor? nas suas leituras sôbre o cristianismo antigo encontrou porventura algum intérprete, de quantos mais perto beberam na fonte dos ensinamentos sagrados, que propusesse semelhante exegese? Fio que não; decididamente a hermenêutica protestante é aqui original. Mas êste título não a recomenda; e a sua originalidade não terá seguidores. Entre mil outras razões, principalmente pelas seguintes:

1.º — Está em aberta contradição consigo mesma. Em outras eras, quando o Sr. L. não estava em talas com a explicação da singularidade do nome, ensinava aos seus leitores “sinceros” que o Mestre encontrara em Pedro “a expressão de uma energia máscula, de uma vontade forte, de uma poderosa iniciativa, elementos valiosos que a ação do Divino

(131) Pouco adiante enumera o Sr. Pastor (e esta enumeração é repetida em outros lugares) as fraquezas e as atitudes repreensíveis em que se manifestou o temperamento às vêzes impulsivo de Simão; dissuasão de Cristo dos sofrimentos redentores, corte da orelha de Marcos, negação de Cristo, fato de Antioquia, etc. É a eterna confusão entre as qualidades *individuais do homem* e os atributos de *sua função social*. Simão com as deficiências e riquezas do seu temperamento passou; Cefas, com a estabilidade inconcussa que lhe assegurou a promessa de Cristo, há vinte séculos constitui o fundamento indestrutível da sua Igreja.

Espírito aproveitaria para torná-lo um pescador de homens... traços de caráter, que sob a divina orientação fariam de Simão o grande apóstolo Pedro, — *resistente, firme*, na obra da evangelização”, p. 45. — Agora mudou a clave. Em que ficamos? Ali o *Divino Mestre* encontrara na fisionomia do pescador energia máscula, vontade forte, poderosa iniciativa... resistência, firmeza, na obra da evangelização. Aqui o que aparece na história do Evangelho é um Simão: “fraco na vida espiritual, como nenhum dos discípulos fiéis”; “areia movediça”, “dorso instável dos mares”. O Divino Mestre errou no diagnóstico do caráter de Pedro? A história do Evangelho contradisse as apreciações de Cristo? Com mais probabilidade, é o Sr. Pastor que já não sabe a quantas anda; as suas teorias lhe andam às testilhas umas com as outras; inventadas segundo as necessidades emergentes da causa ainda não se puderam pôr de acórdó.

Mas as *contradições não param aqui*. Outrora dizia-se-nos que Pedro significava uma pedra “capaz de ser rodada, destacada e utilizada em um edifício”, p. 91, “uma simples pedra, à semelhança de todos os cristãos”. — Esta, à primeira exegese; exata? Mas então como conciliá-la com a presente? A natureza de pedra rolante como torná-la compatível com a função educativa de firmar e consolidar que ora se lhe atribui? “Nada melhor para essa finalidade espiritual, diz o Sr. L., do que o sobrenome indicativo de resistência — Pedro”, p. 138. De resistência, Sr. Pastor? resistência de um seixo que o peão arreda do caminho com o pé, ou o pedreiro coloca aqui ou ali, nas emergências de sua construção? Nada melhor do que êsse sobrenome indicativo de resistência? Mas também nada mais em antítese com quanto nos foi com tanto zelo inculcado anteriormente. Quando se tratava de remover de Pedro a função de fundamento da Igreja esvaziou-se-lhe o nome de todo o conteúdo de resistência, estabilidade e firmeza; agora a êste mesmo

nome atribui-se uma finalidade pedagógica impossível sem o conteúdo dessas idéias. Que faria Pedro na hipótese do nosso pastor? Quando lhe salteassem as tentações de desânimo, de fraqueza, de inconstância, diria de si para si: “Ah! assim é, isto não tem remédio; já mo havia predito o divino Mestre; Ele mudou-me o nome para o de pedra rolante, dessas que por aí andam ao capricho de viandantes e alve-néis, joguete dos homens e das coisas. E os nomes divinos não se enganam; significam o que é; pedra rolante sou e pedra rolante hei de ser toda a minha vida”. Eis como “a lembrança da promessa evocada *pela significação* desse nome daria ao fraco Barjonas ânimo para prosseguir na vida espiritual”, p. 138. Evidentemente quando se elaborou esta última teoria a primeira tinha-se eclipsado momentaneamente no olvido. As duas juntas não podem coexistir. Esperemos, pois, com paciência, que as teorias aventadas pela exegese do protestantismo indígena tenham saído do caos antilógico da incoerência primitiva.

2. Mais, porém, do que pelas suas antinomias internas, rejeitamos a interpretação do Sr. Pastor por *altamente ofensiva dos atributos divinos*. Não se podia propor maior desafio à verdade infalível de Deus. Então os nomes impostos pela soberana veracidade são inverdades clamorosas em aberta oposição com a realidade? Então Deus denomina, afirmando que é o que não é? Então, Deus, “para dar ânimo ao fraco Barjonas”, asseveraria uma falsidade inconcebível?... SIMÃO é “areia movediça”; e CRISTO diz-lhe: tu és Pedra. SIMÃO é “como o dorso instável dos mares”; e CRISTO diz-lhe: tu és Pedra!!! Em que ponto da Bíblia aprendeu o Sr. Pastor esta teoria inaudita sôbre os nomes impostos por Deus?

Ah! o grande mal do Sr. Pastor foi fechar o livro divino para entregar-se aos devaneios de uma fantasia apaixonada.

Se houvera lido com docilidade e respeito a palavra de Deus, não teria aventado tantas antilogias e tantas enormidades. Lá encontraria o nome e a razão do seu significado: “tu és Pedra e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja”. MAT. XVI, 18.

Agora já se poderá avaliar quanto vai de exegese a exegese.

Onde CRISTO diz a SIMÃO: tu és Pedra, os católicos interpretam: logo é Pedra, e na Igreja de Deus desempenhará uma função significada pelo simbolismo deste nome.

Onde CRISTO diz a SIMÃO: tu és Pedra, o Sr. L. interpreta: logo Simão não é Pedra, é areia fôfa, é água move-dça. O seu nome é “de animação”; porque êle é “fraco como nenhum dos discípulos fiéis”, êle se há de lembrar que não é, nunca foi, nunca há de ser Pedra. E com esta recordação será inefavelmente consolado! Foi o grande prêmio que lhe deu CRISTO, quando, a êle, único entre todos os discípulos, lhe disse aquelas grandes e solenes palavras: Bem-aventurado és tu, SIMÃO BARJONA!

Enquanto para defender uma causa perdida os protestantes vão assim arquitetando teorias esdrúxulas, extravagantes, contraditórias e antibíblicas, atenhamo-nos à simplicidade das palavras divinas, sem comentários comprometedores:

Uma promessa: “tu te chamarás Pedra” (João 1, 42).

Uma realidade: “tu és Pedra” (MAT. XVI, 18).

Uma explicação: “e sobre esta Pedra edificarei a minha Igreja” (MAT. XVI, 18),

§ 2. Promessa e investidura do Primado

44. Incontestavelmente PEDRO ocupa nos Evangelhos um lugar de preeminência. Para negá-lo, fôra mister fechar os olhos à evidência meridiana. O Sr. L., num esforço baldado, tentou diminuir o valor de um ou outro nesta multidão de índices convergentes. Como acaba, porém, de ser demons-

trado, nenhuma das suas observações procede. O seu resultado foi contraproducente: os argumentos, postos incautamente em dúvida, saíram, da prova, mais firmes e irrespondíveis.

O estudo, porém, que aqui fizemos foi, apenas, preliminar. Ao lado destes, que poderíamos chamar textos-índices, há outros, mais claros e diretos, mais solenes e decisivos em que o Divino Salvador confia a SIMÃO o múnus supremo de governar a sua Igreja. Passemos a examiná-los.

O primeiro encontramos-lo em S. MATEUS XVI, 16-19. Ei-lo: JESUS interroga os seus discípulos: “E vós quem dizeis que eu sou? Respondendo, disse SIMÃO PEDRO: tu és o Cristo, Filho de Deus vivo. Respondendo-lhe, disse JESUS: Bem-aventurado és tu SIMÃO BARJONA, porque não to revelou a carne e o sangue mas sim meu Pai que está nos céus. E eu te digo: tu és pedra e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja e as portas do Inferno não prevalecerão contra ela. E eu te darei as chaves dos céus. E tudo o que ligares na terra será ligado também nos céus e tudo o que desligares na terra será também desligado nos céus”.

“Texto capital, passo de significação transcendente, escrevemos nós, antes de o comentar (IRC. p. 14). Sobre a sua clareza meridiana não levantaram a menor sombra de dúvida quinze séculos de cristianismo.”

Inverdade clamorosa, protesta logo o Sr. L. “É escandalosa a declaração do jesuíta... Ao fazer essa falsa declaração, S. S. demonstra, mais uma vez, que não lhe falta ciência, mas consciência, pois não sabe, porventura, o douto jesuíta, que, em flagrante desacôrdo com a exegese romana dos textos, escreveram luzeiros dos mais famosos entre os Santos Padres e que a Igreja do Oriente se separou da romana, em o século XI, discordando da pretensiosa exegese desta?” p. 70. E cita na página seguinte S. AGOSTINHO, num texto que mais abaixo havemos de analisar minuciosamente.

O pastor costuma ser muito precipitado e quem corre com desatino tropeça sem remédio. O texto que examinávamos é de que fizemos a afirmação acima é S. MAT. XVI, 16-19 (IRC., p. 14). O Sr. L. abre a sua crítica com estas palavras: "considerando o texto de Mat. XVI:18 escreve L. Franca etc." p. 70. — Quem autorizou o ciente e consciente pastor a *mutilar* o texto? Quando eu analisava *uma pericope de 3 versículos*, com que direito a reduz êle a um só? Se eu citei Mat. XVI, 16-19 como se abalança a truncar a citação feita e transformá-la em Mat. XVI, 18? Queres a razão leitor amigo? Dêste texto capital — leia bem, Sr. L., leia bem, o texto capital é Mat. XVI, 16-19. — S. AGOSTINHO nunca levantou a menor dúvida que encerrasse uma promessa de primado feita a S. PEDRO. Apenas do versículo 18 deu algumas vezes uma interpretação diferente da tradicional, e que êle julgava *provável* ao lado da outra, igualmente *provável*. (132). Esta dúvida do S. Doutor, *relativa a um verseto*, o Sr. Pastor, mediante o *admiculo de um corte oportuno*, estendeu-a a *todo* o texto que eu examinava. São recursos polêmicos frequentes em quem discute muito preocupado com a ciência e consciência... dos outros.

Relativamente à separação da igreja do Oriente é outro equívoco em que se emaranha o pastor. Fôcio, o grande autor do cisma, não negava o primado de S. PEDRO, queria-o para si; não se insurgiu contra Roma senão porque ambi-

(132) Parece até que S. AGOSTINHO, nos próprios lugares em que propunha a exegese que havemos de examinar mais tarde, timbrasse em afirmar o primado de S. PEDRO, sobre que nunca levantou a menor sombra de dúvida. "Ac sic Petrus ab hac petra appellatus personam Ecclesiae figuraret quae super hanc petram aedificatur, et accepit claves regni coelorum" (*Retract.* I, 21; ML, XXXII, 618: "Idem ergo Petrus a petra cognominatus beatus, Ecclesiae figuram portans, apostolatus principatum tenens etc.". *Serm.* 76, n. 2, 3; ML, XXXVIII, 479). Ai está. S. PEDRO recebe as *chaves do reino dos céus* e representa a Igreja pelo primado, de que, entre os apóstolos se acha investido: *apostolatus principatum tenens*.

cionava transferir-lhe os privilégios para Bizâncio. A peito aberto confessa "o ambicioso patriarca de Constantinopla, "PEDRO é o corifeu dos apóstolos, a quem foram confiadas as chaves das portas do céu" (133). "A PEDRO foi cometido o primado do Universo" (134). Como vê o pastor, sobre o *texto capital* — leia bem, Sr. L. sobre o *texto capital citado* — não levantou dúvidas o cristianismo primitivo; a menos que não nos sejam comunicados os escritos destes. "luzeiros dos mais famosos entre os Santos Padres" obstinadamente fechados na pasta do nosso adversário. Enquanto não vierem a luz da publicidade fica de pé o que afirmamos. Na Igreja dos 15 primeiros séculos, encontram-se herejes rebeldes que se separam de Roma — fato muito comezinho e pouco significativo na história das misérias humanas. — não se encontra, porém, quem negue haver sido PEDRO investido por CRISTO do primado na sua Igreja. O fato é importante e decisivo. É uma verdade "clamorosa" contra o protestantismo. Quem há de crer que só depois de 15 séculos, um trade apostata teria encontrado o sentido genuíno do texto que interessa essencialmente a constituição da Igreja? Quem poderá conciliar esta aberração incompreensível do cristianismo de 1.500 anos com a promessa formal de CRISTO, de estar com a sua Igreja *todos* os dias até a consumação dos séculos? Verdade clamorosa!

* * *

45. Passemos à exegese do texto de S. MATHEUS. Infelizmente nenhuma novidade trouxe ao debate o pastor brasileiro. Na efervescência dos primeiros estos de revolta contra Roma, os antigos protestantes forcejaram por dar à célebre pericope evangélica uma "interpretação" de combate. Rebelados contra o sucessor de PEDRO, impunha-se negar a

(133) *Epíst.* I, 8, 25; MG. CII, 661 A.

(134) *Ad Amphil.* q. 97 MG. CII, 909. Textos análogos poderiam citar-se em barda. Cfr. HERGENRÖTHER, *Photius*, III, 336.

PEDRO o direito de governar a cristandade. As palavras de CRISTO, "sobre esta pedra edificarei a minha Igreja" não se aplicavam ao apóstolo mas ao próprio CRISTO. Com o tempo serenaram os ânimos e os sucessores de LUTERO foram, pouco a pouco, abandonando-lhe a exegese insustentável. PLUMMER, alegando a autoridade de outro correligionário, BRIGGS, resume bem a história quando escreve: "tôdas as tentativas feitas para explicar a "pedra" sem referi-la a PEDRO fracassaram vergonhosamente" (135). Pois foi esta hermenêutica, tantas vezes vergonhosamente malograda e hoje definitivamente morta, que o Sr. L., ainda uma vez, se esforçou debalde por galvanizar, condenando-a a mais um desastre irremediável. Pela milésima vez somos obrigados a repetir-lhe que a interpretação é, de todo em todo, inaceitável. Texto e contexto de S. MATEUS dão-se as mãos para proscrevê-la sem esperanças.

Antes de tudo o contexto. Leamos de novo a perícope. PEDRO numa confissão magnífica proclamara a divindade de CRISTO:

"Respondendo-lhe disse Jesus:

Bem-aventurado és tu, Simão Barjona,

Porque não to revelou a carne e o sangue

Mas sim meu Pai que está nos céus.

E eu te digo:

Tu és Pedra e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja

E as portas do Inferno não prevalecerão contra ela

E eu te darei as chaves do Reino dos Céus

E tudo o que ligares na terra será ligado nos Céus

E tudo o que desligares na terra será desligado nos Céus".

(135) Ap. LEBRETON, *La vie et l'enseignement de Jésus Christ, Notre Seigneur*, Paris, Beauchesne 1931, t. I, p. 428.

A simples inspeção material do trecho evangélico põe para logo em relêvo a sua coesão e harmonia interior, destruída completamente pela hipótese protestante.

Em todo êle, CRISTO fala a PEDRO e só a PEDRO, designando-o por tôdas as formas que podem individuar uma pessoa: o nome de origem (Simão), o nome de família (Barjona, filho de Jona), o nome impôsto por Cristo (Pedra), o pronome pessoal em todos os casos (tu, a ti, te). Como neste contexto tão cerrado, tão homogêneo, destacar um meio versículo (sobre esta Pedra edificarei a minha Igreja) em que, sem nenhuma transição, sem nenhuma advertência, passasse o divino Mestre a falar de si? Antes e depois, só se fala de PEDRO, e as seis palavras acima, articuladas neste todo indivisível, e a êle ligado por uma conjunção copulativa e, deveriam interpretar-se de outra pessoa?! Impossível.

Mais. PEDRO, iluminado por uma revelação do alto, confessara a divindade de CRISTO. Em recompensa o divino Mestre vai dizer-lhe — e eu te digo, fórmula solene! — o que o seu amor e a sua onipotência farão do humilde pecador da Galiléia. E todo o texto desenvolve, com o simbolismo do nome prometido e impôsto (tu és pedra) as funções do apóstolo na futura Igreja: dar-te-ei as chaves... tudo o que ligares... tudo o que desligares. Ainda uma vez, como interromper esta seqüência de idéias, como partir o fio dêste pensamento, para introduzir nesse contexto uma alusão feita por CRISTO a si mesmo? Inadmissível (136).

(136) Comentando as palavras de Cristo escreve S. João Crisóstomo: "Resposta verdadeiramente divina; os dois privilégios outorgados aqui a Pedro — o de perdoar os pecados e o de ser o fundamento inabalável da Igreja, — só um Deus podia conferi-los... Quem concedeu a Pedro um dom maior: o Pai ou o Filho? O Pai concedeu-lhe a revelação do Filho, o Filho deu-lhe o de difundir por tôda a terra o conhecimento do Pai e o seu, e confiou-lhe a êle, simples mortal, todos os tesouros do céu, entregando-lhe as

O próprio Sr. L. parece que sentiu quanto de ábsono e incongruente apresentava a sua interpretação e procurou atenuar nos leitores a impressão desagradável, aproximando do texto de S. MATEUS um de S. João que lhe pareceu semelhante:

"A linguagem do Divino Mestre é, às vezes, tão singular que o sentido comum das palavras poderia levar ao maior dos erros (137). De fato vimos que quando Cristo disse: "Desfaiz este templo e eu o levantarei em três dias" (João II, 19) não afirmou o que diz o simples curso das palavras. Sua sentença teve sentido muito diverso. Pela palavra *templo* designou ele o seu próprio corpo, p. 84. — É de lamentar que o pastor não refletisse mais de sobremão para ver a imensa distância que vai de caso a caso. Em S. JOÃO as palavras de CRISTO harmonizam-se perfeitamente com o contexto: ao pedido de um milagre, como sinal de sua missão divina, responde o Salvador referindo-se à sua futura ressurreição. Em S. MATEUS, antes e depois da perícopé estudada, CRISTO fala, não de si, *mas de Pedro e só de Pedro*. No primeiro caso, imediatamente antes das palavras mal interpretadas pelos judeus, o Senhor não falara do templo material; no outro caso, *imediatamente antes*, dirige-se ao apóstolo e o *chamara simbolicamente pedra*: tu

chaves". *In Mat. Hom.* LIV. Vá o leitor arquivando na memória como a Igreja primitiva interpretava as palavras de Cristo. S. JOÃO CRISÓSTOMO foi patriarca de Constantinopla e um dos mais notáveis exegetas da Igreja grega, contemporâneo de S. JERÔNIMO e de S. AGOSTINHO. Mais tarde o pastor brasileiro, a esta lição veneranda dos séculos, chamará "ardilosa interpretação", "proeza de escamoteação" da "Igreja romana" e dos "doutores católicos", p. 74.

(137) Vá notando o leitor tôdas as precauções oratórias dêste exórdio. A linguagem de Cristo é "singular". Para entendê-la sem erro é mister pôr de lado "o sentido comum" das palavras. Porque sem tôdos êstes recursos "científicos", a exegese protestante esboça-se como um castelo de cartas.

és *Pedra*. Por último, a fim de evitar qualquer possibilidade de equívoco por parte dos leitores, acrescenta o 4.º Evangelho a declaração explícita de que Jesus "falava do templo do seu corpo". Em S. MATEUS nem sombra de advertência semelhante. E aqui impunha-se ela com muito mais imperiosa necessidade. Uma incompreensão do pensamento divino poderia levar a um erro essencial e de gravíssimas consequências na constituição da Igreja. De fato, 15 séculos de cristianismo e ainda hoje todo o catolicismo não deram às expressões do Evangelho outra interpretação senão a exigida pelo "sentido comum das palavras". Com o significado recôndito e esotérico só atinou, no século XVI, um frade revoltado contra as autoridades que lhe condenavam os erros. Quem admitirá semelhante economia na Providência divina? Quem a poderá conciliar com a promessa inífrustrável de CRISTO de estar com a sua Igreja "todos os dias até a consumação dos séculos?" A aproximação dos dois textos, longe de fundar uma semelhança, não fêz senão sublinhar os contrastes e confirmar a verdade.

46. Do contexto imediato passemos à análise direta do próprio texto. PEDRO, único entre os discípulos, fôra distinguido, pelo Pai, com a revelação da divindade e da messianidade de CRISTO, e a externara numa confissão magnífica que vinte séculos de cristianismo repetem em homenagem de adoração comovida (138). O Salvador volta-se para o apôs-

(138) "Ce dialogue, comenta LAGRANGE, a continué dans la suite des temps. Le siège de Pierre a toujours confessé la divinité de Jesus, et chacune de ces confessions a mieux manifesté combien était véridique la parole du Fils de Dieu à son égard dans la personne de Pierre." "Nenhuma outra palavra saída de lábios humanos, escreve por sua vez LIPPERT, teve talvez na história universal significado e alcance tão prodigioso como a palavra pela qual Simão, o pescador do lago de Genesaré, recebeu a promessa de que seria o fundamento da Igreja". *Die Kirche Christi*, Freiburg, i. B. 1931, tr. franc., p. 108.

tolo privilegiado e o proclama: *bem-aventurado*. É a única vez, em todo o Evangelho, que, dirigindo-se a um indivíduo, o Divino Mestre se serve desta expressão solene! E depois continuando na majestade dos grandes estilos: “*e eu te digo...*” Que vai dizer o Senhor? Dirá quem é o apóstolo assim *distinguido entre todos* e qual a sua função singular na futura Igreja. O nome que outrora lhe prometera (João I, 42: tu te chamarás Pedra=ΚΕΡΦΑΣ) agora lho impõe ou confirma e, ao mesmo tempo, explica-lhe o simbolismo profundo: “tu és Pedra e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja”.

Como referir o segundo membro do verseto a outrem que não a PEDRO? Não é só todo o contexto, como já vimos, que elimina essa interpretação; é a própria construção gramatical do texto que a exclui sem possibilidade de relutância racional. Entre o primeiro e o segundo hemistíquio do verseto, o evangelista interpôs uma conjunção copulativa: tu és pedra e sobre esta pedra (καὶ ἐπὶ ταύτῃ τῇ πέτρᾳ), para indicar que a pedra do segundo membro é a mesma de que se fala no primeiro; se fôra outra, impunha-se em grego a adversativa δέ, mas, ἐπὶ δὲ ταύτῃ.

E como se não bastasse, referiu ainda a pedra do segundo membro à do primeiro com um demonstrativo enfático: sobre *esta* pedra. Qual a pedra sobre a qual CRISTO edificará a sua Igreja? *Esta*. Esta, qual? Esta que se acabara de indicar *no mesmo instante*: tu és pedra; esta, a *única de que se fala* em toda a períclope evangélica; esta, que coincide com a *mesma pessoa*, à qual, no versículo seguinte, de maneira insofismável, se concede, sob outra expressão metafórica, a mesma autoridade soberana. Poderia desejar-se maior clareza?

Ao Sr. L. não agradou “o demonstrativo enfático” e tentou enervar-lhe a força concludente. Foi-lhe Minerva propícia? É ver. “O demonstrativo *taute* está no gênero feminino e pertence gramatical e logicamente à palavra *petra*,

que o segue imediatamente. Não tem relação alguma com masculino”, p. 92.

Aí está um argumento que não teria saído da pena do cliente do Sr. Pastor. EDUARDO CARLOS PEREIRA, que em teologia e exegese descaiu muitas vezes, era um gramático de valor; e, como todos os seus colegas, ensinava que o adjetivo concorda com o substantivo em gênero, número e caso, sem que desta concordância se possa inferir que um demonstrativo não demonstre o que demonstra. Encontro esta frase: “eis a baía de Guanabara; neste pôrto magnífico pode ancorar a maior esquadra do mundo”. Intervém a gramática do Sr. L.: “neste pôrto” não tem relação alguma “com a expressão antecedente — baía de Guanabara, porque *neste* está no gênero masculino e Guanabara é nome próprio do gênero feminino”. Saibam quantos... que doravante, deverá construir-se o período, inglêsmemente, da seguinte forma: “eis a baía de Guanabara, *nesta* pôrto magnífico”, etc. Ah! como não de fremir indignadas as cinzas do gramático paulista!

Continua a crítica: “Além disso, o ‘demonstrativo enfático’ teologicamente só se pode referir aí à pedra confessada por Pedro — ‘o Cristo, filho de Deus vivo’, porque só este, como vimos, por sua natureza, poderia resistir ao poder do Hades”, p. 92.

Como se a onipotência de CRISTO não pudera dar à sua Igreja uma autoridade que a defendesse de todos os assaltos das forças do mal. Magnificamente S. CRISÓSTOMO: “Jesus trata aqui a S. Pedro como seu Pai havia tratado Jeremias quando lhe disse que o tornaria como uma coluna de ferro e um muro de bronze” (Jer. I. 7). Com uma diferença: o primeiro só se achava exposto aos ataques de seu povo; o segundo “seria forte contra o mundo inteiro” (139). O mais interessante, porém, é aquêle “teologicamente”. Gramatical-

mente impõe-se o sentido clássico do texto, mas “teologicamente”... A teologia “protestante” tem exigências imperiosas às quais tudo deve ceder, mesmo à evidência da palavra divina. Dentro em pouco, verão os leitores um caso típico desta mentalidade deformada pelo preconceito.

A palavra de novo ao pastor: “Ouçamos ainda o mesmo apóstolo [S. Pedro]: ‘Seja notório a todos vós e a todo o povo de Israel que em nome de N. S. Jesus Cristo Nazareno, a quem vós crucificastes, a quem Deus ressuscitou dos mortos, no tal nome que digo é que *este* se acha em pé diante de vós, já são. *Esta* é a pedra que foi reprovada por vós, arquitetos, que foi posta pela primeira fundamental do ângulo’ (Atos IV: 10-11). Aqui, concluiria a lógica de L. F., aplicada ao uso de *um demonstrativo enfático*, que o coxo de Jerusalém é ‘a pedra fundamental’, porque um ‘demonstrativo enfático’ liga o coxo da penúltima frase à *pedra* da última. Incontestavelmente, L. Franca é, no campo da exegese bíblica, um digno émulo de Pápias”, p. 92. — Duas perguntas ao crítico tão perspicaz em descobrir semelhanças onde só há contrastes.

O coxo de Jerusalém é chamado *imediatamente* antes “pedra”? Não? Então o “esta” pedra não pode referir-se a quem, nem aqui nem alhures, foi chamado Pedra.

Quem constitui o assunto principal do período anterior, no trecho dos Atos? CRISTO: pois a CRISTO e só a CRISTO se refere esta pedra. No trecho de S. MATEUS, de quem fala CRISTO antes e depois da frase que analisamos? De PEDRO e só de PEDRO. Pois a PEDRO se refere o *nesta* pedra do segundo membro.

Concluindo: o que na leitura apressada e apaixonada do Sr. Pastor se lhe afigurou objeção vitoriosa, lido com atenção e serenidade gramatical, é apenas mais um argumento por contraste.

47. Se as investidas contra o “demonstrativo enfático” fracassaram lamentavelmente, não são destinadas a maiores

triumfos as razões tiradas da diferença entre *Petros* e *petra* existente no texto grego. Já vimos que CRISTO impôs a SIMÃO o nome de KEPHAS, que significa *pedra*, *rocha*. Entre os helenistas, foi KEPHAS chamado PETROS, por melhor se adaptar a desinência masculina a um nome de homem (140). Mas a diversidade de *gênero* não eliminou a significação originária de *pedra*. A diferença, pois, existente na versão grega não tem outro motivo senão uma necessidade linguística. No grego, *Petros* adapta-se melhor à designação de um homem, *petra* exprime com mais propriedade o fundamento rochoso sobre que se eleva uma construção.

Mas se em algum espírito sobrepairasse ainda uma sombra de dúvida, acabaria de dissipá-la a consideração óbvia de que esta diferença verbal não existia, de modo algum, nas *palavras pronunciadas por Cristo*. No arameu, língua usada pelo divino Mestre, num é noutro membro o termo e idêntico: KEPHAS = Pedra.

Num esforço desesperado, o pastor brasileiro tenta obnubilar a luz desta claridade meridiana (141). Sob o ti-

(140) De regra geral, na língua grega os nomes de homens terminam em *as, es, is, os, us*. Não sei se há alguma exceção; no momento, não me ocorre um só nome próprio masculino que termine em *a*. O Sr. L. lembra o de *Aquila*, judeu que aparece no Novo Testamento. Lembrança duas vezes infeliz: 1.º — *Aquila*, não é de origem grega, mas latina; 2.º — a forma grega é, não em contração, mas em confirmação da regra geral, *Aquillas*. Querendo persuadir aos seus leitores que em grego havia nomes de homens que terminaram em *a*, o pastor citou-lhes o exemplo de uma forma portuguesa, com esta desinência!!! Ainda, porém, que haja talvez alguma exceção, a regra exige que os nomes masculinos, como o nosso, terminem em *os*. Por isto, os étnico-cristãos adaptaram-se a estas exigências do uso e chamaram a Simão: *Petros*. Quiseram ou puderam com isto eliminar a significação do nome *imposto por Cristo*: KEPHAS = Rocha? Basta formular a pergunta para ver-lhe a evidência da resposta.

(141) Foi a este propósito que o Sr. L. adiantou o princípio já examinado e inaudito em exegese: para interpretar o pensamento

tulo de “válvula aramaica” consagra várias páginas a persuadir os seus leitores que o evangelho de S. MATEUS não foi originariamente escrito em aramaico mas em grego. O pastor não tem razão. Num *excursus* especial, dedicado ao exame do assunto, demonstrá-lo-emos por miúdo. Mas — note-se bem — a nossa exegese não é solidária desta questão. Qualquer que seja o resultado a que chegar o exame crítico dos documentos é certo:

1.º) que CRISTO falava aramaico;

2.º) que, em aramaico, o nome impôsto por CRISTO a SIMÃO foi ΚΕΡΦΑΣ;

3.º) que este nome em tôda a Escritura não tem outro significado senão o de Rocha (ver ns. 42 e 43).

Sobre a evidência, superior a qualquer controvérsia, desta tríplice certeza, baseia-se inconcussa a nossa exegese. Nos lábios de CRISTO, falando ao apóstolo, a grande palavra souu assim: “tu és Pedra e sobre esta Pedra edificarei a minha Igreja”. Perguntamos sinceramente: é possível ainda alguma hesitação? é possível duvidar-se que duas palavras idênticas ligadas por uma conjunção copulativa referidas uma a outra por um demonstrativo enfático, num contexto em que se só fala de uma única pessoa não se reportem a

genuíno de um autor não se lhe deve recorrer à língua original, mas a um texto derivado na tradução em outro idioma. Para cúmulo de infelicidade, além de mil outras razões, o processo é absolutamente inaplicável no nosso caso. A pericope de S. MATEUS é, em todo o Evangelho, o trecho que, em menos palavras, encerra maior número de semitismos. Nenhum, como este, aramaíza tanto. Em outro nenhum, para entender-lhe o sentido, é preciso, como neste, *decalcar* a versão grega sobre o arameu original. “Barjona”, “carne e sangue”, “edificar a Igreja”, “Portas do Hades = Inferno”, “chaves do reino dos céus”, são outras tantas expressões que, em grego, seriam de todo inusitadas, ininteligíveis, se a exegese lhes não substituísse o original semita.

esta pessoa? Negá-lo fôra negar a evidência, e contra quem nega a evidência não é possível discussão alguma (142).

Por aí já terá visto o leitor o que significa o testemunho das “outras versões” de que à p. 84 fala o Sr. L. Sob este título reuniu êle algumas traduções da Bíblia em línguas nas quais existe, como em português, a diferença entre os dois termos (Pedro e pedra). Entre outras aí figuram a inglesa, a alemã e a italiana, em que o nome próprio “Pedro” já não tem significado algum. Admirável perspicácia crítica! O pastor que citou estas línguas calou outras. E que outras calou? Precisamente as das versões *mais antigas* e as línguas semíticas *mais semelhantes ao aramaico*. Preenchamos a lacuna do Sr. Pastor. Na versão siriaca, conhecida com o nome de *Peshito*, adotada como versão oficial pelos cristãos sírios (maronitas, jacobitas, nestorianos, monofisitas) num e noutro membro da frase lê-se a mesma palavra ΚΙΡΦΑ. Mesma identidade na versão siriaca vulgarmente conhecida com o nome de Cureton, que a descobriu e a editou (143). Do *Diatesseron* de TACIANO não conhe-

(142) E' o caso do nosso pastor. Concedendo, para argumentar, a identidade da palavra ΚΕΡΦΑΣ, nós dois membros, escreve: “Na dúvida, sobre se o último ΚΕΡΦΑΣ se referia a Pedro ou a Cristo (e na ausência de qualquer outra evidência), nada poderia remover a ambigüidade em face da diferença existente no irrecusável texto grego, a não ser uma interpretação inspirada da palavra ΚΕΡΦΑΣ em cada uma das posições”, p. 82. — Na dúvida mas não existe nem pode existir dúvida alguma em face do mais transparente dos textos. — Na ausência de qualquer outra evidência. Mas o Evangelho está cheio de outras evidências convergentes, e que só o trabalho de tesoura incansável é capaz de eliminar. — Nada poderia remover a ambigüidade! Mas na versão grega nenhuma ambigüidade existe, e, se existisse, já a teria removido o esplendor ofuscante das palavras originaes de CRISTO!

(143) “Les versions syriaques ont une très grande importance pour l'exégèse du Nouveau Testament, car elles semblent nous rendre l'expression primitive des catéchistes et surtout des paroles de Notre-Seigneur”. “Le syriaque a l'avantage du contact avec la lan-

ceмос o original siríaco; a versão árabe emprega o mesmo termo nos dois casos. Na versão persa e na etiópica do Novo Testamento aparece também a mesma identidade verbal. Agora já é possível um balanço. O pastor brasileiro citou algumas versões e calou outras. Citou as que não têm nenhum valor científico, calou as que, por sua antiguidade e afinidades linguísticas, constituem um dos mais preciosos subsídios para a exegese dos Evangelhos. Nesta opção há, muito expressivo, um índice psicológico discriminador de sinceridade que não terá escapado a nenhum dos leitores.

Antes de prosseguirmos no exame de outras objeções, podemos resumir os resultados adquiridos. E fá-lo-emos seguindo de perto as indicações do próprio Sr. L. A p. 76 do seu livro propõe-nos êle “o que prescreve a hermenêutica”. As regras aí apontadas são boas. Observou-as com fidelidade o nosso exegeta? Vejamos.

— “As regras da boa hermenêutica exigem que, para se determinar a significação de qualquer passagem das Escrituras, busque-se conhecer qual a significação dos termos”. — Foi o que não fez o Sr. Pastor. Cristo chamou a SIMÃO KEPHAS; KEPHAS, na Escritura, significa Rocha. — “Se é única, achado está o sentido; se é múltipla cumpre verificar qual delas exige a frase. E se duas ou mais significações puderem convir, prefere-se a que o contexto requer”. — Foi o que infelizmente não fez o Sr. Pastor, que tem um mêdo instintivo aos contextos. No parágrafo consagrado à

que parlée par Jésus et les Apôtres. M. J. LAGRANGE, *Critique textuelle*, Paris, 1935, pp. 184, 315. A língua falada por N. S. era o aramaico ocidental ou sirio-caldaico, corrente na Síria Ocidental e na Palestina; a língua síria ou aramaica oriental usava-se na Mesopotâmia do Norte, nas cercanias de Odessa. Entre os dois idiomas não podiam ser mais estreitos os vínculos de parentesco. O Sr. L. que se lembrou do inglês e do alemão, esqueceu-se do siríaco!

“exegese romana do texto capital”, em 5 páginas (37-41) não aparece, *uma só vez, citado integralmente* o versículo de S. MATEUS: “tu és Pedra e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja”. Aparece-lhe, sim, a segunda metade (sobre esta pedra, etc.) violentamente destacada da primeira, a qual o evangelista uniu com laço indissolúvel por meio da copulativa e. Para saber qual a pedra da segunda parte do versículo, o exegeta não quis consultar a primeira parte do mesmo versículo, onde se falava também de pedra! Não basta. Pouco adiante a pp. 85-86, o Sr. Pastor avisa-nos que vai fazer a “exegese literal” do célebre texto de S. MATEUS. Cita-o em grego, desacompanhado de tradução para que o não entenda a maior parte dos leitores. Mas, ao menos, cita-o na íntegra? Qual! A citação pára no versículo 18. O versículo 19, em que Jesus *continua a falar a Pedro*, a conferir-lhe poderes excepcionais (dar-te-ei as chaves dos céus; tudo o que ligares, etc.); este brilha pela ausência, na citação do Sr. L. Destarte, as palavras dirigidas por CRISTO a PEDRO e referidas pelo Evangelho, em 3 versículos, são incompreensivelmente cortadas em duas partes. Uma, aparece, a outra... é suprimida. Será por fidelidade ao contexto? Será que para entendermos melhor uma fala do divino Mestre, deveremos cortar-lhe a palavra em meio e não permitir que se saiba como continua e termina a exposição do seu pensamento?

— “Se ainda houver dúvida sobre a verdadeira significação, escolhe-se a que está em harmonia com o escopo geral do livro. Se isto ainda não satisfaz, busca-se a significação adequada em passagens paralelas”. — Foi precisamente o que não fez o Sr. Pastor. Em S. LUCAS e S. JOÃO há textos decisivos que, sobre a função de PEDRO na Igreja de CRISTO, projetam a claridade de sua luz inconfundível. O Sr. L. que empregou quase 30 páginas em diluir velharias inócuas sobre a autoridade dos SS. Padres, não dispôs de

vinte linhas, já não digo, para discutir, mas nem sequer para mencionar estas passagens bíblicas tão esclarecedoras do texto de S. MATHEUS!

— “Se após todo esse trabalho verificar-se que a passagem pode ter outro sentido, escolhe-se o que reúna maior número de condições favoráveis”. — Foi ainda o que não fez o Sr. Pastor. Os textos evangélicos não aparecem isolados, como blocos erráticos, no campo da história; surgem no seio de uma sociedade religiosa já organizada que os acolhe e os interpreta orientada por outros ensinamentos apostólicos não escritos (144) e assistida pelo Espírito Santo. Ora o cristianismo antigo, durante séculos e séculos, pelo órgão 1.º de seus pastores, 2.º de seus concílios, 3.º de suas orações litúrgicas, 4.º de sua arte, afirmou, com a harmonia mais impressionadora, o primado de PEDRO. Supor a possibilidade de um contraste entre o ensino do Evangelho e o da Igreja é cometer um erro psicológico, um erro histórico e um erro teológico.

Aí está como se escrevem bem e se observam mal as regras da boa hermenêutica. Este pequenino parágrafo é um cartucho que faz saltar em estilhas todo o livro do Sr. L.

* * *

48. A convergência de tantas luzes acabou por envolver nos seus esplendores vitoriosos as próprias inteligências protestantes. Pouco a pouco, uns depois dos outros, os exegetas mais conceituados, entre os descendentes de LUTERO, foram lhe abandonando a exegese tendenciosa, que na própria inverossimilhança trazia os estigmas de sua origem em eras

(144) Cfr. I João II, 24; II João, 6-12; I Tess. II, 13-14; IV, 1-3; II Tess. II, 15; Gal. I, 6-12; Rom. VI, 17; XVI, 17-19; I Cor. XI, 2; XV, 4-12; Fil. III, 17; Coloss. II, 4-8; I Tim. I, 3-4; VI, 3-5; 20-21; II Tim. I, 13-14; II, 1-2.

de luta apaixonada e violenta. Hoje, racionalistas (145) e protestantes concordam em afirmar que as palavras de CRISTO se referem e não se podem referir senão a PEDRO.

A outra interpretação é, pelos próprios adversários, averbada de “contorcida” (KUNOEL), “alambicada e tendenciosa” (MONNIER), inspirada pela “cegueira do espírito de partido” (SCHELLING), “falso expediente nascido da polémica contra Roma” (H. A. W. MEYER). Citações como estas reunimos cerca de vinte! (IRC 19-20; PC 11-12). Entre os nomes citados salientam-se os de ZAHN, HOLTZMANN, H. A. W. MEYER, WELLHAUSEN, JÜLICHER, WEISS, BLOOMFIELD, que, entre protestantes — não no ignora o mais inexperiente noviço em exegese — representam autoridades de renome mundial. Não multiplicamos mais as citações, porque nos pareceu de todo inútil em ponto pacífico. Entre nós, um correligionário

(145) Entre estes, citemos apenas o insuspeito A. LOISY: “Simon a bien mérité le nom de Pierre par la solidité de la foi qu'il vient de manifester. Pierre il est, pierre il sera; car, c'est sur lui que doit reposer, comme sur un fondement inébranlable, tout l'édifice de l'Eglise. Il n'est vraiment pas nécessaire de penser que les paroles de Jésus s'adressent à Simon, fils de Jona, qui doit être et qui a été la pierre fondamentale de l'Eglise... Les paroles de Jésus visent le rôle de Pierre dans la fondation de l'Eglise... Sans doute le fondement divin et invisible de l'Eglise est Jésus lui-même; mais l'Eglise n'a pas existé tant que Jésus a été sur terre, et quand il a eu quitté ce monde, c'est Pierre qui a été le fondement visible de l'Eglise naissante, le principal témoin de la Résurrection. (Cfr. Mc. XVI, 7; Lc. XXII, 32; XXIV, 34; Jn. XXI, 1-47) l'agent principal de l'Evangile du Christ, le chef principal des groupes chrétiens qui ont formé les premières Eglises, et puis l'Eglise. Sans doute aussi les autres apôtres et tous les fidèles sont des pierres de l'édifice sacré, mais la pierre fondamentale, sur laquelle est assise la maison de Dieu, est celle que le Sauveur a établie, Simon Pierre... Simon Pierre n'est pas que le fondement historique de l'Eglise, il est le fondement actuel et permanent; il vit encore, aux yeux de Mathieu, dans une puissance qui lie et délie, qui détient les clefs du royaume et qui est l'autorité de l'Eglise elle-même”. *Les Evangiles synoptiques*, 1908, pp. 7-9.

rio do Sr. L., e seu antecessor na defesa do protestantismo, confessa, a peito aberto, desta sua interpretação que “está hoje completamente abandonada pelo protestantismo culto da Europa e da América do Norte” (146). Claro? Completamente abandonada! E quem no diz não sou eu, é o Sr. FREDERICO HANSEN. Mas se OTONIEL MOTA não o houvera dito, outros o diriam e o disseram: porque é a pura expressão da verdade.

Mas o Sr. L. é homem que não desanima ante impossíveis. Escreveu que era ainda “palpitante de vida espiritual” uma exegese morta; asseverou que os testemunhos dos grandes protestantes, seus adversários, não passavam de “depoimentos sem valor” (p. 145). As afirmações levam a coragem às raias da audácia e da temeridade, mas os argumentos, como de costume, ficam muito aquém do arrôjo das promessas. Querem os leitores umas amostras? Ei-las.

— A exegese preferida pelo pastor não está morta. A prova? “Que defunta poderosa é essa que tanto trabalho tem dado ao Romanismo? Se a exegese protestante está morta, por que tanto se esforça o maior corifeu do papado em matar o que já morreu? Por que tanto trabalho na publicação de centenas de páginas, depois de aturado rebuscar até no Vaticano? Ah, padre, a verdade é outra”, p. 147.

— O Sr. L. é amigo de hipérboles. A exegese do texto em debate consagramos, apenas, sete páginas! (IRC, 14-22). Em vez de *várias centenas, poucas unidades!* E por que ainda estas poucas unidades? Porque escreviamos para o Brasil, onde o protestantismo tem como defensores os nomes que o Sr. L. bem conhece. Quer ver como se desempenham de suas responsabilidades nossos grandes exegetas de outras terras? “Outrora, diz KNABENBAUER, outrora incumbia aos intérpretes católicos a tarefa, aliás fácil, de provar

(146) FREDERICO HANSEN, *O Papado e o Padre Leonel Franco*, S. Paulo, 1935, p. 5.

que *sobre esta pedra* se referia àquele que pouco antes tinha sido chamado Pedra... Hoje podemos omitir este trabalho. Finalmente neste ponto *cederam os protestantes aos seus princípios da razão e às leis do falar humano*” (147). LEBRETON: “O sentido deste texto (Mat. XVI, 15-19) não é duvidoso; durante muito tempo esforçaram-se os protestantes por diminuir o papel de S. Pedro; hoje, suas interpretações estão universalmente abandonadas” (148). Mais enérgica ainda a expressão de F. PRAT, modelo de equilíbrio e moderação científica: “Ninguém, entre os mais famosos inimigos do papado, ousaria hoje defender esta exegese ridícula, que não tem sequer o merecimento de uma brincadeira de mau gosto” (149). Por último, L. PIROT: “E *sobre esta pedra*... Admiramo-nos hoje que sobre o sentido destas palavras tanto se tenha discutido. Esta pedra não pode ser senão a pedra que acaba de ser mencionada, Simão Bar Jona em pessoa. Procurar outro sentido a estas palavras tão simples, a este trocadilho tão inocente e tão claro equivale a pretender que se pode falar para não dizer nada ou para velar o próprio pensamento. E’ o que não podia fazer Jesus, tão reto e tão forte... Negar que esta resposta de Jesus concerne antes de tudo à pessoa de Pedro, é no ponto de vista crítico e gramatical, “desafiar a evidência” (Y. DE LA BRIERE, *Etudes*, t. CXX, p. 55)” (150). Ai está. O que em outros climas não passa de armaduras arqueológicas, gastas, enferrujadas e carcomidas, é tida por aqui como panóplia moderna, açacalada, com que saem à liza os campeões indígenas do protestantismo. Ai estão as razões por que ainda consagramos algumas linhas ao exame

(147) KNABENBAUER, *Comment.* in Math. in h loc. t. II, p. 55.

(148) J. LEBRETON, Na *Histoire de l'Eglise*, publiée sous la direction de A. FLICHE et V. MARTIN, t. I. Paris, Bloud, p. 97.

(149) F. PRAT, *Jésus Christ, sa vie, sa doctrine, son oeuvre*,³ Paris, Beauchesne, 1933, t. I. p. 432.

(150) J. PIROT, *La Sainte Bible*, t. IX, Paris, 1935, p. 217.

de uma exegese morta e definitivamente enterrada; razões locais e pessoais. Eis a verdade, colendo pastor.

— E as autoridades protestantes em tão grande número e de tanto pêso que decididamente tomam posição contra a exegese preferida pelo Sr. L.? “Não importa, escreve, dogmático, o nosso engenheiro teólogo, não importa que a ponham em dúvida Henrique Monnier, P. F. Jalaguier, Zahn, Kinoel, Rosenmüller e tantos quantos S. S. possa adicionar ajudado pelos W. Cobbett”, p. 147.

— Notável! Sabeis quem me ajudou a citar ZAHN, MONNIER, JALAGUIER, exegetas contemporâneos nossos? Foram os W. COBETT, que faleceram há mais de um século! O Pastor atribui-me admirável poder taumatúrgico! Cito autores, bebendo-lhes os dizeres em fontes que secaram antes que eles nascessem! Admirável!

Pouco importa, porém, a origem milagrosa de minhas referências. São autênticas, exatas, fiéis? E’ só o de que me preocupo e o que, com certeza, só interessa ao resultado da discussão e às exigências dos leitores. O mais é desabafo de quem atira baldões porque lhe faltam razões.

— Por fim, provávelmente, convencido também disto mesmo, o Sr. Pastor recorre a uma solução radical. “Se algum escritor aparecesse como protestante, patrocinando a doutrina da autoridade suprema do papa na Igreja, já por essa atitude não seria mais protestante e sua opinião já não poderia ser citada como de um protestante conceituado, senão como de um apóstata, de um agnóstico, de um incoerente, ou de um ultramontano disfarçado”, p. 146.

— Quem o diz? LISÂNIAS CERQUEIRA LEITE, árbitro infalível das controvérsias, guarda incorruptível e inerrável da ortodoxia, juiz supremo, que decide em última instância, dá comunhão ou excomunhão dos crentes no universo in-

teiro. A réplica cerceia pela raiz tôdas as dificuldades, mas é altamente comprometedora. Até aqui, a ouvirmos os seus mais autorizados expositores, o Sr. LISÂNIAS inclusive, o protestantismo seria uma forma de cristianismo baseada na Escritura, como regra exclusiva de fé, *interpretada livremente* pela consciência de cada cristão. Agora, muda-se a face das cousas. Acima do testemunho divino das Escrituras, acima dos decantados direitos do livre exame, há um dogma fundamental e imutável, pedra de toque infalível da ortodoxia: a hostilidade ao papa, o ódio ao catolicismo. Se um pastor evangélico ou um professor de teologia protestante, no livre exercício do livre exame, chega a interpretação de um texto que coincide com a de todo o cristianismo primitivo, que foi a de um ORÍGENES e de um ATANÁSIO, de um CIRILO ALEXANDRINO e de um CRISÓSTOMO, de um JERÔNIMO e de um AGOSTINHO, a dos grandes Concílios ecumênicos das eras em que o Oriente e o Ocidente ainda não se achavam divididos pelos ressentimentos científicos ou pelas ambições separatistas, a que se encontra em tôdas as liturgias antigas, orientais e ocidentais, mas que contradiz a de Lutero ou de Calvino, — insurge-se o Sr. LISÂNIAS, sobe à tripode oracular, e, com uma autoridade cujos títulos se ignoram (151), excomunga os seus irmãos, fulmina contra

(151) Em nome da Escritura? Mas é precisamente do sentido da Escritura que se discute. Em nome da superioridade da própria interpretação contra a de todo o cristianismo antigo e de toda a exegese moderna? Mas quem se abalancaria a tão ousada e tão pretenciosa afirmação? Onde o direito ao livre exame individual? E’ o Sr. Lisânias infalível? Tem assistência do alto para só ele interpretar a Bíblia? Jurisdição para excomungar irmãos? Esta atitude, incompreensível e absurda, revela tôdas as contradições internas que corroem a essência do protestantismo. Nela se põe de manifesto, em sua expressão mais indisfarçada, o preconceito fundamental e tenaz que lhe embebe toda a existência: uma sentença antes do exame dos autos; um juízo formulado antes do conhecimento das provas; um antipapismo anterior e superior à Bíblia e ao seu veredito indeclinável.

êles os anátemas mais terríveis: são “apóstatas”, são “agnósticos”, e, o que mais é, injúria das injúrias, são “ultramontanos”, o que na terminologia arcaica e obsoleta do Sr. Pastor equivale a — católicos. Onde então a submissão fiel à palavra divina? Onde o preconizado respeito à liberdade de investigação pessoal? Oh! tudo isto é secundário! tudo isto é aparência superficial de fachada, para iludir ingênuos. O que há de essencial e duradouro e intangível no protestantismo é a sua hostilidade à Igreja Católica. Escritura, sim; livre exame, sim, contanto... que as conclusões sejam antipapistas. Eis, o que importa; eis, o que a todo custo urge salvar; eis, o supremo critério discriminador de ortodoxias entre os descendentes de Lutero.

Destarte, para defender uma malparada exegese, o pastor brasileiro sacrificou, de coração leve, todos os inculcados princípios fundamentais do protestantismo; só lhe sobreviveu um: o *odium Papae*. Para quem ainda se pretende “cristão” e “evangélico”... é muito pouco.

* * *

49. Do exame direto e imediato de um texto bíblico e do contexto imediato que o enquadra depende a sua interpretação literal, e, portanto, a sua força demonstrativa como expressão do pensamento divino. Foi neste trabalho que nos empenhamos nas páginas que precedem; os seus resultados são evidentes e definitivos. O Sr. L., porém, procura um reforço à sua interpretação em outros lugares do livro sagrado. Para nada deixarmos sem resposta, sigamo-lo ainda nestas excursões mais remotas.

O apóstolo não pode ser a pedra fundamental da Igreja, porque só CRISTO é, na tropologia bíblica, pedra, e sob tal metáfora é muitas vezes designado na Escritura. E cita S. PEDRO e S. PAULO, ISAÍAS e DANIEL, reeditando sem originalidade o mesmo argumento, tal qual o propusera o professor EDUARDO C. PEREIRA.

Respondamos, repetindo também o que já foi dito: “Quem jamais contestou que CRISTO era a pedra viva, a pedra angular do Cristianismo? Não é este o objeto da controvérsia; trata-se de saber se o pescador da Galiléia foi também por Cristo designado como pedra de sua Igreja. Aqui bate o ponto. Abro o Evangelho e leio que de si afirma o Salvador: eu sou a luz do mundo. Consoante a regra do nosso exegeta concluiremos sem hesitar; logo nenhum apóstolo é ou pode ser a luz do mundo. Abro novamente o livro sagrado e caem-me os olhos sobre estas outras palavras proferidas igualmente pelo Salvador: “vós sois a luz do mundo”. Contradição? nenhuma; há luz e luz como há pedra e pedra. Luz, Cristo, por essência, por natureza, por brilho próprio, como a do sol. Luz, os apóstolos, por missão, por participação, por viva reflexão de alheios resplendores, como a dos planetas. Assim, pedra, Cristo, pedra fundamental, pedra primária sobre cuja solidez divinamente inconcussa repousa inabalável todo o edifício religioso do Cristianismo. Pedra, Simão, *por vontade de Cristo* (tu és Pedra), pedra Simão, também ela inquebrantável e inamovível por fiança divina (as portas do inferno não prevalecerão). Cristo, pedra invisível; Simão, pedra visível, porque toda a sociedade visível e externa deve apoiar-se num poder supremo também visível e externo. Magnificamente S. Leão...”, etc. (I. R. C. 17). Citamos um exemplo, poderíamos aduzir muitos outros. CRISTO é Pastor e de si o afirmou abertamente: “Eu sou o bom pastor” (S. João X, 11). Logo ninguém mais poderá ser pastor do rebanho de CRISTO? De novo ao Evangelho. CRISTO fala a PEDRO, e só a PEDRO e diz-lhe: “Apascenta, os meus cordeiros; apascenta as minhas ovelhas”. João XXI, 15-17. Mas há pastor e pastor... CRISTO no *Apocalipse* nos é representado como o Santo e Verdadeiro que tem a chave de David, que abre e ninguém fecha, fecha e ninguém abre” (III, 7). Logo, nin-

guém poderá ter também as chaves da casa de David? Ainda uma vez ao Evangelho. Fala CRISTO e fala a PEDRO, e só a PEDRO fala, e diz-lhe: Dar-te-ei as chaves do reino dos céus, tudo o que ligares na terra será ligado também nos céus, etc. (Mat. XVI, 16-19). Mas há clavífero e clavífero.

Que opõe a evidência destas considerações o Sr. Lisânias? Olucamo-lo. O paralelo não é perfeito. No primeiro caso há duas afirmações perfeitamente iguais — luz do mundo em relação a Cristo e aos discípulos. No segundo não há: a afirmação referente a Cristo é que êle é a pedra angular, ao passo que em relação a Simão é simplesmente que êste é uma Pedra (Petros). Logo o padre claudicou”, p. 140. Não claudicou, não; o texto divino é que foi mutilado. A afirmação relativa a PEDRO é que êle é PEDRA (KEPHAS) e sobre esta Pedra [CRISTO] edificará a sua Igreja. A Pedra, a Rocha (KEPHAS), sobre a qual se levanta um edifício é a pedra fundamental dêste edifício. E esta Pedra foi escolhida por CRISTO.

Continua o pastor. “Mesmo que não houvesse uma designação específica em relação a Cristo, não procederia o argumento de L. Franca baseado na semelhança das duas declarações bíblicas, porquanto é evidentíssimo, à luz do Evangelho, a distinção que há entre aquêle que é a luz como “o sol da justiça”, o foco de luz própria e seus discípulos que brilham apenas como os planetas e satélites, refletindo a luz irradiada pelo centro luminoso”, p. 140. É evidente a diferença e nós fomos os primeiros a sublinhá-la no trecho acima, do qual o Sr. L. só transcreveu os primeiros períodos. Mas como de ser Cristo luz, não se pode negar sejam luz os seus apóstolos irradiando-lhe a verdade, assim de ser Cristo, por direito próprio, suprema autoridade e pedra fundamental da sua Igreja, nada se pode inferir, não fôsse Pedro também por CRISTO constituído autoridade su-

prema por direito delegado e pedra fundamental da sua Igreja, por Êle escolhida (152).

“Demais repare-se bem na diferença já assinalada entre as declarações bíblicas em relação a pedra: Cristo é a *rocha fundamental* e a *pedra angular*. Simão é apenas pedra, uma pedra do fundamento secundário como os demais apóstolos e os profetas”, p. 141. — Não isto dizem, não as “declarações bíblicas”, mas as mutilações protestantes. O que ensina o Evangelho é que Simão e só ele, *não como os demais apóstolos*, mas de modo singular, foi chamado por CRISTO ditas as palavras solenes: tu és Pedra e sobre esta Pedra edificarei a minha Igreja.

— “Em todo o Novo Testamento não há — repetamos — um só texto em que se diga ser Simão a pedra da Igreja. É aqui o caso de patolar o desafio do contraditor de E.

(152) A êste propósito renova o Sr. Lisânias a objeção pueril das duas autoridades incompatíveis. “Duas autoridades supremas numa “sociedade bem organizada”? . . . dois esposos, o visível e o invisível? p. 142. — Cristo não é o chefe de qualquer família cristã? E por isto não poderá ela ter um chefe visível? Deus não é a suprema e inalienável autoridade de toda a sociedade humana? Logo, para que a sociedade seja bem organizada não poderá ter um supremo poder visível e humano? No regime teocrático de Israel; Deus não era o Soberano do povo eleito? Isto impediu, porventura, que, por designação divina, Saul e David fôsem sagrados reis? Por que não poderia CRISTO construir uma autoridade suprema na sua Igreja, delegando-lhe todos os poderes para conservá-la, defendê-la e governá-la? É possível que só com o caos da anarquia humana se salvem os direitos da monarquia divina? Quanta infantilidade! Insiste o pastor: “Mas essa nova fuga, Pedro, chefe por delegação da autoridade de Cristo, é cortada, pois Cristo, ao delegar a sua autoridade, não contemplou a Pedro privativamente. O que o Mestre disse, uma vez, a Pedro, disse *igualmente* a todos os apóstolos: tudo o que vós ligardes, etc. (Mat. XVIII, 18)”, p. 143. Ainda uma vez engano e violência ao texto. A PEDRO disse CRISTO palavras que não disse a nenhum outro apóstolo (tu és Pedra; dar-te-ei as chaves; apascenta os meus cordeiros). Quanto às palavras: tudo o que ligares na terra, etc., foram ditas uma vez só a Pedro (Mat. XVI, 19),

C. Pereira e dizer-lhe: Cite-nos S. S. um texto onde Cristo ou qualquer apóstolo tenha chamado a Simão pedra fundamental ou angular da Igreja. Um só!” p. 141. — O texto aí está, citado inúmeras vezes: *Tu és Pedra* e sobre esta Pedra edificarei a minha Igreja. E lembrando esta cena e esta função, mais *de cem vezes* chama o Novo Testamento ao discípulo privilegiado com o seu nome simbólico de PEDRA sob a sua dupla forma, grega ou aramaica, Petros ou Cefas.

— “Ainda mais cite-nos um único texto em que, ao menos, haja referência à autoridade suprema de Pedro ou a qualquer ato de subordinação dos apóstolos àquêle seu companheiro. Um só! E concordaremos em que na transparente metáfora de Cristo — ‘tão simples quanto óbvia’ — se pode ver a doutrina do primado do pescador da Galiléia. Eia, padre, um único texto”, p. 141. — Os textos, não um só, senão muitos (MAT. XVI, 19; LUC. XXII, 32; JOÃO XXI, 15-17, etc.), foram citados, evidenciados, comentados (I. R. C. 22-34; C. P., 13-26). Mas, o pastor respondeu... com a teosofia. Os textos de S. João e de S. Lucas não existem no seu Evangelho; foram *subtraídos inteiramente ao exame dos seus leitores* (veremos logo com que indignidade de artificios). O texto de S. MATEUS sofreu mutilações inacreditáveis. No parágrafo “exegese romana do texto capital”, o

outra, ao *colégio apostólico com Pedro* (Mat. XVIII, 18). E as palavras de CRISTO são verdadeiras, *tôdas, umas e outras*. Logo, PEDRO, e PEDRO só, pode ligar e desligar, e as suas decisões são eficazes; logo, o *Colégio Apostólico com Pedro* pode ligar e desligar e as suas sentenças são igualmente eficazes. A outros apóstolos, isolada ou coletivamente, mas *separados de Pedro*, nunca foram ditas por CRISTO palavras que importem jurisdição suprema. Eis o que diz o Evangelho, o Evangelho integral, completo, sem cortes nem truncaturas. — Inútil dizer que tôdas estas explicações uma e outra vez já haviam sido dadas e desenvolvidas (IRC., pp. 27-28; CP., 16-19). O Sr. Lrsânias não se deu por entendido. Repisou a mesma coisa para melhor replicar ao pé da letra.

pastor consagra 5 páginas (37-41) a investigar o sentido das palavras: “sobre esta pedra edificarei a minha Igreja”. Acreditam? Estas palavras que constituem a *segunda metade de um versículo*, não aparecem uma só vez enquadradas no contexto imediato do seu *versículo inteiro*. O exegeta, que, para saber de que pedra se tratava, folheou Isaías e Daniel, não viu e não quis o vissem os seus leitores que em S. MATEUS, no *mesmo lugar*, no *mesmo verseto*, CRISTO falando a SIMÃO, BAR-JONA, lhe disse *tu és Pedra*, não viu e não quis o vissem seus leitores, que na *mesma perícopa*, no *versículo imediatamente seguinte*, CRISTO falando a PEDRO lhe entregou as chaves do seu Reino e lhe assegurou que tôdas as suas sentenças seriam ratificadas no Céu. Como explicar esta atitude? No princípio deste parágrafo não escrevera o pastor: “Na interpretação de um texto, a boa exegese não deve desprezar o princípio de hermenêutica sagrada que manda interpretar êsse texto de acordo com o contexto e com as passagens paralelas?” p. 37. Por que razão foi aqui desprezado êste princípio de boa exegese? Por que motivo não foi levado em consideração, não foi sequer transcrito, o contexto imediato? Dir-se-ia que o Sr. L. não lembrou êste cânon elementar de hermenêutica senão para tornar mais grave e responsável a sua escandalosa transgressão. Mas já se preparava a pergunta impressionante: “Um só texto; eia, padre, um único texto”. E sem tôdas estas mutilações comprometia-se de antemão o efeito teatral do desfêcho! “impossível encontrá-lo”, p. 141.

* * *

50. Confirmação ainda da sua exegese vê o Sr. L. em outros textos de S. PAULO; já os havíamos analisado; as nossas razões ficaram, como de costume, sem resposta. Voltamos a insistir na verdade incansável das coisas. O primeiro dêstes textos é tirado da 1 Cor. III, 10-11: “Segundo

a graça que Deus me deu como sábio arquiteto lancei o fundamento; outro edifica sobre ele. Veja, porém, cada qual como edifica. Porque ninguém pode pôr outro fundamento senão o que foi pôsto, que é Jesus Cristo". Das últimas palavras, infere precipitadamente que não há lugar para S. PEDRO, como pedra fundamental, porque viria, parece incrível! — fazer concorrência a CRISTO! "Na Igreja — ou Cristo ou Pedro. Daqui não há fugir", p. 142 (153).

"Antes de tudo, — já havíamos escrito —, antes de tudo, isolando o texto, como faz o nosso autor, diria apenas S. Paulo que Cristo é o fundamento e que fora de Cristo não há escogitar outro fundamento *déle independente ou a éle contrário*; de modo algum, porém, excluiria que CRISTO tivesse determinado um fundamento secundário, dependente, como deixamos explicado" (I. R. C. p. 18). Cristo está numa ordem superior, absolutamente singular e transcendente, onde por criatura nenhuma pode ser substituído. Nesta ordem, a exclusividade é perfeita. Noutra ordem, porém, na ordem da constituição da Igreja *por* CRISTO exclui-se qual quer outro fundamento? De modo algum. O próprio S. Paulo que afirmou aqui — ninguém pode pôr outro fundamento —, escrevendo aos *Efézios* (II, 20-22) fala-nos "do fundamento dos apóstolos e dos profetas". Contradição? Nenhuma. Há fundamento e fundamento, como há rocha e rocha. "Cristo ou Pedro"? Não; CRISTO e PEDRO. CRISTO constituindo a SIMÃO pedra fundamental: tu te chamarás Pedra (Cefas) tu és Pedra; Simão rocha *escolhida por* CRISTO. Como CRISTO luz; e luz, os seus apóstolos, CRISTO,

(153) Neste lugar (pp. 142-145) trata o pastor de assunto já versado anteriormente (ver pp. 93-94). Dir-se-ia que o autor escreveu as mesmas coisas uma e outra vez e depois as aglutinou para formar um só livro. Esta falta de unidade, e monotonia de repetição, cansam a leitura e tornam a crítica muito desagradável. De cada argumento convém consultar-lhe a primeira, a segunda, e, não, raro, a terceira edição!

fundamento; e fundamento os seus apóstolos; Cristo, Pastor e pastor também PEDRO.

Mas, note bem o leitor, não é *este o sentido* das palavras de S. PAULO. De que fundamento trata o apóstolo? Do fundamento *escolhido por* CRISTO (rocha, KEPHAS)? Não; mas do fundamento (alicerce, *Θεμέλιον*) *lançado por éle* S. PAULO, com sua *pregação*. — Do fundamento social da Igreja, como edifício religioso, *sociedade das almas remidas*? Ainda uma vez: não; mas da *vida individual* (veja cada um como edifica sobre éle). "O assunto de que fala no contexto é a instituição da vida cristã baseada na doutrina de Cristo (na verdade capital da sua divindade), fora da qual não pode haver outro fundamento da nossa vida religiosa. Sobre este alicerce insubstituível deve cada um levantar o edifício da própria perfeição, edifício que poderá ser de ouro, de prata, de gemas preciosas, de madeira, de ferro, ou de palha (V. 12)" (IRC 18). As diferenças não podiam ser mais radicais. Em S. MATEUS trata-se de uma rocha pre-existente (KEPHA); em S. PAULO do alicerce (*Θεμέλιον*) que se lança (*lança*). Em S. MATEUS da rocha *escolhida por* CRISTO; em S. PAULO, do fundamento *lançado pelo Apóstolo*. Em S. MATEUS, de fundar solidamente a *sociedade eclesiástica* (edificarei a minha Igreja); em S. PAULO de lançar *em cada alma*, a verdade fundamental sobre que se há de elevar o edifício da própria perfeição. "Quem não vê, escreve um dos mais autorizados exegetas contemporâneos, quem não vê que o texto de S. Paulo e o de S. Mateus diferem de todo em todo? O apóstolo fala de um *monumento doutrinal* cujo fundamento outro não pode ser senão o *dogma primordial do Cristianismo*; o evangelista fala de uma *sociedade religiosa* à qual se trata de *dar um chefe* e este chefe não pode ser senão *uma pessoa*" (154). Atirar o primeiro texto contra o segundo, ou interpretar um por ou-

(154) F. PRAT, *Jésus Christ*, Paris 1933, p. 433.

tro, é balbuciar as coisas mais evidentemente distintas, e querer empoeirar de confusão a mais límpida das atmosferas.

Que replicou a Sr. L. a estas razões tão claras e tão objetivas? Provou, porventura, que S. PAULO tratava da *organização social* da Igreja? E que, portanto, o seu texto era *paralelo de S. MATEUS*? Não; nada disto. Os argumentos que o estado da questão pedia não vieram. Veio, porém, o ensejo de ainda uma vez deformar a doutrina católica e levantar novo alívio ao adversário; e o pastor não o deixou passar inaproveitado. Disse aos seus leitores que a nossa distinção “destrona o Filho de Deus de sua soberania na Igreja”, p. 142, e que nós fomos levados “a afastar completamente Jesus Cristo como autoridade suprema da Igreja”, p. 88; “seria o maior dos absurdos concluir daí ser êle (Jesus Cristo) apenas fundamento como verdade capital”, p. 142. — Mas onde dissemos ou concluímos que JESUS CRISTO é “apenas” fundamento como verdade capital? Pelo contrário, onde não dissemos *explicitamente, uma e muitas vezes* que “Cristo é a pedra fundamental, pedra primária, sobre cuja solidez divinamente inconcussa repousa inabalável *todo o edifício* religioso do Cristianismo” (IRC. p. 17 — ver ainda p. 18, etc., etc.). Mas onde nós escrevemos “*todo o edifício* religioso”, o Sr. Pastor substituiu “*apenas* fundamento doutrinal”; onde nós dissemos que o *texto citado de S. PAULO* — apenas êste texto senhor, — trata do fundamento doutrinal da vida cristã, o Sr. Pastor pregou aos seus fiéis que a nossa distinção “destrona o Filho de Deus de sua soberania na Igreja” (155). Se os argumentos racionais não são

(155) A doutrina católica é de uma clareza e de uma unanimidade que se impõe. E' abrir qualquer teólogo. “Ensinam todos os católicos que Cristo é a primeira pedra, o fundamento principal, que, *de si* é por *virtude própria*, é pedra, é fundamento; e que Pedro, só por participação e delegação de Cristo, *por Ele* e *sob a dependência d'Ele*, é pedra e fundamento secundário, e não fundamento

muito abundantes, os “*processos*” polêmicos repetem-se com uma frequência estonteadora.

51. Os outros dois trechos alegados são ainda menos concludentes; apenas uma palavra sobre cada um deles.

“Edificados sobre o fundamento dos apóstolos e dos profetas, sendo o mesmo Jesus Cristo a principal pedra angular; no qual todo o edifício, que se levantou, cresce para ser um templo santo no Senhor, no qual vós outros sois também juntamente edificados para morada de Deus pelo Espírito Santo”. Ef. II, 20-22.

S. PAULO sublinha aqui a união dos gentios e dos judeus em CRISTO, pedra angular, que dos dois fez um e a ambos reconciliou com Deus mediante o seu sangue (v. 13-15). Para êste novo edifício espiritual concorreram com o fundamento de sua doutrina os profetas que o anunciaram em Israel e os apóstolos que o pregaram aos gentios; uns e outros unificados no Salvador. Ainda uma vez não se trata da pedra fundamental (*Kepha*, rocha) sobre a qual CRISTO edificou a sua Igreja; mas do fundamento (*Θεμέλιον*) lançado por *profetas e apóstolos*. Em S. MATEUS constrói CRISTO a sua igreja sobre uma pedra *por êle escolhida*: uma *pessoa*, Kephias, Simão Barjona, sobre a qual repousará *tôda a Igreja, apóstolos e fiéis*. Na epístola aos *efésios*, S. PAULO encarece a unidade do novo edifício espiritual, elevado sobre a universalidade redentora de CRISTO, que evangelizou a paz a gentios e judeus, aos que estavam longe e aos que estavam perto (v. 17). Nesta construção, os profetas da Antiga Aliança como os apóstolos da Nova representam com

primário e único. “PALMIERI, *De Romano Pontifice*, Prati, 1891, 313-314. O protestantismo pode divergir da doutrina católica; em nenhuma hipótese, porém, assiste-lhe o direito de falseá-la... Não é elegante.

a sua pregação e doutrina o fundamento sobre o qual são edificados os fiéis. Os dois textos como se vê, em nada se opõem, mas, tanto pelas palavras como pelo sentido, diferem radicalmente e versam questões de todo em todo diversas.

O terceiro passo aduzido é da 1^a Pet. II, 4-5: "Chegai-vos para ele como para a pedra viva que os homens tinham sim rejeitado, mas que Deus escolheu e honrou. Também sobre vós mesmos, como pedras vivas, sêde edificados em casa espiritual, em sacerdócio santo, para oferecer sacrifícios espirituais que sejam aceitos a Deus por Jesus Cristo. Por cuja causa se acha nas Escrituras: eis aí ponho eu em Sião a principal pedra do ângulo, escolhida, preciosa e o que crer nela não será confundido". — Quem lê o texto entende logo, sem grande esforço, que nêle S. PEDRO afirma 1.º) ser Cristo a pedra angular da nova casa espiritual; 2.º) serem os seus fiéis outras tantas pedras (λίθοι) vivas da mesma construção. Quem o negou ou poderá jamais negá-lo? Como, porém, daí se infira que CRISTO não tenha podido constituir na sua Igreja uma autoridade visível, ou não tenha dito a um dos Doze: "tu és Pedra e sobre esta Pedra edificarei a minha Igreja", é realmente o que não podemos alcançar.

* * *

52. Na raiz de tôdas estas dificuldades do Sr. Pastor, já o leitor perspicaz terá percebido a deformação radical da idéa evangélica de Igreja, que, pela força das circunstâncias, se foi aclimando, entre protestantes, como um preconceito inextirpável de família. Nascido de uma revolta contra a autoridade eclesiástica, o protestantismo viu-se na necessidade psicológica de contestar a legitimidade de quem o condenara em nome de CRISTO. Pretendendo, mais tarde, organizar-se em comunidade eclesiástica dissidente houve de talhar uma noção de igreja que se adaptasse às lamentáveis contingências das suas origens históricas e de sua evolução posterior. Daí o impor neste ponto ao Evangelho as muti-

lações mais deformadoras. Outra, bem outra, a idéa que da Igreja fez sempre o cristianismo; outra bem outra o que se depreende de uma leitura serena dos textos sagrados.

O que para logo ressalta com uma evidência de meio-dia é a intenção manifesta do Salvador de fundar uma sociedade, seu prolongamento na terra. Através de seus órgãos proporcionadamente diferenciados CRISTO continuaria de um modo visível a exercer entre os seus a sua missão salvadora. Abram os Evangelhos e leamos a palavra divina sem os vidros esfumados do preconceito.

Logo no princípio da sua vida pública o Divino Mestre começa a reunir em torno de si os primeiros discípulos. Mais tarde, entre eles escolhe os que constituirão as colunas de sua Igreja; é um Colégio, são os "Doze"; chama-os *apóstolos*, isto é, enviados. De fato, eles serão na terra até a consumação dos séculos o prolongamento de CRISTO. "Como o Pai me enviou, eu vos envio" (S. JOÃO XX, 21). Diante dos homens serão os *representantes vivos* do Salvador: "quem vos ouve, a mim ouve, e quem vos despreza, a mim despreza" (Lc. X, 16). As funções que o divino Redentor exerceu na terra continuará a exercê-las, de modo visível, por estes *enviados* aos quais *delega todos os poderes necessários*.

CRISTO foi o divino Mestre infalível que nos trouxe a Boa Nova da Salvação? Também os apóstolos recebem o mandato de ensiná-la *integralmente* a todos os povos e o seu magistério é *infalível e obrigatório*. "Ide, ensinai a todos os povos... a observar *tudo* o que *vos mandei*, eu estarei convosco até a consumação dos séculos" (MAT. XXVIII, 20). "Quem não crer será condenado" (Mc. XVI, 16).

CRISTO, sacerdote eterno e único da Nova Lei, ofereceu ao Pai o grande sacrifício que resgatou a humanidade? Aos seus apóstolos ordena que, em todos os tempos e lugares, renovem a grande oblação santificadora: "Fazei isto em memória de mim" (Lc. XXII, 20). Será, pelos séculos, o cumprimento fiel do que profetizara MALAQUIAS: "em todo

lugar se oferecerá ao meu nome incenso e uma oblação pura" (MALAQ. I, 11).

CRISTO, entre os homens, pôde perdoar e perdoou pecados? (MAT. IX, 6; Lc. V, 20; VII, 48). Também aos apóstolos o grande poder remissivo é conferido com as palavras mais solenes: "Recebei o Espírito Santo; aqueles a quem perdoardes os pecados lhes serão perdoados; àqueles a quem os retiverdes lhes serão retidos" (JOAN. XX, 22).

Aí estão os representantes vivos e visíveis de CRISTO a receber dos seus lábios a delegação ampla e explícita dos poderes mais amplos para ensinar, governar, e santificar os fiéis, que nêles e por êles atingirão o próprio CRISTO: "quem vos ouve, a mim ouve; quem vos despreza a mim despreza".

Mas o colégio apostólico, que, nos seus sucessores, se há de perpetuar até o fim dos tempos, não é um grupo inorgânico ou amorfo, uma multidão acéfala ou anárquica. A frente, CRISTO põe-lhe um chefe. Dentre os Doze, escolheu um a quem deu o nome simbólico de Pedra (Kepha). (JOÃO I, 42.) E explicando-lhe o significado disse-lhe que sobre esta Pedra havia de construir a sua Igreja; deu-lhe as chaves de seu Reino; conferiu-lhe o poder de ligar e desligar na terra (MAT. XVI, 16-19), cometeu-lhe a missão de confirmar na fé aos seus irmãos (LUC. XXII, 32), e por último, pouco tempo antes de deixar a terra, fê-lo Pastor universal do seu rebanho, confiando-lhe o cuidado de apascentar todos os seus cordeiros (JOAN. XXI, 15-17).

Com isto, ficou porventura CRISTO diminuído, ou renunciou a alguma de suas prerrogativas essenciais? Nada menos. CRISTO é o mesmo, ontem, hoje e nos séculos; é sempre o mesmo Chefe do corpo místico; Êle, que continua, invisível, a exercer, pelos seus órgãos visíveis, sua divina missão na Igreja. "Há diversidade de ministérios, mas o Senhor é o mesmo" (I Cor. XII, 5). CRISTO continua a ensinar pelo magistério infalível da sua Igreja; CRISTO continua a santificar as almas pelos órgãos dos seus ministros;

CRISTO continua a governar o seu rebanho por meio de PEDRO. "Cristo é tudo em todos" (Coloss. III, 11). Portanto, CRISTO, luz, e luzes os apóstolos; CRISTO, pedra, e pedra SIMÃO; CRISTO, pastor, e pastor PEDRO; CRISTO cabeça da Igreja, e cabeça da Igreja o "bem-aventurado filho de Jonas". Contradição? Concorrência? Incompatibilidade? Nenhuma. Na luz dos seus Apóstolos é CRISTO quem ilumina o mundo; no rito santificador dos seus ministros é CRISTO quem regenera os corações; na autoridade dos seus representantes é CRISTO quem governa a sociedade das almas resgatadas com o seu sangue (156).

Eis a Igreja tal qual no-la manifestam as páginas inspiradas do Novo Testamento. Os inovadores do século XVI, nascidos entre paixões em revolta, não souberam respeitar-

(156) Melhor ressalta agora a incompreensão profunda que inspirou frases como estas, repetidas como um estribilho pelo Sr. L.: "A Igreja romana não é cristã, é papal: Jesus Cristo foi eliminado, sendo substituído pelo papa", p. 21; foram levados "a afastar completamente Jesus Cristo como autoridade suprema da Igreja", p. 88. A nossa interpretação de um texto de S. Paulo "destrona o Filho de Deus de sua soberania na Igreja", p. 142. — Dificilmente se poderia levar mais longe a deformação sistemática de uma doutrina. Não, Sr. Pastor, não eliminamos a CRISTO, substituindo-o pelo papa; o que desejamos é respeitar integralmente todas as instituições do Salvador. Não afastamos completamente a Jesus Cristo como autoridade suprema da Igreja; timbramos em que a sua autoridade divina seja obedecida em tudo e por tudo e acima de tudo. Não destruímos o Filho de Deus de sua soberania; a nossa atitude é a da submissão completa à totalidade de seus ensinamentos, à intangibilidade de suas instituições. Queremos ter como pastor aquêle a quem CRISTO disse: apascenta os meus cordeiros; queremos ser confirmados infalivelmente na fé por aquêle a quem CRISTO disse: confirma os teus irmãos; eu orei por ti para que não desfaleça a tua fé; queremos entrar no reino dos céus por intermédio daquele a quem CRISTO disse: dar-te-ei as chaves do reino dos céus; queremos ver a Igreja vitoriosa contra todas as potências do mal, porque fundada naquele a quem CRISTO disse: tu és Pedra e sobre esta Pedra edificarei a minha Igreja.

lhes a integridade intangível. Quem lê o Evangelho e abre os olhos para a realidade protestante, para logo percebe a dissonância do contraste. Onde o *magistério vivo*, depositário de um ensino autêntico e inerrável, guarda seguro de *tôda a mensagem* evangélica? Onde o *Supremo Pastor* do rebanho de CRISTO, o *Confirmador* de seus irmãos, o *Claviculario* do Reino dos Céus? Tudo foi sacrificado às imposições psicológicas de uma atitude viciada nas suas origens. E as consequências do primeiro erro, o tempo as foi avolumando e tornando, de século em século, mais funestas e irreparáveis. Retomemos a palavra de S. PAULO em tôda a amplitude da significação que se lhe pode dar: não, nenhum outro fundamento se pode pôr além de CRISTO. Do CRISTO completo, integral, com tôda a sua doutrina, com a harmonia de tôdas suas instituições, com o seu Evangelho total. Fora daí ninguém pode pôr outro fundamento. Qualquer construção que nêle não descanse é efêmera, precária, de antemão condenada à ruína inevitável. Onde estão as igrejas separadas do Oriente? Sumiram-se muitas na voragem dos séculos, outras aí vegetam fragmentando-se em tantas igrejas autocéfalas quantas reclamam a ambição dos homens e as contingências da política. Onde está o protestantismo do século XVI? Não passa hoje de um nome; já se lhe não pode contar o número de seitas; de dia para dia se multiplicam e se tornam mais divergentes as suas confissões de fé. E' a marcha acelerada para a pulverização, a dispersão, a dissolução incoercível. Edifícios levantados sobre a areia movediça das opiniões humanas. Prevaleram as forças desagregadoras do mal. As portas do Inferno só não hão de prevalecer contra a Igreja vinte vezes secular levantada sobre a *pedra escolhida* por CRISTO. A história realiza e confirma as promessas do Evangelho.

* * *

53. Depois dos passos bíblicos que acabamos de analisar, passa o Sr. L. a examinar o testemunho dos Santos Padres e a êste exame consagra quase 30 páginas (102-130). Notável! No livro a que replica o Sr. Pastor, continuava naturalmente a exposição dos outros trechos *inspirados* que esclarecem, confirmam e completam o estudo do primado de Pedro no *Evangelho*.

São êles o versículo seguinte de S. MATEUS (XVI, 19), o versículo 32 do c. XXII de S. LUCAS (157), os versículos 15-17 do cap. 21 de S. JOÃO. A analisá-los e comentá-los dedicava o nosso livro 12 páginas (da p. 22 à 34) e só depois (à p. 34 e sgs.), se começava a expender, sob o título "a voz dos séculos", o argumento confirmador tirado do testemunho dos SS. Padres. Como explicar, pois, que o Sr. L. tenha saltado de pés juntos todos *êstes trechos bíblicos* para passar logo ao exame do argumento tirado de outra fonte? A omissão torna-se tanto mais estranhável quanto na capa do seu livro, em subtítulo, imprimira êle os dizeres seguintes: "Resposta ao livro I — "A Igreja Católica" (pp. 1 a 22)".

A vista dêstes dados positivos surge uma dúvida penosa: Se o Sr. Pastor respondia até a p. 22, por que razão consagra quase trinta páginas ao testemunho dos Santos Padres, que no meu livro só começa a ser exposto à p. 35? E se dispunha de quase trinta páginas para o argumento posterior da autoridade dos SS. Padres por que *omitir a réplica ao argumento bíblico que ainda continuava* da p. 22 à 34? E se de fato se estendia a sua resposta até à p. 35 de meu trabalho por que estampar na fôlha de rosto que ia somente da p. 1 à p. 22?

Não é necessário haver tirado o primeiro prêmio em perspicácia intelectual para adivinhar as razões ocultas que

(157) O texto de S. Lucas é apenas indicado na p. 30 que remete para um desenvolvimento maior a pp. 183 e 184. Mais ampla exposição em CP., pp. 20-21.

inspiraram tão insólito proceder. A psicologia e a estratégia explicam sem grande esforço a atitude escolhida. Psicologicamente, insinuava-se no ânimo dos leitores a persuasão de que os fundamentos bíblicos da doutrina católica não passavam de um simples verseto de S. MATEUS. Estrategicamente cobria-se uma retirada possível. Quando amanhã o adversário chamasse a contas o Sr. Pastor e lhe perguntasse os motivos da omissão injustificável, a resposta corria-lhe espontânea ao bico da pena: não estava lá na capa do livro que a sua crítica parava na p. 22? O resto viria mais tarde.

É esta explicação uma simples conjectura? interpretação de contendor malevolente? Infelizmente, não. São afirmações redondas do Sr. Pastor. Examinando o "texto capital", citado o *único* versículo 18 de S. MATEUS, conclui o Sr. L.: "eis o *único* fundamento do papado" (158). Se Roma fracassar na interpretação que dá a essa passagem, estará perdida a sua causa, a sua máxima causa", p. 73. — O fato é doloroso mas incontestável: ciente e conscientemente o Sr. Pastor afirma aos seus leitores uma inverdade e os induz voluntariamente em erro. Ele sabe que o versículo 18 de S. Mateus não é o *único* argumento bíblico aduzido em favor da tese católica; *êle conhece os outros trechos* expostos no livro que analisa, mas *subtrai-os aos olhos de quantos o lêem*, omitindo-os com o artifício que se acaba de ver, e conclui triunfante: "eis o único fundamento do papado"!!

(158) Em 1920 escrevia EDUARDO CARLOS PEREIRA: "uma passagem única... do Novo Testamento é a credencial divina que o papado apresenta à consciência cristã da humanidade" (p. 214). Respondemos que não era assim e o demonstramos (IRC., 29-34) — Em 1936 o Sr. LISÂNIAS CERQUEIRA LEITE: "eis o único fundamento do papado". E, com uma preterição inexplicável, silencia ao leitor todos os textos que *êle conhece* e que lhe desmentem o asserto. — A teimosia no erro orça aqui por uma incorrigibilidade raras vezes atingida; mas a causa que só assim se pode defender já soçobrou para sempre num naufrágio sem esperanças.

Numa controvérsia grave, sobre assuntos tão sérios como os que interessam a consciência religiosa, esta duplicidade incompreensível, esta sinuosidade de subterfúgios, estes processos obliquos e tortuosos consternam os corações amigos da verdade.

§ 3. A voz dos séculos

54. Para os que estudam a questão do primado de PEDRO nos Evangelhos, o testemunho da antiguidade cristã, considerado ainda somente à luz da psicologia, é de um valor decisivo. Achamo-nos aqui em contato com os primeiros intérpretes da palavra divina, com os mestres da vida cristã, que, pelo conhecimento da língua e pela proximidade da pregação apostólica, se achavam nas melhores condições de *lhe entender o significado verdadeiro*; estamos, sobretudo, longe, bem longe do ambiente de ódios e preconceitos criado pelas dissidências protestantes e que tanto turvaram entre os inovadores a serenidade da atmosfera intelectual e religiosa, indispensável a qualquer inquirição desinteressada da verdade. Uma sondagem na história da exegese cristã dos primeiros séculos impunha-se-nos, portanto, como uma prova de sinceridade na investigação e de probidade científica na interrogação de todas as fontes donde nos pudesse advir mais luz. Foi o que fizemos. E o resultado já o conhecem os leitores: nos primeiros séculos do cristianismo entre os SS. Padres e escritores eclesiásticos *não há um só que negue haver sido S. PEDRO investido por CRISTO do primado no govêrno da sua Igreja*. Dissemo-lo e comprovamo-lo com a alegação exata de alguns textos na multidão imensa dos que se poderiam citar. A "voz dos séculos" depunha esmagadoramente contra o protestantismo.

Como os seus predecessores, tentou também o Sr. L. diminuir a impressão deste plebiscito triunfal. Mas a tentativa ainda uma vez fracassou; a réplica apresenta a fra-

gilidade de uma casca de ovo. Dentre os SS. PP. alegados, apenas sobre S. AGOSTINHO em particular se tecem algumas considerações, acerca do valor geral e global dos outros testemunhos encontram-se, em seguida, algumas observações vagas e inconsistentes. Como, porém, nada queremos omitir que se refira diretamente ao assunto em debate, sobre um e outro ponto, seguindo na alheta do Sr. Pastor, diremos uma palavra decisiva.

* * *

55. S. AGOSTINHO é, entre os padres da Igreja, um dos que, mais explícitas e repetidas vezes, afirmam o primado jurisdicional do príncipe dos apóstolos. Do versículo 18 do cap. XVI de S. MATEUS, porém, deu êle, em várias ocasiões, duas interpretações diversas: uma, a tradicional (cantatur ore multorum); em harmonia com o sentir comum da Igreja, — SIMÃO é a pedra sobre a qual Cristo fundamentou a sua Igreja —; outra, por êle excogitada, — CRISTO é a pedra e SIMÃO foi chamado PEDRO, por ter confessado a Cristo-pedra (159). No fim da vida, revendo as suas obras e opiniões, no livro das *Retractationes*, o Santo Doutor registra lealmente as duas interpretações diversas, dadas ao mesmo texto, e, sem se decidir definitivamente por uma com exclusão da outra, pede ao leitor escolha a que se lhe afigurar mais provável (160).

(159) Pode ver-se a primeira interpretação em: *Enarr. in Ps.* 69, n. 4; *Enarr. in Ps.* 55, n. 15; *in Joan.*, trat. 11, n. 5. A segunda exegese lê-se em: *Enarr. in Ps.* 60, n. 3; *In Joan.* trat. 7, n. 14; *In Serm.* 76, n. 1; *Serm.* 295, n. 1.

(160) Eis na íntegra o texto do Santo: "Em certo passo disse eu do apóstolo S. Pedro que a Igreja fôra fundada sobre êle como sobre uma pedra, sentido êsse que também se canta pelas multidões nos versos do bem-aventurado Ambrósio, onde diz do galo: hoc ipsa petra Ecclesiae canente culpam diluit. Lembro-me, porém, que depois, muitas vezes, expus assim as palavras do Senhor: "tu és Pedro

Sigamos o prudente conselho do Santo. Vejamos as probabilidades que influíram na sua inteligência pesando-lhes imparcialmente o valor. Por que razão propôs S. AGOSTINHO a segunda exegese? Acaso por não admitir o primado de S. Pedro? Talvez por julgar que eram iguais todos os apóstolos? Porventura convencido de que a supremacia de jurisdição do apóstolo privilegiado era uma usurpação humana e uma ofensa às prerrogativas de Cristo? Nada disto. O primado de Pedro, o grande doutor afirma-o do princípio ao termo de sua vida, da primeira à última de suas obras, sem sombras de hesitação: "Pedro recebeu o primado entre os discípulos", a sua sede, a de Roma, é "a mais alta autoridade"; quando Roma fala "está terminada a causa" (161). O único motivo que inclinou o animo do exegeta a ver certa probabilidade da nova interpretação que propunha foi de *ordem filológica*. Conhecendo pouco o grego e desconhecendo de todo o arameu, julgou S. AGOSTINHO que o nome do apóstolo, *Petrus*, foi derivado de *Petra*, como de *Cristo* se originou *crístão* (162). Soubesse êle as línguas orientais e veria logo como a forma *Petrus*, em latim sem nenhuma significação, reproduz o grego *Petros*, que significa *pedra*, e a palavra grega, por sua vez, adapta ou verte o original aramaico,

e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja", de modo que "sobre esta" se entendesse d'Aquêle a quem Pedro confessara, dizendo: "Tu és Cristo, Filho de Deus vivo". Assim foi que Pedro derivando o seu nome desta Pedra figurava a pessoa da Igreja que sobre ela foi edificada e que recebeu as chaves do reino dos Céus. Com efeito, não se lhe diz: "tu és pedra, mas tu és Pedro". A Pedra, porém, era Cristo; Simão, tendo-o confessado, como o confessa toda a Igreja, foi chamado Pedro. Das duas interpretações escolha o leitor a que lhe parecer mais provável." *Retract. I*, 21.

(161) Alguns, dos muitos textos que se poderiam citar, encontram-os o leitor em CP. 98-99 e no presente volume a pp. 44-45.

(162) "Non a Petro, petra, sed Petrus a petra sicut non Christus a christiano, sed christianus a Christo vocatur". *Trat.* 124. *in Joan.* n. 5.

Kephas, que vale tanto quanto *Rocha*. Note, portanto, o leitor atento: a propor como provável a nova interpretação não induziu ao Santo Doutor nenhuma razão de *ordem teológica*, tirada de objeções contra o primado de Pedro, sugeriu-lha tão somente uma etimologia evidentemente errônea.

Já o havíamos dito e explicado quando retrucamos a um dos predecessores do Sr. L. (ver CP. pp. 92-94). Numa "resposta ao pé da letra" toda a gente de bom senso, habituada numa polémica a procurar razões e não insultos (163), esperaria que a réplica nos demonstrasse ou que S. AGOSTINHO era versado nas línguas orientais, ou que a sua etimologia é sustentável ante uma ciência filológica esclarecida.

Nada disto fez o Sr. Pastor. Em lugar de argumentos, uma atitude patética! Para comover os seus leitores e irritá-los contra "a rapôsa ultramontana", irrompe em exclamações indignadas: "Pobre S. Agostinho! Para que... te emparelhaste com os que, no século XVI, dariam golpe mortal nas pretensões do pontífice-rei... eis que a pena desesperada de um jesuíta te macula a memória. Ah! Douto bispo, por que ousaste discordar da voz que a fraude jesuítica tentou impingir como a voz dos séculos... por que alçaste tanto acima da tese romana os frutos do teu saber evangélico... eis que a rapôsa ultramontana... regouga injúrias contra a tua cultura... Insigne S. Agostinho... em que pese as injúrias continuas alcandorado na consciência

(163) Quanto menos aparecem as razões tanto mais se revelam os índices de uma paixão indomada e de um preconceito irritadiço. Só neste caso de S. Agostinho o Sr. Lisâneas atrai ao seu contendor este ramalhete de amabilidades: "homem inescrupuloso"; "lisura de lontra e de porco-espinho", "matreirice jesuítica"; "rapôsa ultramontana", "pena suspelta e envenenada de um jesuíta em apuros" (pp. 71-73), "assassino da verdade"; "audácia com que mistificam a verdade histórica", pp. 102-193. — Como tudo isto desafiava em pena de evangélico pastor! como entristece as almas bem nascidas!

da maior cultura cristã..."; pp. 72-73. — E, assim, com esta retórica insuportável, continua por uma página inteira! Um só argumento não teria mais valor do que toda esta estiradíssima parlenga declamatória que não tem nenhum?

56. Uma e outra e terceira vez (pp. 72, 82, 102) volta o Sr. L. a rebater o caso de S. AGOSTINHO. Na última, julga poder inferir do passo acima analisado quatro "inconfutáveis verdades" (p. 105). Confutemo-las, uma depois da outra.

1. "Que até o seu tempo — século V — não existia na interpretação do "tu és Pedro..." o consenso unânime falsamente impingido pelos inescrupulosos defensores do Papismo do estôfo de L. Franca" (p. 105). — Prova o texto precisamente que existia este consenso. O Santo tem consciência de expor uma exegese pessoal, própria, diversa da corrente da tradição que nos cantos religiosos, *andava pela boca das multidões — canitu ore multorum*. Senão, que o Sr. L. nos cite um texto anterior ao século V, em que se negue o primado de S. PEDRO.

2. "Que o próprio S. Agostinho, sustentando duas opiniões, por fim se explica, dizendo que "a Pedra é Aquê que Pedro tinha confessado", p. 105. — Falso; o que "por fim" afirma o Santo é coisa bem diversa. O argumento que aduziu em favor da sua interpretação não lhe pareceu decisivo; a exegese tradicional não foi descartada com nenhuma prova apodíctica. Ao leitor, portanto, deixa o Santo Doutor o critério de "escolher das duas interpretações a que lhe parece mais provável". Eis o que "por fim" explica S. AGOSTINHO. Não é interessante ver como o Sr. L., tão agressivo em denunciar os "inescrupulosos defensores do Papismo do estôfo de L. Franca", mutile assim com tanto desempeno e tão pouco escrúpulo um trecho do *Santo*, interrom-

pendo-lhe a leitura a meio caminho e asseverando aos seus fiéis que é explicação final do Agostinho, a que manifestamente não representa a conclusão do seu pensamento?

3. “Que sobre essa questão capital, S. Agostinho não só praticou o *livre exame da Escritura* (não obstante reconhecer que “o Senhor ensina os povos pela autoridade da Igreja”) mas o recomendou, dizendo: “Que escolha o leitor destas duas interpretações a que lhe parecer mais provável”, p. 105. — Confusão deplorável de idéias tão distintas! O “livre exame” preconizado pelo protestantismo é o que arvorava cada indivíduo em *árbitro supremo* da fé e desconhece a existência do *magistério vivo, autêntico e infalível* constituído por Cristo para a exposição e defesa do patrimônio revelado. Esse “livre exame” S. AGOSTINHO não só nunca o pôs em prática, mas inúmeras vezes e explicitamente o condenou como errôneo e anti-evangélico (164). Mas, reconhecida a autoridade suprema da Igreja, debater as razões que militam por esta ou aquela exegese de um texto sagrado, não só não é “livre exame protestante”, mas, é, foi e será sempre a prática de todos os comentadores católicos de todos os tempos. A maravilha ingênua do Sr. Pastor acompanhada de sua inferência “inconfutável” prova apenas uma ignorância total em matéria de história da exegese bíblica.

4. “Que até o século V, a autoridade docente da Igreja não havia transmitido como ensino do Senhor a doutrina romana sobre o fundamento da Igreja; pois, em tal hipótese, um bispo da envergadura de S. Agostinho, não ensinaria doutrina contrária, permanecendo na plenitude de sua au-

(164) “Eu não acreditaria no Evangelho, se a isto me não levara a autoridade da Igreja Católica”. “E como muitos herejes costumam torcer a exposição das Escrituras em favor de suas opiniões, contrárias à fé do magistério católico”. “Não queres [fala a Juliano] interpretar as palavras do Apóstolo como as interpreta a Igreja”. Ver esta e mais outras citações em CP, pp. 94-98. — E o Sr. L. conhece semelhantes textos!

toridade episcopal e em plena comunhão com a Igreja universal”, p. 105. — Outro equívoco, filho de precipitação apaixonada que já não sabe ler os documentos. S. AGOSTINHO nunca ensinou “doutrina contrária” ao primado de S. PEDRO. Apenas de um versículo do 1.º evangelho apresentou aos seus leitores como simplesmente provável uma exegese diversa da tradicional. Mas o primado de S. PEDRO ressalta evidente dos versículos seguintes da mesma perícopa de S. MATIUS e de outros textos evangélicos, cautamente omitidos pelo Sr. Pastor, mas diligentemente conhecidos e santamente respeitados pelo grande bispo de Hipona. Acêrca da “doutrina romana” do primado jurisdicional do Papa, nunca levantou êle a menor sombra de dúvida. Nos seus livros, não podia ser mais claro e explícito em expô-la; na sua vida episcopal, não podia ser mais deferente em acatá-la e praticá-la (165). Quando, além disso, nos afirma o Sr. L. que “até o século V a autoridade docente da Igreja não havia transmitido como ensino do Senhor a doutrina romana sobre o fundamento da Igreja”, ainda uma vez dá mostras de um desconhecimento completo da história do cristianismo. Para não citarmos senão papas contemporâneos do grande bispo africano, SIRÍCIO (384-399), INOCÊNCIO I (401-417), ZÓSTMO (417-418), BONIFÁCIO I (418-422), e CELESTINO I (422-432), afirmaram todos, várias vezes e nos termos mais inequívocos a supremacia jurisdicional do bispo de Roma, herança indetectível do primado de Pedro (166). Expliquem agora os

(165) Ver testemunhos e fatos em CP, pp. 98-100, e neste mesmo vol., pp. 43-50.

(166) O Papa SIRÍCIO, em carta a Himerio, bispo de Tarragona: “A regra acima [sobre a administração do batismo] deverão observar todos os sacerdotes que se não quiserem afastar da solidez da pedra, sobre a qual Cristo construiu a Igreja universal”. COUSTANT, *Epistulae Romanorum Pontificum*, p. 627. INOCÊNCIO I aos membros do Concílio de Milévio: “Principalmente quando se trata de questões de fé, julgo que todos os irmãos e colegas no episcopado só a

leitores como, ante esta verdade histórica incontestável, o Sr. L., que, ao menos em parte, devia conhecê-la (IRC. 106-108) e que não é “um inescrupuloso defensor do protestantismo do estôfo de L. Franca”, ousou escrever que “até o século V a autoridade docente da Igreja não havia transmitido como ensino do Senhor a doutrina romana sobre o fundamento da Igreja”?

Aí estão as quatro “verdades inconfutáveis”, que o Sr. Pastor teve a perspicácia de enxergar demonstradas no passo do bispo de Hipona.

* * *

57. S. AGOSTINHO foi o único dos SS. Padres cujo testemunho o Sr. Lisâneas tentou invalidar com algumas reflexões muito sumárias, muito pobres e muito inconsistentes,

Pedro... devem recorrer, como agora recorrestes, acerca do que convém em todo o mundo e a todas as igrejas”. COUSTANT, *op. cit.*, p. 896. Zósmo, aos bispos africanos: “A tradição apostólica dos Padres atribuiu à Sede Apostólica tanta autoridade que suas sentenças ninguém ousasse discutir... dêste apóstolo [Pedro] quis a antiguidade canônica, por unanimidade de julgamento, fôsse tanto o poder que, pela própria promessa de Cristo, Senhor nosso, ligasse... e solvesse”... COUSTANT, *op. cit.*, p. 974. BONIFÁCIO I a todos os bispos da Tessália: “A instituição nascente da Igreja Universal em S. Pedro teve o seu princípio e nêle a seu regime e... pelas palavras do Senhor a esta [Igreja, i. é, à romana] tudo foi concedido. Ela é a cabeça de todas as igrejas espalhadas pelo mundo; quem dela se separa, deixa de pertencer à religião de Cristo”. COUSTANT, *op. cit.*, p. 1937. CELESTINO I, a Nestório, patriarca herético de Constantinopla: “Saibam, pois, claramente que esta é a nossa sentença: se de Cristo não admitires o que... crê a Igreja universal e não condenares esta pérfida novidade, considera-te como desligado da comunhão de toda a Igreja Católica”. COUSTANT, *op. cit.*, p. 1130. — Em resumo: a Igreja de Roma goza de supremacia jurisdicional sobre todas as igrejas, em virtude das prerrogativas singulares de que por Cristo foi investido S. PEDRO. Eis o que, no século V, transmitia, como ensino do Senhor, a autoridade docente da Igreja, contemporânea de S. AGOSTINHO.

como se acaba de ver. Mas ao lado do depoimento do grande Doutor africano citamos dezenas e dezenas de outros textos da antiguidade cristã, que, em modo irrefragável, demonstram como a favor da exegese católica se acha o sentir unânime da Igreja primitiva. O Sr. Pastor, a quem não falta espaço para declamações fôfas e injúrias inconvenientes, não o encontrou para uma discussão crítica e serena dos argumentos que se lhe opunham. Limitou-se a tecer considerações gerais que, a seu ver, infirmam o valor demonstrativo do argumento dêste plebiscito esmagador. Acompanhem-lo também nesta penosa romagem.

Sua primeira tentativa é negar a existência desta unanimidade de consenso. Como de costume, transcrevamos à letra as suas palavras: “Sustenta o arcebispo Kenrich, de S. Luís, quase o mesmo pensamento do padre A. Pereira: que 77 dos Santos Padres trataram do assunto em controversia, e, que, dêstes, 44 consideraram a rocha sobre a qual Jesus Cristo estabeleceu a sua Igreja como sendo a fé que Pedro confessara; 16 julgaram-na o próprio Jesus Cristo e 17 foram de opinião que a rocha era Pedro. Eis a opinião de um bispo ilustre contra a famosa “voz dos séculos”, contra o pretense “consenso unânime dos Santos Padres”, na interpretação do grande texto em controversia. Num total de 77, 60 ou sejam 78 % dos Santos Padres sustentaram o ponto de vista contrário ao da Igreja Romana havendo ao lado desta apenas 17 ou sejam 22 %. *Sui generis consenso unanime!* 60 contra 17! 78 % contra 22 %! (“Modern Romanism Examined”, por H. W. Dearden, 4.^a ed., p. 14). O católico romano Launoy sustenta precisamente o mesmo ponto de vista (Epíst. VII, Vol. V, pt. 2, p. 99, Genebra — 1731). Mas, na audácia com que mistificam a verdade histórica, não se pejam os incondicionais apologistas da teoria

ultramontana de afirmar que o consenso unânime dos Santos Padres está com o ponto de vista papal” p. 103.

— A página que se acaba de ler foi publicada na mui leal cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro no ano da graça de 1936. Tenham agora paciência os leitores e percorram esta outra página escrita na mesma cidade, no ano de 1933, sobre o mesmo argumento, em resposta a um dos predecessores do Sr. Lisâneas: “Citamos padres e escritores isolados, entre os *latinos*, TERTULIANO, S. CIPRIANO, S. AGOSTINHO, S. AMBRÓSIO, S. JERÔNIMO, S. OPTATO DE MILEVIO, S. LEÃO MAGNO, entre os *gregos*, ORIGENES, S. EPIFÂNIO, S. GREGÓRIO DE NAZIANZO, S. GREGÓRIO NISSENO, S. CIRILLO DE ALEXANDRIA, S. NILO TEOFILATO, S. CRISÓSTOMO; entre os *orientais*, S. EFREM e S. AFRAATES. Quem quer que não seja de todo leigo na literatura dos 5 primeiros séculos da nossa era terá saudado nestes nomes os príncipes da ciência e da santidade cristã. — Citamos os testemunhos coletivos, e por isso infinitamente preciosos, das diferentes igrejas, cristalizados nos seus livros oficiais de orações, reproduzindo alguns trechos da liturgia *grega, siríaca e eslavo-russa*, justamente as mais afastadas de Roma. — Citamos por último a afirmação solene e majestosa da Igreja reunida nas suas assembleias universais. Os concílios ecumênicos de Efeso, Calcedônia, Nicéia (2), Lião, Constança, e Florença proclamam unânimes o primado de Simão Pedro, a que por último as recentes descobertas arqueológicas vieram trazer ainda a confirmação de seu depoimento insuspeito (Cfr. IRC., pp. 35-39; 529-532).

A nossa exegese não é uma tortura de textos, improvisada para legitimar uma revolta de paixões mal dominadas. É o caudal sereno e tranqüilo da verdade que avança no correr dos séculos, avolumado continuamente pela contribuição dos maiores gênios e dos maiores santos de que se ufana a história do cristianismo.

A esta nuvem de testemunhos que opôs o Sr. ERNESTO DE OLIVEIRA? Não quis falar êle. Deu a palavra a ANTÔNIO

FERREIRA DE FIGUEIREDO: “Nas suas epístolas mostrou LAUNOY que pela interpretação que toma por esta pedra a pessoa de S. Pedro não se acham mais que dezessete padres; e os que se acham pela outra passam de quarenta e quatro”, p. 67. — O honesto Sr. OLIVEIRA tinha diante dos olhos a *prova provada da falsidade desta asserção*. Sem pretender absolutamente ser exaustivo eu havia citado 21 padres e 6 concílios ecumênicos, além dos documentos litúrgicos e arqueológicos. No entanto, citado FIGUEIREDO, prossegue despreocupadamente: “A lista de dezenove Doutores (167) que S. Revma. apensou ao seu volume, em abono da interpretação católica, podemos opor uma outra, superior a quarenta e quatro, de doutores tão canônicos e tão ecumênicos como os outros em abono da interpretação de S. Agostinho, por nós adotada e defendida”, p. 68. — Por que então não opôs? Se o Sr. ERNESTO já tinha “44 doutores tão canônicos e tão ecumênicos” como os já citados, por que não os alegou no seu livro, com as referências exatas? Simples trabalho de copista. E a ocasião era tanto mais azada, quanto havíamos escrito textualmente: “Entre os Santos Padres não há um só que negue

(167) Aliás 21. E por que calar os 6 concílios ecumênicos? Por que omitir toda a demonstração monumental da arqueologia? Por que passar em silêncio o testemunho precioso das mais antigas liturgias orientais? — Já a lista dos 21 não satisfaz ainda ao Sr. ERNESTO, elevemo-la ainda. EUSEBIO de Cesaréia, *Demonstratio evang.* 1, 3, c. 5 (MG., XXII, 216, 220); S. EPIFÂNIO, *Anchor.* c. 9 (MG., XLIII, 33); ASTÉRIO de AMASEIA, *Hom. 8 in Petrum et Paulum* (MG., XL, 268); MACÁRIO de Magnésia, *Apocriticus*, I, 3, c. 27; PROCOLO, bispo de Constantinopla, *Or. in transfig.* n. 2 (MG., LXV, 767); S. CIRILO de Jerusalém, *Cat.* 17, n. 4; 11, n. 3 (MG., XXVIII, 997, 893); VITÓRIO, *In epist. ad Gal.* 1, 1, p. 9 (MG., VIII, 1155); GAUDÊNCIO, bispo de Bréscia, *Sermo* 20 (ML., XX, 995); CASSIANO, *Contra Nestorium*, 3, c. 12 (ML., L, 67); S. MÁXIMO, de Turim, *Hom.* 54 (ML., LVII, 333); FIRMILIANO, de Cesaréia, *Epist. ad Cypr.* n. 17, Ed. HARTEL, p. 821. Aí tem o Sr. ERNESTO mais 11 nomes a acrescentar à lista anterior. (Nota do C. P., p. 28.)

ter Cristo concedido a Pedro o primado de jurisdição na Igreja universal". IRC, p. 35. Que magnífica oportunidade de opor 44, onde se negava a existência de *um só!*" CP., 27-29.

Do simples confronto destas duas páginas ressalta:

1.º) que o Sr. L. em 1936 não adiantou um til ao que já escrevera o seu colega em 1931 e a "Resposta ao pé da letra", neste, como em outros pontos, bem lhe poderia ter ficado na gaveta com enormes vantagens para a reputação do autor e notável economia do tempo precioso de quantos o lêem.

2.º) que, afirmando existirem "do lado desta [da Igreja Romana] apenas 17 (Santos Padres) ou sejam 22 %, o Sr. Pastor faltou conscientemente à verdade, com a agravante de uma reincidência incompreensível.

3.º) que, dispondo de 60 opiniões de Santos Padres, "sustentando o ponto de vista contrário" à interpretação católica, o adversário não citou um só destes numerosos textos inviolavelmente fechados a 7 chaves no escrínio de suas notas, temerosas da luz do dia!

Em 1937 repetimos serenamente o que 15 anos antes havíamos escrito: "Entre os Santos Padres não há *um só* que *negue* ter Cristo concedido a Pedro o primado de jurisdição na igreja universal". IRC., p. 35. — As "respostas ao pé da letra" vão pululando, umas após outras, em ritmo acelerado, os doestos pessoais multiplicam-se também em rápido *crescendo*, mais ou menos destoantes a ouvidos bem afinados. Mas o *textinho pedido*... ah! êsse não há meio de aparecer! E a polêmica protestante envolve-se num descrito cada vez mais irremediável.

* * *

58. O segundo recurso de que lança mão o Sr. L. para menosprezar o valor do depoimento dos Santos Padres é di-

minuir-lhes a autoridade dos escritos. Há pouco tentava-se negar o número imponente das testemunhas; agora, desprestigia-se-lhes a qualidade do testemunho. As suas obras, diz em resumo, o Sr. L. não nos chegaram na integridade primitiva; foram mutiladas e corrompidas, e livros autênticos acrescentaram-se livros apócrifos, interpretações e falsificações tendenciosas introduziram-se sem escrúpulos nem medida. Esta faina inglória de adulterações e mutilações foi, em grande parte, levada a efeito "pelos advogados do papado... segundo a feição dos índices expurgatórios da Igreja Romana... a incorrigível mistificadora", pp. 113, 129. Em confirmação do sobredito alegam-se fatos, episódios, anedotas que se julgam, ingenuamente, provas decisivas.

Lamentamos deveras não poder sair do nosso assunto para examinar, uma por uma, tôdas estas infantilidades. Citemos apenas uma, para amostra. "É fato sobejamente vulgarizado a corrupção do tratado de Cipriano sobre a unidade da Igreja, na edição publicada por Manúzio, em Roma, no ano de 1564, logo seguida pela de Pamélio. O cap. 3.º sofreu grande alteração. Foram inseridas no texto as expressões: "primatus Petro datur" (a supremacia é dada a Pedro), "super cathedram Petri fundata esta ecclesia" (a igreja está fundada sobre a cátedra de Pedro). Onde estava no original: "super unum aedificat Ecclesiam Christus" (Cristo edifica a sua Igreja sobre um só) puseram "super illum unum" (sobre êste só), etc. Estas corrupções não se encontram nas cópias anteriores a Manúzio e Pamélio. É evidente como êsse dolo visava corroborar a doutrina romanista do papado", p. 110 (168). — Encontram-se, Sr. L., estas "corrupções"; remontam elas a manuscritos de muitos

(168) A seguir escreve o Sr. L.: "E diz L. Franca: 'Tal é o sentir de Cipriano, calmo e tranqüillo, ecoando a grande voz da tradição católica' (nota à p. 109). Que atitude resta aos mortos, mesmo falseados e ludibriados, senão serem *calmos* e *tranqüillos*, p. 110. —

séculos anteriores a Manúzio e Pamélio. Encerram doutrina segura de S. CIPRIANO e, com muita probabilidade, exprimem duas edições ou redações diferentes dadas pelo próprio santo ao seu opúsculo *De Unitate Ecclesiae*. Tudo isto ninguém hoje ignora no mundo dos que lêem. Aqui mesmo no Brasil, tivemos ocasião de publicar, há uns dez anos, um resumo dos trabalhos da crítica moderna acêrca de S. CIPRIANO (ver *Relíquias de uma Polêmica*, pp. 183-195). Mas o egrégio Sr. Pastor prefere, nas suas réplicas ao pé da letra, ir reeditando estas antigualhas *em contraste flagrante com a materialidade incontestável dos documentos conservados nas bibliotecas*. Será talvez evidente que esta resistência invencível à verdade seja necessária para corroborar alguma doutrina que não é precisamente a romanista do papado?

Importa, porém, cingir-nos às fronteiras da nossa controvérsia. Ora, quem ainda não percebeu que a longa digressão do Sr. L. lhe fica inteiramente à margem? Citamos mais de 30 textos de Santos Padres e escritores antigos em favor da interpretação católica do texto de S. MATEUS. É algum deles, porventura, apócrifo ou interpolado? Um só dentre eles não pertence ao autor a quem o atribuímos? Eis o ponto preciso do debate. Toda a gente que não é de todo leiga nestes assuntos sabe como a ciência moderna já nos deu da antiga literatura cristã as edições críticas mais perfeitas, que permitem discriminar com segurança os textos genuínos e os apócrifos, os de autenticidade certa ou duvidosa (169). A qual destas categorias pertencem os do-

—
Não sei se os leitores acharam muita, muita graça numa observação em que se desvia totalmente um trecho do seu significado; sei, porém, que fazer chacotas à custa da verdade e falsear e ludibriar as palavras dos vivos não é primor de elegância.

(169). Para não citarmos outras, todos conhecem as grandes edições críticas dos Padres gregos, editadas pela Real Academia de Ciências da Prússia (*Corpus Berolinense*), dos Padres latinos, publicada pela Universidade de Viena (*Corpus Vindobense*), dos es-

cumentos que aduzimos como provas? Pergunta *capital e decisiva*.

O Sr. L. não quis dar-lhe resposta. Não afirmou nem provou a inautenticidade *de um só* dos testemunhos alegados. Todos eles estão *incólumes, de pé, inatingidos e inatingíveis*. A vista desta *ausência completa* de argumentos, no que concerne o amago da questão, todo este excursus fastidioso de uma vintena de páginas encaçadas de falsidades históricas, de ingenuidades pueris, de declamações ampulosas contra a "incorrigível mistificadora" assumem aos olhos do leitor sensato uma significação bem diferente e bem triste.

* * *

59. Antes de deixar esta arena de tão ingratas surpresas quis o Sr. Pastor quebrar a última lança. E, a seu ver, o golpe de graça no argumento tirado do testemunho dos SS. Padres: *De que vale o seu depoimento, — simples palavra humana, — em face da infalível palavra divina da Escritura? "Pouco importaria mesmo que todos eles ti-*

—
critores ante-nicenos, tiradas à luz em Edimburgo, as coleções de Oxford, Cambridge, etc. Neste imenso trabalho de ciência objetiva colaboram católicos, protestantes e racionalistas. Infelizmente tudo isto é, para o nosso pastor, muito ocupado com a leitura de seus manuzinhos baratos de controvérsia anti-romanista, uma *terra incógnita*. A p. 113 confessa com admirável candidez: "Acrece ainda que é tão grande a Biblioteca Patrum — 28 enormes volumes só a dos autores latinos! — que, sem prejuízo da cultura simétrica, indispensável ao estudioso de nossos dias, é, praticamente, quase impossível adquirir conhecimento completo dos antigos escritores cristãos. Curta como é a vida, insensato será gastá-la no estudo dessa babel de autores contraditórios, entre si e muitas vezes consigo mesmo", p. 113. — Esta só frase dá a medida de um homem. O autor, que, a fim de não prejudicar "a cultura simétrica", julga insensato estudar *as fontes da história do cristianismo* e depois escreve um livro de polémica sobre a sua forma genuína está julgado pelas suas próprias palavras.

vessem ensinado a doutrina romana. Acima do ensino dêles está o das Santas Escrituras que, como vimos, não deixam pedra sobre pedra no edifício doutrinário do ultramontanismo”, p. 130.

— Deploramos profundamente que se pudesse levar tão longe a incompreensão absoluta de um argumento. Tomar uma balança, colocar-lhe numa das conchas a palavra do homem, noutra a palavra de Deus e concluir em tom triunfal: eis a situação de católicos e protestantes, com quem ficará a vitória? — é de uma simplicidade tão desconcertante que rala pelo infantilismo. Não, Sr. Pastor, não é esta precisamente a questão controvertida; não se trata de saber se a palavra de Deus merece mais fé que a do homem, mas sim de verificar *com quem está a palavra de Deus*, se com o testemunho unânime e desinteressado da antiguidade cristã ou com a grita rebelde e despeitada de um frade apóstata do século XVI. Aqui está o cerne da questão; aqui bate o ponto. A escritura, possuíam-na, expunham-na e comentavam-na os SS. Padres. E êstes homens chamavam-se S. ATANÁSIO e S. CRISÓSTOMO, S. JERÔNIMO e S. AGOSTINHO, S. AMBRÓSIO e S. HILÁRIO, S. GREGÓRIO DE NAZIANZO e S. GREGÓRIO DE NISSA, S. BASÍLIO e S. CIRILO, S. AFRATES e S. EFRÉM (IRC., 529-532). — São todos os grandes paladinos da ortodoxia e da fé antiga, são os cimos mais elevados da santidade e da ciência do cristianismo primitivo. O que afirmaram e escreveram, com tanta consonância e harmonia, não lhes saiu da imaginação exaltada ou de paixões em eferescência nos ardores de lutas pessoais; afirmaram e escreveram porque o encontraram *sérena e inequivocamente ensinada nos livros infalíveis da palavra divina*. Se a Pedro chamaram *príncipe* dos apóstolos é porque leram no Evangelho: *primeiro*, Pedro. Se o denominaram pedra sobre a qual Cristo edificou a sua Igreja, é porque ouviram dos lábios do divino Mestre o nome que lhe impôs e a explicação do seu significado; se lhe reconheceram o primado de ju-

risdição universal, é porque, no livro santo, a palavra que não falha lhes assegurou que havia de ratificar no céu quanto na terra ligasse e desligasse o Apóstolo privilegiado; se nêle saudaram o Doutor infalível da fé é ainda porque o texto revelado lhes assegurava que uma oração infrustrável de Cristo o preservaria para sempre de desfalecimentos heterodoxos, a fim de confirmar os seus irmãos; se o proclamaram Pastor universal da Igreja é porque nas divinas letras haviam contemplado a cena admirável em que o Salvador lhe havia cometido a guarda de suas ovelhas e de seus cordeiros.

Eis agora os termos naturais em que se coloca o debate: *Com quem está a palavra de Deus?* Com tôda a cristandade primitiva, onde se não encontra uma só vez a negação do primado de Pedro, ou com os heterodoxos do século XVI, nos quais aparece como uma consequência psicológica de paixões mal feridas? Quem apresenta à razão serena credenciais de mais valor: esta plêiade de gigantes da santidade e da doutrina ou o punhado de fedifragos e perjuros que bateram as mãos a LUTERO e a ZUÍNGLIO? Pôr assim a questão em seus justos termos é resolvê-la.

Mas aprofundemos ainda o argumento. Nos nomes que aqui e alhures deixamos citados todo o leitor esclarecido já terá saudado a assembléia imponente dos paladinos da ortodoxia e dos grandes mestres nos primeiros séculos cristãos. Achamo-nos, com efeito, em face da crença primitiva e universal da Igreja. Quem desejasse levar adiante a curiosidade de suas investigações encontraria ainda esta unanimidade de fé cristalizada nas *primeiras manifestações da arte cristã*, descobertas e ilustradas por uma ciência moderna: a arqueologia, tão poderosa na eloquência fria dos seus monumentos irrecusáveis (IRC. 36-39). Levando além as suas pesquisas e folheando os livros da *oração oficial das igrejas* em que se espelham com fidelidade espontânea as crenças antigas, encontraria o privilégio de PEDRO inúmeras vezes enaltecido por *tôdas as liturgias gregas e latinas, orientais*

e ocidentais (IRC. 531-533). Haveria ainda a recolher uma voz poderosa da antiguidade cristã: a dos grandes Concílios ecumênicos em que o Oriente e o Ocidente ainda não separados pelo cisma, proclamavam unânimes, na solenidade das grandes assembleias, a fé dos primeiros séculos no primado em que por Cristo foi divinamente investido o apóstolo Pedro (IRC. 110-111, 533).

Eis a fé dos grandes séculos cristãos. *Impossível negá-la*. Os documentos são *contestes, uníssonos e convergentes*. Pelo ensino singular dos seus grandes pastores como pela afirmação coletiva de suas assembleias ecumênicas, pelas manifestações anônimas de sua arte como pelas expressões litúrgicas de seu culto solene e oficial, a Igreja afirma, como uma *verdade contida nas páginas divinas do Evangelho*, a instituição, em PEDRO, de um poder supremo, guarda infalível da integridade de sua fé e centro visível de sua unidade inquebrantável. A afirmação do primado aparece em todo o gênero de documentos antigos; a sua negação, em nenhum (170).

Ante este fato que não sofre contestação sincera, surge a questão decisiva: é possível que toda a Igreja antiga se houvesse enganado sobre a essência de sua constituição? é crível que as lições divinas do Evangelho, num ponto de im-

(170) Agora já o leitor poderá dar um balanço fiel às peças do debate. O Sr. Lisâneas não citou um só documento antigo de qualquer natureza em que se negasse o primado de Pedro. Omitiu, porém, a análise singular de todas as citações de escritores antigos por nós aduzidos. Omitiu, sem lhes razer a menor ausão sequer, todas as decisões conciliares. Omitiu todos os documentos litúrgicos. Omitiu o variadíssimo testemunho monumental, posto em evidência pelos descobrimentos modernos da arqueologia cristã. Não omitiu, — e como poderia ele omiti-lo? não omitiu, porém, o esforço canhestro para lançar o ridículo sobre a “famosa voz dos séculos musicada pela matreirice jesuítica”, p. 71. Como se uma chacota, em estilo menos digno, valesse um argumento!!!

portância transcendental, só viessem a ser compreendidas pelo frade apóstata da Saxônia?

Ainda uma vez abramos o livro da palavra de Deus, que tem sempre respostas de verdade e de vida para os que a interrogam com a alma sincera: “Ide, diz CRISTO aos seus discípulos na conclusão do evangelho de S. MATEUS, ide, doutrinai a todos os povos... ensinando-lhes a observar tudo o que vos mandei, e eu estarei convosco *todos os dias até a consumação dos séculos*” (MAT. XXVIII, 19-20). Os apóstolos partiram, transmitiram, fiéis, a mensagem integral que lhes havia sido confiada; o divino Mestre não faltou nem podia faltar à sua promessa; ontem, como hoje e amanhã é sempre, todos os dias assistiu, assiste e assistirá ao magistério autorizado. E este magistério por todos os seus órgãos ensina unanimemente o primado de PEDRO. Imaginai, por um momento, a hipótese protestante. Que se teria dado? Mal saída das mãos do divino Mestre, a Igreja houvera desgarrado da verdade; os apóstolos e os seus sucessores já não teriam ensinado tudo o que lhes mandara Cristo, e este, contra a fidelidade à palavra empenhada, teria negado a divina assistência aos seus enviados; aos continuadores da sua missão. Pelos seus pastores, pelas suas decisões conciliares, pelas suas orações oficiais toda a Igreja houvera ensinado a maior das enormidades. Possível? Não; *a Escritura não o consente*.

Continuemos a ler o Evangelho. Eis a conclusão de S. Marcos: “Ide por todo o mundo, pregai o Evangelho a toda criatura; quem crer e for batizado será salvo, quem não crer será condenado” (XVI, 15-16). Como, Senhor! toda a vossa Igreja prega-me que o apóstolo Pedro foi por vós constituído pedra fundamental da vossa instituição invencível, pastor supremo de vosso rebanho fiel. Será verdade? Deverei crê-lo? Sim, porque vós mo ordenais e não me podeis ordenar, sob pena de condenação, que abrace o erro como se fôra verdade divina. Mas, e os retardatários de ontem, na

história milenária do cristianismo, que se insurgem contra o ensino dos séculos? Esquecem a indefectibilidade das palavras e pretendem ser cristãos combatendo a instituição imortal de CRISTO.

Os discípulos não esqueceram as lições do divino Mestre. Nasce a Igreja; surge logo nos primeiros tempos uma controvérsia que ameaça dividir as almas. Que fazem os apóstolos? Reúnem-se, examinam, e decidem. A decisão é inapelável; feita sob a assistência do Divino Espírito, leva, como garantia de sua infalibilidade, estas palavras sublimes: *pareceu ao Espírito Santo e a nós* (At. XV, 28). Tudo o que para defender a integridade da mensagem evangélica decide a Igreja, reunida em suas assembléias universais, é verdade incontroversa. O espírito de CRISTO assiste-lhe às deliberações a fim de que a tôdas as gerações se continue a pregar tudo o que o Salvador ensinou. E os concílios ecumênicos continuam a congregar-se na história do cristianismo. Em Éfeso (431), em Calcedônia (451), em Nicéia (787), em Constantinopla (680 e 869) e em Lião (1274) reúne-se tôda a Igreja, o *Oriente* e o *Ocidente*, e aclama por tôdas as formas o *primado de Pedro e dos seus sucessores*. Errou acaso a Igreja tôda, ensinando pelo *órgão mais solene do seu magistério oficial*? Impossível; afirmá-lo fôra *contradizer a palavra divina da Escritura*.

É esta palavra divina que nos assegura ainda, pelos lábios de PAULO, que a Igreja do Deus vivo é “a coluna e a base da verdade” (I *Tim.* III, 15). Ensinar o erro fôra mentir à sua essência: hipótese inconciliável com os mais explícitos ensinamentos bíblicos: CRISTO estará com os seus, todos os dias, até a consumação dos tempos; as portas do inferno não prevalecerão contra a sua Igreja; ela é e será sempre, por natureza indefectível, a coluna da verdade.

Os raios convergem para o mesmo foco; a conclusão impõe-se com um esplendor meridiano. Nos primeiros séculos

do cristianismo *não se encontra uma só negação do primado de Pedro*; nos primeiros séculos do cristianismo a *Igreja ensina por todos os órgãos do seu magistério* — concílios, pastores, liturgia, arte religiosa — o primado de PEDRO. Como duvidar? A Igreja é o prolongamento de CRISTO, e a sua voz inconfundível repete, no volver dos séculos, a voz divina que palpita no Evangelho.

Para as almas sinceras a luz é total.

EXCURSUS C

Sobre a língua original do evangelho de S. Mateus

60. Já tivemos ensejo de frisar que a exegese do *Tu es Petrus* não depende, de modo algum, da língua em que foi escrito o primeiro Evangelho por S. MATEUS. Para confirmá-la apelamos, sim, para a língua *original* em que estas palavras foram *pronunciadas* por CRISTO. E neste ponto não há lugar para a menor dúvida. O Divino Mestre falava aramaico e os escritores sagrados, S. JOÃO e S. PAULO, conservaram-nos a forma original do nome, que, nesta língua, o Senhor impôs a SIMÃO: Kephias = Pedra. Diante desta certeza incontestável, a questão da língua em que foi exarado o primeiro evangelho é de interesse secundário. Não recusaremos, porém, discuti-la e o leitor curioso, que nos quiser seguir, persuadir-se-á facilmente de que a nossa afirmação, longe de ser uma “válvula”, como a denominou o Sr. L. (p. 76), é a expressão fiel da verdade histórica.

61. Se interrogarmos a antiguidade cristã sobre a questão que nos interessa, a sua resposta é de uma unanimidade impressionadora. Desde os primeiros testemunhos, que remontam à idade sub-apostólica, todos, a uma, informam-nos que na língua materna dos hebreus foi escrito o primeiro evangelho. PAPIAS, IRINEU, PANTENO, ORÍGENES, EUSÉBIO, CIRILO de Jerusalém, EPIFÂNIO, CRISÓSTOMO, JERÔNIMO, são, neste ponto, contestes. Para diminuir a im-

pressão esmagadora deste depoimento adianta timidamente o Sr. L.: “tudo induz a crer que essa cadeia de testemunhos deriva-se de uma fonte única — a declaração de Papias, que, segundo afirma Eusébio, não tinha critério”, p. 77. Por outra: as declarações posteriores só dependem de PAPIAS, e o testemunho deste não merece fé. Falsa uma e outra coisa.

PAPIAS foi bispo de Hierápolis lá por volta do ano 130, e, no dizer de S. IRINEU, era ‘amigo de Policarpo, ouvinte de João, varão antigo’ (*Adv. Haeres.* V, 33, 4). E’ uma testemunha que remonta quase à idade apostólica e, como ele próprio nos diz, num fragmento conservado por EUSÉBIO (*H. Eccl.* III, 39), interrogava diligentemente os anciãos que conviveram com os Doze. Em relação ao nosso evangelho, escreveu: “Quanto a MATEUS, compôs os discursos [do Senhor] na língua hebraica, que, depois, cada qual interpretou como pôde” (*EUSÉB. H. E.* III, 39,16). Merece fé este depoimento? Não nos diz o próprio EUSÉBIO que PAPIAS não era homem de grande capacidade? Sim, mas a propósito de uma interpretação falsa de um texto do Apocalipse. Insistindo num literalismo inaceitável, caíra o santo bispo no erro dos milenaristas. Mas uma coisa é a perspicácia do exegeta, outra a veracidade do historiador. A interpretação de um texto profético de caráter apocalíptico pode reclamar grande penetração intelectual; a narração de um fato histórico de fácil conhecimento só exige consciência em averiguar e transmitir o averiguado. Uma e outra coisa não faltavam ao santo mártir. Era acaso mister refinada sutileza de engenho para ouvir e compreender dos discípulos imediatos dos Apóstolos que o primeiro Evangelho fora redigido em hebraico? Mais; precisava que lhe esplendesse o gênio para transmitir um fato óbvio que, jovem ainda, ele presenciara, com os próprios olhos, nas cristandades da Ásia Menor: a existência do original hebraico de S. MATEUS que cada um se esforçava do melhor modo por traduzir em grego? Em nada, pois, invalida o depoimento de PAPIAS a

menor estima que da sua perspicácia, como exegeta, tinha EUSÉBIO. O próprio autor da *História Eclesiástica* mais de uma vez recorre à autoridade do bispo de Hierápolis, como órgão de uma tradição histórica digna de todo acatamento (171). Achamo-nos, portanto, em face da afirmação positiva de um padre apostólico que, pela sua antiguidade e pelas condições favoráveis em que se achava de conhecer imediatamente o fato atestado, constitui, aos olhos da crítica, uma prova de primeiro valor. Não houvesse existido o original hebraico de S. MATEUS, como explicar a asserção categórica de PAPIAS, que conversou talvez com os apóstolos e certamente com os seus discípulos imediatos?

Se é fidedigna a autoridade de PAPIAS, não é única nem dela dependem os testemunhos posteriores. Só de IRINEU e de EUSÉBIO se pode asseverar esta dependência e, ainda assim, não exclusiva. IRINEU que, mais tarde, foi bispo de Lião, nas Gálias, passou os seus primeiros anos na Ásia, em companhia dos que conviveram com os Apóstolos, e aí teve ocasião de conhecer, por outras vias, o mesmo fato. EUSÉBIO, indagador diligente das antiguidades cristãs e de posse de documentos hoje desaparecidos, não terá deixado de averiguar uma notícia que lhe vinha por meio de PAPIAS. O Sr. L. escreveu: "Eusébio preferiu não comentar a falsa tradição que referiu, pois, em outros lugares, considera original o evangelho grego de Mateus", p. 79. — Duas linhas, duas falsidades. EUSÉBIO, além de citar o testemunho de PAPIAS (H. E. III, 39, 16), afirma em outro lugar, como convicção própria, resultante dos seus estudos pessoais, que "MATEUS, tendo antes pregado aos hebreus, e devendo ir a outros, dando-lhes por escrito na sua língua paterna o evangelho que tem o seu nome, compensou com a escritura o que

(171) Os textos de PAPIAS citados por EUSÉBIO, no *Chronicon* e na *História Eclesiástica*, foram reunidos por J. B. LIGHTFOOT, *The Apostolic Fathers*, London, 1926, pp. 515-517.

ia faltar da sua presença real àqueles de quem se afastava" (H. E. III, 24, 5). — Em outras obras, sobretudo nas de caráter exegetico, resolve por vizes dificuldades de interpretação apelando para o original. Assim por ex. em *Quaest. ad Marinam* (MG. XXII, 941): "As palavras *ὅψε τοῦ σαββάτου*, são de quem traduziu o texto; porque o evangelista MATEUS escreveu o evangelho na *língua hebraica* e quem o traduziu na grega para dizer a primeira hora do dia do Senhor empregou *ὅψε σαββάτων*". Cfr. ainda *In Ps. LXXVII, 2* (MG. XXIII, 904). E o Sr. Pastor, sem sombra de prova, ousa adiantar que EUSÉBIO "em outros lugares considera original o evangelho grego de S. MATEUS", e, mais, que "preferiu não comentar a falsa (!) tradição que referiu"!!

Nos outros escritores eclesiásticos nem o menor indício de dependência em relação a PAPIAS. Citemos textualmente um ou outro, sobre cujo testemunho o Sr. L. teceu algum comentário.

O testemunho de ORÍGENES (c. 185-255) é assim referido por EUSÉBIO: "Por tradição, sei... que o primeiro Evangelho é o do antigo publicano, depois apóstolo de Jesus Cristo, MATEUS, que o destinou aos fiéis vindos do judaísmo, escrito em hebraico" (H. E. VI, 25, 4). — Comentá o Sr. Pastor: "O testemunho de Orígenes é duvidoso. Eusébio, que é o único a referi-lo não assevera ter Orígenes investigado e verificado a existência de um evangelho escrito em hebraico: afirma apenas que *pela tradição* se obtivera tal conhecimento", p. 78. — Quem por esta esperara? Como queria o Sr. L. que ORÍGENES conhecesse o fato? Talvez por observação pessoal, por haver visto do século III a S. MATEUS escrevendo em caracteres hebraicos o seu evangelho no 1.º século? Se, no caso, o testemunho de vista é um anacronismo ridículo, que outra via lhe restava senão interrogar a tradição, escrita e oral? Dir-se-ia que o vício de deformar a doutrina católica insensivelmente fez esquecer ao

protestante o significado óbvio e científico da palavra *tradição* para convertê-la em sinônimo de contos da carochinha. Não é assim, Sr. Pastor. O caminho único por que chega ao conhecimento da posteridade *tôda a história* é a tradição, isto é, a transmissão, de século em século, dos documentos que lhe registram os fatos. Dirá, por isto, o Sr. L. que *tôda a história* é “duvidosa”? ORÍGENES, Sr. Pastor, “investigou” os documentos, estudou-os e “verificou” que o 1.º evangelho havia sido em hebraico. É isto o que significa: “saber por tradição”. — É doloroso ter que recordar estas noções rudimentares de metodologia histórica.

Outra autoridade excepcional nas pesquisas da antiguidade cristã é, sem controvérsia, a de S. JERÔNIMO. Sete ou oito vezes, pelo menos, e sem vislumbre de hesitação, afirma o Doutor Máximo a redação original em hebraico do 1.º Evangelho. A esta autoridade de peso singular faz duas advertências o Sr. L.: 1.ª “Jerônimo declara que o viu e o traduziu, mas é evidente, como vamos demonstrar, que Jerônimo confundiu o apócrifo “Evangelho segundo os hebreus” com o original aramaico de Mateus”, pp. 77-78. — Não confundiu coisa alguma, Sr. Pastor. S. JERÔNIMO distinguiu muito bem as duas questões: a da língua original do 1.º Evangelho e a da identificação deste com o Evangelho segundo os hebreus que ele traduziu. Sobre a primeira, não hesitou nunca; tôdas as suas afirmações são concordes. Sobre a segunda, variou de opinião, parecendo-lhe algumas vezes que os dois evangelhos eram, pelo menos na substância, idênticos, outras que o evangelho segundo os hebreus era diverso (172). Não convém turvar as águas.

(172) “Evangelium juxta Hebraeos, quod chaldaico quidem syroque sermone sed hebraicis litteris scriptum est, quo utuntur usque hodie Nazaraei, secundum Apostolos sive, ut plerique autumant, secundum Matthaeum”. C. Pelagium, III 2.

2.ª: “É extraordinário que Jerônimo afirmasse ter traduzido o evangelho hebraico de Mateus para o grego, considerando-o como o original do evangelho de Mateus, se antes já era conhecido este evangelho em grego”, p. 78. — É extraordinária a maravilha do pastor. Só quem não abriu nunca as obras de S. JERÔNIMO pode desconhecer que o grande solitário de Belém empregou boa parte de sua vida em traduzir *de novo* para o latim e para o grego livros sagrados que já existiam anteriormente vertidos nessas línguas. Para o não ignorar bastaria haver lido a *epistola ad Damasum*, que os próprios críticos protestantes (NESTLE, por exemplo) costumam reproduzir, a guisa de prefácio, nas suas edições do Novo Testamento. — Mais interessante, porém, que a ignorância das atividades literárias de JERÔNIMO, e a das exigências da lógica. O P. Matos deu-nos recentemente uma nova versão portuguesa da Bíblia. Daqui a quinze séculos, os polemistas protestantes que houverem aprendido pela cartilha do pastor brasileiro, escreverão, com lógica de ferro: “É extraordinário que o P. Matos afirmasse ter traduzido a Bíblia em português, se antes já era conhecida em português essa Bíblia”!! E valentemente condenarão o seu trabalho à inexistência!!!

Dos testemunhos de S. CIRILO de Jerusalém, S. JOÃO CRISÓSTOMO e S. EFRÉM, o Sr. L. não diz palavra. Nem diz palavra tampouco dos *mais antigos manuscritos siríacos*, onde se lêem notas como estas: “Matthai Apostoli, quod praedicavit et scripsit in lingua hebraica, in regione Palaestinae”.

Enfeixando as conclusões:

1.º) Não há em *tôda a antiguidade cristã um só documento que afirme ter sido o grego a língua original do evangelho de S. MATEUS*;

2.º) todos os autores que tocam no ponto asseveram contestes que em hebreu foi escrito o 1.º Evangelho.

Para os que estudaram patristica e conhecem o valor de autoridades como ORÍGENES, EUSÉBIO, CIRILO, JERÔNIMO, etc., é decisivo o argumento (173).

* * *

62. Restam apenas as provas de *crítica interna*, tiradas da consideração do próprio documento que se estuda. Ninguém ignora que o mais das vezes semelhante gênero de argumentos, muito sujeito a influências subjetivas, não ultrapassa as fronteiras da plausibilidade, e, em nenhuma hipótese, pode prevalecer contra uma rigorosa demonstração baseada em fontes autênticas e fidedignas. Havemos de comprová-lo ainda uma vez no presente caso. Aos argumentos internos do Sr. Pastor.

a) “Este texto grego [o de S. Mateus] tem autoridade idêntica à dos três outros evangelhos, com os quais, desde

(173) Infelizmente neste número não podemos incluir o nosso contendor. Já é sabido como o Sr. L. em benefício “da cultura simétrica”, julga “insensato” gastar tempo no estudo das fontes históricas do cristianismo. O que, porém, não chegamos a explicar é como esta “simetria de cultura” outorgue aos que dela são dotados a franquia de discutir autores e textos que se não conhecem, e nem sequer se citam corretamente. Mas a polêmica protestante foi sempre assim. Estes preconizadores do livre exame são de uma docilidade cordeira, em repetir, sem ulteriores averiguações, tudo o que lhes propina o seu manualzinho de controvérsia anti-romana. Estes inimigos da tradição são de uma fidelidade inquebrantável em repisar os mesmos trechos inverificados, as mesmas historietas falsas (lembra-se o leitor de S. Cipriano?), que se vão transmitindo, de mão em mão, como uma herança intangível. Rejeitam-se as tradições divinas que S. Paulo mandava se guardassem com solicitude (II, Tess. II, 15) mas conserva-se inviolável a santa tradição do psitacismo!

os primeiros tempos, é igualmente citado”, p. 80. — Como se os próprios escritores inspirados não citassem a *tradução grega* do A. T., feita pelos LXX, com a mesma autoridade que os textos originais! Como se em *tôda* a história do cristianismo, *todos* os escritores, em *todos* os países, não citassem as traduções da Bíblia, tidas por fiéis, com a mesma autoridade que o original! Como se o Sr. L., do princípio ao fim do seu livro, não reproduzisse os textos vernáculos dos livros sagrados, reconhecendo nêles a autoridade da palavra de Deus! Argumento bôlha de sabão.

b) “A hipótese de uma tradução do hebraico desaparece ante a flagrante identidade de alguns textos comuns aos três evangelhos sinópticos”, p. 80. — Não desaparece de modo algum: a identidade explica-se do modo mais simples e natural, pelo conhecimento e uso que dos evangelhos de S. MARCOS e S. LUCAS fêz o tradutor de S. MATEUS.

c) “Se o tradutor conhecia os outros evangelhos, tornam-se inexplicáveis as divergências que surgem entre tantas coincidências. Se os não conhecia, inexplicável se torna a frequente identidade de expressão”.

— O argumento interessa tôda a questão sinóptica, na qual não nos é possível entrar, mas deixa intata a da língua original de S. MATEUS. A alternativa se põe, nos mesmos termos, entre o 2.º e o 3.º evangelho. Se S. LUCAS conhecia S. MARCOS tornam-se inexplicáveis as divergências, se o não conhecia, não se explicam as coincidências. Qualquer que seja a solução crítica adotada para resolver esta questão, aplicar-se-á do mesmo modo à *tradução grega* de S. MATEUS, feita com o conhecimento e uso dos outros dois evangelhos do mesmo grupo. Nenhuma dificuldade particular à língua original do 1.º evangelho.

d) “Enquanto, citando o Velho Testamento, geralmente se utilizavam os evangelistas do texto hebraico, Jesus Cristo, em seus discursos, cita a “Septuaginta”, versão grega desse testamento, mesmo quando ela se afasta daquele texto. Tal fato defende a hipótese da forma grega para o original de Mateus. Com efeito, se este evangelho fôsse vazado em hebraico para uso dos judeus, as citações do Velho Testamento nêle existentes seriam tiradas do texto hebraico. E se fôsse uma tradução do hebraico, não se compreenderia que o tradutor adotasse o texto da “Septuaginta” para as citações de Jesus”, p. 80. — Os fatos estudados com mais cuidado não correspondem às afirmações do Sr. L. As citações do Antigo Testamento, encontradas em S. MATEUS, dividem-se em dois grupos: a) citações *comuns* aos outros evangelistas sinópticos, S. MARCOS e S. LUCAS; b) citações *próprias* de S. MATEUS. As do primeiro grupo correspondem quase sempre ao texto dos LXX. O fato explica-se com facilidade: o tradutor grego de S. MATEUS, a fim de evitar a redação diferente dos mesmos textos bíblicos, adotou a versão grega dos LXX, seguida, com uma ou outra exceção, pelos outros evangelistas (S. LUCAS e S. MARCOS) que escreveram originariamente em grego. As citações *próprias* de S. MATEUS, essas, ainda na tradução, afastam-se quase sempre dos LXX e revelam o texto original hebraico (174). O argumento, portanto, aduzido pelo Sr. L., longe de constituir uma dificuldade, vem-nos trazer mais uma confirmação aos depoimentos da história há pouco examinados.

(174) J. HAWKINS quis dar um balanço das citações de S. MATEUS e chegou ao seguinte resultado. Nas citações próprias, a relação entre o número de palavras que se encontram nos LXX e o de que lhes são estranhas é de 100 para 95; nas citações comuns aos outros evangelistas é de 219 para 38. *Horae synopticae*, Oxford, 1909, p. 184 e sgs. Esta questão de crítica textual, como bem vêem os leitores, é complexa e de caráter demasiadamente técnico para ser tratada aqui com o necessário desenvolvimento.

e) “O grego era então uma língua universalmente conhecida e, conseqüentemente, a composição de um evangelho em hebraico para os primeiros judeus cristianizados seria improvável por desnecessária. A carta aos hebreus, as cartas de Pedro aos judeus da dispersão, e a de Tiago às doze tribos de Israel, foram, apesar de endereçadas a judeus, escritas em grego”, p. 80. — Ainda uma vez os fatos são examinados superficialmente e solicitados para confirmar uma conclusão que expressamente contradizem. É exato que a língua grega era corrente entre os judeus da *Diaspora* ou dispersos no império romano. Assim se explica que em grego tenham sido escritos os outros livros do Novo Testamento referidos pelo Sr. L. (175). Mas o evangelho de S. MATEUS, como concordes depõem os testemunhos históricos, foi endereçado aos judeus que *habitavam na Palestina*, à comunidade judaico-cristã, por vários anos cultivada na fé pelo apóstolo-evangelista. Ora, o povo palestinese falava arameu e um livro em grego lhes teria sido de pouca utilidade. Quando S. PAULO quis falar às massas em Jerusalém, foi em arameu que lhes dirigiu a palavra (At. XXI, 40). É notável a expressão usada por S. LUCAS nos *Atos* para designar o dialeto corrente na Palestina é a mesma que empregará mais tarde PAPIAS para caracterizar a língua do nosso primeiro evangelho, “o dialeto hebreu”. Dirigindo-se ao mesmo povo, S. MATEUS fez o que fez S. PAULO: a fim de ser compreendido serviu-se da língua nacional corrente. Ainda uma vez, a consideração do Sr. L. analisada mais de perto contraria-lhe as conclusões precipitadas.

(175) A epístola “aos hebreus” não pormenoriza no texto a que “hebreus” é dirigida. E por isto os críticos dividem-se entre os judeus-cristãos de Alexandria, de Roma e de Jerusalém. As outras epístolas citadas de S. PEDRO e de S. TIAGO declaram expressamente, na própria saudação inicial do primeiro verseto, que se endereçam aos judeus da *Diaspora*.

Resumindo provas e cerrando conclusões.

Em favor do hebreu ou arameu como língua original do primeiro Evangelho, estão: a) *tôdas* as fontes históricas conhecidas; b) confirmadas por *tôdas* as provas de crítica interna integral e profunda.

Em favor do grego: a) não se pode citar *um só documento histórico*; b) as considerações alegadas, quando não contraproducentes, são de todo ineficazes.

Estão agora os leitores em condições de julgar se foram científicos e desinteressados os motivos que ao Sr. Pastor inspiraram o capítulo sobre "a válvula aramaica".

CONCLUSÃO

Chegamos ao termo da longa, ingrata e cansativa jornada. Se, por um lado, após tantas críticas e tantos críticos, não temos que modificar um ápice no nosso livro, por outro, o resultado é doloroso e triste. Ante o seu espetáculo, as almas sinceras não podem deixar de confranger-se profundamente penalizadas. Luta de idéias, diversidade de interpretações, duelo de argumentos e provas — tudo isto compreende-se numa polêmica; é, mesmo, o que lhe constitui a razão de ser e nobreza própria. Há algo de mais belo que a porfia de duas inteligências leais num esforço de assegurar o triunfo da verdade total? Mas a deformação sistemática das doutrinas adversárias, a falsificação visível dos elementos de prova, o silêncio deliberado a envolver razões decisivas, a repetição cega e teimosa de argumentos de inconsistência mil vezes demonstrada lançam sobre uma discussão a suspeita irreprimível de uma insinceridade desoladora. Ao amor soberano da verdade, a submissão incondicionada às suas exigências incontrastáveis, a alma das discussões elevadas, sucede, mal disfarçado, o espírito mesquinho de seita, o preconceito de venda nos olhos, o propósito obstinado de defender, a todo o custo, as posições escolhidas e indefensáveis.

Este o triste espetáculo que nos é dado agora contemplar. Não uma nem duas, mas *dezenas e dezenas de vezes* colhemos o Sr. Pastor em flagrante violação das normas mais elementares de uma controvérsia sincera e elevada

(176). Dstarte, poderá a polêmica protrair-se em debates intermináveis e estéreis. Cumpre-nos pôr definitivamente cõbro a estas intemperanças no discutir em vão. Para êste fim, cerremos o campo. Propomos, abaixo, três questões precisas e definidas, às quais pedimos resposta o Sr. Pastor nas condições estipuladas em seguida.

1. A pp. 45-46 escreve o Sr. LISÂNIAS: "E cumpre notar que tempos depois, em momentos diversos e solenes, *Jesus lhe [a Pedro] chama Simão, e não Pedro;*

Na cena da confissão, de que faz grande cabedal a Igreja Romana para justificar as suas pretensões, *referida em Mat. XVI:13-16*, Jesus se dirige a Pedro chamando-lhe Simão, e, no entanto, *nesse momento, mais do que em qualquer outro, era de esperar que Jesus o denominasse Pedro, se queria realçar qualquer posição de domínio entre os apóstolos*". (Os grifos são nossos.)

A cena da confissão referida em S. MATEUS, numa tradução protestante que tenho entre mãos, é a seguinte:

MAT. XVI. v. 13: "E chegando às partes de Cesaréia de Filipe, interrogou os seus discípulos, dizendo: "Quem dizem os homens ser o Filho do homem.

14. E êles disseram: Uns João Batista, outros Elias e outros Jeremias ou um dos profetas.

15. Disse-lhes êle: E vós quem dizeis que eu sou?

16. E Simão Pedro, respondendo, disse: Tu és o Cristo, o Filho de Deus vivo.

17. E Jesus respondendo, disse-lhe: Bam-aventurado és tu Simão Barjonas, porque to não revelou a carne e o sangue, mas meu Pai que está nos céus.

(176) O leitor que se der ao trabalho de contar, poderá ver por si como *mais de 50 vezes* tivemos ensejo de denunciar estas transgressões visíveis das regras de uma polêmica honesta.

18. E também eu te digo que TU ÉS PEDRO e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja e as portas do inferno não prevalecerão contra ela.

19. E eu te darei as chaves do reino dos céus, e tudo o que ligares na terra será ligado nos céus e tudo o que desligares na terra será desligado nos céus."

Confrontando a afirmação do pastor com a pericope evangélica pedimos duas explicações:

1.º Como é que o Sr. L. assevera desassombradamente que Jesus, nesse momento solene, *não chamou Pedro a Simão*, quando o texto bíblico explicitamente afirma que Jesus a Simão *chamou Pedro*: Tu és PEDRO (v. 18)?

2.ª Como é que o Sr. L., sem transcrever a cena da confissão, a ela remete os leitores, indicando-lhe S. Mateus do v. 13 ao v. 16, quando a cena se estende do v. 13 ao v. 19? Por que razão *truncou* a pericope evangélica *precisamente no momento em que Jesus começa a falar ao discípulo privilegiado*? Como poderão os seus consulentes, *com a leitura do v. 13 ao v. 16*, encontrar as expressões *de Cristo ao Apóstolo, quando só no versículo 17 lhe começa o Senhor a dirigir a palavra?*

2.º) A pág. 68 escreve o Sr. L.: "Para identificar a igreja Romana chefiada, às vezes, por papas moralmente monstruosos com a santa Igreja de Cristo, o Concílio de Trênto foi levado a proferir uma verdadeira blasfêmia, afirmando que o apóstolo Paulo sustenta a interpretação romana de que "justos e ímpios constituem um corpo e um espírito". Blasfêmia, de fato! Identificar o espírito que reina no coração do justo, com o que impera no coração do ímpio! Identificar o Espírito Santo de Deus com Satanaz!"

— Não conhecemos o texto em que o Concílio de Trênto propõe a doutrina que lhe acaba de adjudicar a sentença

do Sr. Pastor. Muitos outros, porém, conhecemos em que, ensinando precisamente o contrário, afirma, com clareza de meio-dia tropical, que membros vivos de Cristo não podem ser senão as almas *justificadas pela graça* do Espírito Santo, enriquecidas pelas virtudes teologais da fé, da esperança e da caridade (177). Pedimos, portanto, ao Sr. L. queira dizer-nos, com *citação literal de texto e contexto*, em que lugar se encontram as palavras “justos e ímpios constituem um corpo e um espírito”, atribuídas na sua frase, acima transcrita, ao Concílio Tridentino, ou outras do mesmo concílio das quais se possa inferir a identificação do “espírito que reina no coração do justo com o que impera no coração do ímpio”.

3.^a) A p. 47, sob o título *Filipe, papa?* conta o Sr. LISÂNIAS o fato narrado em S. João XII, 21: alguns gentios que haviam subido a Jerusalém para a festa da Páscoa, desejando ver a JESUS, dirigiram-se a FILIPE, que era de Betsaida na Galiléia; FILIPE comunicou-o a ANDRÉ, e ambos transmitiram a JESUS o desejo dos forasteiros. Por este único fato, em virtude da “lógica leonelina”, julga-se o adversário autorizado a perguntar se Filipe, também, não era papa?

Pedimos ao Sr. Pastor a fineza de citar, texto e contexto, a passagem ou as passagens do meu livro em que a

(177) “In ipsa justificatione cum remissione peccatorum haec omnia simul infusa accipit homo per Jesum Christum cui inseritur: fidem, spem et charitatem” *Sessio VII*, c. 7. “Ille ipse Christus Jesus, tanquam caput in membra et tanquam vites in palmites, in ipsos justificados jugiter virtutem influat” *Sessio VI*, c. XVI. “Pignus praeterea id [sacramentum Eucharistiae] esse voluit futurae nostrae et perpetuae felicitatis, adeoque symbolum unius corporis, cujus ipse caput existit, cuique nos, tanquam membra, arctissima fidei, spei et charitatis connexionem adstrictos esse voluit”. *Sess. XIII*, c. II. E *passim*.

“lógica leonelina”, “lógica extravagante” atribuiu a S. Pedro o primado de jurisdição, porque a ele se tenha dirigido quem quer que seja (ver p. 159).

Aí estão três questões das muitas que se poderiam formular. Escolhemo-las como representativas de outros tantos grupos, ricos em espécimes semelhantes: mutilação de textos bíblicos, deformação das doutrinas católicas, falseamento das afirmações do adversário.

As respostas deverão: 1.^o) *reproduzir literalmente a questão respectiva* como acima acabamos de propor; 2.^o) *trazer todas as citações* devidamente identificadas e *identificáveis*: letra do texto, título e página do livro.

São as condições mais mezinhas de uma discussão séria. Enveredamos assim a controvérsia para uma conclusão positiva. Com efeito:

Ou o Sr. L. responde às questões acima indicadas de modo satisfatório — e então passaremos a examinar as outras *com o mesmo processo até liquidá-las todas*, e, com elas, esta polémica interminável;

Ou o pastor, *sob qualquer pretexto*, furta o corpo a este dever elementar de debate leal e confessa, então, *injustificáveis os seus recursos polémicos* de defensor do protestantismo. Fica assim, para sempre encerrada uma discussão que se declara, com os fatos, não menos condenável que inútil.

Uma palavra irenica antes do último ponto.

A divisão da cristandade é um dos grandes escândalos da história. A política, a ambição, os regionalismos acanhados destacaram, no correr dos séculos, da unidade católica grandes e pequenas igrejas que se foram organizando à feição e semelhança dos interesses locais e

momentâneos. É a oposição das paixões humanas ao desejo de Cristo tão comovedoramente expresso na sua oração sacerdotal, testamento de seu amor: "que sejam *um* assim como Nós" (João XVII, 11). Cristo quer a unidade: unidade que abraça a sociedade universal das almas remidas; unidade que é critério insubstituível da revelação cristã; unidade que, no seu esplendor, constitui para as almas sinceras, o caráter distintivo dos apóstolos autênticos do Salvador e da sua missão divina: "que sejam perfeitos na unidade a fim de que o mundo conheça que tu me enviaste" (João XVII, 23). Daí, para os verdadeiros discípulos do Evangelho, o dever supremo de submeter todos os individualismos às exigências superiores da universalidade divina do Coração de Cristo, "tendo cuidado de guardar a unidade de Espírito no vínculo da paz. Um só corpo e um só Espírito, como também fostes chamados em uma só esperança da vossa vocação. Um só Senhor, uma só fé, um só batismo, um só Deus e Pai de todos" (Ef. IV, 3-6).

Neste momento de crise tão profunda para a civilização humana, as almas nobres começam a sentir cada vez mais urgentes o grande apelo do Salvador e os deveres religiosos que êle impõe. Nas igrejas que tiveram a desventura de separar-se da grande árvore católica, acentua-se, viva, a nostalgia da unidade. Há uma impressão profunda de que importa vencer preconceitos inveterados e dominar ressentimentos hereditários, para que, sobre estas formas do egoísmo humano, triunfe a caridade unificadora de Cristo. O movimento "ecumênico" contemporâneo, as "oitavas" de estudos e orações para a unidade dos cristãos" (178) são,

(178) Esta oitava de orações para a união das Igrejas celebrou-se este ano (1937) em janeiro na catedral de Lião. Todos os leitores lembram-se ainda das célebres Conferências de Malines, reunidas sob o patrocínio do Cardeal MERCIER e nas quais desempenhou papel tão importante Lord Halifax, anglicano, um dos maiores batalhadores em prol da unidade entre os seus correligionários.

entre muitas outras, algumas manifestações de um impulso interno do Espírito Santo que trabalha as almas para reuni-las "no vínculo da paz".

A quantos sentem a grandeza de semelhante missão e o peso de suas responsabilidades incumbe o dever de colaborar com a graça divina na realização suprema dos desejos de Cristo. Dever que praticamente se descobre na obrigação de procurar a luz para as inteligências e a retidão para as vontades.

A luz alcança-se com o estudo, estudo sincero, sereno, desapassionado. Não se revolvam os livros católicos com ânimo prevenido, com a precipitação sôfrega de só colher objeções ou encontrar alimento para polémicas azedas. Assimilem-se os argumentos, analisem-se os textos na sua integridade, faça-se um esforço leal de compreensão das doutrinas expostas. Há pouco escrevia na Suíça um pastor protestante: "Sinto um *horror crescente* a certo protestantismo que se reduz a puro anticatolicismo. Considero *não*

Em quase tôdas as igrejas cismáticas e protestantes (Alemanha, Suécia, Inglaterra, etc.), o desejo de voltar à Igreja mãe vai ganhando um número sempre crescente de pastores e leigos, não menos notáveis pela ciência do que pela elevação moral. Citemos apenas, na Suécia, o testemunho do célebre pastor SKREDSVIK: "Se de numerosos pastores na igreja sueca que estão de pleno acôrdo comigo a respeito da Igreja. Consideram a Igreja católica como o único cristianismo autêntico, histórico, e anseiam por uma reunião com a Igreja mãe. Só com êxito a Igreja legítima possui as chaves. Só ela pode definitivamente recorrer ao testemunho de tôda a história". "Um catolicismo sem Roma nunca se viu e jamais se verá". A volta ao catolicismo é a única salvação nos perigos que ameaçam a civilização cristã. Enquanto o ideal de Cristo e os mais santos mistérios da alma humana dominarem sem restrições e dirigirem o espírito internacional cujo chefe é o varão inerte, vestido de branco, que guarda o túmulo do Pescador de homens, as vagas rubras do domínio da violência e do dinheiro, não conseguirão avassalar o mundo". KARE SKREDSVIK, num artigo célebre, publicado na revista sueca *Fönstret* e traduzido na *Vie Intellectuelle*, t. XXI, (1935) pp. 32, 37.

só injustas, senão também *malfezas* as condenações superficiais e sumárias lavradas contra as doutrinas, as instituições, as práticas religiosas dos católicos romanos por protestantes que nunca se deram ao trabalho de estudar a Igreja Católica romana num verdadeiro esforço de compreensão" (179). Nada mais justo e nada mais sensato. Os que seguiram esta norma de investigação acabaram na totalidade da luz buscada com alma reta. NEWMAN foi talvez a maior inteligência que viu a Inglaterra no século XIX. Longos anos empregou êle, *oxfordman* de envergadura excepcional, para dilucidar as divergências entre a sua igreja e o catolicismo. Durante êste longo itinerário intelectual, não tinha na conscinência escrúpulo mais delicado do que o "de pecar contra a luz". Amou a luz, amou a verdade e a verdade lhe iluminou a alma na plenitude de seus pacíficos esplendores (180).

Mais que em qualquer outro, porém, no estudo religioso o trabalho da inteligência deve ser acompanhado por uma retidão d'alma inflexível. Não se trata aqui da vitória de opiniões pessoais; trata-se antes de tudo de conhecer a vontade de Deus, para prestar-lhe a homenagem de nossa submissão perfeita. Ao estudo que ilumina, una-se a oração que purifica, eleva e revigora as energias morais. Citamos, há pouco, o exemplo do grande NEWMAN. Wladimir SOLOVIEV, foi chamado o Newman russo. Como o inglês, também êle, inteligência privilegiada, vontade reta, que,

(179) Na *Tribune de Genève*, 16 Juin 1936.

(180) "Ele foi bastante piedoso e bastante humilde para reconhecer, de peito aberto, que seu modo de ver inicial saía pulverizado dos seus estudos históricos. Estou persuadido que o estudo... de uma história exata, em lugar das vistas cerebrinas outrora fabricadas pelos nossos teólogos, apontará, pouco a pouco, à nossa juventude intelectual o caminho do catolicismo". SKREDSVSIK, *Loc. cit.*, p. 36. Da Conversão de NEWMAN, escreveu o seu contemporâneo GLADSTONE: "O ano de 1845 marcou a maior vitória alcançada pela Igreja de Roma desde a Reforma".

ao cabo de muitos anos de pesquisas e orações, descansou na certeza da verdade reconquistada: "Para preparar a união eclesiástica do Oriente e do Ocidente, SOLOVIEV pedia que cada membro se decidisse a dois propósitos: assegurar e crescer a sua união íntima com Cristo, venerar na alma do próximo a vida ativa do Espírito Santo. O desenvolvimento da graça não se fará sem um aumento de caridade e a caridade sobrenatural das almas preparará a compreensão mútua, e, por ela, a união dos espíritos cimentada, não nos compromissos artificiais, mas na verdade do Cristo indivisível" (181).

Aos irmãos separados, fiéis, à orientação cristã dêste programa, luz e paz.

(181) D'HERRIGNY, *Un Newman russe, Wladimir Soloviev*, Paris, 1934, pp. 181-2.

APÊNDICE I

Na resposta esboçada nas páginas anteriores procuramos, quanto possível, obedecer a uma ordem lógica de idéias e argumentos. Tivemos, por isso, que deixar à margem algumas objeções ou recriminações do Sr. L. que se ajustavam com menos propriedade nas molduras do quadro pre-estabelecido. Não nos resignamos, porém, a deixá-las de todo sem réplica, sobretudo as referentes á que se poderia chamar ética profissional do polemista. É a razão d'êste apêndice.

1 — *Sobre uma opinião de E. Carlos Pereira.*

Em defesa do seu cliente, escreve o Sr. L.: "Não era, pois, de admirar que E. C. Pereira estranhasse que um título de tamanha importância para o apóstolo [S. Pedro] em quem os demais viam um simples companheiro, um discípulo da grei fraternal do apostolado onde Jesus era o *único Mestre*, se firmasse apenas em um texto não claro, metafórico. Não quis o insigne pastor dizer que um texto sobre cuja clareza não pairasse dúvida fôsse insuficiente para firmar uma doutrina, mas, apenas realçar o fato de, ao lado da abundância dos textos contra a doutrina do primado de Pedro, alegar Roma um texto metafórico, pois, é 'princípio comezinho de hermenêutica e de bom senso que textos figurados, linguagem metafórica, expressões tropológicas, suscetíveis de interpretações várias não podem servir de títulos válidos de nomeação para cargo nenhum'. Desleal até as raías do crime, o oponente de E. C. Pereira conclui que este pôs em dúvida a palavra de Cristo e considerou 'expressão metafórica' como sinônima de 'expressão ambígua'. Falso! Inteiramente falso! O insigne gramático jamais escreveu o dislate gramatical que lhe atribui a sem-cerimônia jesuítica. Seu pensamento — já o expusemos — é que é um título de nomeação para um cargo de tanta monta, como o de príncipe dos apóstolos, Cristo não o firmaria apenas com um texto figurado, linguagem metafórica, expressão tropológica sujeita a interpretações várias", p. 131.

— Abramos o livro de E. C. PEREIRA. Sintetizando a sua argumentação escreve ele: "Em resumo, uma passagem *única, isolada, metafórica* do Novo Testamento é a credencial divina, etc." (os grifos são do autor), p. 214. Claro, leitor amigo? A credencial dos Papas não têm valor, por *três* motivos bem distintos, por que se apoia numa passagem — 1.º *única*, 2.º *isolada*, 3.º *metafórica*!

Desenvolvendo o 3.º argumento, assim começa o Sr. E. C. PEREIRA: "Mais afitiva se torna a situação dos doutores papais em referência a esse insulado texto, quando consideramos seu caráter altamente *figurado ou tropológico*", p. 214 (os grifos são do autor) — Claro, leitor amigo? O que torna afitiva a situação dos doutores papais é "o caráter altamente *figurado ou tropológico*" do texto.

Concluindo a explanação das duas primeiras provas, remata o Sr. E. C. PEREIRA: "Hão de convir que é intuitivamente contestável um título de tão fundamental importância, que, em última análise, só tem, em seu favor, uma *única* declaração, registrada por um *único* evangelista e bloqueada pelo silêncio universal das Escrituras Sagradas" (os grifos são do autor), p. 214. — Claro, leitor amigo? Um título baseado numa *única* declaração de Cristo é contestável; e esta contestabilidade é *intuitiva*! Cristo, de evidência imediata, não merece fé quando falava uma só vez. Quantas deverá dizer a mesma cousa? Um *texto* só da Escritura, está a entrar pelos olhos a dentro, não prova cousa alguma, quantos são necessários?

O pensamento de E. C. Pereira, no livro do Sr. Lisântas

"Seu pensamento é que um título de nomeação para um cargo de tanta monta como o de príncipe dos apóstolos, Cristo não o firmaria apenas em um texto figurado, linguagem metafórica, expressão tropológica sujeita a interpretações várias", p. 131.

O pensamento de E. C. Pereira no livro de E. C. Pereira.

"Hão de convir em que é intuitivamente contestável um título de tão fundamental importância que, em última análise, só tem em seu favor uma *única* declaração de Cristo, registrada por um *único* evangelista e bloqueada pelo silêncio universal das Escrituras Sagradas". *O Problema religioso*, p. 214.

Não sabemos por que o Sr. L. não citou nem estas palavras nem as precedentes tão incisivas e tão claras, tão expressivas do pensamento do Sr. E. C. PEREIRA e tão cabalmente justificadoras da crítica que lhe fizemos. No entanto inclinamo-nos a crer que havê-las submetido sinceramente aos olhos dos leitores teria dado ao pastor protestante outra autoridade para declamar contra as deslealdades que vão "até às raias do crime".

2 — "Contradição de pasmar"

Há nos escritores protestantes da nossa terra uma ânsia mal disfarçada de surpreender em flagrante de falsificação ou de contradição quem se viu na dolorosa necessidade de denunciar, tantas vezes, semelhantes descaídas, morais e intelectuais, nos mais conspícuos entre os seus apologistas. No Sr. L. esta sofreguidão orça por uma morbidez obsessiva. Estão lembrados os leitores que logo no limiar (p. 10) da "Resposta ao pé da letra" uma das suas primeiras preocupações foi impressionar com o escândalo da "falsificação" "criminosa" de uma citação de S. MARCOS. No meu trecho, nem aparecia o nome deste evangelista, nem sequer se fazia uma citação! Agora, antes de despedir-se de quantos o leram, convém deixar-lhes a impressão final de uma "contradição de pasmar". E a que ele aponta é apenas uma amostra entre muitas: "aonde iríamos, se lhe fôssemos catalogar os paralogismos, os ilogismos e as contradições, ao lado das falsificações do sagrado texto?" p. 133. Chave de ouro!

Mas em que consiste esta antilogia monstruosa que teve o condão de despertar o pasmo do Sr. Pastor? Em haver eu, diz ele, afirmado, a poucas páginas de distância, que os apóstolos entenderam e não entenderam as palavras promissoras do primado. Vamos aos textos, e, fiéis aos nossos hábitos, comecemos por citar, na íntegra, as palavras do adversário.

"1) — Os discípulos *viram bem*, através da transparência de uma metáfora "tão simples quanto óbvia" o título válido do primado de Pedro", p. 133. — O Sr. Pastor confunde e baralha as idéias mais claramente distintas. Que os discípulos, antes da vinda do Espírito Santo, "tivessem visto bem" o título válido do primado, *não o afirmei uma só vez*. Pura invenção do Sr. L.! Afirmei, sim, que a metá-

fora de Cristo era tão simples quanto óbvia, o que é coisa muito diferente. E esta diferença timbrei em assinalá-la e pô-la no mais evidente relêvo. "Fôra mister (escrevemos em IRC. p. 9) não conhecer a rudeza dos apóstolos para ver a dificuldade séria. Quantos ensinamentos ouviram eles, claros, repetidos uma e muitas vezes sem os compreender! Quantas vezes não insistiu o Messias no caráter espiritual do seu reino! E poucos momentos antes da Ascensão não se sai um dos discípulos com a pergunta impertinente: "é agora, Senhor, que ides restituir o reino de Israel?" (At., I, 7). Haverá no Evangelho profecia menos equívoca, mais inteligível, mais insinuada pelo Salvador que a de sua paixão e morte? "É necessário que o Filho do Homem sofra, que seja reprovado pelos Anciãos, Príncipes dos Sacerdotes e Escribas, que seja pôsto à morte e que ao terceiro dia ressuscite" (Luc. IX, 22; cfr. Luc. IX, 44; XVIII, 31-33). A predição foi renovada insistentemente em outras ocasiões, adumbrada em mil lugares diversos. Mas aquelas almas tôscas que sonhavam com os triunfos temporais do messianismo vulgar eram refratárias ao escândalo da Cruz. Quando se realizaram os vaticínios do Mestre, perturbados e abatidos, no que devera ser um reforço de prova da divindade do Messias, viram só o naufrágio de tôdas as suas esperanças. A mensagem pascoal da ressurreição encontrou-os ainda humilhados e incrédulos: *stulti et tardi corde ad credendum* (Luc. XXIV, 25)".

Aí está nítido o pensamento: O ensino de Cristo foi claro e óbvio, mas como tantos outros ensinamentos do Senhor, não menos claros e óbvios, não puderam ser assimilados em sua profundidade por aqueles pobres pescadores, imbuídos ainda dos preconceitos vulgares acerca do Messias e do Reino de Deus que ele viera estabelecer na terra. Das palavras de Cristo ficou-lhes, talvez, apenas a idéia, vaga e imprecisa, de um papel singular reservado a Pedro na sonhada restauração do reino de Israel. Quando o Senhor na última ceia lhes prometeu o Espírito Santo, afirmou expressamente: "Ele vos há ensinar tôdas as cousas e sugerir tudo o que vos disse" (JOAN. XIV, 26).

Que faz o Sr. Pastor? De haver eu afirmado, que era clara e óbvia a metáfora de Cristo, *infez, por sua conta e risco, e contra as minhas declarações mais inequívocas*, que "os discípulos viram bem" a validez dos títulos do primado

de Pedro... e atribui-me, depois, a paternidade desta inferioridade!!!

"2 — Mas esses mesmos discípulos não viram tal, pois não compreenderam o ensino de Jesus sobre o primado senão depois do Pentecoste... (IRC, p. 9-11)", p. 133. — Também aqui o pensamento por nós expresso foi de todo em todo falseado. Para explicar negligenciadas e esquecidas, a ponto de, ainda na última cela, se a atitude dos discípulos que *mais tarde* ainda altercavam primazias, dissemos: "Que muito que as palavras promissoras do primado, encontrando naquelas almas ainda não visitadas pelo Divino Espírito tão resistente barreira psicológica, fôssem pouco a pouco acenderem novamente entre os discípulos as porfias da prelatura" (IRC, p. 11). *Negligenciaram e esqueceram talvez as palavras promissoras do primado, como certamente, no dia da grande tragédia do Gólgota, negligenciaram e esqueceram* quanto Inês havia dito o Mestre acerca dos seus sofrimentos e da sua Ressurreição futura. Mas entre "negligenciaram e esqueceram", — e o "não viram tal", vai uma imensa distância que só não enxerga quem está decididamente apostado a "ajeitar" duas proposições contraditórias com um simplismo de primário: "viram e não viram"!!

"3) — Mas, ainda: esses discípulos que *viram e não viram a doutrina do primado* pensaram depois tratar-se apenas de uma promessa e esta condicionada e logo revogada", p. 133. — Ainda uma vez, tudo desfigurado. Que se tratasse de uma promessa, não afirmei que o pensaram os discípulos; disse que *ressaltava evidente do texto*. "As palavras de Cristo a Pedro encerravam apenas, como veremos, uma promessa", e em nota "Engana-se Carlos Pereira quando supõe ter Cristo já nomeado Pedro, primaz", p. 237. Não o havia nomeado, mas só prometido... aedificabo... dabo. A palavra aqui empenhada cumpriu-a o Senhor depois da Ressurreição Cfr. JOAN. XXI, IRC, p. 10. Também que os discípulos pensaram ser a promessa condicionada e revogada, não o asseverei como um fato (nada sabemos, porque o Evangelho não o diz), mas apenas como uma conjetura psicológica natural no estado de espírito em que se achavam. "Que de mais natural, portanto, que pensarem os outros tratar-se apenas de uma promessa condicionada... como transparece aqui a psicologia da nossa frágil natureza" (IRC, p. 10). — Desfigurado, assim, todo o pensamento do adversário remata o pastor

com entonos de triunfo: "Colossal! E é esse o gigante da polémica ultramontana em o Brasil! E' esse o homem que teve a ousadia de escrever 18 páginas sobre os *paralogismos e ilogismos pereirianos*"! p. 133.

Resumindo e concluindo: Contra as mais explicitas declarações do meu texto, o Sr. L. ajeita duas proposições, nenhuma das quais me pertence, entre elas denuncia (pudera!) uma contradição formal, depois... pasma! Não era para menos!

3 — Outra falsificação?

"Outra vez, aqui, L. Franca falsifica o sagrado texto, pondo nos lábios de Cristo a expressão — *tu és pedra*, contra, aliás, o seu arrazoado de que Cristo não dissera 'tu és pedra', porque a palavra pedra (petra, no grego) pela sua forma feminina, não se adaptava, como Pedro (Petros), a nome de homem... Para o matreiro jesuíta, porém, já agora não há mais inconveniência em Cristo dizer a Pedro: 'tu és pedra'!... Aqui está o homem a quem se alcança mais de pressa do que a um coxo", p. 88, nota 1.

— O que dissemos foi que:

1.º) — Cristo, falando aramaico, disse a Simão: tu és Pedra (Kepha) IRC, p. 15 (é literalmente, nesta língua, o texto de S. Mateus).

2.º) — Os *hellenistas*, porque em grego a homem se adapta menos um nome comum com desinência feminina, preferiram verter o arameu por *Petros* e não por *petra*; a este uso se adaptou mais tarde o tradutor grego de S. Mateus (IRC, p. 15, nota 1).

Tenha agora o leitor a bondade de reler as palavras do Sr. L., denunciadoras de "nova falsificação do sagrado texto" e depois admirar como das minhas duas afirmações singelas, claras, relativas a *pessoas, lugares e tempos diferentes*, ele conseguiu a proeza intelectual de descobrir no "matreiro jesuíta", uma contradição, e a elegância moral da amabilidade que põe remate à sua nota duplamente infeliz.

4 — Reincidências significativas

Um meio cento de vezes, no curso destas poucas páginas, mostramos como a polémica protestante vive e morre de

repetir as mesmas dificuldades mil vezes rebatidas. Não levar, com efeito, em conta uma resposta leal para retilhar falsidades evidentemente expostas à luz do sol assegura, ao mesmo tempo, a imortalidade e a insinceridade de uma discussão.

Os exemplos citados foram numerosos; não são todos. Poderiam ainda multiplicar-se muitas vezes. Para os leitores que têm o gosto e a paciência de fazer confrontos pessoais acrescentamos aqui mais alguns espécimes.

1. Com a reação do protestantismo “a Bíblia foi aberta”, p. 33. — Que muito antes de nascer o protestantismo a Bíblia, 1.º já havia sido traduzida em *tôdas as línguas da Europa*; 2.º que, só da Vulgata, no meio século escasso que vai da invenção da imprensa ao ano de 1500, se tiraram *quase 100 edições*; 3.º que sacerdotes e leigos, de tôdas as camadas sociais, chamavam frequentemente a Bíblia — *demonstramos de maneira cabal e definitiva*. Era uma demonstração de fatos, *material, tangível*. Estas traduções já estão nas bibliotecas, onde se podem ver com os olhos e tocar com as mãos (CP. 177-187). O Sr. L. julgou melhor não tomar conhecimento da resposta. O seu cliente E. C. PEREIRA havia dito que a Reforma abriu o livro divino aos povos; êle, fiel à tradição, repetiu, sem originalidade: com a Reforma “a Bíblia foi aberta”.

2. “E’ de admirar que se levantasse tão grande edifício, como o papado, sobre tamanha falsidade! Não fôssem a superstição, a credulidade e a fraude, e tal edifício se não teria erguido jamais”, p. 74. — E’ a explicaçãozinha infantil que pretende dar razão da vitalidade vinte vezes secular do papado pelo jôgo desproporcionado da ambição dos papas, e da credulidade supersticiosa das massas! E. C. PEREIRA já se servira do argumento. A história, a psicologia e a teologia demonstraram-lhe a inanidade absoluta: foi o que se tirou inteiramente a claro em IRC. 123-130. O Sr. L. esqueceu a resposta mas lembrou a explicaçãozinha já de todo gasta.

3. “O que sobre a autoridade na Igreja disse Jesus a Pedro disse-o também a todos, indistintamente:... ‘tudo o que vós ligardes sobre a terra será ligado também no Céu...’” (Mat. XVIII, 18), p. 89. — O argumento tanto no livro do Sr. L., quanto no do Sr. E. L. DE OLIVEIRA, quanto ainda no de E. C. PEREIRA baseia-se numa interpretação errônea de um versículo de S. Mateus e na mutilação da totalidade dos

textos evangélicos concernentes a missão singular de S. Pedro na Igreja fundada por Cristo. Foi o que se evidenciou com uma clareza meridiana em IRC, pp. 27-28, e ainda em CP, pp. 17-19. O novíssimo defensor do protestantismo mandou arquivar a resposta e retilhou o que disseram os seus antecessores.

4. “Os apóstolos que se achavam em Jerusalém mandam-no [a S. Pedro] e a João examinar o trabalho de Filipe, em Samaria”, p. 135 (cfr. p. 141). — E’ a missão de Samaria arvorada em clava contra o primado de Pedro. O argumento já havia sido pôsto em circulação pelo Sr. E. C. PEREIRA. Respondeu-se-lhe, mostrando que a conclusão se baseava numa interpretação de todo em todo inconsistente do texto dos Atos. (IRC. p. 41) Inútil! Dez anos depois volta à carga o Sr. LUIS E. DE OLIVEIRA e canta de novo o mesmo estribilho. Nova resposta em CP. 34-35. Ainda uma vez, baldado esforço! Volvido um lustre o Sr. L. encampa aos seus leitores o desacreditado sofisma, sem uma referência sequer às discussões anteriores, com a satisfação de quem lhes oferecia uma armazinha nova em folha!

5. Contra o primado de Pedro alega-se ainda o ter sido “indicado em segundo lugar os que pareciam ser as colunas”, p. 141. — S. Pedro é nomeado *dezenas e dezenas* de vezes no Novo Testamento, sempre em primeiro lugar e às vezes com a menção explícita: *primeiro, SIMÃO*. Num versículo, de lição duvidosa, da epístola aos Gálatas, por motivos excepcionais da ocasião, S. PAULO, parece, que o nomeou depois de Tiago. Explicamo-lo por miúdo em IRC, p. 51. O Sr. L. calou a explicação, calou inúmeros lugares em que a Pedro se atribui o lugar de honra, mas reimprimiu tal qual como prova que tivesse valor, a *nomeação em segundo lugar!*

6. “Textos em que aparece Simão como igual... re-preendido publicamente por Paulo”, p. 141. — As relações entre os dois grandes apóstolos são, de uma maneira indigna, exploradas pelos protestantes, contra o primado de jurisdição de S. Pedro. E. C. Pereira caricaturou o apóstolo das gentes “em campeão anti-papal”. A examinar atentamente todos os textos e fatos consagramos quase dez páginas da IRC (pp. 42-50). Adiantou porventura de um só passo a controvérsia? Qual! Rebatendo o Sr. E. L. DE OLIVEIRA tivemos que escrever mais tarde: “E’ triste e doloroso; tratamos êste ponto com especial cuidado, resolvendo sinceramente

tôdas as dificuldades protestantes. Tudo de balde. O professor volta a martelar automaticamente as mesmas objeções do Sr. E. P. como se nada houvera sido explicado. Refaçamos brevemente ainda uma vez o trabalho já feito tantas outras". E de novo lá se vão 8 páginas em discutir o assunto. CP, pp. 36-43. Aparece, por último, o livro do Sr. L. Uma alusão sequer a todos os debates anteriores? Nada. As respostas *ignoram-se*; a dificuldade reaparece *sob a mesma forma*, como se, no intervalo, *nada ocorresse*. A "Resposta ao pé da letra" de 1936 poderia trazer a data de 20 anos antes, ninguém lhe perceberia a diferença.

5 — Uma página de exemplo

Muitas vezes tive o ensejo de afirmar que do livro do Sr. L. não submetia à crítica senão os trechos mais expressivos e mais estreitamente relacionados com o assunto debatido. Impossível fazer mais. Quase não há período do Sr. Pastor, que, por um ou outro título, não reclame uma retificação oportuna. A fim de que se não creia haver nisto exagêro, transcreveremos aqui à guisa de amostra, uma de suas páginas, pontilhando-a de pequeninas notas.

"Volvamos ao estudo do texto cuja falsa interpretação constitui a âncora com a qual pretende a Igreja Romana prender o barco de supremacia papal à rocha do Cristianismo (1). Como no original os termos *Pedro* e *Rocha* se parecem muito (2), a Igreja Papal com os transviados da 'velha escola' aproveitou-se, habilmente, desta circunstância para, com perícia de mágico, substituir um pelo outro, de modo a fazer ler a passagem, como se Cristo tivesse dito: 'Tu és Pedro; e sobre ti, Pedro, edificarei a minha Igreja' (3). Eis

(1) Pouca originalidade. EDUARDO PEREIRA já dissera a mesma coisa, com a mesma imagem, quando nos falou dos "elos da corrente que deve prender a metafórica barca de S. Pedro ao cais de uma instituição divina". *O problema religioso*, p. 215.

(2) Parecem-se muito, não; são perfeitamente *idênticos*. A SIMÃO chamou Cristo *Kepha*, isto é, *Rocha*, *Pedra*.

(3) "Como se Cristo tivesse dito". CRISTO disse: Tu és pedra (*Kepha*) e sobre esta *Pedra* (*Kepha*) edificarei a minha Igreja. Não há "perícia de mágico", não há "substituições" de um nome

o único fundamento do papado (3a). Se Roma (4) fracassar na interpretação que dá a essa passagem, estará perdida a sua causa, a sua máxima causa. Vem daí o seu natural apêgo a essa ardilosa interpretação (5). A nós, porém, nos cabe minar o fundamento falso, não poupando para isso tempo, nem esforços (6). É de admirar que se levantasse tão grande edifício, como o papado, sobre tamanha falsidade (7). Não fôsem a superstição, a credulidade e a fraude, e tal edifício se não teria erguido jamais (8). O leitor consciencioso da Bíblia, enfrentando a interpretação que a Igreja Romana dá à passagem mencionada, não verá senão a proeza da escamoteação com que os doutores católicos ousam arrancar de tão simples passagem uma raça de papas (9).

por outro, na "Igreja Papal". Na Igreja fundada por Cristo há vinte séculos uma fidelidade incorruptível conserva e repete as palavras do Divino Mestre: tu és Pedra...

(3a) Único, não; há muitos outros que os protestantes conhecem, que já foram alegados uma e outra vez mas que eles se obstinam em omitir com um silêncio que não vemos como conciliar com a probidade científica e a sinceridade intelectual.

(4) Roma, só, não. O Oriente e o Ocidente, a Europa e a África e a Ásia, a cristandade inteira pelo órgão concorde de seus doutores, de seus concílios, de sua liturgia. E a cristandade inteira não pode "fracassar" em nenhum momento de sua história: "Ei estarei convosco todos os dias até a consumação dos séculos".

(5) Daí, não. Vem da sua docilidade desapaixonada aos ensinamentos de CRISTO, da sua fidelidade absoluta às suas palavras divinas.

(6) Nem, sobretudo, recursos polêmicos menos qualificados.

(7) É realmente de "admirar" ante semelhante impossibilidade. Conclusão lógica a tirar: o papado — este "tão grande edifício" — não podia erguer-se sobre uma "falsidade", e quem é obrigado a lançar mão deste "admirável" recurso explicativo fica abaixo da crítica e da história.

(8) Não fôsse na polémica protestante a afinçada caturrice de repetir argumentos enferrujados e gastos e semelhantes senilidades não apareceriam mais nas suas respostas novíssimas.

(9) Estes "doutores católicos", diplomados em "proezas de escamoteação" chamavam-se ATANÁSIO e JERÔNIMO, JOÃO CRISÓSTOMO e AMBRÓSIO, ORÍGENES e GREGÓRIO NAZIANZENO, CIRILO e BASÍLIO. OS

Mas — como vimos — os protestantes formulam argumentos que as habilidades e sofismas desses doutores jamais refutarão (10). Por que motivo uma doutrina básica e vital, em virtude da qual a Igreja Romana ensina que aquele que não crê na autoridade do papa *não se pode salvar*, só se revelaria em um único versículo das Sagradas Letras e esse mesmo tão controverso? (11) Por que não há em toda a Santa Escritura outra passagem corroborando o suposto sentido desse passo de S. Mateus (12) ou que declare, de modo a evitar controvérsias, que S. PEDRO é a pedra fundamental da Igreja? (13) E por que tendo os evangelistas Marcos e

tardios, "leitores conscienciosos da Bíblia" deixaram na história cristã os nomes de LUTERO e CALVINO, ZUÍNGLIO e BUCERO!

(10) E' exato: os silêncios sistemáticos, as mutilações fraudulentas, as relapsias impenitentes — são argumentos "formulados" pelos protestantes, que nenhuma habilidade lógica poderá jamais refutar.

(11) A resposta será dada na nota seguinte. Agora, uma ou duas perguntas. Por que motivo uma doutrina tão básica e tão vital como ser a Bíblia, interpretada *pele livre exame individual*, a *única* regra de fé, não vem revelada em *nenhum versículo* das Sagradas Letras? Por que motivo, se a Bíblia é a *única* regra de fé, um conhecimento tão "básico e vital" como o da lista dos *livros que constituem a própria Bíblia não se encontra em um só versículo* das Sagradas Letras?

(12) Porque todas as outras passagens que o corroboram são impiedosamente *cortadas* pelos protestantes; porque, contra o *argumento cirúrgico da tesoura* não há Bíblia que resista; porque, o Sr. L. respondendo "ao pé da letra" e consagrando ao estudo dos Santos Padres quase 30 páginas, não encontrou *uma só* para examinar os outros *argumentos bíblicos* tirados dos versículos seguintes de S. MATEUS, e das perícopes de S. JOÃO e S. LUCAS que haviam sido indicados *antes* da prova histórica da tradição.

(13) Porque, quando as paixões irritadas perturbam a serenidade da visão, como aconteceu aos primeiros reformadores e aos seus discípulos, não há texto que se não preste a controvérsias... Cristo falando a Simão diz-lhe: "tu és Pedra (Kepha) e sobre esta Pedra edificarei a minha Igreja". O texto presta-se a discussões!! Cristo dizendo a Simão *tu és Pedra*, não é claro que Simão seja Pedra!!! *tu... és... Pedra!* E' preciso outro trecho que não dê flanco a dúvidas!!!... Alegam-se outros?... Tesoura.

Lucas descrito também a cena de confissão de Pedro, *omitiram o essencial*, segundo o ensino da Igreja Romana? (14) Com certeza eram ambos protestantes." pp. 73-74.

E as outras páginas são como estas.

(14) Só se pode maravilhar do fato quem nunca abriu a Escritura. Há doutrina mais fundamental que a revelação do mistério da SSma. Trindade, contida na fórmula do batismo. (Mat. XXVIII, 19) Pois bem. S. MARCOS e S. LUCAS, que narraram a mesma cena da despedida de Cristo, omitiram a *fórmula trinitária* registrada por S. MATEUS. E assim em inumeráveis outros casos. Em o nosso, a qualquer ânimo desapaixonado não é difícil encontrar uma explicação plausível. As palavras promissoras do primado estão profundamente impregnadas de semitismos numerosos (ver p. 179). Não podemos hoje interpretá-las nem compreendê-las sem recorrer às expressões semíticas sobre as quais foi decalcada a versão grega atual. S. Mateus *que escreveu em aramaico*, não encontrou nenhum obstáculo em reproduzi-las tais como as havia Cristo pronunciado. Os outros evangelistas (S. LUCAS e S. JOÃO) escrevendo originariamente em grego achavam mais dificuldade em reproduzi-las num idioma ocidental; preferiram, portanto, omitir a cena já *conservada em S. Mateus* e, em relação ao primado de Pedro, *narrar outras palavras* do Divino Mestre igualmente importantes e *não registradas no primeiro Evangelho*. Mas, aceita ou rejeitada esta explicação, a atitude cristã que sempre se impõe é a da docilidade absoluta à palavra de Deus. Arvorar-se em censor dos livros revelados, estipular a cada evangelista as cenas que ele deve descrever ou o número de vezes que lhe importa repetir o mesmo ensinamento poderá trair preconceitos de seita ou interesses apaixonados, nunca será expressão dócil e humilde de quem põe acima de tudo a submissão incondicionada aos direitos de Deus e de sua veracidade infalível.

APÊNDICE II

MAIS UM CASO

Quando escrevemos, no limiar destas páginas, que a atual polémica protestante constituirá, no futuro, uma das páginas mais tristes da nossa história religiosa, não nos baseamos na insuficiência de uma indução precipitada. Os exemplos são numerosos e depõem todos no mesmo sentido. Aos casos já estudados queremos acrescentar aqui mais outro: o de um articulista, d' "O Norte Evangélico" que se assina com as iniciais D. M. Tenho diante dos olhos o seu artigo transcrito pel' *O Jornal Batista* de 21-III-1935. O título "Bergier ou Leonel França" indica para logo o objetivo colimado: evidenciar uma contradição entre o meu trabalho e o autor do *Dictionnaire de Théologie*. Examinemos o processo.

Em IRC, p. 32, comentando cap. XXI, 15-17 de S. JOÃO escrevemos: "Pedro é aqui expressamente nomeado Pastor Universal de todos os cordeiros e de tôdas as ovelhas de Cristo, sem nenhuma exceção" (1).

Ora, estas palavras, no dizer de D. M. brigam com o que escreve Bergier (2) no Artigo APOTRE: "O ministério dos apóstolos consistia, 1.º — em ensinar tôdas as nações: pregar o Evangelho a tôda criatura... 2.º — em governar o rebanho de Jesus Cristo na qualidade de pastôres. O divino Salvador não encarregou somente S. Pedro desta função

(1) Este trecho da IRC é citado pelo articulista através de ERNESTO LUÍS DE OLIVEIRA, *Roma, a Igreja e o Anticristo*, p. 65. Será que o Sr. D. M. critica um livro que nunca leu e só conhece através de quem o combate?

(2) ABADE Bergier, chama-lhe o articulista, traduzindo mal o Abbé Bergier. Bergier nunca foi abade, senhor, simples padre, isso sim, e nada mais. A abadia é presente generoso do Sr. D. M. e de quem não sabe francês.

quando lhe disse: Apascenta os meus cordeiros, apascenta as minhas ovelhas, porque este apóstolo mesmo disse aos anciãos da Igreja ou aos sacerdotes: "apascentai o rebanho de Deus". I Ped. v. 2"

Há porventura alguma contradição? Nem por sombra. Basta saber ler. Pelo título do artigo e pelas palavras expressas da primeira linha citada vê-se que BERGIER expõe o que constitui o *ministério dos apóstolos*. Ora, neste domínio, os Doze eram iguais. Pedro não era *mais apóstolo* que os outros apóstolos, como o Papa não é *mais bispo* que os outros bispos. E em que consiste o ministério apostólico? No múnus de *pastorear* o rebanho de Cristo, e este múnus implica o direito 1.º de *ensinar* e 2.º de *governar*; 3.º de *julgar* e *legislar*. E' o que ensina e desenvolve o autor do *Dictionnaire de Théologie* contra muitos protestantes que o queriam reduzir apenas ao de ensinar. Ainda hoje, os bispos sucessores dos apóstolos no múnus ordinário de pastorear os fiéis, são verdadeiros pastôres e, como tais, ensinam, governam, legislam e julgam.

Entre os apóstolos, há, porém, algum a quem Jesus Cristo tenha investido de uma jurisdição suprema? há entre os pastôres um pastor universal e superior aos demais? Eis a questão do primado. Como a resolve BERGIER? Não é mister haver sido fadado com a estrêla do gênio para ter a idéia luminosa de procurar a opinião de um autor sobre o Papa, no artigo que êle dedica ao Papa. Tenhamos esta idéia genial, e vejamos o que se lê na palavra PAPE: "A crença católica é que S. Pedro foi não somente o chefe do Colégio Apostólico mas ainda o *pastor da Igreja Universal*, que o pontífice romano é o sucessor d'este príncipe dos apóstolos e, como êle, tem autoridade e jurisdição sobre toda a Igreja". "Esta doutrina é a base da catolicidade e da unidade da Igreja". Quais os seus fundamentos? Múltiplos; antes de tudo, fundamentos bíblicos constituídos pelas "provas do primado e da autoridade concedida por Jesus Cristo a S. Pedro". Examinados os textos de S. MATEUS, XVI, 18 e de S. LUCAS, XXII, 29 chega o autor à perícôpe de S. João: apascenta os meus cordeiros, etc. E como a interpreta? Eis as suas palavras textuais: "Sabe-se que o nosso divino Mestre havia designado a sua Igreja sob a imagem de um rebanho, de que êle próprio queria ser o pastor (X, 16). Eis, portanto, S. Pedro revestido da mesma função que Jesus

Cristo se reservara, e encarregado do rebanho inteiro”. Que pena, não haver o articulista citado estas palavras de BERGIER? Que lástima haver êle mutilado com uma desenvoltura inexplicável o pensamento de um autor, que, apesar de católico romano, tem o direito elementar de ser tratado com justiça! Aí estão as opiniões dos dois autores, entre os quais uma imaginação apaixonada fantasiou contradições inexistentes:

P. FRANCA

“Pedro é aqui nomeado *Pastor Universal*, de *todos os cordeiros e de todas as ovelhas de Cristo sem nenhuma exceção*”

P. BERGIER

“Eis, portanto, S. Pedro investido da mesma função que Jesus Cristo se reservara é *encarregado do rebanho inteiro*”. E pouco antes: “S. Pedro foi: ... o *pastor da Igreja Universal*”.

Havendo assim cortado os textos decisivos, conclui triunfante o articulista: “se foi nessa ocasião que Pedro foi investido da autoridade suprema de pastor universal, segundo Leonel Franca, êle jamais veio a ser êsse pastor supremo, segundo Bergier (!!!). Leonel e Bergier são quantidades opostas, positiva e negativa, que se anulam. A tal autoridade suprema de Pedro reduz-se a um zero. Mas dizei-nos, leitor amigo, quem pesará mais na balança — o P. Franca, com todo o seu saber, numa concha ou o abade Bergier com um bispo e um arcebispo na outra? Não seria, portanto, oportuno dizer a êsse jesuíta metido a Golias que lhe assiste primeiro a obrigação de ajustar contas com Bergier e as duas autoridades que lhe endossam a obra, antes de arremeter contra nós”?

Não, consciencioso articulista; não é mister que se dê à delicada tarefa de pesar, na sua balança de fé duvidosa, bispos e arcebispos; basta que para o futuro,

1.º) aprenda a ler os autores, antes de criticá-los;

2.º) se deseja informar os seus leitores “amigos” acêrca da opinião de um Dicionário teológico, em determinada questão, não lhes subtraia todo o artigo consagrado especialmente ao estudo desta mesma questão.

Isto, antes de arremeter contra quem quer que seja.

Honesta polêmica protestante!

APÊNDICE III

ORIGEM DE UMA LENDA

Apenas saiu a lume, em 1923, o meu modesto trabalho sobre *A Igreja, a Reforma e a Civilização*, imediatamente sobre a sua origem começou a circular nos arraiais protestantes uma lenda que nunca mais se desfez. Ainda em 1936 escrevia um dos redatores d’*O Jornal Batista* (1-X-1936): “quanto ao clero protestante e católico, é digno de nota que um dos membros mais conspícuos dêste, para refutar um livro de um dos membros mais conspícuos daquele, teve que fazer uma viagem demorada à Europa, basculhar a grande biblioteca do Vaticano e outras, para fazer uma refutação que, à primeira vista, pareceu um monumento mas que foi de fato um desastre, como vai sendo demonstrado por outros membros do mesmo clero protestante”. Não há quase escritor evangélico que não florese o romance a seu modo. A Igreja católica teria estremecido de susto ante o livro de C. Pereira e enviara à Europa um sacerdote com a missão urgente de o refutar!!! Compreende-se, entre os “crentes”, o efeito psicológico da historieta; compreende-se quanto foi tudo fantasiado de molde a lisonjear uma vaidade pueril. Mas é preciso pôr termo a toda esta invenção.

Quando parti para a Europa em novembro de 1920 nem sequer sabia da existência do livro de E. C. P. que acabava então de aparecer. Fui à Roma, não com missão de refutar coisa alguma, mas para *iniciar os meus estudos de teologia*; não era ainda sacerdote; só em 1923 recebi as ordens sagradas. Lá tive conhecimento do trabalho do pastor por uma circunstância puramente casual, pela leitura de uma resenha bibliográfica publicada na *Revista de Língua Portuguesa*. Por curiosidade, pedi, então, me enviassem o livro, do Brasil, e depois de o haver percorrido, resolvi consagrar-lhe à crítica os lazes que me deixavam os estudos universitários.

Sem a minúcia destas circunstâncias muito pessoais e que, por isto, então me pareceram inúteis, lá deixei consignado no prefácio o essencial. "Mais tardiamente do que nos pedira a consciência saem à luz estas observações críticas. Afastados momentaneamente do Brasil e absorvidos por outras ocupações inadiáveis, só volvido um ano da sua publicação nos veio ao conhecimento a obra do ilustre gramático paulista". IRC, p. IX.

Eis os fatos. Os advogados do protestantismo indígena preferiram obliterá-los para dar asas à imaginação criadora de ficções. Sacrificaram as exigências da verdade aos interesses ridículos de uma vaidadezinha de quem se quer dar importância. Ponha-se para sempre um termo à lenda. É mais nobre.

LUTERO

e

O SR. FREDERICO HANSEN

Sob o título "*Lutero e o Padre Leonel Franca,*" acaba o Sr. Frederico Hansen de publicar em S. Paulo um opúsculo, destinado a vingar a memória do Reformador, por mim ultrajada e caluniada nos dois livros: *A Igreja, a Reforma e a Civilização e Catolicismo e Protestantismo.*

As acusações formuladas nestes trabalhos, contra o patriarca da Reforma, ficaram até agora, diz o Sr. Hansen, sem resposta por parte do protestantismo brasileiro e sumamente repugnante lhe é "ter como cabeça do movimento de sagrada rebelião da consciência acorrentada, a um homem provavelmente imoral."

Este silêncio dos apologistas do protestantismo entre nós, atribuí-o nosso autor à ignorância, por parte dos pastores patrícos, dos grandes debates que, em torno de Lutero, se têm travado lá na Europa nestes últimos anos. Fato análogo, diz êle, passou-se na Alemanha quando Denifle publicou os seus estudos sobre o ex-monge de Eisleben. Hoje, porém, o protestantismo de lá, graças a novas investigações, já reabilitou o seu patriarca injustamente ofendido. É o resultado destas lutas que o Sr. Hansen deseja vulgarizar entre os protestantes brasileiros, desconhecedores de quanto se passa na pátria do protestantismo.

Assim, não temos pela proa um investigador imparcial que nos venha comunicar os frutos de suas pesquisas pessoais e do exame direto das fontes históricas da época. É um vulgarizador que aos protestantes daqui vem oferecer as armas que polemistas protestantes alemães forjaram para os protestantes de lá. Nada tão funesto nem tão de molde para perpetuar discussões estéreis como abandonar o contato imediato com as fontes históricas e colher citações contemporâneas inspiradas pelo ardor das controvérsias, ou selecionadas com critérios estratégicos.

É este, como veremos logo, o defeito capital do opúsculo que examinamos. Antes, porém, de entrarmos na sua crítica, uma palavra sobre DENIFLE, a quem o Sr. Hansen por três vezes chama de jesuíta.

DENIFLE, senhor, era dominicano. E o equívoco é grave; por êle se infere que o protestante paulista não lhe conhece sequer pelo dorso o trabalho monumental. Acusa-se um autor que se não leu.

O abalo causado na Alemanha pelas publicações do célebre filho de S. Domingos tem uma explicação muito diferente da que lhe atribui o Sr. Hansen. Sobre a Idade Média, a Reforma e os seus protagonistas formou-se, na Alemanha, como fora dela, uma opinião corrente, alimentada, durante séculos, por uma literatura de convenção, filha de um des-caso sistemático da informação histórica, sincera e total. A Idade Média era apresentada como a quadra do grande obscurantismo, origem de todos os males e de tôdas as decadências; a reforma, a aurora de tôdas as liberdades e de todos os progressos e os seus grandes atores, os heróis da civilização moderna.

O século XIX, com a renovação profunda dos métodos e da investigação documentada do passado, não se contentou com êste juízo feitos. Estudou as fontes, e reviu tôdas estas posições inconsistentes e apaixonadas. Não há, hoje, do-

mínio do conhecimento, desde a filosofia até a economia política, em que as apreciações históricas sobre o período medieval, a renascença e a reforma, não tenham sido radicalmente modificadas. Cada vez que algum grande historiador — católico ou protestante, — trouxe a lume o resultado de suas pesquisas originais, houve êste sobressalto da opinião pública protestante, adormecida na segurança daquele engano secular.

Foi o que se deu quando DOELLINGER publicou os seus 3 vols. sobre a *Reforma e a sua evolução interior*.

Foi o que se passou quando JANSSEN imprimiu os seus 8 vols. sobre a *História do povo alemão* (1).

Foi ainda o que se verificou quando o protestante PAULSEN, professor em Berlim é o mais erudito historiador da pedagogia no seu país, deu à publicidade a sua *História da instrução* nas escolas e universidades alemãs. Um dos luterófilos mais conhecidos, KOLDE, adversário também de Denifle, acusou-lhe o capítulo sobre a Reforma de "tendencioso." "Como se, retrucou sensatamente PAULSEN, fôra eu culpado de que na história da Reforma se encontrem fatos que possam ser incômodos a um zeloso biógrafo de Lutero. Ou porventura cuidam eliminar do mundo os fatos, porque por êles desliza silenciosamente a exposição? O único resultado que se obtém é que a historiografia católica traz à luz do dia tudo o que se havia preterido, coloca-o em relevo e, com isto, prejudica, de um modo geral, na opinião dos leitores, a veracidade das narrações protestantes. A *História do povo alemão* de Janssen não teria feito tanta impressão — mais um fato incômodo para muitas rodas protestantes

(1) Um alemão-americano, W. Fromann, instituiu em 1885 um prêmio para quem refutasse JANSSEN. Até hoje ainda não se apresentou candidato algum.

— se os historiadores protestantes não tivessem cedido tanto à tentação de passar por cima dos fatos incômodos” (2).

Fenômeno semelhante foi o que se repetiu com DENIFLE: também ele revelou a propósito de Lutero alguns “fatos incômodos” que as rodas protestantes ignoravam ou fingiam ignorar.

Poucas pessoas se achavam tão habilitadas para um estudo original sobre o fundador do protestantismo como o notável dominicano, conhecido e prezado, em tôdas as rodas de alta cultura, como um dos eruditos mais profundos e conscienciosos do seu tempo. A sua obra sobre as *Universidades medievais até 1400* renovou tão radicalmente o assunto que a literatura que se lhe refere se pode hoje classificar em duas eras: pré-denifleana e post-denifleana. A êle se deve ainda a publicação importantíssima para os estudos medievais do “*Chartularium Universitatis parisiensis*” (2a).

(2) FR. PAULSEN, *Geschichte des gelehrten Unterrichts*, Leipzig, 1919, 3.^a edição, t. I, pp. 202-203.

(2a) Os luterófilos mais competentes e que mais vivamente agrediram a Denifle reconheceram o seu valor científico excepcional. KÖHLER, professor em Giessen, escreveu: “Graças ao seu conhecimento verdadeiramente extraordinário da literatura da Idade Média, Denifle pôde facilmente ilustrar certas particularidades da época e mostrar assim um bosquejo da fisionomia de Lutero nos séculos que o precederam e subministrar destarte à crítica histórica indicações preciosas. Quando além disto êle não cessa de dizer-nos a nós protestantes: vós não conheceis a Idade Média, somos bastante leais — fazendo as reservas sobre a falta de moderação desta polémica — para reconhecer nesta incriminação um fundo de verdade. É um fato que neste ponto Denifle trouxe contribuições novas”. *Die Christliche Welt*, 1904, n. 9, p. 202. Na página seguinte do mesmo artigo: “No meu modo de ver, sua discussão penetrante sobre as pretendidas lições do *Livro dos juizes* serão também aprovadas no seu conjunto. Denifle teve a sorte de descobrir que passos inteiros que se julgavam propriedade de Lutero são literalmente transcritos de S. Agostinho e em proporções bem diversas das que se julgavam até

Com esta longa preparação remota empreendeu DENIFLE os seus estudos sobre a biografia de Lutero e as origens do luteranismo, em três grandes volumes. Nos arraiais protestantes a sua publicação despertou um imenso brado de alarme. Foi uma leva de boquéis geral. Mas que se disse? e que se provou contra o seu trabalho? Eram porventura inexatas ou falsificadas as suas citações? falha ou lacunosa a armadura da sua erudição? Não; nada disto; DENIFLE fôra “inconveniente”; publicara acerca de Lutero muitos fatos e muitas palavras que deveriam ficar sepultadas em perpétuo olvido para o bom nome do reformador. Com esta revelação inopinada o Lutero-mito, o Lutero lendário, que se tornara tradicional entre reformados, via-se apeado do seu pedestal de glória e chamado à barra da história a prestar contas de seus atos e escritos, como um simples mortal. *Inde trae!* Mas que culpa tinha DENIFLE de haver Lutero escrito páginas indignas e praticado atos injustificáveis ante a moral menos exigente? O escritor católico teve a mesma impressão de quantos consultaram as fontes e entraram em contato com o Lutero vivo da história. KROGH-TONNING, talvez o mais profundo teólogo do luteranismo escandinavo, no século XIX, escreveu também êle: “Cumpra distinguir dois Luteros: um mítico, outro histórico. Ordinariamente só se ocupam do primeiro, ornado de tôdas as perfeições. Quando alguém

agora.” KAWERAU, outro grande luterólogo, um dos críticos que trabalham na edição de Weimar, confessa que no seu trabalho se encontram “muitas indicações preciosas, devidas ao conhecimento incomparável que possui Denifle da literatura eclesiástica da antiguidade e da Idade Média. Quase a cada página se revelam a extensão e a solidez da ciência de Denifle, de modo que, em muitos pormenores das nossas investigações sobre Lutero, são preciosas as suas contribuições”. *Theolog. Studien und Kritiken*, 1904, p. 452. Se aqui é ali a forma em Denifle se ressentia do seu temperamento tirolês o trabalho científico é de primeiro valor. Os adversários competentes e leais reconheceram-no declaradamente.

quer apreciá-lo calça o coturno, olham-no do alto; e fazem *tábua rasa da realidade*. O mais triste é que, para prestar êste culto a Lutero, é mister recorrer a processos estranháveis. Citar suas próprias palavras é um insulto, referir os seus atos uma infâmia. E se porventura se quer, com uma das mãos, bosquejar um retrato do Lutero verdadeiro, é preciso com a outra aureolar a frente do mito com um nimbo de santidade. Sem esta habilidade é um gesto de escândalo (3).

Deixemos, porém, a DENIFLE. Nos meus trabalhos *não foi em citações suas que me apoiiei*, mas nas do próprio Lutero. Pedimos, pois, ao Sr. Hansen, que feche os livros contemporâneos onde se engrinalda a frente do Lutero-mito para estudarmos serenamente o Lutero verdadeiro, histórico, qual no-lo revelam os seus próprios escritos e os documentos contemporâneos. É o único meio de não perdermos o contato com a realidade e nos não deixarmos influenciar por sentimentalismos subjetivos ou preconceitos partidários.

Em três pontos esforça-se o Sr. Hansen para reabilitar a memória caluniada do "cabeça do movimento de sagrada rebelião da consciência acorrentada". Uma palavra de resposta a cada um, com a máxima brevidade.

(3) KROGH-TONNING, *Le Protestantisme Contemporain*, p. 19. Outro grande teólogo contemporâneo da igreja sueca escreveu ainda há pouco: "Estou persuadido que o estudo... de uma história exata em lugar das opiniões cerebrinas fabricadas outrora pelos nossos teólogos apontará pouco a pouco à nossa juventude que pensa o caminho do catolicismo". KARE SKREDSVIK, na *Vie Intellectuelle*, t. XXI (1933), p. 36. — Com a justa defesa que fizemos de Denifle não queremos encampar todos os seus juízos e apreciações. É bem possível que, aqui e ali, à crítica se imponha uma revisão imparcial de alguma das suas sentenças. Que escritor se poderá ufanar, máxime em assunto tão complexo e delicado, de haver sempre conservado a ouro e fio, o fiel de uma justiça impecável?

O primeiro ponto refere-se à bigamia de Filipe, o landgrave de Hesse. É conhecido o caso. Filipe, príncipe de costumes depravados, não contente com a sua legítima espôsa, de quem já tivera 7 filhos, queria casar-se também com Margarida de la Sale, dama de honra de sua irmã Isabel. A mãe de Margarida acabou por dar o seu consentimento a esta união escandalosa, contanto que ao casamento assistissem Lutero, Melanchton, Bucero, Cristina, espôsa legítima do landgrave, Ernesto de Miltiz, tio da jovem, o eleitor da Saxônia e o duque Maurício, êstes dois últimos, por si ou por seus representantes. Filipe aceitou a cláusula e pôs-se logo em campo para obter a anuência dos grandes evangélicos reformadores. A Bucero enviou em 1539 uma longa instrução que deveria ser comunicada a Lutero e a Melanchton. É uma exposição de motivos. A sua vida, confessa o landgrave, é escandalosa, mas, só com a espôsa que tem, êle "não pode nem *quer mudar de vida*." Frequentemente, deve tomar parte nas assembleias do império onde são muitas as diversões... "não lhe é possível dispensar uma mulher; e levar uma de grande qualidade fôra muito embaraçoso". Mas como bom cristão, nada quer fazer contra a Escritura; consultou-a e verificou que "nem Deus no Antigo Testamento, nem Jesus Cristo no Novo, nem os profetas, nem os apóstolos proíbem a um homem ter duas mulheres". Além disto, o fato não é inédito, o landgrave sabe "que Lutero e Melanchton haviam aconselhado ao rei da Inglaterra que não rompesse o primeiro matrimônio mas tomasse uma

segunda esposa como se vê *na sua consulta motivada*" (4). Finalmente no caso em que ainda hesitassem, ameaçava o landgrave de "pedir o consentimento ao Imperador" com quem ele poderia obter o que quisesse, peitando os seus ministros. E este passo seria prejudicial "aos interesses da Igreja": "os ministros imperiais poderiam colher a oportunidade para levá-lo a qualquer ação que não seria útil a esta causa [a da Reforma] e a este partido". Por todos estes motivos suplicava que lhe dessem o consentimento por escrito, a fim de "poder aproximar-se em boa consciência e tratar com mais liberdade e confiança os negócios de nossa religião".

Numa longa consulta, assinada por Lutero, Melancton, Bucero e mais 6 teólogos protestantes e endereçada ao "sereníssimo Príncipe e Senhor", depois de se fazerem ver os inconvenientes do escândalo público que poderia daí advir e se exortar o landgrave a outra solução menos arriscada e mais cristã, concluem finalmente os signatários: "se sua Alteza está inteiramente resolvido a tomar segunda mulher, julgamos que o deve fazer em segredo." Ao Imperador convém não recorrer; "sua fé, sendo à maneira da do Papa, ele tratará como ridícula a proposta de V. Alteza... nada tem ele dos costumes alemães... É para desejar que nenhum príncipe cristão se alie aos seus desígnios perniciosos".

Inútil dizer que o landgrave estava "inteiramente resolvido a tomar segunda esposa". A 5 de abril escreve a Lutero "na calma e na alegria de uma boa consciência," e acom-

(4) O landgrave estava bem informado. Na sua Memória de 27 de agosto de 1531, *De bigamia regis Angliae*, escreveu MELANCTON: "Se o rei quer prover à sucessão do trono é melhor fazê-lo sem infâmia do primeiro casamento. Poderá consegui-lo sem perigo algum da consciência ou da fama de quem quer que seja, por meio da poligamia". *Corpus Ref.* II, 526. LUTERO afinou pelo mesmo diapasão. Henrique "poderia casar com outra rainha a exemplo dos patriarcas que tiveram várias esposas." *Enders*, IX, 88.

panha os agradecimentos com um barril de bom vinho do Reno. A 24 de maio o austero reformador responde-lhe humildemente: "Recebi o presente de Vossa Graça, o barril de vinho do Reno e apresento-lhe os meus humildes agradecimentos".

O segundo casamento projetado realizou-se a 4 de março. Celebrou-o dignamente o predicante de corte, DIONISIUS MELANDRO, outro trade reformado, que já estava valorosamente na sua terceira mulher, vivas ainda as duas primeiras. Assistiram ao ato Bucero, Melancton, os teólogos e conselheiros da corte. Faltou o tio de Margarida, Ernesto de Miltiz, "porque era papista e como tal não suficientemente versado na Sagrada Escritura, para aceitar diante de Deus a legitimidade de um duplo casamento" (5).

Que diz o Sr. HANSEN acerca deste edificante episódio sobre o qual, se fôr mister, ainda temos muito que dizer? Confessa que é "a nódoa da Reforma", "uma página dolorosa na sua história." — Logo, não caluniamos; dissemos a pura verdade; archive-se o depoimento.

Ainda assim, para o caso escandaloso pleiteia o advogado paulista do protestantismo três atenuantes:

a) O apêlo fôra feito em nome da *consciência*. "Lutero acreditou nessa burla." — Não, no caso, o apêlo foi feito em nome de muitas outras razões, menos elevadas e mais práticas. Mais ainda. Em 1531, muito antes deste apêlo já a bigamia havia sido aprovada por Lutero para o caso de outra coroa que vinha por o seu prestígio e suas armas a serviço da luta contra Roma. E ainda mais. Em 1524, fora de qualquer apêlo *moral* o "libertador" declara que, a bem dizer, a poligamia não era contrária à palavra de Deus; em 1527, textualmente: "Não é proibido a um homem ter mais de uma mulher; ainda hoje, não me poderia opor a isto; não

(5) LENS, *Briefwechsel Landgraf Philipps des Grossmüthigen von Hessen mit Bucer*, Leipzig, 1880-1887, t. I, pp. 330-332.

quero porém aconselhar" (6). Pouco depois aconselhou. Também aqui foi cedendo "a um apêlo da consciência" que êle quis introduzir na cristandade, "o casamento turco", como foi, mais tarde, chamado o do landgrave? — E bem folgaria eu de saber em que ética ou teologia se pode fazer apêlo à "consciência" para violar uma lei divina e natural.

b) "Os reformadores, presos ainda a um modo errôneo de considerar o valor do Velho Testamento, em matéria de moral e teologia — modo que ainda é corrente no cristianismo católico e protestante — não viam pròpriamente pecado naquilo que Moisés tolerava pela fraqueza humana." — O Sr. Hansen engana-se aqui redondamente. Nunca o catolicismo invocou a tolerância mosaica para pactuar com a poligamia. Lutero introduzindo esta "reforma" não o fêz "prêso a um modo errôneo" de tempos passados; teve pelo contrário de "desprender-se" de 15 séculos de cristianismo. E o fêz conscientemente: "Confesso, escrevia êle em 1524, que não posso proibir tenha alguém muitas espôsas; não repugna às Escrituras; não quisera, porém, ser o primeiro a introduzir êste exemplo entre cristãos" (7). Mais tarde o introduziu, sabendo que assim *por primeiro* rompia com a tradição cristã e marcava o primeiro passo na desorganização da família de que hoje vamos colhendo os frutos amargos. — A atenuante do Sr. Hansen degenera assim *numa terrível agravante*.

c) — A culpa não é de Lutero, é do catolicismo. O reformador não fêz senão aplicar ao caso do landgrave o princípio da *dispensatio in foro interno tantum*, princípio "comum no ensino e na prática do catolicismo medieval." — É penoso ver assim formularem-se as mais terríveis acusações, sem uma sombra de prova, e deturparem-se princípios que

(6) Weimar XXIV, 305.

(7) DE WETTE, II, 259.

nem sequer se compreenderam. Que o Sr. Hansen nos indique — com palavras textuais e referências exatas que permitam a verificação imediata — onde e como "o ensino e a prática do catolicismo medieval" justificaram a *poligamia* pela aplicação do aludido princípio (7a). Termina êste ponto o Sr. Hansen afirmando que "os protestantes têm a grata liberdade de condenar, em nome da moral cristã, a bigamia do landgrave e a tolerância de Lutero e de seus companheiros." Como efeito retórico *ad usum* dos predicantes aí do nosso interior a frase poderá ter a sua utilidade; como expressão dos fatos é de uma inexatidão lastimável. O que se deveria escrever é: "nós, protestantes, durante quase três séculos, longe de condenar a Lutero, invocamos o precedente

(7a) Discutiram algumas vezes os teólogos medievais se a poligamia era ou não proibida pela lei natural. Nenhum, dêles, porém, asseverou que o casamento cristão, *em hipótese alguma, fôsse compatível com a pluralidade das espôsas*. O Sr. Hansen cita vagamente ao Cardeal Cajetano e como de costume não alega palavras textuais nem indica referênola alguma. Vêzo incorrigível de quem não conhece as fontes e cópia apologistas apaixonados para perpetuar os erros mil vezes rebatidos. Cajetano nunca ensinou a liceidade da poligamia entre cristãos. Veja o Sr. Hansen a sua *Summula de peccatis* publicada em Paris em 1530, f. 211, e aí verá a existência de um matrimônio anterior (*impedimentum ligaminis*) enumerada, por êle, como pela unanimidade dos teólogos católicos, entre os impedimentos dirimentes do matrimônio. No seu Comentário ao Evangelho de S. Mateus, 19, 9, lêem-se estas palavras formais: *non licet habere plures uxores*. A Lutero, já o vimos, cabe incontestavelmente a triste primazia de haver introduzido entre batizados a moral complacente do alcorão. Contra estas inovações protestantes, imediatamente o concílio de Trento definiu a doutrina católica tradicional: "Si quis dixerit licere christianis plures simul habere uxores et hoc nulla lege divina esse prohibitum, a. s." Sess. 24, can. 2. — Ainda não encontramos um protestante no Brasil que não fôsse colhido em flagrante de falsificar doutrinas de autores católicos. Decididamente é preciso pôr um termo à indignidade de semelhantes processos polêmicos. Uma causa que lança mão de semelhantes recursos está irremediavelmente perdida.

por êle aberto, para sancionar quantas bigamias coroadas nos foi apresentando a história das paixões humanas, e ainda hoje se não propugnamos a poligamia simultânea batemo-nos pela sucessiva que se chama divórcio." Ignora o Sr. Hansen que Jorge IV (m. 1694), príncipe eleitor da Saxônia, quis também êle ter duas espôsas legítimas, alegando a inexistência da proibição da Escritura e os exemplos que foram concedidos "pelas nossas igrejas"? Esquece o Sr. Hansen, que a Frederico Guilherme II (m. 1797), rei da Prússia, concederam os pastôres protestantes uma segunda consorte e lhe assistiram ao casamento, alegando precisamente o caso do Landgrave de Hesse? Não se lembra que bigamos foram também ostensivamente Eberardo Luís, duque de Wittemberg (m. 1793), Carlos Luís (m. 1680), eleitor palatino, e Frederico IV (m. 1730), rei da Dinamarca? Neste ponto, dos ensinamentos de Lutero a moderna dissolução da família norte-americana o protestantismo tem escrito páginas bem tristes na história do matrimônio cristão.

II

O segundo ponto de defesa versa sôbre o casamento de Lutero e a moralidade dos seus costumes. Acêrca da união do reformador com a egressa Catarina de Bora havíamos transcrito na *A Igreja, a Reforma e a Civilização*, p. 197, o seguinte trecho de uma célebre carta de MELANCTON a CAMBRARIO: "Lutero era um homem extremamente leviano [é a interpretação mais benigna do grego usado pelo humanista reformador: *ἔστιν ὁ ἀνὴρ ὡς μάλιστα εὐχερῆς*] e as freiras [por êle soltadas dos conventos] que lhe armavam laços com grande astúcia acabaram por envisgá-lo. O freqüente comércio com elas teria talvez efeminado um homem mais forte e de mais nobres sentimentos e ateado o incêndio".

Duas observações preliminares para desfazer outras tantas assacadilhas menos dignas do protestante de S. Paulo. Transcrito o texto acima, acrescenta êle: "Aí está uma parte da carta cujo texto autêntico foi descoberto em 1904 (8). Apenas uma parte, acrescida daquele parêntese 'por êle soltadas dos conventos' que *não sei como explicar*". E pouco adiante: "menos o parêntese sibilino" — É uma insinuação malévola contra a honestidade científica de um autor que,

(8) Distração do autor. O texto original e íntegro da carta já havia sido publicado em 1876 por W. MEYER e DRUFFEL nas *Sitzungsberichte der philos.-philol. Klasse* da Academia de Munich, e mais tarde em 1900 por P. A. KIRCH. Tudo isto já havia sido indicado no meu livro que tem tido a desventura de ser lido pelos protestantes com um ataque de amnésia crônica. A atenção desmemoriada é preciso repetir-lhe a mesma cousa, meia dúzia de vêzes.

parece, anda interpolando textos. Será possível que o Sr. Hansen seja o único escritor neste mundo sublunar a desconhecer que, por uma convenção universalmente aceita, as palavras intercaladas *entre colchêtes pertencem*, como crítica, comentário ou interpretação, — ao autor que cita e não ao que é citado? E se o Sr. Hansen ignora esta praxe que ninguém desconhece, por que, ao ler o texto na *A Igreja, a Reforma e a Civilização*, não reparou que *uma linha antes também entre colchêtes* se encontrava outra frase que manifestamente *não podia atribuir-se ao autor da carta*? Neste exemplo situado no mesmo campo visual de um só olhar, aprendido o que ainda não sabia. Não! era mister lançar uma suspeita sobre a minha sinceridade literária; para este fim, *substituem-se habilmente* os colchêtes pelo parêntese e, proclama-se “sibilino este mesmo parêntese” que assim passa a ser meu por esta admirável atribuição!!!

Mas não pararam aqui as reticências menos dignas do Sr. Hansen. Pouco depois, referindo-se à mesma citação transcrita mais abreviadamente no “Catolicismo e Protestantismo”, escreve: “ali se nos deparam *três pontinhos* e três pontinhos numa citação do padre S. J. é cousa de suma gravidade... Vamos ver o que foi que o Pe. Franca tirou e substituiu por aqueles inocentes e nulos três pinguinhos. Aqui vai”. E cita o período que eu já havia incluído *com toda a lisura* na *A Igreja, a Reforma e a Civilização*, no texto que o leitor teve há pouco debaixo dos olhos (9). Que houve então? No “*Catolicismo e Protestantismo*,” em que se me impunha grande economia de espaço, transcrevi apenas alguns trechos da citação, neste e em outros lugares e, *como*

(9) Eis o texto como se encontra na IRC: “O freqüente comércio com elas (freiras) teria talvez efeminado um homem mais forte e de mais nobres sentimentos e ateado o incêndio”. Eis o mesmo texto na versão do Sr. HANSEN: “Talvez que o muito lidar com as freiras o amolecasse — embora êle seja um homem nobre

prescrevem as regras da metodologia, onde não havia continuidade das frases citadas adverti lealmente a quem me lesse com a presença das *reticências prescrita*. Nesta mesma página, porém, *duas vezes seguidas* (nas duas notas) e, a primeira, a propósito *desta mesma carta* de Melanchton, remeti o leitor à *A Igreja, a Reforma e a Civilização*. O Sr. Hansen, lendo-me distraidamente, não quis ter o trabalho de folhear o volume indicado: preferiu, sem mais verificações, o prazer de inculcar aos seus leitores uma “coisa de suma gravidade”: o havermos subtraído, numa polémica, um texto que *tínhamos sido os primeiros a citar desde 1923!!!* Será possível que nem no Sr. Hansen se haja de encontrar no Brasil um protestante capaz de discutir com um tudo-nada de lealdade!

Entremos agora no assunto do segundo ponto. Na carta de que tratamos, continua Melanchton dizendo que os boatos acêrca das relações ilícitas com Catarina de Bora, anteriores ao casamento, não correspondiam à verdade. Uma vez consumado o fato, não convinha censurá-lo. Passando do celibato ao matrimônio, Lutero decaíra, é verdade, mas o ma-

é honrado — e fizesse com que o fogo se acesse nele”. O Sr. Hansen adotou uma tradução preconizada por alguns autores de valor, mas contra a qual protestam os helenistas mais abalizados. O original grego tem o aoristo com *αυ*; com o modo irreal na proposição principal, o particípio não admite senão o significado *condicional*. “O comércio, etc... o teria amolecido *ainda que fôsse* um homem nobre... e não *embora seja*...” Mas aqui não insistiremos. A afirmação capital, que por ora só nos importa, fica a mesma: o comércio freqüente com as egressas... efeminou a Lutero “homem fácil de ser seduzido” *εύχερός*, como foi dito acima, ou *por não ser* êle caráter nobre e elevado, ou *apesar de o ser*.

trimônio é estado digno. Nada fêz, portanto, ao que parece, merecedor de censura, e inegavelmente é um homem piedoso. — Melanchton estava todo preocupado com a causa que abraçara e queria a todo transe evitar as conseqüências desastrosas que lhe poderiam advir do passo inconsiderado do grande homem que lhe estava à frente. De um lado, pois, como diz textualmente na mesma epístola, “porque vejo Lutero na tristeza e na inquietude, por causa desta mudança de vida, procurei com todo zelo animá-lo com todas as razões, porque a meu ver nada fêz que se lhe possa re- criminar”; de outro, procura salvar a estima do mestre na consideração dos discípulos: “escrevo-te assim, continua ele falando a Camerario, para que não fiques por demais desconcertado com o inesperado acontecimento. Sei que tens a peito o bom nome de Lutero, e um desprestígio na sua fama te vexaria.” Com estas expressões, ditadas por estes motivos, o crítico paulista, muito contentadicho em matéria de reputação luterana, dá-se por satisfeito e conclui imperturbável: “se há um documento que bem analisado fale em favor de Lutero é esse... para os espíritos cultos... dispensa comentários... ressalta aí a contextura moral rija do monje de Wittenberg”. Não julgaram assim os mais entusiastas admiradores de Lutero, a começar pelo próprio MELANCHTON, autor da carta; julgou-a êle tão comprometedora que a exarou em grego para defendê-la contra a curiosidade vulgar CAMERARIO, a quem era ela destinada, na edição das cartas de Melanchton, tinha o original diante dos olhos, mas não ousou publicá-lo no seu teor exato; cortou, mutilou, adaptou, modificou. A carta assim “retocada e favorecida” se difundiu nos meios protestantes, e foi mais tarde incluída no *Corpus Reformatorum* I, 774, até que, em 1876, a história irreverente trouxe à luz da publicidade o texto primitivo e integral. Por que falsificar tão vergonhosamente um documento onde “ressaltava” a contextura moral rija do monje de

Wittenberg? Os luterófilos modernos julgam como MELANCHTON é CAMERARIO, W. WALTHER, um dos que saíram mais bravamente à estacada contra Denifle, chama-a de “muito inconveniente”, “carta fatal” (10). O Sr. Hansen não se alarma tanto. “Para os espíritos cultos e de reto juízo esse documento dispensa comentários!” Que quer? são maneiras de ver. Lutero há de ser um super-homem por força e ainda um santo que se pode pôr no altar! Para provar-lhe a “moral rija”, serve até um documento confidencial em que um dos seus amigos íntimos, em carta a outro amigo, confessa que êle “é um homem fácil de seduzir” e “as freiras que lhe armaram seus laços acabaram por enredá-lo”. — Eis o que se chama ler a história com os óculos enfumaçados por um apriorismo irredutível!

Mas a carta de Melanchton não é um documento isolado. Se pela pena que o subscreve e pelo caráter confidencial de sinceridade, reveste uma importância singular, pelo seu conteúdo vem apenas confirmar o que já conhecíamos por outras fontes. Dentre estas o Sr. Hansen toca ligeiramente numa carta do próprio Lutero a Spalatino onde, exortando-o a casar-se, diz, entre outras cousas: “*famosus sum amator, qui toties de conjugio scribo et, misceor feminis. Tres simul uxores habui et tam fortiter amavi ut duas amiserim*” (11). — “Carta galhofeira, dentre as muitas do reformador!” exculpa indulgente o Sr. Hansen. Seja embora! Galhofa de muito mau gosto, num reformador evangelico retrucamos nós. Mas quem poderia determinar a porção de verdade subjacente a estas chalaças de bordel! (12)

(10) *Das sechste Gebot und Luthersleben*, pp. 73, 93.

(11) DE WETTE, II, 646 — O texto integral em IRC, p. 197.

(12) “Tive três espôsas” *tres simul uxores habui*. Duas já o haviam deixado por outros. Que significa esta jogralidade? GRISAR, que o Sr. Hansen cita, pensando justificar-se, comenta lacônicamente: “as três espôsas” em questão parecem ser aquelas das quais

Mas vemos a outras cartas onde a evasiva da chocarice é manifestamente descabida. Examinemos, neste ponto delicado, os precedentes mais remotos de Lutero e as circunstâncias imediatas ao casamento. Sobre a sua vida de estudante, anterior à entrada no claustro, deixou ele uma vez escapar esta confissão: "Sim, fui um grande, triste e vergonhoso pecador, passei uma juventude culpada" (Weimar XXVI, 508). Relativamente a este período da sua vida possuímos dois depoimentos interessantes de contemporâneos seus, desfavoráveis à integridade dos seus costumes. O primeiro é de Jerônimo DUMGERSHEIM que, num escrito contra o heresiarca, lhe assaca maus hábitos da sua vida de estudante, continuados na vida do claustro e causadores da sua apostasia. Em outro escrito, o mesmo autor fala de faltas graves e apela para o testemunho de um dos seus camaradas que depois o acompanharam até a porta do convento. O outro depoimento é de Jerônimo EMSER que conhecera Lutero, estudante em Erfurt. Em 1520, num escrito polêmico, o monge rebelde lembrara alguns deslizes do seu adversário. EMSER que não era irrepreensível retruca-lhe no mesmo tom. "Ignoras talvez que a teu respeito eu sei *faltas bem graves? (flagitia)* Lutero, que não costumava deixar sem trôco as investidas dos seus adversários, emudeceu; nem a Demgersheim, nem a Emser respondeu palavra (12 a). Entrado no convento, os primeiros anos, ao que parece, foram

se taramelava. Palavra-se muito acêrca da sua pessoa". É honroso? — Quanto ao *miscor feminis* é expressão que na pena de Lutero tem o significado mais cru. Cfr. Enders IV, 255; Weimar, VI, 558. — Mas tudo é galhofa!!

(12 a) Relativamente a estes dois depoimentos nota com razão GRISAR. "Causa surpresa averiguar como os biógrafos protestantes de Lutero, ainda os mais instruídos, concordam em envolver no silêncio estes testemunhos." É preciso não desaurolar o mito com as sombras da história!

fervorosos. Depois começou o entibiamento nos exercícios de piedade, a dissipação das ocupações exteriores; com a baixa no nível da vida espiritual, ressurgiram veementes as tentações inferiores. Em 1516 escrevia a LANGE: "raras vezes me sobra tempo necessário para rezar o breviário e celebrar missa: acrescentem-se as minhas *próprias tentações da carne, do mundo e do diabo*". DE WETTE, I, 41. "Confesso-te, dizia ainda no mesmo ano de 1516, que minha vida mais e mais se aproxima do inferno; de dia para dia me vou tornando pior e mais miserável". Enders, I, 16. Pouco tempo depois, em 1520, já podia confessar que entre a vida que levava e a doutrina que ensinava, não havia concórdia. "Sei que não vivo em conformidade com o que ensino". DE WETTE, I, 402.

Um ano antes (1519), comunicando o seu estado da alma a seu superior STAUPITZ, faz esta confidência dolorosa: "Sou um homem exposto e implicado na sociedade, na crápula, nos movimentos carnavais, na negligência e em outras moléstias a que se vêm ajuntar as do meu próprio ofício". DE WETTE, I, 232 (13). O ano de 1521 foi um ano decisivo; excomungado na dieta de Worms, Lutero refugia-se para Wartburgo. Qual a sua vida neste retiro? A 13 de julho escreve ele a MELANCHTON: "Aqui estou na ociosidade e insensível e endurecido, infelizmente, rezando pouco e nada gemendo pela Igreja de Deus porque *me abrasam os grandes ardores de minha carne indomada, quia carnis meae indomatae uror magnis ignibus*. Numa palavra: eu que deveria ser fervoroso

(13) Eis o texto original: "Homo sum expositus et involutus societati, *crapulae, titillationi, negligentiae, atisque molestiis praeter ea quae ex officio me premunt*". WALTHER, que citamos, há pouco, como um dos adversários de Denifle, em 1893 ingenuamente assim traduzia este passo: "Estou entregue à companhia dos meus semelhantes e por eles arrastado, exposto à embriaguez (do triunfo), às lisonjas (de Miltiz), ao relaxamento (na luta) e outras importunidades". É tomar liberdades singulares com o original latim! Mas

no espírito, *ferveo carne, libidine, pigritia, otio, somnolentia*" (DE WETTE II, 22). Pouco depois: "Reza por mim, porque nesta solidão afogo-me em pecados, *peccatis enim immergor in hac solitudine*". Ibid. p. 26.

Todos estes trechos tinha o Sr. HANSEN diante dos olhos, publicados na IRC, p. 108. São confidências sinceras feitas a amigos na intimidade da correspondência e que abrem sobre a vida moral do frade apóstata perspectivas inquietadoras. Por que subtrair estes documentos históricos, de primeira importância aos olhos da crítica imparcial para depois concluir que se "calunia" Lutero? É uma omissão "de suma gravidade" e aqui nem ao menos se adverte o leitor com "três inocentes pinguinhos"!!

Já se terá observado como, a medida que Lutero se distancia da Igreja e amadurece para a apostasia completa, a sua vida moral vai baixando sensivelmente de dia para dia. Começam também, por esta época, a multiplicar-se na sua pena as afirmações irrestritas da impossibilidade da continência, da tirania irresistível dos instintos inferiores, da universalidade necessária do adultério (14), etc., etc. Ora, para quem tem presente o que asseveram, quase unânimes,

era assim que se conservava o tipo do Lutero-mito. Depois do aparecimento de Denifle já em 1906, o luterófilo aparece mais comedido e concede que *crápula* não pode significar *embriaguez do triunfo*, mas *excesso no comer*. Significa isto em Lutero e também *embriaguez*. *Titillatio* não admite outro sentido senão o de *excitação sensual*. — Que idéia oportuna a do Sr. Hansen a de trazer "aos irmãos brasileiros alguns reflexos, pálidos embora, dessa luta encarnicada (em torno de Lutero, provocada por Denifle)". Muito pálidos na realidade e sobretudo escolhidos com muita parcialidade. Por que não comunicar "aos irmãos brasileiros tôdas estas "habilidades" dos panegiristas de Lutero?

(14) Não citamos aqui os muitos trechos de Lutero neste sentido porque são escritos num estilo de todo em todo inconveniente. Se o exigirem, porém, os interesses superiores da verdade, virão a lume.

os próprios escritores protestantes, a saber, que as doutrinas de Lutero espelham as suas experiências pessoais, estas declarações tornam-se extremamente comprometedoras para a vida íntima do heresiarca.

Tal era a situação espiritual do frade recém-saído definitivamente do seio da Igreja: *parum orans, fervens carne et libidine, peccatis immersus*. Pouco depois, na Páscoa de 1523, chegavam a Wittemberg doze religiosas, que, com o auxílio de LEONARDO KOPPE, amigo de LUTERO, se haviam "libertado" e evadido do seu convento de Nimbschen, perto de Grimma. Três delas volveram logo às suas famílias. As outras, pelo menos durante algum tempo, ficaram alojadas no convento de agostinianos que o eleitor entregara a LUTERO. O que nos dizem os contemporâneos sobre a moralidade destas infelizes egressas, às quais se havia pregado a inutilidade das boas obras e a irresistibilidade da concupiscência, é realmente doloroso e humilhante. Já ouvimos a MELANCHTON, referindo-se a esta atmosfera feminina que envolvia o reformador, deplorar a sua influência amolecedora, de si capaz de enervar os caracteres da mais rija tempera. Destas religiosas, outro luterano, Eoban Hesse afirmava em 1523 que "em lascívia não se deixavam vencer por nenhuma cortesã" (15). — Não é Denifle que calunia, Sr. Hansen; são os documentos contemporâneos, e de amigos de Lutero, que assim falam e depõem!

Entre estas egressas por êle soltadas do convento (aí tem o protestante de S. Paulo a razão do "parêntese sibilino") se achava CATARINA DE BORA. Sem ser uma beldade, diz GRISAR, CATARINA tinha altas ambições: "por espôso, ou Lutero ou Amsdorf". Para ilaquear o seu preferido, ela mul-

(15) "Nulla Phyllis nonnis est nostris mammosior". H. Eobani Hessi et amicorum ipsius epist. famil. libri XII, Marburgi, 1543, p. 87.

tiplicou as armadilhas da astúcia feminina. — Pelas referências contemporâneas, os precedentes de egressa cisterciense não recomendam altamente a sua moralidade. A 10 de agosto de 1528 Joaquim de HEYDEN escrevia à própria Catarina recriminando-lhe o haver entrado em Wittemberg como uma bailarina e de aí ter vivido com Lutero, antes do casamento, como uma miserável decaída. (Enders, VI, 334.) Em 1523 já estivera em relações amorosas com Jerônimo BAUMGARTNER, que mais tarde (1525) se casou com outra. No mesmo ano (1523), CRISTIANO, rei da Dinamarca, desterrado, passou em Wittemberg e aí conheceu Catarina que, deste encontro, conservou como lembrança significativa o presente de um anel. (Cfr. KOESTLIN - KAWERAU, *M. Luther*, p. I, p. 728 rgs.) — Eis a “nobre senhora, digna de todo o respeito, por todos os seus dotes de espírito e coração” (F. Hansen). Sempre o mesmo sestro incorrigível de opor às realidades da história os desejos interessados de partido!

LUTERO, diz-nos MELANCHTON, deixou-se “fingar por estas religiosas que conseguiram amolecê-lo e atear o incêndio”. Antes do casamento, escrevia o reformador a RUEL, conselheiro de Mansfeld: “se posso a despeito do demônio [sic!] ainda hei de casar com a *minha Catarina*”. DE WETTE, II, 655.

Que se passou, na realidade, antes do matrimônio fático? Houve relações ilícitas entre os dois? Nesta matéria tão delicada, onde os argumentos decisivos são quase sempre impossíveis, o historiador deve suspender o seu juízo. É este o alcance da frase de GRISAR, citado pelo Sr. Hansen. Do fato não há “nenhuma prova certa”, diz o notável crítico, habituado a pesar o sentido das palavras que emprega. Os comentários desfavoráveis explicam-se com a existência das liberdades de palavras e de atitudes do reformador, anteriores ao seu casamento. É o de que ninguém discorda.

Também DENIFLE deixa o seu juízo em suspenso. “Que Lutero, antes, tenha ou não pecado com uma mulher... não tem grande importância”. Na nossa IRC, p. 197, depois de havermos citado os documentos, deixamos a conclusão suspenso: “*Como quer que seja, a impressão... foi desfavorável*”. Quando, portanto, o Sr. Hansen diz que DENIFLE “atirou a calúnia ao mundo... contra dois mortos e um deles é uma nobre senhora digna de todo o respeito (!)”, engana-se uma vez, quando afirma que o Pe. Leonel Franca “a perfiçou e reeditou”, engana-se duas vezes. Enganos que importa retificar... senhor!!

Reatemos o fio dos acontecimentos.

Tôdas estas liberdades transpareciam em público e davam pasto às murmurações e a comentários desfavoráveis. O mesmo sucedia com todos estes frades apóstatas que saudaram na reforma a aurora de tôdas as liberdades. O ex-franciscano EBERLIN observara que o demônio em todos os lugares se comprazia “em despertar contra êle a malignidade, as falsas suspeitas e as calúnias”. Para fechar a boca à maledicência, lançou mão de remédio heróico: casou-se (16). — LUTERO seguiu o mesmo caminho, mas de uma maneira maravilhosamente apressada. O eleitor Frederico da Saxônia, sob o qual vivia, e que manifestara sempre viva repulsa por estes evangélicos “casamentos” de ex-frades com ex-freiras, falecera a 5 de maio de 1525. A 13 de junho, ecoou no mundo reformado, como uma novidade inesperada, a notícia do casamento de LUTERO. “A malignidade das línguas, escrevia BLOCHINGER a Spalatio, fez com que de repente LUTERO se fizesse marido”.

O Sr. Hansen poderá deslocar-se em esforços para sobre-

(16) J. EBERLIN VON GRAUSZBURG, *Saemtliche Schriften*, p. 165. —

dourar todas estas vergonhas e persuadir aos seus irmãos brasileiros "a contextura moral rija do monje de Wittenberg". Ninguém há, conhecedor dos fatos e dos documentos, que possa ver em toda esta série de situações equívocas a atmosfera de pureza e a austeridade de costumes dignos de um "Reformador" evangélico.

III

Não nos demoraremos acêrca do terceiro ponto — intemperança de Lutero. Em nenhum outro foi mais fraca a defesa do seu advogado paulista.

Já o Sr. ERNESTO DE OLIVEIRA para exculpar o patriarca da reforma, comprometido por textos inequívocos, procurara a evasiva de um repouso de férias no castelo de um amigo. "Nessas condições, dizia o professor do Paraná, que outra coisa lhe cabia fazer senão comer, beber e gozar da ociosidade?" Não quis insistir sobre as complacências desta moral evangélica, mostrei apenas que a explicação não quadrava aos fatos e aos textos. Não se tratava de uma vez nem de duas, os lugares em que o ex-frade trata do vinho e da cerveja não se contam. O que os testemunhos dos contemporâneos, adversários e amigos, depõem concordes e confirmado pelas confissões do próprio Lutero. O leitor poderá reler estas citações — algumas apenas, coligir todas levaria muito longe — no *Catolicismo e Protestantismo*. "Aqui estou de manhã à noite, *otiosus et crapulosus*" escrevia Lutero de Warthurg. No ano seguinte, quando chegou a Erfurt, não se fez, diz MELANCHTON, presente à cena, senão "beber e gritar como de costume". O depoimento, sobre a morte do Reformador, lavrado pelo farmacêutico de Eisleben registra ainda que "pelo excesso do comer e beber o seu corpo estava cheio de sucos corrompidos. Lutero tivera uma mesa ricamente preparada e abundância de vinhos doces e estrangeiros".

Que opõe o Sr. Hansen a estas e outras muitas citações? Talvez testemunhos contemporâneos que nos falem da tem-

perança exemplar de LUTERO ou da sua austeridade de costumes e elidam os testemunhos opostos? Porventura alguma dúvida sobre a autenticidade dos documentos alegados? Não; nada disto. As fontes contemporâneas, sobre as quais se baseia a história, estas são fechadas com 7 sigilos; os trechos que coligimos são cuidadosamente afastados dos olhos do leitor. Para afirmar que “caluniamos”, que nos deixamos levar pela “rabies theologica”, transcreve uma página de GRISAR e lhe dá um significado muito diverso do que tem.

Com a sua moderação costumada, GRISAR toma uma posição média entre os extremos igualmente apaixonados e, por isto, falsos. Lutero não é um “bêbado”, no sentido exagerado de quem *estivesse habitualmente na embriaguez*. Representá-lo como “um pilar de cabaret, como frequentador das tascas em que seus amigos estavam certos de o encontrar à tarde é pura ficção”. Esta embriaguez acaba embotando as faculdades mentais e paralisando as energias da ação; atribuí-la a LUTERO seria deixar sem explicação a sua imensa produção literária e o desenvolvimento de uma atividade verdadeiramente maravilhosa. Mas destes excessos que acarretam as decadências do alcoolismo à temperança de uma “contextura moral rija” vai um abismo que se não pode transpor sem falsear a história. E GRISAR, que a coisa não o transpôs. A delicadeza das expressões não lhe dá a gravidade do requisitório. LUTERO “não era um modelo de temperança”. “É notório que, à maneira alemã, ele acariciou um pouco demasiadamente o seu copo de cerveja”. “Sem nenhuma dúvida é em demasia complacente na doutrina quando permite beber um bom gole (e nesta época era alguma coisa) em ocasiões como estas: mau humor causado por notícias tristes, cuidados, preocupações sérias, trabalho esmagador, ataques do diabo” que levam à tristeza e à dúvida. A insônia e o cansaço mental, justificavam a seu ver, “um bom gole!” p. 230. (Este trecho, o Sr. Hansen omi-

tiu na sua transcrição e nem sequer chamou a atenção do leitor... com três pontinhos.) Mais adiante, descrevendo os costumes de Lutero nos seus últimos anos, diz: “As tardes, reunia os amigos em casa, no andar térreo, embaixo dos seus dois quartos e conversava *comendo e bebendo*”, pp. 363-364.

Mas se alguma dúvida pode pairar sobre o alcance destas expressões é esclarecer Grisar com o próprio Grisar, e passar do trabalho resumido, de cuja tradução francesa se serve o Sr. Hansen, para a sua obra monumental em 3 alentados volumes, nos quais expõe e documenta amplamente as suas opiniões. Mais de 20 páginas do 2.º vol. (244-265) consagra o grande historiador alemão ao estudo do assunto que ora nos interessa. Examina a doutrina de Lutero, que ultrapassa os limites da moral mais indulgente, estuda-lhe a prática na sua vida particular e conclui assim: “No que se refere à prática de Lutero o resultado em geral deve ser outrossim necessariamente *desfavorável*”. E pouco adiante: “Tanto as suas próprias expressões como as de seus amigos e adversários manifestam que a sua mui fatal opinião: *ebriedas est ferenda, não deixou de exercer uma influência mui fatal sobre os seus hábitos de vida*. Com palavras de prazer jovial e de moralidade sadia não se consegue tirar-lhe dos ombros o que, neste assunto, *sobre eles pesa pelas suas próprias confissões e em parte por testemunhos de outrem*. O pior é que se forma a impressão de que a sua teoria com o seu laxismo tinha sido talhada pela sua própria prática. Toda a série de razões que justificam um “bom gole” ou “uma boa bebedeira” desempenham precisamente nas condições da sua vida um papel importante e quase cotidiano: mau humor causado por más notícias, cuidados, preocupações graves, pressão do cansaço e trabalho, assaltos “do diabo” por meio de tristezas e dúvidas, falta de sono, exgotamento intelectual”, p. 260. Eis a opinião de Grisar sobre a temperança de Lutero.

Que faz o Sr. Hansen para defender “a contextura moral rija” do libertador da “consciência acorrentada”? Recorre a dois *artifíciozinhos elegantes*. Para dar a entender ao leitor que “caluniamos”, subtrai-lhe dos olhos *todos os textos do próprio Lutero* em que havíamos criticamente baseado as nossas afirmações incontestáveis. Para opor as nossas conclusões “apaixonadas” às de Grisar que “ainda existe para honra do catolicismo e da Companhia de Jesus”, *falseia-lhe de todo em toda a opinião genuína*, que o leitor acaba de ler. A miséria deveras lamentável de semelhantes processos se acha forçada a polêmica protestante tódas as vezes que se obstina, contra a história indestrutível, em fazer do patriarca do Protestantismo um tipo moral que não desafine com a missão divina de um Reformador. Nem com os documentos da época, nem com citações de Grisar que os supõe e resume, é possível aprumar, não digo um modelo de austeridade cristã, mas um exemplar modesto de mediana virtude.

*
*
*

Concluamos esta discussão ingrata. O Sr. Hansen, partindo do sentimento respeitável de repugnância que experimentam os protestantes em ter “como cabeça do movimento de sagrada rebelião da consciência acorrentada um homem provavelmente imoral”, esboçou uma tentativa da justificação de Lutero contra as acusações que havíamos formulado, partindo apenas de documentos contemporâneos e, na quase totalidade, de citações do próprio reformador. É a velha mentalidade apriorista do Lutero-mito de que nos fala Kroetz-Tommaso. Com esta preocupação panegirista, a realidade dos fatos é submetida a manipulações deformadoras ou a intervenções cirúrgicas dolorosas. Dos textos mais comprometedores uns são lançados à conta de gracejo, e não se adverte que no gracejo também se manifesta a no-

breza ou a baixeza de um caráter, e dizer facécias em certos assuntos já é descair da dignidade cristã: *nec nominetur in vobis*, dizia S. Paulo Ef. 5, 3. Outros trechos, refratários às mais benignas interpretações, são *cautelosamente omitidos* e a história imparcial que evoca estes auto-retratos é acusada de “acolher o testemunho mais apaixonado e mais falso contra a reputação dos reformadores”!!

Evidentemente com este sestro incorrigível de deslocar a questão do contato com os documentos originais e com as fontes primárias para as construções posteriores inspiradas por interesses de partido, nunca será possível um acôrdo sólido e baseado na realidade. É preciso que os protestantes se resignem a ver o “libertador da consciência acorrentada”, tal qual no-lo apresenta a história. Entre o Lutero-mito, o “herói da fé”, o “reformador da Igreja” que o protestantismo precisa para aureolar o seu berço, e o Lutero, carne e osso, que vive e palpita *nos seus próprios escritos* e se reflete na opinião dos contemporâneos, há um contraste profundo e irreconciliável. E o senso cristão não se resigna com este antagonismo; cedo ou tarde acabará por apeá-lo do seu pedestal de glória imerecida e apontar no frade apóstata um dos grandes responsáveis pelo maior dos males que afligem a humanidade moderna: a ruptura da unidade cristã no mundo ocidental.

N.B. — O Sr. Frederico Hansen limitou-se a estes três pontos do perfil de Lutero. Sobre o incomensurável orgulho, a justificação da mentira, a teoria do fim que legitima os meios, a linguagem trivial e chocante, a versatilidade doutrinal, a sua exortação ao ódio e extermínio de quantos não partilhavam as suas opiniões, e tantas outras taras de caráter do Reformador o Sr. Hansen deslizou discretamente com uma prudência modelar, aos olhos do leitor só apareceu “a moral rija do monge de Wittemberg”!!

INDICE ALFABÉTICO

dos

ASSUNTOS TRATADOS

- Agostinho (S.) e o primado de S. Pedro, 51-65; 206; 244-251.
- Elarmino falsado pelos protestantes, 123-124.
- Bíblia, o cânon dos seu livros inspirados, 68-71; sua leitura entre os católicos, 71-85; edições e versões, 76-83; 290.
- Cajetano e a poligamia, 17-19.
- Celibato eclesiástico, 103-114.
- Crisóstomo e o primado de S. Pedro, 167-168; 209-210.
- Clemente (S.) e o primado de Roma, 30-33.
- Cipriano (S.) e o primado de Roma, 46-48.
- Cisma do Ocidente, 115-118.
- Eucaristia e presença real, 106-108.
- Inácio de Antioquia e o primado de Roma, 33-37.
- Igreja, sua noção no Evangelho, 236-240.
- Imagens e seu culto, 104-106.
- Infalibilidade da Igreja, 102-103.
- Irineu (S.) e o primado de Roma, 37-45.
- Jerônimo (S.) e o primado de S. Pedro, 48-51; e a língua original do Evangelho de S. Mateus, 268-269.
- Libério papa e o arianismo, 100.
- Lutero e a poligamia, 19-22; sua moralidade pessoal, 22-27; 301-330.
- Mateus (S.), língua original do seu Evangelho, 264-274.
- Paulo (S.) e o primado de S. Pedro, 173-174; 231-236.
- Pedro (S.), mudança e significado do nome, 192-204; "primeiro" no Evangelho, 172; 174-178; 185-192; investido por Cristo do primado, 165-168; 204-240; exerce o primado na Igreja primitiva, 178-181; relações com Cristo, 178-184; 226-231; 235.

Follgamia e Lutero, 19 e o Cardeal Cajetano, 17.	146-152; no protestantismo 152-153.
Primado de S. Pedro, no N. T., 28-30; 164-168.	Santos e sua intercessão, 103-104.
Rui Barbosa e o "Papa e o Concílio", 159-162.	Turmel, 38-39.
Santidade na Igreja Católica.	Unidade no catolicismo, 115-134; 141-145; unidade no protestantismo, 134-145.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

dos

AUTORES CITADOS

- Agostinho, Sto. — *passim*.
 D'Allioli — 82.
 Ambrósio, Sto. — 131.
 Aristóteles — 36.
 Barbosa, Rui — 33, 60, 100, 159, 162.
 Bardenhewer — 34.
 Barnes, Roberto — 20.
 Batiffol — 32, 101.
 Batista Pereira — 160, 161.
 Bennet, William — 21.
 Bergier — 298.
 Belarmino — 123, 124.
 Bihlmeyer — 32.
 Bismark — 160.
 Boaventura, S. — 20.
 Boehmer — 18, 24, 27, 85.
 Bossuet — 116, 128.
 Briggs — 208.
 Cadoux, Cecil John — 71, 75, 76, 81, 84, 85.
 Calvino — 70, 138, 153, 225.
 Cajetano — 17, 20, 27.
 Carvalho, Henrique L. de — 94.
 Casale, Gregório — 21.
 Cayré — 35.
 Cesaréia, Eusébio de — 111.
 Chapman, D. — 35.
 Chesterton — 128.
 Cipriano, S. — *passim*.
 Cirilo de Jerusalém, S. — 111.
 Clemente, S. — 30-33, 36, 39, 41, 42, 66.
 Clemente VII — 20, 21, 116.
 Clemente de Alexandria — 190.
 Copinger, A. — 76.
 Couchoud, L. — 39.
 Coulange, L. — 39.
 Coustonant — 249, 250.
 Crisóstomo, S. — *passim*.
 De Groot — 35.
 Delafosse, H. — 39.
 Delisle — 76.
 De Maistre — 48.
 Dentile — 44, 323.
 D'Herbigny — 32, 35, 283.
 Dionísio — 31.
 Dobschuetz — 80.

- Doellinger — 56.
 Duchesne — 35, 44, 45.
 Dumgersheim, Jerônimo — 318.
 Einsler, Jerônimo — 318.
 Enders — 22.
 Eusebio — 31.
 Falk — 77.
 Figueiredo, Pê. A. F. — 82, 251, 253.
 Figueiredo, Cândido — 45.
 Focio — 206.
 Foerster — 113, 148, 149.
 Francisco Xavier, S. — 131.
 Franzelin — 184.
 Funk — 35.
 Gallerand — 39.
 Gelasio — 66.
 Gieseler — 37, 38.
 Gladstone — 135, 282.
 Godet, Verschaffel — 34.
 Gordon-Gorman, W. — 130.
 Gore — 49, 51, 61.
 Grisar — 19, 22-27, 73, 317, 318, 321.
 Gruszburg — 323.
 Gutenebert — 40.
 Halifax, Lord — 135.
 Hansen, Frederico — *passim*.
 Hannack — 32, 43, 46, 148.
 Hawkins, J. — 272.
 Hegesipo — 31.
 Hersog, G. — 39.
 Hesse, Boban — 321.
 Horacio — 155.
 Inge — 62.
 Inacio, Sto. — *passim*.
 Inocencio I — 79.
 Irineu, Sto. — *passim*.
 Janus — 60, 62, 65, 85, 89, 160.
 Jeremias — 155.
 Jerônimo, S. — *passim*.
 João, S. — *passim*.
 Jostes, Franz — 79.
 Kawerau — 305.
 Kerr, E. W. — 93, 94, 97.
 Knabenbauer — 222.
 Knowling — 88.
 Köhler, W. — 18, 304.
 Kolde — 303.
 Krogh-Tonning — 305.
 Kropatschek — 79.
 Kuinoel — 221.
 Kurth, G. — 147.
 Laet, Carlos de — 105, 125.
 Lagarde — 39.
 Lagrange — 211, 218.
 Lamennais — 152.
 Langen — 37, 38.
 Lebreton — 223.
 Lechler, K. — 148.
 Leite, Lisânias de Cerqueira — *passim*.
 Lens — 309.
 Lightfoot — 32, 34, 36, 266.
 Loisy, A. — 188, 221.
 Lombardo, Pedro — 20.
 Lucas, S. — *passim*.
 Luís de Gonzaga, S. — 181.
 Lutero — *passim*.
 Lydwina Schiedam, Sta. — 131.
 Magno, S. Leão — 152.
 Malaquias — 237.
 Manzoni, A. — 149.
 Marcos, S. — *passim*.
 Mateus, S. — *passim*.
 Melancton — 22, 44, 308, 313, 315, 316, 322.
 Meyer, H. A. W. — 221.
 Michel, A. — 39.
 Migne — 40, 57, 70.
 Monnier — 221.
 Moreira, Galdino — 35, 96, 116.
 Mota, Otoniel — 93, 94, 222.
 Müller — 150.
 Nabuco, Joaquim — 129.
 Nazianzeno, S. Gregorio — 36.
 Neander — 37, 38.
 Orlicica — 31.
 Oliveira, Ernesto Luis de — *passim*.
 Optato — 57, 58.
 Ottiger — 35.
 Palmeri — 235.
 Paludano, Pedro — 20.
 Paulo, S. — *passim*.
 Paulsen — 304.
 Paulus — 21.
 Pedro, S. — *passim*.
 Pereira, Eduardo Carlos — *passim*.
 Pirot, L. — 223.
 Platão — 36.
 Plummer — 208.
 Prat, F. — 223, 233.
 Quesnel — 81.
 Rass, A. — 130.
 Ritsehl, O. — 46.
 Rive, Théodore de la — 129.
 Rosenthal, D. A. — 130.
 Ruville, Alberto von — 129.
 Salembier, L. — 118.
 Saltet — 39.
 Schelling — 135, 221.
 Schopenhauer — 113.
 Skredsvik, Kare — 281, 306.
 Soares, Pe. Matos — 83.
 Sócrates — 66.
 Sohm — 32.
 Soloviev — 185, 187, 283.
 Sousa, Otávio R. de — 94.
 Spalatino — 23.
 Teresa de Jesus, Sta. — 131.
 Teodoro — 41.
 Tertuliano — 31, 111.
 Tixeront — 35.
 Tomás de Aquino, Sto. — 20, 128.
 Turmel — 37, 40, 47, 60, 65, 85, 89.
 Van Laak — 35.
 Vaureck, A. — 39.
 Vicente de Paulo, S. — 131.
 Vollmer, H. — 78.
 Walther, W. 80, 319.
 Weiss — 88.
 Werenfels, Samuel — 73.

INDICE ANALÍTICO GERAL

O Protestantismo no Brasil

	Págs.
Prefácio	7
Síglas e abreviações	9

I PARTE

POLEMICA SINCERA?

1. Introdução	13
Cap. I — <i>Lutero</i>	17-27
2. Lutero e a bigamia, 17 — 3. Costumes de Lutero, 22 — 4. Temperança do monge reformador?, 24.	
Cap. II — <i>O Papado</i>	28-67
5. O argumento bíblico, 28 — 6. Testemunho da história: S. Clemente, 30 — 7. S. Inácio, 33 — 8. S. Irineu, 37 — 9. S. Cipriano, 46 — 10. S. Jerônimo, 48 — S. Agostinho, 51 — 12. Conclusão, 66.	
Cap. III — <i>A Leitura da Bíblia</i>	68-89
13. O cânon dos Livros Inspirados, 68 — 14. Os católicos e a leitura da Bíblia, 71.	
Conclusão da 1. ^a parte	86-89

II PARTE

RESPOSTA AO PE DA LETRA?

1. Introdução	93-98
---------------------	-------

LIVRO I

A IGREJA

	Págs.
Cap. I — <i>Acusações gerais</i>	99-114
2. Tática de efeito, 99 — 3. Infallibilidade da Igreja, 102 — 4. Intercessão dos Santos, 103 — 5. Culto das imagens, 104 — 6. Presença real na Eucaristia, 106 — 7. Celibato eclesiástico, 108.	
Cap. II — <i>A Unidade da Igreja</i>	115-146
11. Objeções inconsistentes: O cisma do Ocidente, 115 — 12. A reforma protestante, 118 — 14. A Unidade de fé na Igreja, 121 — 16. Explicações infelizes, 126 — 19. Explicações autênticas, 132 — 20-23. E a unidade protestante?, 134.	
Cap. III — <i>A Santidade da Igreja</i>	146-153
24-25. A santidade católica: equívocos e deformações históricas, 146 — 26. A santidade protestante esquecida, 152.	
<i>Excursus A</i> — 27. Falsificação e erro?	154-158
<i>Excursus B</i> — 28. Rui Barbosa e o protestantismo	159-162

LIVRO II

O PRIMADO DE S. PEDRO

29. Introdução	163
Cap. I — <i>A ofensiva protestante</i>	164-184
31. Todos os apóstolos iguais?, 164 — 31. Cristo excluiu a ideia de primado?, 169 — 33. E os apóstolos?, 173 — 36. Conflito entre a autoridade de Cristo e a de Pedro?, 181.	
Cap. II — <i>A demonstração católica</i>	185-204
§ 1. Preeminência de Pedro	185-204
37. Críticas inoperantes, 185 — 28. "Tiro pela culatra", 185 — 39-41. Um punhado de fatos evangélicos maltratados, 187 — 42-43. O nome de Pedro: o fato e a sua significação, 192.	
§ 2. Promessa e investidura do Primado	204-243

	Págs.
44-47. O texto de S. Mateus: exegese e críticas apaixonadas, 204 — 48. O testemunho protestante, 220 — 49-51. A luz de outros textos, 226 — 52. A Igreja no Evangelho, 236 — 53. Omissão incompreensível, 241.	
3. A voz dos séculos	243-263
54. A importância da questão, 243 — 55-56. S. Agostinho desfigurado, 244 — 57-59. O plebiscito da Igreja antiga, 250.	
<i>Excursus C</i> — Sobre a língua original de S. Mateus	264-274
Conclusão	275
<i>Apêndice I</i> — Questões suplementares	284
<i>Apêndice II</i> — Mais um caso	296
<i>Apêndice III</i> — Origem de uma lenda	299

Lutero e o Sr. Frederico Hansen

Lutero e o Sr. Frederico Hansen	301-330
<i>Índice alfabético dos assuntos tratados</i>	331
<i>Índice onomástico dos autores citados</i>	333
<i>Índice analítico geral</i>	337